



PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

GOVERNO DO ESTADO

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Em 2009, o Governo do Estado avançou na consolidação de um novo processo administrativo no âmbito do planejamento e da gestão governamental, priorizando a democracia participativa voltada para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na governança solidária, tendo como princípios de gestão a ética, a transparência, o controle social, a efetividade, a transversalidade, o ambiente institucional e regulatório, a descentralização e a territorialidade.

A democracia, a participação e a transparência apresentam-se como elementos centrais nesse novo modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado com foco em uma sociedade mais igualitária e solidária, cujos resultados já começam a manifestar-se.

A participação, desde 2007, através da construção do PPA 2008-2011, passou a ser um diferencial concreto desta gestão, tanto na contribuição dos técnicos, acadêmicos e dirigentes da administração pública estadual, envolvendo todas as secretarias, como da sociedade civil. Essa iniciativa fomentou a continuidade na discussão das políticas públicas setoriais por parte das secretarias estaduais, que envolveram milhares de pessoas através de plenárias com os movimentos sociais, empresários, jovens, mulheres, portadores de deficiência, dentre outros segmentos sociais.

Em 2009, o Conselho de Acompanhamento do PPA – CAPPa deu continuidade às suas atividades nos Territórios de Identidade e nas diversas reuniões de trabalho realizadas, com destaque para o terceiro Seminário Estadual, realizado em dezembro de 2009 em Feira de Santana, voltado para a capacitação dos conselheiros e para a avaliação das ações praticadas durante o ano.

Com o objetivo de incentivar a democracia participativa e de fomentar a gestão municipal de-

mocrática das peças orçamentárias, o Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, atendeu às solicitações das prefeituras municipais no que se refere às orientações metodológicas necessárias para a elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, em especial, os procedimentos metodológicos para a realização do PPA Participativo. Essas orientações foram disponibilizadas mediante reuniões presenciais de trabalho nos municípios solicitantes, que contaram com a participação de prefeitos, secretários municipais, dirigentes de órgãos, dentre outros servidores públicos.

Em decorrência do aumento das solicitações das prefeituras municipais, o Governo do Estado, através da SEPLAN, realizou, em julho de 2009, o seminário Democracia e Orçamento Municipal, com a participação de representantes de mais de 150 prefeituras, visando fomentar a modernização na gestão pública municipal, ressaltando os instrumentos orçamentários como elementos fundamentais do planejamento e a participação social como aspecto legitimador da democracia.

Essas iniciativas vêm fomentando a cidadania e o controle social no Estado, fortalecendo o processo do planejamento e da gestão governamental na sua dimensão territorial. Executando ações na área de infraestrutura, saneamento, saúde e educação, o Programa Terra de Valor é um dos exemplos de intervenção integrada no âmbito do desenvolvimento territorial, mediante o atendimento a 51 municípios previstos para a primeira etapa. Um outro exemplo de intervenção integrada é a execução do Plano Estratégico Operacional da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, que objetiva otimizar as intervenções voltadas ao combate à pobreza no Estado.

Apesar da crise financeira internacional, que gerou externalidades negativas na economia baiana em 2009, reduzindo o volume arrecadado de ICMS e dos repasses federais através do Fundo de Participação dos Estados, as medidas proativas promovidas pelo Governo do Estado no âmbito da gestão orçamentária, a exemplo da captação de financiamentos nacionais e internacionais e da gestão estratégica na montagem de projetos estruturantes e na execução das ações estratégicas no campo social, foram fundamentais na gestão e superação da crise.

Como exemplos dos referidos projetos estruturantes podem ser citados a Ferrovia Oeste-Leste, o Porto Sul, a Via Expressa, o Complexo BA-093 e a Nova Fonte Nova, e como exemplos de ações estratégicas no campo social executadas em 2009, os Hospitais do Subúrbio e da Criança, os programas Água para Todos e Todos pela Alfabetização – Topa, os projetos da Agricultura Familiar, dentre outros.

Os princípios da democracia, da participação e da transparência vêm sendo utilizados também na formulação da Política de Desenvolvimento Urbano – PDU, que tem como objetivo reduzir as disparidades regionais, as desigualdades sócio-territoriais e os desequilíbrios urbano ambientais no Estado. Esta política orientará a destinação dos investimentos públicos na área urbana e tem na participação da sociedade o seu mecanismo mais importante, mediante o Conselho das Cidades – ConCidades/BA e suas Câmaras Técnicas de Habitação, Saneamento Básico, Mobilização Urbana e Planejamento da Gestão Territorial.

Além da formulação da PED, o Governo do Estado vem construindo a Gestão do Sistema de Projeções Geográficas da Bahia, o Redesenho da Região Metropolitana de Salvador – RMS e o projeto para o uso sustentável da Baía de Todos os Santos.

O direito à informação é um dos princípios do novo estilo de governar na Bahia e levou o Governo do Estado a realizar, de maneira pioneira no país, a primeira Conferência de Comunicação Social da Bahia em 2008. Em novembro de 2009, foi realizada a etapa baiana da Primeira Conferência Nacional de Comunicação, com o tema “Comunicação: Meios para Construção de Direitos e de Cidadania na era Digital”, que contou com a presença de 700 pessoas, entre participantes, comissão organizadora, equipe de produção e imprensa.

Outra iniciativa nessa mesma direção é o portal Transparência Bahia, que possibilita ao cidadão acessar, através do endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br, todos os números das receitas, despesas, gastos com educação, saúde e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O acesso pode ser feito também através do módulo “Senha Aberta”, que disponibiliza os pagamentos feitos pelo Estado às empresas e pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviços.

Registre-se ainda a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, cujo início de instalação caracterizou-se pela realização do Colóquio Brasil África. Para a realização deste evento, trabalhou-se com a perspectiva da disseminação do conceito de desenvolvimento como construção compartilhada, e do diálogo como ferramenta para esta construção.

A modernização e o fortalecimento dos relacionamentos institucionais na Bahia também avançaram em 2009 com a implantação do Sistema de Relacionamento Institucional – SRI, ferramenta que tem como objetivo padronizar os relacionamentos entre o Poder Executivo estadual, parlamentares e prefeitos.

Uma outra iniciativa importante no âmbito da gestão pública é o Programa Compromisso Bahia, cujo objetivo é qualificar o gasto público através de ações que contribuam para o corte de desperdício, e que têm como meta economizar, até o ano de 2010, cerca de R\$ 500 milhões. A partir de 2007, quando foi registrada uma economia aproximada de R\$ 80 milhões, até novembro de 2009, já foram economizados mais de R\$ 422 milhões.

Estes números refletem o acerto nas medidas adotadas, a exemplo da dinamização da compra de produtos e serviços através de Pregão Eletrônico; do racionamento no uso da água, telefonia e serviços postais; da utilização de medicamentos genéricos nos atendimentos do Planserv; do controle sistêmico da folha de pagamento, dentre outros.

O controle dos desperdícios na gestão pública e a consequente economia de recursos vai permitir a expansão de alguns serviços fundamentais à vida da população baiana. Entre os serviços de maior importância está aquele prestado pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.

O Governo do Estado, através do SAC, vem buscando a excelência na prestação dos serviços públicos, facilitando o acesso da população a documentos personalizados, ao tempo em que fortalece e consolida no cidadão o exercício da cidadania. Esta busca pela excelência vem se materializando pela melhoria contínua dos processos e pelo comprometimento com a satisfação dos usuários.

Em 2008, foi implantado no município de Central o primeiro Ponto Cidadão, que se trata de unidade de atendimento de pequeno porte, localizada em pequenos conglomerados. Em 2009, mais cinco cidades do interior do Estado receberam o mesmo serviço: Cruz das Almas, Presidente Tancredo Neves, Inhambupe, Mucugê e Coaraci.

Dispondo de 35 unidades de atendimento, sendo dez postos na capital e 17 no interior, além de seis Pontos Cidadão e duas unidades do SAC Móvel, a Rede SAC realizou, em 2009, cerca de 9,9 milhões de atendimentos em todo o Estado, sendo 54,3% na capital. Nos Pontos Cidadão foram atendidas 33.522 pessoas e nos SAC Móveis 145.948 pessoas, de 164 municípios do interior e de Salvador.

Outra ferramenta fundamental para a nova gestão pública estadual é a Ouvidoria Geral do Estado – OGE, que além de apresenta dados e informações que orientam o planejamento governamental e contribuem para a correção de procedimentos na execução de programas e projetos, assegura ao cidadão a oportunidade de participar da gestão pública, mediante a manifestação de denúncias, reclamações, elogios, sugestões e críticas sobre os serviços públicos prestados. Em 2009, a OGE recebeu 82.988 registros relacionados à prestação dos serviços públicos e atuação do Governo do Estado. O índice de resolubilidade foi de 93,4%.

Cabe ainda ressaltar o patrocínio da defesa, em Juízo, dos bens e interesses públicos, que vem sendo executado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, cumprindo, através da advocacia pública, uma exigência do Estado democrático e de direito e contribuindo para a consolidação do regime republicano, mediante a legalidade, legitimidade, impessoalidade, economicidade e a moralidade.

A valorização e profissionalização dos servidores públicos estaduais vêm sendo materializadas, desde 2007, com a criação do Sistema Estadual de Negociação Permanente – Senp, assegurando importantes conquistas aos servidores. Em 2009, foram introduzidas mudanças no processo de reestruturação de carreiras. A reorganização da Polícia Civil do Estado da Bahia, por exemplo, atendeu um pleito de mais de 40 anos.

No período 2007-2009, foram nomeados 13.045 novos servidores, o que representa 58,5% em relação ao período anterior de 2004-2006. Dos profissionais nomeados em 2009, um total de 2.399 foi para a área da Saúde, 6.582 para a Segurança Pública e 3.978 para a Educação.

Atendendo a uma antiga reivindicação dos servidores públicos, o Governo do Estado, em 2009, promoveu uma alteração na legislação que organiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, de modo a permitir que os netos dos titulares e os empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista, inclusive os inativos, fossem beneficiários do Planserv. Com essa medida, foram beneficiadas mais de 20 mil pessoas, o que consolida o Plaserv como a maior instituição de saúde suplementar do Nordeste.

Na gestão dos ativos do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev, destaca-se o comportamento da arrecadação decorrente da compensação previdenciária, que apresentou um incremento de 230,1% em relação ao arrecadado no ano de 2008. Somente com a nova estruturação e gestão da instituição, houve um ingresso de receita ao Fundo da ordem de R\$ 76,2 milhões, apenas entre os meses de agosto a dezembro de 2009.

A Bahia vive um novo estilo de governar, através da implementação de uma gestão democrática voltada para a participação e a inclusão social, em que o diálogo e a manifestação das demandas sociais passam a ter uma importância fundamental no desenho e na execução das políticas, programas e projetos. Nesta direção, a estratégia adotada no âmbito do planejamento e da gestão governamental foi determinante para a superação da crise financeira internacional em 2009, como atestam as realizações descritas neste Relatório Anual de Governo de 2009.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

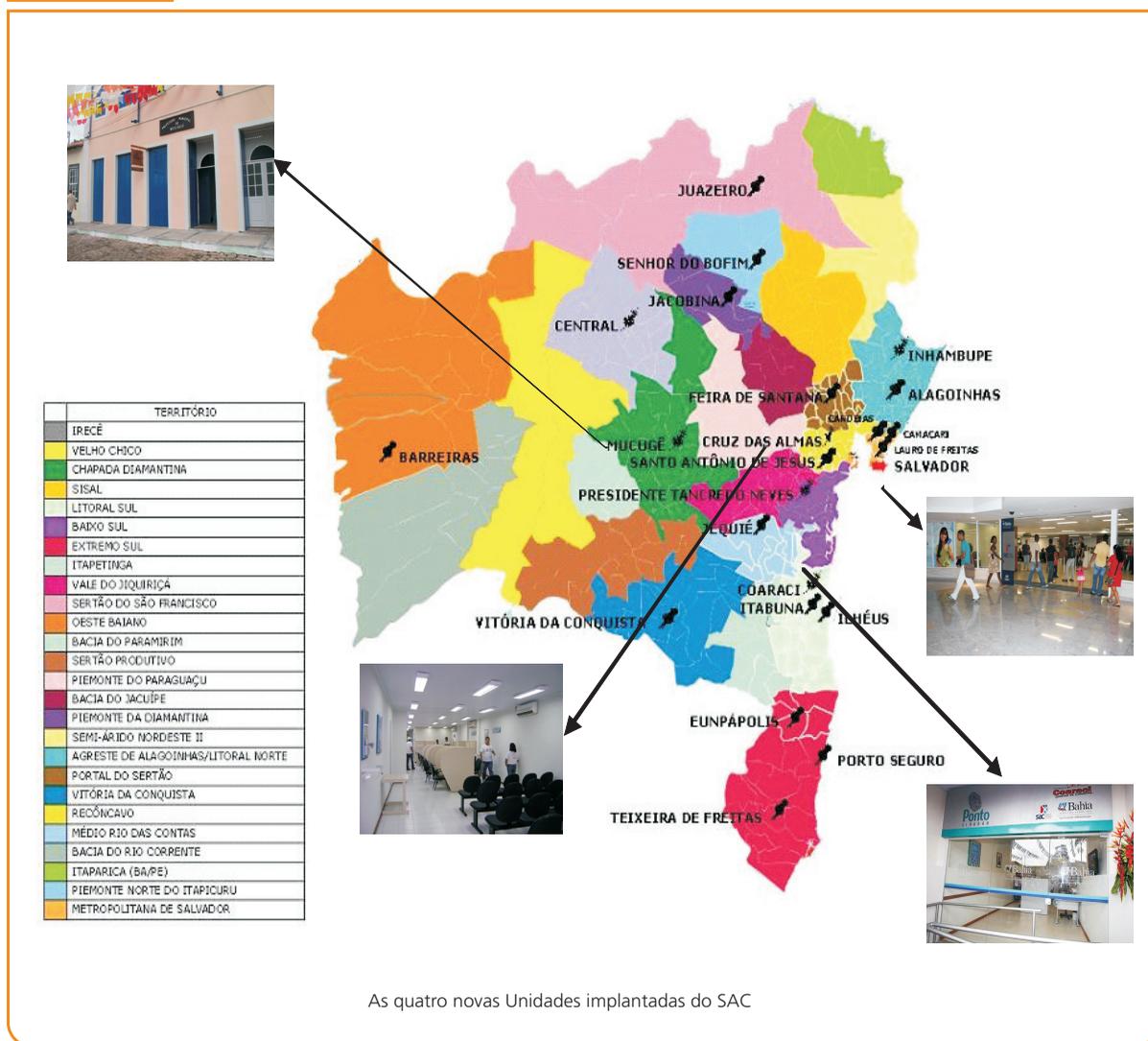
O Governo do Estado, visando facilitar o acesso aos serviços públicos e fortalecer as relações com o cidadão, implementou projetos de modernização, na busca da descentralização e integração de ações de atendimento à população. O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, promove as interrelações entre as unidades governamentais, com racionalização de recursos, utilização intensiva da informática e redução do tempo de espera do público usuário.

Utilizando processos de melhoria contínua e comprometido com a satisfação dos usuários, o Governo do Estado, através do SAC, busca a excelência na prestação dos serviços públicos, facilitando o acesso da população a documentos personalizados, ao tempo em que fortalece e consolida no cidadão o exercício da cidadania. O Mapa 1 mostra a expansão da rede de atendimento SAC em 2009.

A crescente demanda pelos serviços da Rede SAC registrada nos últimos anos fez com que o Governo adotasse uma série de medidas para

MAPA 1

LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS SAC
BAHIA, 2009



Crédito: SAC/SAEB
Fonte: SAEB/SAC

impulsionar a dinâmica de implantação, desenvolvimento e gestão do atendimento, visando não comprometer a qualidade na prestação dos serviços oferecidos à população.

Diante desse contexto, foram definidas e priorizadas as metas para expansão das unidades do SAC na capital e interior do Estado, com o incentivo à articulação entre as esferas de Governo e à captação de parcerias com prefeituras municipais e a iniciativa privada, na busca pela união de esforços e eficiência no atendimento ao cidadão.

Com esse objetivo, foi dada continuidade à reformulação do SAC, criando um novo conceito, com foco na ampliação do acesso e melhoria do desempenho na prestação de serviços, de forma a satisfazer às necessidades apresentadas e agregar valor ao relacionamento Governo-Cidadão, tendo como base, as seguintes premissas:

- Implementar meios para ampliar e facilitar o acesso da população a informações e documentos, com ênfase na qualidade dos serviços e na inclusão social;
- promover a humanização no atendimento, dotando as unidades das condições imprescindíveis à prestação dos serviços para funcionários e cidadãos, com foco na comodidade e eficiência;
- promover a modernização e melhoria dos serviços prestados à comunidade, otimizando a relação entre custo e benefício; e
- expandir a qualidade do atendimento para outras frentes de atuação do Estado.

Como resultado, em 2008, foi celebrada uma parceria com uma rede de supermercados da capital, que ofereceu toda a infraestrutura necessária à implantação de dois novos Postos, um em Pernambués e outro em Pau da Lima, dois bairros populares de Salvador, onde moram cerca de 190 mil habitantes, que passaram a ter o serviço SAC mais perto de suas residências.

Outro desafio para a Administração Pública do Estado é a expansão da rede de atendimento a custos mais reduzidos. Nessa direção, foi criado o Ponto Cidadão, unidade de atendimento de pequeno porte, que representa uma nova

alternativa aos cidadãos que estão fora dos conglomerados urbanos. Em junho de 2008, foi implantado o primeiro Ponto Cidadão no município de Central e, em 2009, outras cinco cidades do interior do Estado, que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, também foram beneficiadas.

A iniciativa considerou a relevância social do atendimento à população, uma vez que o aumento da capilaridade dos serviços públicos permite a disponibilização de informações e documentos que garantem o acesso aos benefícios dos programas sociais, o que se traduz na melhoria da qualidade de vida dessa população.

Atuando sempre com a preocupação em melhorar as condições das camadas menos favorecidas da sociedade, o Governo do Estado tem procurado atender aos cidadãos de forma diferenciada, com a adequação das unidades de serviço, tendo como resultado a otimização dos espaços, melhorias no atendimento à população quanto à prestação dos serviços pelos funcionários, além da modernização da infraestrutura. A partir da implementação de ações de forma integrada, elevou-se o nível de eficiência dos serviços, tornando a Rede SAC de atendimento mais inclusiva.

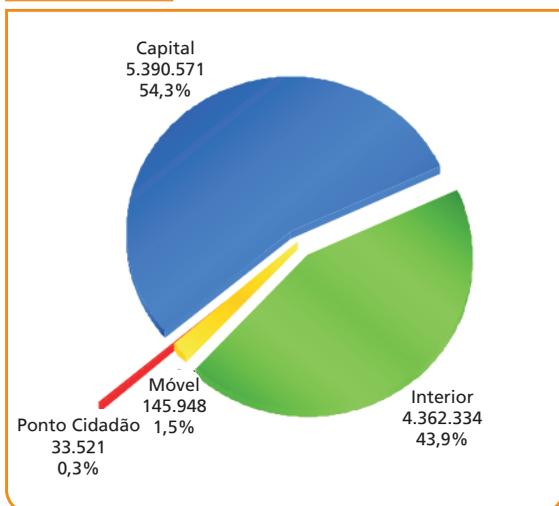
Através de mudanças inseridas na gestão da rede SAC no período 2007-2009, a exemplo de negociações com proprietários de imóveis locados, obteve-se uma economia de cerca de R\$ 1,7 milhão em valores acumulados.

Em função da Prefeitura de Salvador ter requisitado o espaço da Estação de Transbordo do Iguatemi, o Posto ali instalado foi desativado no mês de outubro de 2009, sendo a sua demanda absorvida sem maiores problemas por outras unidades da região. A Rede SAC dispõe atualmente de 35 unidades de atendimento, sendo dez Postos na Capital e 17 no interior, além de seis Pontos Cidadão e duas unidades do SAC Móvel.

No ano de 2009, foram realizados cerca de 9,8 milhões de atendimentos em todo o Estado, como mostram o Gráfico 1 e a Tabela 1.

GRÁFICO 1

**ATENDIMENTOS NOS POSTOS SAC
BAHIA, 2009**



Fonte: SAEB



Unidade Temporária - Iguatemi

Crédito: Ascom/SAEB

TABELA 1

**QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS POR POSTO SAC
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	IDH	POSTO	ATENDIMENTO
Litoral Sul	Ilhéus	0,703	Ilhéus	250.172
	Itabuna	0,748	Itabuna	222.223
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	0,698	Teixeira de Freitas	381.298
	Porto Seguro	0,699	Porto Seguro	228.694
	Eunápolis	0,704	Eunápolis	217.109
Sertão do São Francisco	Juazeiro	0,683	Juazeiro	318.429
Oeste Baiano	Barreiras	0,723	Barreiras	180.096
Piemonte da Diamantina	Jacobina	0,652	Jacobina	122.955
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas	0,729	Alagoinhas	226.756
Portal do Sertão	Feira de Santana	0,740	Feira de Santana	575.610
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	0,709	Vitória da Conquista	323.265
Recôncavo	Sto Antônio de Jesus	0,729	Sto Antônio de Jesus	225.230
Médio Rio de Contas	Jequié	0,693	Jequié	182.036
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	0,690	Senhor do Bonfim	133.418

Continua

Conclusão da Tabela 1

Metropolitano de Salvador	Salvador	0,805	Shopping Iguatemi	1.840.249
			Shopping Barra	1.133.650
			Comércio	955.927
			Cajazeiras	495.528
			Periperi	404.196
			Boca do Rio	173.451
			Transbordo Iguatemi	79.768
			Salvador Shopping	150.944
			Liberdade	58.636
			Pau da Lima	57.384
	Pernambués	40.838		
	Camaçari	0,734	Camaçari	332.248
	Lauro de Freitas	0,771	Lauro de Freitas	272.062
Candeias	0,720	Candeias	170.733	
TOTAL			9.752.905	

Fonte: SAEB

O SAC Móvel tem o objetivo de levar aos cidadãos das localidades do interior do Estado, não atendidas pela rede fixa, os serviços com a mesma qualidade oferecida por esta, além de atuar em eventos orientados à conquista da cidadania. A Secretaria da Administração – SAEB dispõe de dois caminhões dotados de infraestrutura necessária: equipe de atendentes treinados, condicionador de ar, sistema de som, televisão, sanitários, área de espera coberta e uma rede de computadores interligada através da Rede Governo.

Cada carreta possui uma rota específica, de forma a percorrer o maior número de municípios, oferecendo os serviços de emissão de Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Antecedentes Criminais, além de orientações sobre benefícios de previdência e o cadastramento de beneficiários, pelo Centro de Atendimento Previdenciário do Estado – Ceprev, e recebimento de denúncias, reclamações e sugestões relativas aos serviços públicos, através da Ouvidoria Geral do Estado - OGE.



SAC Móvel

O SAC Móvel chega aos locais mais distantes, onde, muitas vezes, crianças e adultos sequer existem como brasileiros por falta da Certidão de Nascimento. Em 2009, foram realizados cerca de 146 mil atendimentos em 164 municípios do interior do Estado e diversos bairros de Salvador, bem como a participação em eventos promovidos por entidades sociais. A Tabela 2 mostra o quantitativo de atendimentos pelo SAC Móvel por Território de Identidade.

Crédito: Ascom/SAEB

TABELA 2

**ATENDIMENTOS DO SAC MÓVEL
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO	QUANTITATIVO DE ATENDIMENTO
Metropolitano de Salvador	25.350
Portal do Sertão	17.035
Baixo Sul	9.973
Recôncavo	8.831
Vale do Jiquiriça	8.449
Médio Rio de Contas	7.911
Irecê	7.369
Sertão do São Francisco	6.728
Litoral Sul	6.426
Bacia do Jacuípe	6.394
Oeste Baiano	5.600
Piemonte Norte de Itapicuru	4.819
Chapada Diamantina	4.759
Piemonte da Diamantina	4.171
Vitória da Conquista	4.037
Semiárido Nordeste II	3.456
Piemonte de Paraguaçu	2.641
Sisal	2.345
Itaparica	2.260
Sertão Produtivo	1.974
Agreste de Alagoinhas/ /Lit. Norte	1.499
Velho Chico	1.292
Bacia da Paramirim	985
Extremo Sul	706
Itapetinga	599
Bacia do Rio Corrente	339
TOTAL	145.948

Fonte: SAEB

EXPANSÃO DA REDE SAC

Postos SAC

Em 2008, teve início uma nova expansão da rede de Postos SAC, com a inauguração dos postos de Pernambuco e Pau da Lima, em Salvador. Em junho de 2009, foi inaugurado o posto do Salvador Shopping, também na capital. Trata-se de uma unidade de médio porte, ocupando uma área de 1.520m², disponibilizando ao cidadão cerca de 100 serviços.



SAC Salvador Shopping

Com investimentos na ordem de R\$ 1,8 milhão, a unidade é fruto da parceria do Governo do Estado com o Shopping, que arcou com cerca de 60% dos gastos com a implantação do novo Posto.



SAC Salvador Shopping

Crédito: Ascom/SAEB

Crédito: Ascom/SAEB

Crédito: Ascom/SAEB



Crédito: Ascom/SAEB

SAC Salvador Shopping



Crédito: Ascom/SAEB

SAC Salvador Shopping

O Posto do Salvador Shopping conta com o “Alô SAC”, linha telefônica ligada diretamente com a Ouvidoria SAC, por meio do qual o cidadão pode registrar elogios, reclamações, sugestões e solicitações, bem como obter informações sobre os serviços disponíveis.

Novos serviços foram disponibilizados à população, inclusive uma área de lazer, onde as crianças podem desenvolver atividades lúdicas enquanto seus responsáveis aguardam o atendimento.



Crédito: Ascom/SAEB

Área de Lazer – SAC Salvador Shopping

Foi também implantada, neste Posto, a primeira unidade para vistoria de veículos fora do Detran, visando descentralizar o atendimento e, com isso, trazer mais comodidade e redução no tempo de espera do cidadão. A vistoria acontece com hora marcada, no estacionamento do *shopping*, ao lado do SAC, em área devidamente adequada com a infraestrutura necessária, incluindo a ins-

talação de boxes apropriados à inspeção, selagem e uma sala para a associação de fabricantes de placas.

Neste local, estão sendo realizados, inicialmente, a transferência de propriedade de veículos, mudança de município, segunda via do Certificado de Registro de Veículo - CRV, e recadastramento de veículos de outra unidade da Federação.

Esses serviços estavam concentrados na sede do Detran, que diariamente realizava entre 300 e 350 vistorias. Com essa medida, pretende-se descentralizar até 20% do atendimento. Estão sendo agendadas inicialmente 30 vistorias por dia e, após a avaliação do funcionamento e realização dos ajustes necessários, o quantitativo/dia será ampliado para 60 vistorias.

O Posto SAC do Salvador Shopping, localizado em uma região das mais movimentadas da capital baiana, até o mês de dezembro de 2009 realizou 150.944 atendimentos, contribuindo enormemente para redução da demanda não atendida registrada em anos anteriores.

Em 2010, mais dois postos entrarão em operação, como parte do plano de interiorização do atendimento do SAC, que visa levar os serviços aos principais centros regionais, ampliando, dessa forma, a capilaridade da Rede.

Com investimento de R\$ 1,9 milhão, será implantada, no primeiro semestre de 2010, uma unidade de porte médio, no município de Irecê, com estrutura para 12.500 atendimentos mensais, beneficiando toda a região circunvizinha.

No segundo semestre de 2010, outro Posto SAC será implantado em Feira de Santana, que receberá seu segundo Posto SAC em função da crescente demanda na unidade já existente na cidade, que realiza uma média de 60 mil atendimentos mensais. O Governo da Bahia investirá na implantação deste Posto, cerca de R\$ 4 milhões, beneficiando os 900 mil habitantes residentes nos 17 municípios do Território Portal do Sertão.

Ponto Cidadão



Com o intuito de dinamizar a expansão do atendimento SAC no interior do Estado, foi elaborado, em 2008, o projeto Ponto Cidadão, unidade que emite os documentos essenciais para o exercício da cidadania. Com a evolução do projeto foram definidos modelos de parceria com os municípios, agregando também os serviços de seguro-desemprego e intermediação para o trabalho. De junho de 2008 a dezembro de 2009, foram inaugurados seis pontos de atendimento.

Em janeiro de 2009 foi inaugurado o quarto Ponto Cidadão, desta vez na cidade de Cruz das Almas, município situado no Território do Recôncavo, que tem uma população estimada em 60 mil habitantes.

O Ponto oferece aos cidadãos do município e regiões circunvizinhas os serviços de Carteira de Identidade, CPF, Antecedentes Criminais e de Carteira de Trabalho. As instalações são compartilhadas com o Serviço de Intermediação para o Trabalho – SineBahia, que oferece serviços de seguro-desemprego e intermediação para o trabalho.



Crédito: Ascom/SAEB

Ponto Cidadão Cruz das Almas



Crédito: Ascom/SAEB

Ponto Cidadão Cruz das Almas

No mês de agosto de 2009, foi a vez do cidadão de Mucugê, a 450km de Salvador, situado na Chapada Diamantina, ter o acesso facilitado à documentação básica e cidadania, com a inauguração do Ponto Cidadão. A instalação desse Ponto Cidadão é resultado de um investimento conjunto do Estado e a Prefeitura de Mucugê, que cedeu espaço físico com as devidas reformas e adaptações, bem como pessoal e mobiliário. Por estar instalado em um imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, o Ponto Cidadão foi implantado de modo a preservar as características originais do edifício.

O Ponto Cidadão de Mucugê oferece, aos 15 mil moradores do município e aos 90 mil habi-

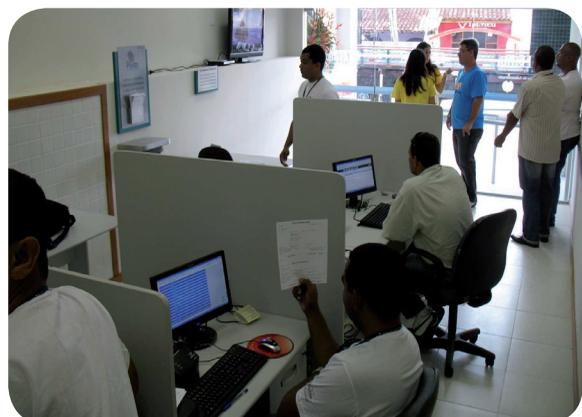


Ponto Cidadão Mucugê

tantes de regiões circunvizinhas, os serviços de emissão de Carteira de Identidade, CPF, Antecedentes Criminais e Carteira de Trabalho. Este é o primeiro Ponto Cidadão a contar com uma linha telefônica para acesso exclusivo à Ouvidoria Geral do Estado, através da qual o cidadão poderá obter informações sobre as ações e programas de governo, além de fazer críticas e apresentar sugestões.

Em outubro de 2009, foi inaugurado o Ponto Cidadão de Coaraci, município a 442km de Salvador, localizado no Território Litoral Sul, beneficiando os 23 mil moradores da cidade e de municípios circunvizinhos com os serviços de documentação básica. Foi implantado em regime de parceria com a Prefeitura do município, que cedeu o espaço físico com as devidas adaptações, bem como pessoal, mobiliário e equipamentos, ficando o Governo do Estado responsável pelo apoio logístico, capacitação de pessoal e gestão da unidade.

O principal benefício do Ponto Cidadão é que a população passa a contar com atendimento



Ponto Cidadão Coaraci



Ponto Cidadão Coaraci

Crédito: Ascom/SAEB

mais acessível e eficaz, viabilizando a participação em programas sociais, como a busca por alternativas no mercado de trabalho e oportunidades de geração de renda, além de eliminar os gastos com o deslocamento do lugar onde residem para obtenção dos documentos básicos. Até dezembro de 2009, foram realizados 37.631 atendimentos pelos seis Pontos Cidadão recém-inaugurados, conforme demonstrado na Tabela 3 e no Gráfico 2.

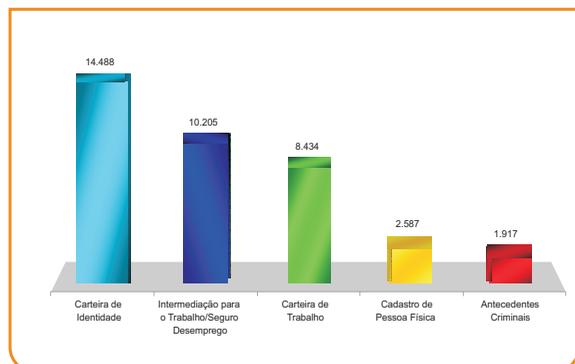
TABELA 3 ATENDIMENTOS PONTO CIDADÃO
BAHIA, 2008-2009

PONTO CIDADÃO	INAUGURAÇÃO	Nº DE ATENDIMENTOS A PARTIR DA INAUGURAÇÃO
Central	Junho/2008	6.617
Presidente Tancredo Neves	Julho/2008	4.566
Inhambupe	Novembro/2008	4.591
Cruz das Almas	Janeiro/2009	20.068
Mucugê	Agosto/2009	840
Coaraci	Outubro/2009	949
TOTAL		37.631

Fonte: SAEB

GRÁFICO 2

ESTATÍSTICA PONTO CIDADÃO
BAHIA, 2008-2009



Fonte: SAEB

REFORMA DE UNIDADES SAC

Com o intuito de preservar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão, os postos da Liberdade, Iguatemi e Santo Antônio de Jesus passaram por serviços de reforma em suas instalações, tornando o ambiente mais confortável para os usuários dos serviços, a exemplo da sala de espera climatizada e instalação da TV SAC na Liberdade, a readaptação da área ocupada no Iguatemi e ampliação da área do posto SAC de Santo Antônio de Jesus. Encontra-se em andamento a reforma da unidade de Vitória da Conquista, com conclusão prevista para março de 2010.

SAC – AÇÕES ESPECIAIS

Ao longo de 2009, o SAC desenvolveu um conjunto de ações especiais, de cunho sazonal, integrantes do seu plano de operações, além de participar de iniciativas comunitárias, a exemplo do Programa Ação Global, realizado no mês de

maio, no Parque de Exposições de Salvador. No evento, foram emitidos, gratuitamente, mil documentos de identidade, além de Certidão de Nascimento. O programa acontece há 16 anos na Bahia, promovido pelo Serviço Social da Indústria – Sesi, Rede Globo, e outras 120 entidades parceiras.

PARTICIPAÇÃO DO SAC EM INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

CIDADE / BAIRRO

Diversos Bairros

Pernambués

Parque de Exposições

Cajazeiras

Liberdade

Itabuna

Barreiras

Feira de Santana

Jequié

Camaçari

EVENTOS

Sociedade dos Bairros

Balanço Geral dos Bairros

Dia do Trabalhador Doméstico

Minha Casa, Minha Vida

ISO Em Ação

Feira da Saúde - Cajaarte

Dia da Ação Social

Mutirão Social

Mutirão da Cidadania

Ação Civil Social

Semana do Trabalhador

Dia da Mulher

Dia da Responsabilidade Social

II Feira da Cidadania

Carnaval em Salvador

No período da festa de Momo, as unidades do SAC Móvel marcaram presença em pontos estratégicos nas adjacências dos circuitos carnavalescos, com

uma carreta em Ondina e outra no Vale do Canela. Foram realizados 18.947 atendimentos relativos a emissão de documentos, distribuição de preservativos e de pulseiras para identificação de menores, assim como informações diversas aos foliões.



Crédito: Ascom/SAEB



Crédito: Ascom/SAEB

SAC Móvel – Carnaval

Rota da Independência

Entre os dias 24 de junho e 2 de julho de 2009, o SAC realizou 4.193 atendimentos nas cidades de Cachoeira, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Muritiba, Maragogipe, Governador Mangabeira e Santo Amaro. A iniciativa faz parte da Rota da Independência do SAC Móvel, que integra as comemorações da Independência da Bahia. Além da emissão gratuita de carteira de identidade, também foram disponibilizados os serviços de cadastramento de pensionistas, registros na Ouvidoria Geral do Estado, certidão de nascimento, antecedentes criminais e CPF. Participaram também da ação a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, com o Núcleo de Direitos Humanos – NUDH e a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, prestando orientações jurídicas aos cidadãos, e a Fundação Pedro Calmon – FPC, que promoveu aulas públicas, sa-raus de poesias, entre outras atividades culturais.

PROGRAMA VOCÊ CIDADÃO

Concebido com o intuito de promover a conscientização da população baiana sobre a importância do exercício da cidadania, e intensificar as oportunidades de inclusão social, o Programa Você Cidadão consiste na realização de eventos de grande abrangência em espaços públicos, nos quais são oferecidos, gratuitamente, diversos serviços, a exemplo da emissão de carteira de identidade, orientação jurídica, cuidados com a higiene bucal, informações de interesse público, corte de cabelo, distribuição de sopa e ações voltadas à educação para o trânsito. O público alvo abrange a população jovem e comuni-

dades das regiões carentes e de maior concentração populacional da capital e interior do Estado.

Desde o seu lançamento, em 2008, foram realizadas seis edições do Você Cidadão na Praça, sendo três nos bairros de Periperi, Cajazeiras e Pau da Lima, em Salvador e as demais nas cidades de Central, Presidente Tancredo Neves e Cruz das Almas. Ao todo, cerca de 44 mil atendimentos foram realizados no âmbito do programa.

SAC EDUCAÇÃO

Inaugurado no Dia do Professor, 15 de outubro de 2009, o SAC Educação é uma unidade exclusiva para atendimento aos servidores da Secretaria da Educação – SEC, montado com base no conhecimento, tecnologia e diretrizes do modelo SAC de atendimento. A nova unidade está localizada em Salvador, na Avenida França s/nº, Ed. Instituto do Cacau, 1º andar – Comércio, e está preparada para atender aos 18 mil profissionais da SEC lotados na Região Metropolitana de Salvador – RMS.

Após a realização dos ajustes necessários na operacionalização do posto da capital baiana, o modelo será replicado nas 31 Diretorias Regionais de Educação – Direc, sediadas no interior do Estado, disponibilizando, dessa forma, o atendimento padrão SAC para todos os 65 mil servidores da SEC.

No desenvolvimento do Projeto SAC Educação foi efetuado um rigoroso levantamento de informações de modo a assegurar a viabilidade da disponibilização dos serviços nos postos de forma integrada.

Tecnologia Utilizada no SAC Educação

- Sistema de gerenciamento de filas - SAC Atende;
- Programa educativo e de entretenimento disponibilizado na área de espera - TV SAC
- Funcionários do Programa Mais Futuro para triagem e fornecimento de informações;
- Definição de perfil, seleção e treinamento de pessoal para atendimento;
- Levantamento de serviços e definição de modelo de atendimento;
- Definição de ferramenta de comunicação com o cliente, visando medir a qualidade do atendimento e embasar os trabalhos da Ouvidoria;
- Melhoria dos processos internos e estruturação das áreas internas da SEC, para atender à demanda do Posto.

Serviços Disponíveis

- Superintendência de Pessoal - SEC:
 - Informações;
 - Orientações;
 - Entrada e acompanhamento de processos;
 - Certidões.
- Ouvidoria SEC;
- Simulação de Aposentadoria - SAEB.



MAPA 2

LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS BAHIA, 2009 "VOCÊ CIDADÃO"



Fonte: SAEB/SAC

INCLUSÃO SOCIAL

Portadores de Necessidades Especiais

O Governo do Estado, em uma iniciativa para inclusão dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, firmou contrato com a Associação Baiana de Deficientes Físicos – Abadef, e, assim, desde fevereiro de 2009, a rede SAC contratou 40 profissionais com algum tipo de limitação física para reforçar suas equipes de atendimento. Após passarem por um período de treinamento e adaptação às atividades de atendimento ao público, os novos técnicos passaram a desempenhar suas atividades profissionais nos Postos da RMS.

Programa Mais Futuro

Antecipando-se à regulamentação do Programa Nacional de Aprendizagem Profissional na Administração Pública, o Governo da Bahia criou o Programa Mais Futuro, uma iniciativa pioneira que foi concebida visando possibilitar a experiência profissionalizante para os jovens estudantes da rede pública, em situação de vulnerabilidade social. Desde janeiro de 2009, 150 jovens selecionados, no âmbito do programa, atuam nas funções de recepção, triagem e apoio no atendimento das unidades SAC da capital.

Programa Mais Futuro - Principais Objetivos

- Promover meios e recursos para a celebração do primeiro contrato de trabalho, na condição de aprendiz, de jovens entre 14 e 24 anos;
- Instrumentalizar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho formal;
- Propiciar a melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos, através da capacitação dos jovens que realizarão atendimento direto à população;
- Redistribuir renda e aumentar a auto-estima, dignidade e capacidade de consumo da população em situação de vulnerabilidade social.

O jovem selecionado celebra um contrato de 30 horas semanais, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, por dois anos, com salário de R\$ 450, com direito a plano de saúde e auxílios para o lanche e transporte. Ao longo do período do contrato, será ministrada uma capacitação de cerca de 400 horas nos seguintes conteúdos: Ética e Cidadania, Conhecendo o Ambiente de Trabalho, Qualidade Total, Comunicação Empresarial, Matemática relacionada ao trabalho, Administração Pública, Informática Básica e Avançada, Qualidade no Atendimento e Empreendedorismo.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SAC

A pesquisa junto ao cidadão tem sido uma das ferramentas mais utilizadas como forma de mensurar a aceitação da população quanto às ações inovadoras

implantadas nos serviços SAC, bem como aferir a qualidade do atendimento prestado pela Rede.

TV SAC

Montada a partir de um circuito interno de comunicação eletrônica e com uma proposta educativa, a TV SAC oferece uma programação dinâmica e atraente, contribuindo para que o tempo ocioso nas filas de espera do SAC possa ser ocupado com informação de utilidade pública, orientações sobre os serviços prestados e entretenimento. A implantação da TV SAC nos postos ocorreu a partir de dezembro de 2008 e, após seis meses de funcionamento, foi realizada uma pesquisa de opinião nos postos de atendimento da capital, onde foram entrevistadas 1.079 pessoas, tendo como objetivos específicos:

- Avaliar o grau de percepção e aceitação;
- Avaliar a satisfação da população com a programação exibida;
- Identificar a necessidade de correção no conteúdo exibido.

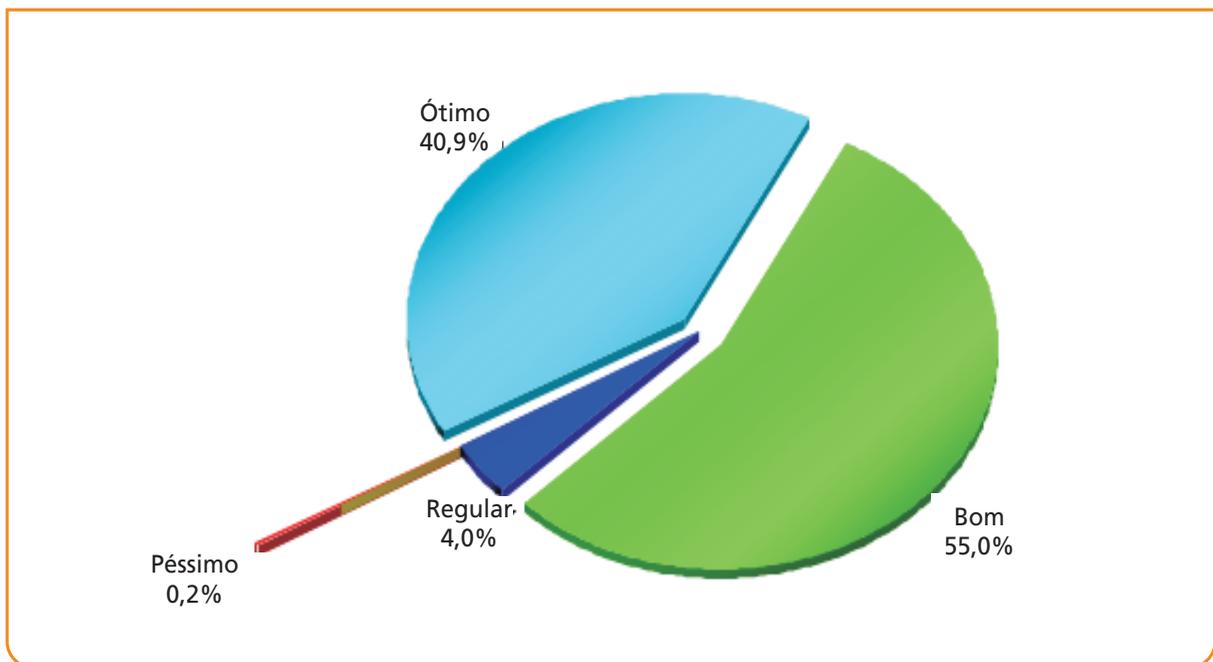
Os cidadãos entrevistados solicitaram que fossem incluídos na programação conteúdos que abordassem os seguintes temas: vagas de emprego, noticiário,

como elaborar um currículo, como realizar uma boa entrevista de emprego, direitos do cidadão, dicas de outros idiomas como Inglês e Espanhol, apresentação musical e a reforma ortográfica.

O Gráfico 3 apresenta a síntese do resultado da pesquisa, enquanto os Gráficos 4 e 5 mostram as principais sugestões de melhorias na programação da TV SAC.

GRÁFICO 3

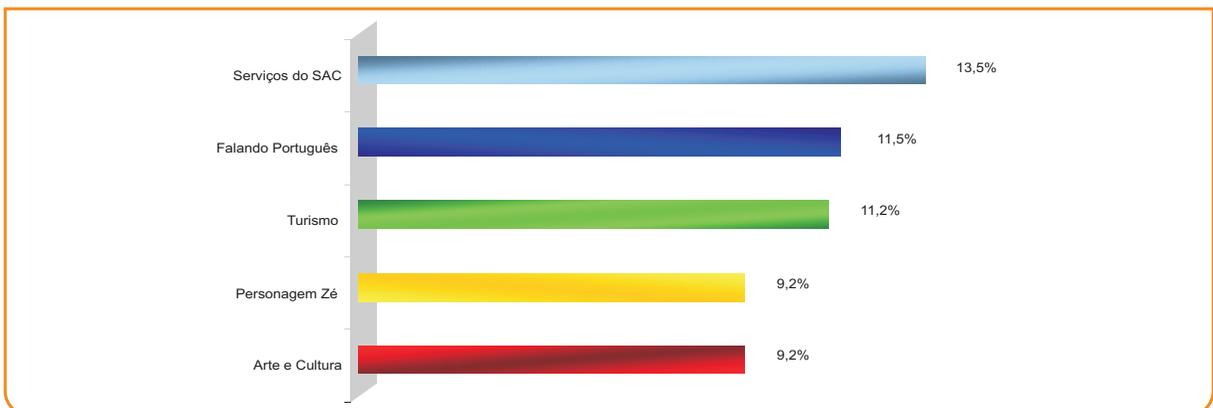
TV SAC - GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

GRÁFICO 4

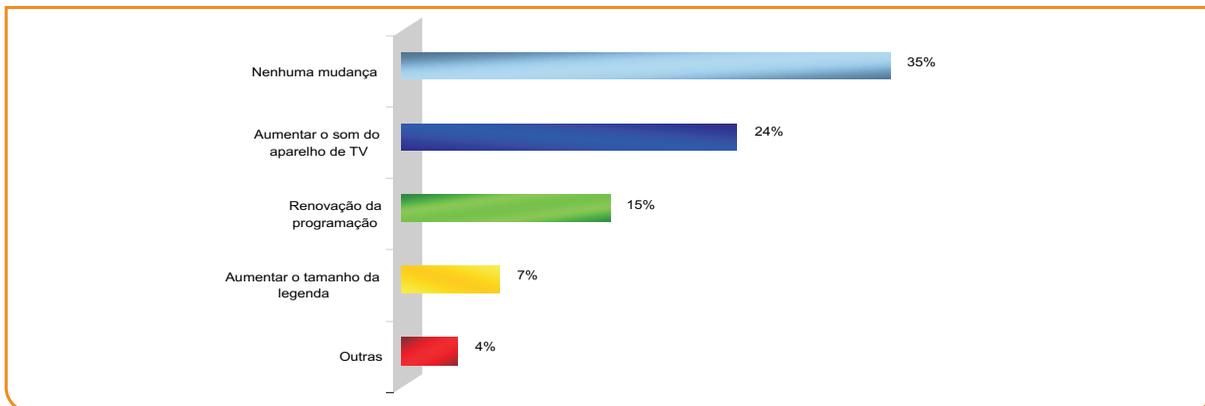
AValiação da TV SAC - Assuntos Mais Interessantes da Programação Bahia, 2009



Fonte: SAEB

GRÁFICO 5

AVALIAÇÃO DA TV SAC - O QUE PODE MELHORAR NA TV SAC BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

Avaliação Ponto Cidadão

A fim de aperfeiçoar o atendimento prestado nos Pontos Cidadão, foi elaborada, em 2009, uma pesquisa com três objetivos específicos:

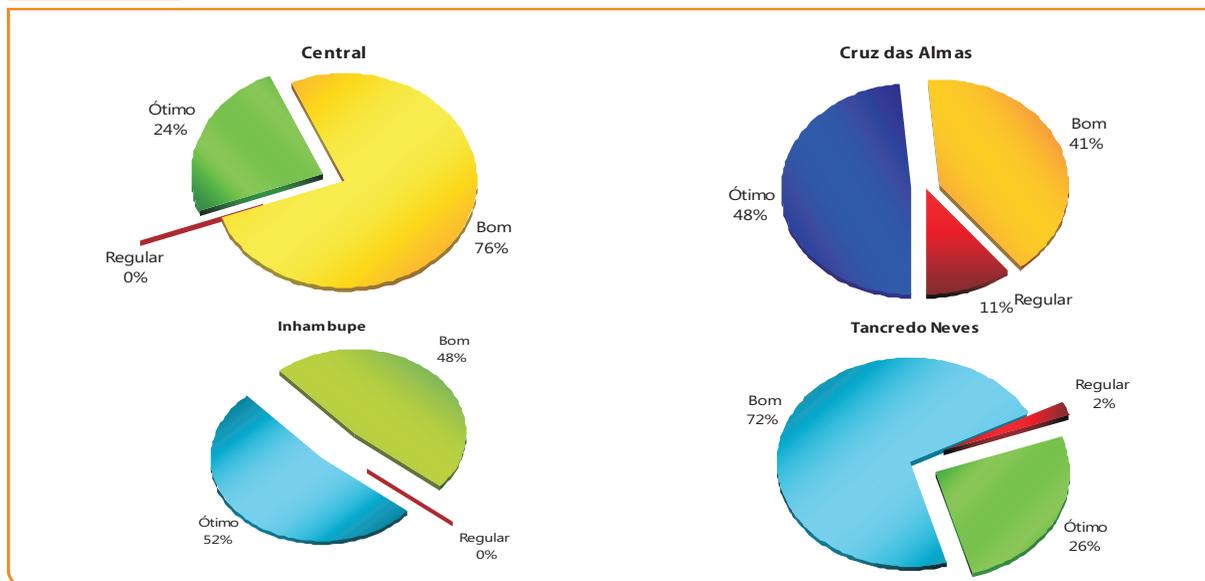
- Avaliar o grau de satisfação dos cidadãos residentes nos municípios onde estão implantados os Pontos Cidadão;
- Comprovar a efetividade dos objetivos propostos para o projeto;
- Identificar as oportunidades de melhoria para

as unidades em operação e ajustes para as que estão em fase de implantação.

Os pesquisadores permaneceram um dia em cada município, tendo sido entrevistadas 407 pessoas dentre as que utilizaram os serviços dos Pontos Cidadão e a população em geral, em espaços com grande movimentação, a exemplo de feiras livres. O resultado da pesquisa atesta a boa recepção da população ao projeto, bem como indica os caminhos para o aprimoramento dos serviços prestados, como demonstrado nos Gráficos 6, 7, 8, 9 e 10 e na Tabela 4.

GRÁFICOS de 6 a 9

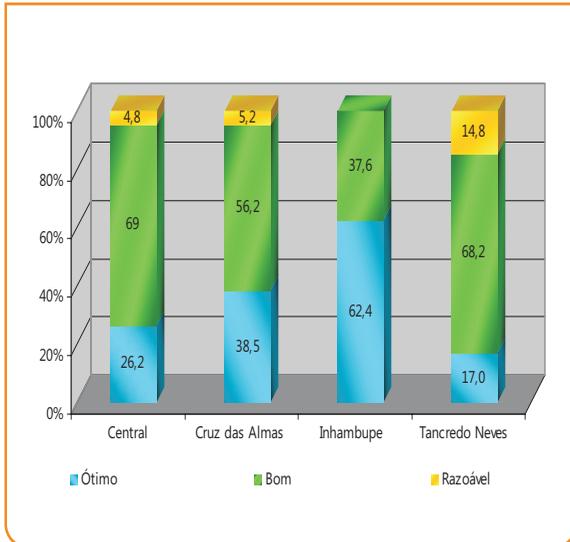
PESQUISA PONTO CIDADÃO – GRAU DE SATISFAÇÃO BAHIA, 2008-2009



Fonte: SAEB

GRÁFICO 10

PESQUISA PONTO CIDADÃO - OPINIÃO SOBRE A LOCALIZAÇÃO - BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

TABELA 4

SERVIÇOS SUGERIDOS AO PONTO CIDADÃO POR SEUS USUÁRIOS BAHIA, 2009

SERVIÇO	%
Registro de Nascimento	36,8
Bolsa Família	29,0
Ceprev	12,6
Título de Eleitor	0,8
Alistamento Militar	0,6
Renovação de Habilitação	0,6
INSS	0,4
Não declarou	19,2
TOTAL	100,0

Fonte: SAEB

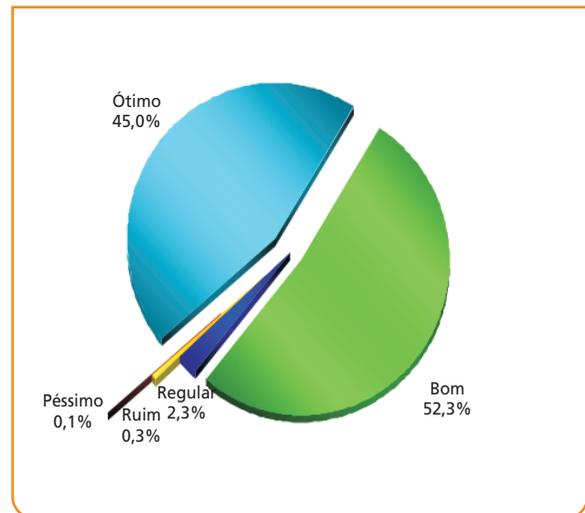
Jovem Aprendiz - Programa Mais Futuro

Decorridos seis meses do início da atividade profissional dos jovens aprendizes do Programa Mais Futuro nas unidades SAC, foi realizada uma pesquisa visando avaliar o grau de percepção e aceitação

dos clientes dos postos de atendimento ao cidadão quanto ao Programa Mais Futuro, bem como verificar a qualidade do atendimento prestado. Foram entrevistados 1.038 cidadãos que utilizaram os serviços nos turnos matutino e vespertino, e o resultado foi considerado excelente, como se observa nos Gráficos 11 e 12.

GRÁFICO 11

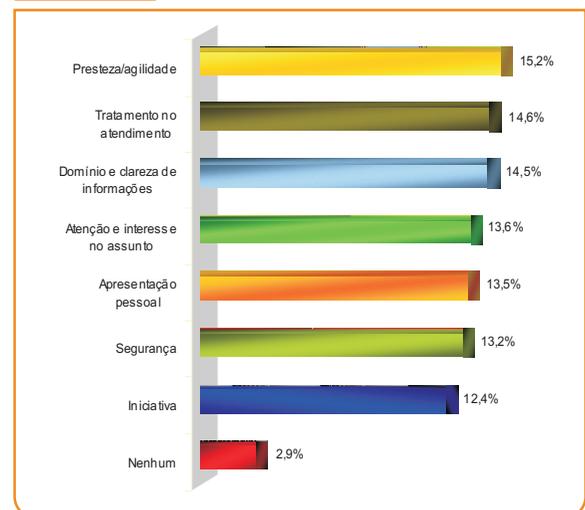
PROGRAMA MAIS FUTURO - GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO - BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

GRÁFICO 12

PROGRAMA MAIS FUTURO - PONTOS POSITIVOS NO ATENDIMENTO - BAHIA, 2009



Fonte: SAEB



Pesquisa – Programa Mais Futuro

MELHORIAS NA MOBILIDADE DO CIDADÃO

PROGRAMA ESTADUAL DE RENOVAÇÃO DE FROTA

Elaborado com a premissa de modernizar a frota no horizonte de quatro anos, garantindo uma melhor qualidade aos usuários dos serviços de transporte, o Programa de Renovação de Frota do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros – STRIP se constitui no maior investimento de transporte do Estado.

Em 2009, cerca de dez milhões de passageiros do transporte intermunicipal metropolitano passaram a contar com mais 228 novos ônibus, o que representa um investimento de R\$ 68,4 milhões. Em dois anos de atuação do Programa, as empresas concessionárias adquiriram 1.035 ônibus novos.

Após a iniciativa do Estado, a idade média da frota, que era de 13 anos, foi reduzida para 5,8 anos. O objetivo é alcançar, em 2010, redução para 4,5 anos. A renovação é um exemplo de que a parceria entre Governo e Empresas Privadas, feita de forma transparente e cooperativa, resulta na oferta de melhores serviços para a população.

LEI DO SISTEMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A Lei do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovada por una-

nimidade pela Assembléia Legislativa em 30 de janeiro de 2009, e sancionada em 18 de fevereiro pelo Governador do Estado, regulamenta cinco subsistemas de transporte: Complementar, Estrutural, Regional, Rural e Metropolitano.

A regulamentação do transporte Complementar tem como objetivo tirar da clandestinidade milhares de pessoas que trabalham no setor, garantindo a manutenção do emprego, a abertura de novos postos de trabalho e, principalmente, a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

As informações existentes apontam que a Bahia conta com cerca de 7.500 veículos operando no transporte clandestino, enquanto que a frota regular do sistema intermunicipal é composta por cerca de 3.000 ônibus, que movimentam por mês, aproximadamente, dez milhões de usuários.

De acordo com a Lei nº 11.378/2009, os serviços públicos de Transporte do Subsistema Complementar poderão ser prestados por qualquer pessoa física, desde que resida em localidade integrante do percurso da linha há mais de cinco anos, sendo admitida a exploração individual dos serviços, com apenas um veículo por permissionário, através de procedimento licitatório e demais requisitos que constam na minuta do Regulamento a ser implantado, com prazo de exploração da linha de cinco anos, prorrogável por mais cinco.

Para incentivar a aquisição de carros novos para a frota do Sistema Complementar, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba construiu uma parceria com a Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A – Desenhavia, visando a criação de uma linha de financiamento especial.

Com o propósito de obter subsídios e informações adicionais para o processo decisório, que envolve a regulamentação do Subsistema Complementar do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia – SRI, a Agerba promoveu 14 Audiências Públicas, com a participação de representantes da sociedade civil, empresários do setor de transporte, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereado-

res, sindicatos e cooperativas de transporte, nas seguintes cidades: Juazeiro, Salvador, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Vitória da Conquista, Jequié, Paulo Afonso, Itabuna, Seabra, Irecê, Entre Rios, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas.

Com as contribuições recebidas, foi elaborada a minuta do Decreto e, em novembro de 2009, publicado o Decreto nº 11.832, que regulamenta a Lei nº 11.378, instituindo a Política Estadual de Transporte Intermunicipal de Passageiros – Potip, e que aprova o Regulamento do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia – SRI.

EXPANSÃO DA TELECOMUNICAÇÃO NO ESTADO

Ampliação, Operação e Manutenção das Estações de Retransmissão do Sinal da TV Educativa

A Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA tem, dentre suas atribuições, a responsabilidade de prover a ampliação, operação e manutenção das Estações de Retransmissão de Sinal da TVE em todo o Estado. Em 2009, foram agregadas ao sistema 56 novas estações de retransmissão, beneficiando 350 mil habitantes.

Neste Governo, o sinal da TVE foi disponibilizado para 88 novas sedes de municípios e 27 povoados, com investimento da ordem de R\$ 11 milhões, beneficiando uma população de aproximadamente 700 mil pessoas. O Quadro 1 detalha a evolução das atividades realizadas no período 2008-2009, enquanto o Gráfico 13 mostra a ampliação do sinal da TVE em sedes municipais e povoados da Bahia, no mesmo período.

QUADRO 1

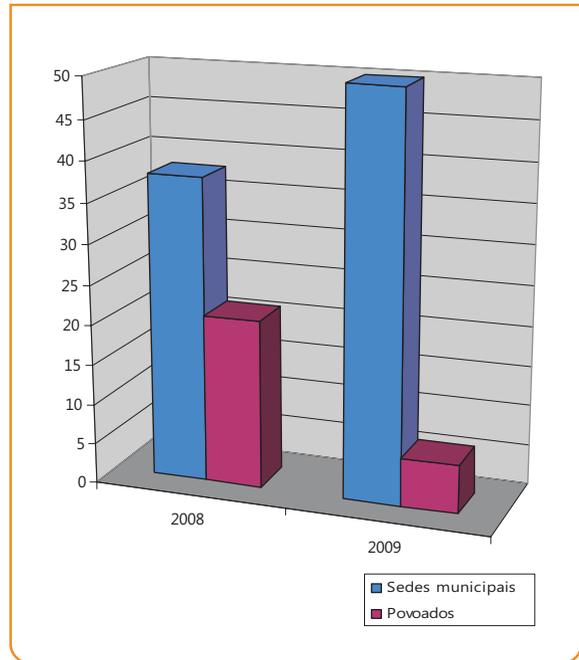
EVOLUÇÃO DAS ATIVAÇÕES - REALIZAÇÃO ANUAL BAHIA, 2008-2009

DESCRIÇÃO	Nº DE ESTAÇÕES		
	2008	2009	TOTAL
Sedes Municipais	38	50	88
Povoados	21	6	27
TOTAL	59	56	115

Fonte: SEINFRA/Supec/Dicom

GRÁFICO 13

AMPLIAÇÃO DO SINAL DA TVE BAHIA, 2008-2009



Fonte: SEINFRA/Supec/Dicom

Com o propósito de reduzir o número de estações fora do ar para um percentual abaixo de 10%, a SEINFRA promoveu licitação para aquisição de novos equipamentos com a finalidade de recuperar e realizar manutenção nas estações que apresentem problemas técnicos, como também as que estão fora de operação.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO: OUVIDORIA DA AGERBA

A Ouvidoria assegura ao cidadão a oportunidade de participação na gestão pública, traduzida na capacidade de manifestar suas sugestões, reclamações, críticas e elogios sobre os serviços prestados, observados os princípios da transparência e da ética.

A Ouvidoria da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, canal permanente de comunicação entre o cidadão e as concessionárias de serviços públicos, em 2009, registrou 3.112 solicitações na área de transportes e terminais, estando 2.780 finalizadas e as demais em andamento. A Tabela 5 trata das manifestações da sociedade, através da Ouvidoria da Agerba no ano de 2009.

TABELA 5

**OUVIDORIA DA AGERBA -
STATUS DAS SOLICITAÇÕES
BAHIA, 2009**

STATUS DAS SOLICITAÇÕES	Nº DE RECLAMAÇÕES	% DE RESOLUBILIDADE
Solucionadas	2.780	89,3
Em tramitação	332	
TOTAL	3.112	

Fonte: SEINFRA/Agerba

Em 2009, em cumprimento às diretrizes do Governo do Estado, a Bahiagás reforçou o papel da Ouvidoria, que registrou 130 manifestações devidamente respondidas ao usuário. Destas, 96,2% já foram solucionadas.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS E COMBATE AO TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS

A Agerba, por intermédio dos 12 Polos Regionais localizados no interior e três na Região Metropolitana de Salvador – RMS, vem combatendo o transporte clandestino de passageiros, em conjunto com a Polícia Rodoviária Estadual – PRE, Polícia Rodoviária Federal – PRF e Polícia Militar – PM-BA. Nessas operações, foram realizadas 1.329 *blitze*, sendo autuados/apreendidos 1.767 veículos, garantindo a segurança dos usuários.

Em cumprimento ao Regulamento do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia, foram realizadas inspeções nas frotas de veículos das empresas do sistema de fretamento, sendo vistoriados 7.837 veículos em 2009.

Foram emitidas 2.220 Licenças Especiais de Transporte, enquanto que os Polos emitiram 15.258 Licenças Especiais de Transporte – Viagem Eventual.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE – CLN

A Concessionária responsável pelo trecho compreendido entre a ponte sobre o Rio Joanes até a entrada de Praia do Forte, na Rodovia BA-099, executou, em 2009, as seguintes atividades de restauração e conservação:

- Serviços rotineiros de roçagem, desobstrução de bueiros, varredura de pontes, limpeza de caletas de drenagens e meio-fios;
- Serviços de manutenção da pavimentação asfáltica de parte do trecho da BA-099;
- Recuperação de revestimento em paralelepípedo do trecho de acesso à Praia do Forte;
- Obras de recuperações das erosões ao longo da BA-099, pelo sistema construtivo conhecido como “rip-rap”, em especial nos taludes entre os Km 152 e 170, além de outros pontos localizados;
- Ações emergenciais necessárias pela ocorrência de chuvas torrenciais, como implantação de completa sinalização de segurança, serviços de drenagens com recuperação de galerias e reparos da pavimentação asfáltica.

Prosseguem as atividades socioambientais junto às comunidades de Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, compreendendo:

- Projeto Alternativas Alimentares e Agricultura Orgânica – 6ª edição;
- Projeto Geração de Renda e Inclusão Social dos Jovens na Bahia.

Foram implantados, em setembro de 2009, os projetos a seguir:

- Projeto Trânsito Legal, objetivando promover atividades educativas de valorização da vida junto aos pedestres, ciclistas e motociclistas;
- Projeto Novos Horizontes, com o objetivo de capacitar pescadores e marisqueiros da Costa dos Coqueiros.

ADVOCACIA DO ESTADO

AS FUNÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Responsável pelo patrocínio da defesa, em Juízo, dos bens e interesses públicos subjetivados do Estado da Bahia, exercendo assim, com exclusividade, a advocacia pública estadual, a Procuradoria Geral do Estado – PGE tem ainda por dever constitucional atuar preventivamente nas diversas etapas de formação da vontade estatal e da gestão da coisa pública, cabendo-lhe velar pela correção jurídica e pela rigidez ética das decisões governamentais em seu mais amplo sentido.

A essencialidade da advocacia pública é uma exigência do Estado democrático e de direito que, não comportando arbítrio, reclama, para sua conformação e sobrevivência, fortes instrumentos de controle para assegurar a hegemonia de princípios que são os pilares e a própria alma do regime republicano: a legalidade (conformidade do agir estatal à lei em sentido formal), a legitimidade (adequação das opções políticas aos anseios dos governados), a impessoalidade (atenção aos fins de interesse público), a economicidade (obtenção do melhor produto ou serviço ao menor custo) e a moralidade (atuar probo e honesto).

Nisto consiste precisamente o papel de uma Procuradoria Geral de Estado na organização política brasileira - o de guardião dos princípios republicanos de governo, fins que orientam e justificam a institucionalização das atividades de consultoria e assessoramento jurídico, representação judicial e extrajudicial do Estado e sua afetação a um quadro organizado de advogados públicos recrutados pelo sistema do mérito, mediante concurso de ampla convocação.

EM BUSCA DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para dar mais eficiência e celeridade na atuação do órgão, a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, votada na Assembléia Legislativa durante o período da convocação extraordinária, foi sancionada pelo Governador em solenidade na Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem.

A nova Lei Orgânica visa fortalecer a carreira, dando mais agilidade e eficiência na atuação do órgão. A matéria traz inovações que permitem a ampliação do quadro de procuradores, a criação de carreira de apoio ao Grupo Ocupacional “Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da PGE”, e de um modelo organizacional mais funcional e flexível, além da instituição de um prêmio para os servidores administrativos. A lei sancionada permitirá a redução da quantidade de pareceres em um mesmo processo, através da súmula de uniformização administrativa e a instalação de núcleos setoriais da PGE em matérias consideradas prioritárias para a Administração Pública.

No Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado, aprovado pelo Governador com a

edição do Decreto nº 11.738, de 30.09.2009, procurou-se estabelecer ferramentas capazes de viabilizar o escopo na nova Lei Orgânica, que tem como diretrizes a desburocratização na tramitação dos processos e a celeridade no atendimento da Administração.

Para superar as dificuldades que enfrenta pela precariedade das instalações disponíveis, foi autorizada licitação, através da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, para reforma do prédio, com vistas a reforma e adaptação do atual prédio das Voluntárias Sociais da Bahia, onde, em breve, será instalada a nova sede da PGE.

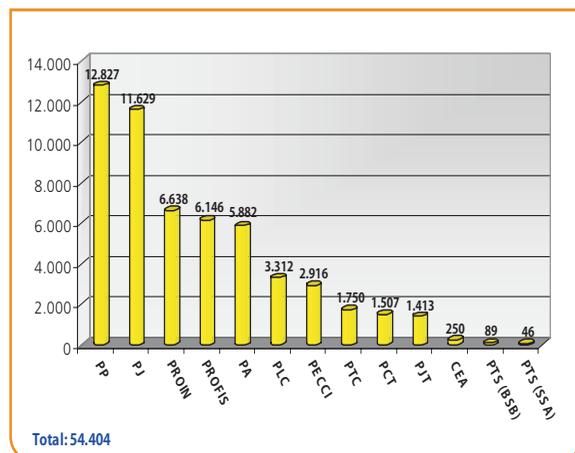
DESEMPENHO DA PGE EM 2009

Estatística da Demanda Recebida e Cumprida em 2009

Verificou-se, em 2009, um significativo aumento das consultas recebidas e dos processos judiciais promovidos contra o Governo do Estado. Comparando-se ao ano anterior, essa demanda teve um incremento de 4%, com um total de 54.404 consultas em 2009, contra 52.138, registradas em 2008, conforme demonstrado nos Gráficos de 14 a 19.

GRÁFICO 14

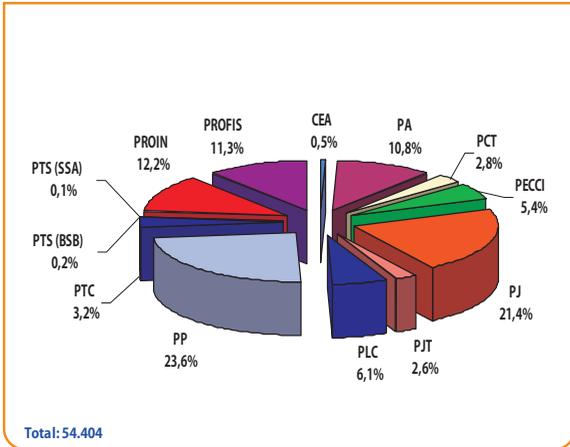
DEMANDA DE PROCESSOS À PGE POR UNIDADE BAHIA, 2009



Fonte: SICAJ

GRÁFICO 15

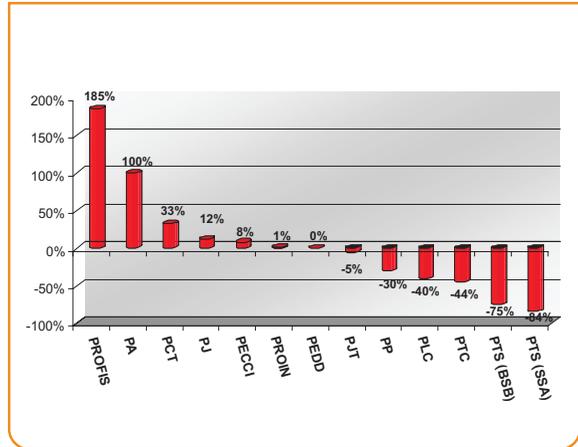
DEMANDA DE PROCESSOS - PGE POR UNIDADE BAHIA, 2009



Fonte: SICAJ

GRÁFICO 18

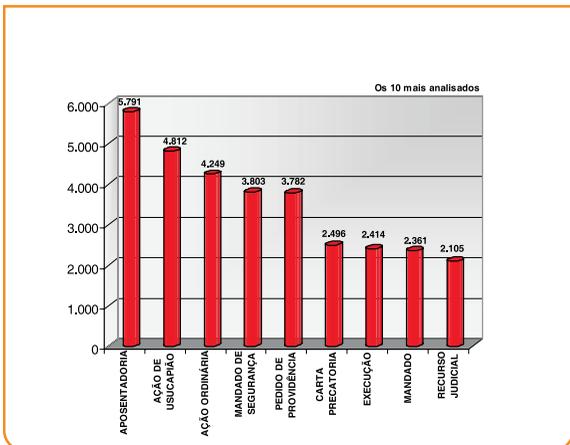
TAXA DE CRESCIMENTO DA DEMANDA PROCESSUAL - POR UNIDADE BAHIA, 2008-2009



Fonte: SICAJ

GRÁFICO 16

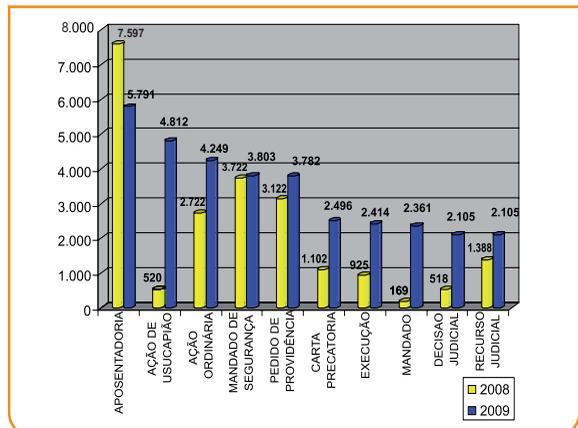
DEMANDA DE PROCESSOS - PGE POR ASSUNTO BAHIA, 2009



Fonte: SICAJ

GRÁFICO 19

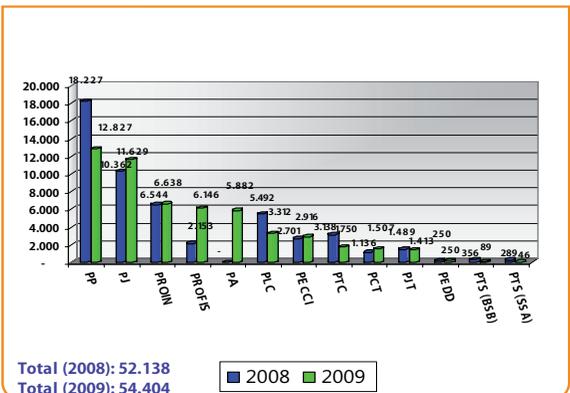
CRESCIMENTO DA DEMANDA PROCESSUAL - POR ASSUNTO BAHIA, 2008-2009



Fonte: SICAJ

GRÁFICO 17

EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS PROCESSUAIS À PGE POR UNIDADE - BAHIA, 2008-2009



Fonte: SICAJ

Dimensionamento e Regularização da Dívida de Precatórios

Dando continuidade ao trabalho pioneiro de conciliação de precatórios, o grupo criado sob a coordenação da Procuradoria Geral do Estado prosseguiu com as audiências iniciadas em 2008, efetivando a conciliação dos acordos, conforme Tabelas 6 e 7.

Em 2009, foi negociado o montante de R\$ 203,3 milhões com deságio médio de 62%, o que implicou em um pagamento efetivo, ao longo dos próximos três anos, de R\$ 77,3 milhões, o que traduz uma economia para o Estado de R\$ 126 milhões.

TABELA 6

**ACORDOS REALIZADOS - ALIMENTÍCIOS
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1,00)

ENTIDADE	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	TRIBUNAL
Irdeb	115.013	84.012	TRT
Uesc	70.917	44.188	TJ
TOTAL	185.930	128.200	

Fonte: PGE

TABELA 7

**ACORDOS REALIZADOS - PATRIMONIAL
BAHIA, 2009**

(Em R\$ 1,00)

ENTIDADE	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	TRIBUNAL
Administração Direta	203.324.528	77.315.169	TJ

Fonte: PGE

Encontra-se em fase final de negociação no Tribunal de Justiça da Bahia – TJ BA os precatórios alimentícios da administração direta, vencidos em 2008, cujo montante é de R\$ 39,7 milhões, e em fase inicial com novas entidades da administração indireta no Tribunal Regional do Trabalho – TRT.

Foi concluído o Termo de Conciliação e de Compromisso Judicial firmado entre o Estado da Bahia e dez credores de precatórios de natureza alimentar. Pelo acordo homologado pelo juiz do Núcleo de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça, serão pagos R\$ 2,7 milhões, após uma negociação que resultou em um deságio de 51% do valor total de R\$ 5,6 milhões, o que gerou uma economia de R\$ 2,8 milhões para o erário estadual.

Este foi o terceiro acordo assinado pelo Estado, desde junho de 2008, todos de natureza alimentar. No primeiro, que beneficiou 521 credores, o Estado pagou R\$ 48 milhões após conseguir aplicar um redutor de 61%. Em agosto de 2008, foram contemplados quatro credores, gerando um ônus para o Estado de R\$ 15 milhões de uma dívida originária de R\$ 36 milhões. Em 2009, o Núcleo de Conciliação deu início a duas novas negociações com órgãos da administração indireta do Estado, a Uneb e o Derba.

Eliminação dos Riscos de Condenações Judiciais Indevidas

Ações judiciais de grande relevo, seja sob o ponto de vista financeiro, seja sob o aspecto político e social, foram resolvidas com expressivo êxito, mercê da atuação da Procuradoria Geral através da Procuradoria Judicial – PJ. A seguir, algumas das conquistas judiciais obtidas:

Autorizada a Fiscalização de Empresas de Ônibus pelo Procon

A Procuradoria Geral do Estado obteve, junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, a suspensão dos efeitos da liminar que proibia a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon de realizar qualquer vistoria ou fiscalização nos ônibus e nas dependências das empresas de transporte coletivo de Salvador. A decisão proferida pela presidente do Tribunal de Justiça devolveu ao Procon a possibilidade de prosseguir com a ação fiscalizadora para proteger os interesses da coletividade usuária dos serviços de transporte público e garantir a sua prestação com qualidade e segurança. Com esta decisão, o Procon, além de fiscalizar, pode lavrar autos de infração e multar as empresas que não estiverem cumprindo a determinação do Decreto

Municipal nº. 17.376/07, que obriga as empresas de transporte coletivo de Salvador a equipar 100% de sua frota com câmeras de vídeo.

PGE Viabilizou Realização do Carnaval Ouro Negro

A participação da equipe da PGE foi decisiva para materializar a primeira experiência de seleção pública com critérios transparentes de como foi utilizado o dinheiro público no Carnaval. Por estarem com a documentação completa e legalmente amparada, 49 entidades carnavalescas tiveram seus pagamentos realizados no final de 2008, no valor total de R\$ 1,2 milhão. No início de 2009, mais 49 entidades tiveram liquidação, no total de R\$ 917 mil, e as demais ainda estão em fase de pagamento.

O objetivo maior do trabalho realizado foi a implementação de políticas que tenham um alcance maior do que o mero patrocínio, a exemplo do Carnaval Ouro Negro.

A PGE examinou editais, acompanhou o processo de seleção e orientou comissões, inclusive na contratação de projetos de artistas independentes para os espaços e trios que a Secretaria da Cultura – SECULT conseguiu garantir nos circuitos do carnaval e previamente determinados nas Resoluções do Conselho Municipal do Carnaval – Comcar.

Foram estabelecidos critérios de pontuação para definir o valor do aporte financeiro. O número de associados, o circuito de desfile, a idade e o histórico do bloco, o uso de fantasias ou abadás, entre outros, foram alguns dos parâmetros considerados. Isso permitiu a criação de categorias e o desenho do perfil de cada entidade.

Estado da Bahia Garante a Cobrança de ICMS sobre Bacalhau Oriundo do País Signatário do GATT

O Estado da Bahia obteve um expressivo êxito judicial no recurso julgado na primeira seção do Superior Tribunal de Justiça, que discutiu existência ou não de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços – ICMS sobre o bacalhau oriundo de país signatário do General Agreement on Tariffs and Trade – GATT.

O recurso julgado beneficiou o Estado da Bahia, pois foi quem recorreu ao Superior Tribunal de Justiça – STJ. O ministro decidiu submeter a questão da isenção devido à multiplicidade de recursos a respeito dessa matéria em trâmite no STJ. Diante do interesse dos estados e do Distrito Federal no julgamento da matéria o relator determinou que fossem oficiados todos os governadores das unidades da Federação para, querendo, manifestar-se a respeito.

PGE Ofereceu Novos Modelos de Editais Via Internet

Mais transparência e uniformidade jurídica na elaboração dos editais. Com o objetivo de dar maior segurança jurídica nas contratações realizadas por licitações, a Procuradoria Geral do Estado disponibilizou, através do *site* www.pge.ba.gov.br, a orientação jurídica para a correta instrução da fase interna do procedimento licitatório, além de um novo edital padrão para aquisição de bens e serviços de uso frequente pela Administração Pública Estadual. Também está disponível no *site* o modelo de edital de licitação para contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de reparos de veículos automotores, com reposição de peças.

O objetivo foi conferir mais transparência ao processo de licitações de uma maneira geral, beneficiando todas as contratações realizadas pelo Estado. Além de uniformizar o uso destes instrumentos, a ação serviu também para evitar entendimentos distintos por parte dos órgãos responsáveis a respeito dos processos licitatórios. Em breve, também estarão disponíveis no *site* do órgão outros modelos de editais.

Mais uma Vitória do Estado da Bahia no Supremo Tribunal Federal – STF

O presidente do STF suspendeu os efeitos de liminar que atrelou o teto remuneratório de auditores fiscais baianos ao subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia, e não ao do governador estadual. Na decisão, o ministro ressaltou a imposição da medida para resguardar o Erário e evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

PGE Obtém Êxito Judicial no Tribunal Regional Federal da 1ª Região

A 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria de votos, rejeitou a denúncia por crime de desobediência apresentada pelo Ministério Público Federal – MPF contra o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.

A PGE apresentou a defesa técnica do agente público e realizou a sustentação oral no Tribunal Regional Federal – TRF.

O MPF entendia que a autoridade baiana teria desobedecido a ordem judicial para reintegração de posse de imóvel pertencente à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, situado no Vale do Salitre, em Juazeiro, então ocupado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, imóvel este que veio a ser desocupado voluntariamente pelo referido movimento social.

A maioria dos desembargadores federais entendeu pela inexistência de elementos que levassem à possibilidade de instauração de ação penal.

A PGE Impediu Formação de Precatório Milionário

A PGE conseguiu reduzir para R\$ 422 mil uma dívida de R\$ 5,8 milhões. Atuando em uma Reclamação Trabalhista, na qual servidores públicos estaduais reivindicavam o pagamento de diferenças salariais em decorrência da aplicação dos índices da Unidade de Referência de Preços – URP referentes ao ano de 1989.

Atuação da PGE Mais Uma Vez Impediu Lesão aos Cofres Públicos

A Fazenda Pública Estadual teria de arcar com despesa de cerca de R\$ 70 milhões, através de uma Ação Rescisória movida contra empresa prestadora de serviços de transporte que se recusava a repassar para o Estado o valor recolhido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. A Procuradoria Geral do Estado conseguiu, junto ao Tribunal de Justiça, decisão favorável restabelecendo o direito de cobrar o valor do ICMS e eliminando a Fazenda Pública Estadual de despende-

indevidamente, cerca de R\$ 70 milhões referentes ao valor cobrado de ICMS pela empresa durante o período de tramitação do processo. A organização, além de mover um processo para não pagar o tributo, também entrara com uma ação de execução requerendo que o Estado lhe ressarcisse a quantia supostamente paga por ela durante o período em que vigorava uma liminar lhe desobrigando a pagar o imposto.

DESEMPENHO NA ÁREA DA CONSULTORIA

Na função de assessoramento jurídico, cumpre ressaltar o trabalho empreendido pela PGE com diversas secretarias. Inaugurando novo tempo de afirmação do interesse público e observância dos princípios da Administração Pública nas três esferas do poder, a PGE passou a atuar prestando assessoria jurídica diretamente aos órgãos administrativos do Poder Judiciário do Estado da Bahia - Consultoria e Assessoramento Jurídico, carreado nesse labor relevantes serviços no resgate dos imperativos da moralidade e da probidade no trato da coisa pública, como a seguir descrito:

Procuradores da Procuradoria de Licitações e Contratos participaram de uma reunião de trabalho com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. O objetivo do encontro foi apresentar aos procuradores os programas e ações da SEDUR e esclarecer eventuais dúvidas e questionamentos decorrentes de processos relacionados à contratação de obras e serviços para as áreas de saneamento, habitação e desenvolvimento urbano. Na pauta do encontro, esteve a discussão de temas como competências e ações da SEDUR, programas e ações voltadas à habitação, ao saneamento e ao desenvolvimento urbano e Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico.

PGE Apresentou Alterações no Edital para Concurso da PM-BA

Com o objetivo de divulgar as modificações ocorridas no edital para o atual concurso da Polícia Militar do Estado da Bahia – PM-BA, a Procuradoria Geral do Estado realizou um evento para divulgação das novas regras do certame, a partir de reuniões conjuntas entre a PM, a Secretaria da Administração - SAEB, a Procuradoria de Pessoal e a Procuradoria Judicial, visando reduzir a litigiosidade.

PGE Contribuiu na Elaboração de Convênio para Criação do Centro de Atenção à Mulher

A PGE deu respaldo jurídico a convênio intermediado pelo Estado junto aos municípios do Recôncavo Baiano para criação de Centro de Referência e Apoio à Mulher.

Em reunião realizada na cidade de Maragogipe, uma procuradora do Estado, juntamente com representantes da Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI e das Secretarias de Ação Social de prefeituras do Recôncavo definiram as diretrizes do convênio para a implantação do primeiro Centro Regional de Referência de Atenção à Mulher, no município de Cruz das Almas. A idéia foi elaborar um documento que consolidasse as responsabilidades de cada município para que os equipamentos, os profissionais e recursos sejam compartilhados entre todos.

PGE Participou de Debate sobre Operações de Crédito

O objetivo do encontro foi atualizar os procuradores sobre a rotina do Estado acerca dos acordos de cooperação técnica e das operações de crédito.

A Secretaria do Planejamento – SEPLAN, em parceria com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ e a PGE, iniciou um ciclo de palestras e debates, que terá encontros mensais, para atualizar os procuradores estaduais da rotina do Estado acerca dos acordos de cooperação técnica e das operações de crédito. O primeiro *workshop* aconteceu em agosto de 2009.

PGE Participou da Elaboração do Plano de Manejo da Área

O evento aconteceu no Museu de Arte Sacra, com a presença do Governador. O Procurador Geral do Estado participou da solenidade de assinatura do termo de cooperação para a criação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Baía de Todos os Santos. Com uma área de 120 mil hectares, a APA está localizada na região do Recôncavo e tem o objetivo de preservar os remanescentes da floresta da Mata Atlântica e manguezais, proteger as águas, disciplinar o uso e ocupação do solo e

promover o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Políticas de Aquisições do BID foi Tema de Reunião de Trabalho entre PGE, SEFAZ e TCE

O Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Promosefaz II foi criado mediante contratação de empréstimo feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID diretamente com o Governo do Estado, através da SEFAZ.

Representantes da SEFAZ, da PGE e do Tribunal de Contas do Estado – TCE participaram da Reunião de Trabalho sobre Políticas de Aquisições do BID, realizada na Fundação Luís Eduardo Magalhães. Foram discutidas as políticas de aquisições do Banco aplicadas nas licitações realizadas com recursos de empréstimo desta instituição, com o objetivo de implementar um processo mais ágil nas licitações do Promosefaz II.

APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Perseguindo sempre a excelência e a eficácia de sua atuação, a PGE mantém em plena atividade seu Centro de Estudos e Aperfeiçoamento, que durante o exercício de 2009, promoveu as seguintes atividades:

Solenidade de Aniversário dos 43 anos da PGE

– Evento comemorativo do quadragésimo terceiro aniversário da PGE, contando com a presença dos procuradores e de autoridades administrativas, com o proferimento da palestra “A importância da Advocacia Pública para o Estado Democrático de Direito”.

I Encontro sobre Saúde Pública – Discussão sobre a prestação do serviço público de saúde e o controle jurisdicional incidente, voltado para alimentar a posição do Estado da Bahia perante o Superior Tribunal Federal, que organizara audiências públicas sobre o tema. Público-alvo: Procuradores do Estado; membros do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; dos Ministérios Públicos, Federal e Estadual; da Defensoria Pública Estadual; do Conselho Regional de Medicina e servidores das secretarias da Saúde Estadual e Municipal.

Reunião de Trabalho da PGE - Apresentação da proposta de Regimento Interno da PGE pela sua Comissão responsável, à qual se seguiu a encenação da peça teatral “Salvo melhor juízo” pelo Grupo de Procuradores, sob a direção de uma teatróloga, tendo como público procuradores e servidores da PGE.

Ciclos de Debates

O Primeiro Ciclo de Debates tendo por objeto as palestras: “Terceirização e Regime Especial de Direito Administrativo - Reda” e “Novos Paradigmas Interpretativos para o Procurador de Estado”, para procuradores do Estado, procuradores jurídicos e servidores da Administração Pública.

O Segundo Ciclo de Debates, com a palestra “Repercussão geral e Súmula Vinculante – Um novo perfil da Jurisdição Constitucional Brasileira”, sendo público-alvo procuradores do Estado e procuradores jurídicos.

O Terceiro Ciclo de Debates, com a palestra “O Projeto de Lei de Reforma do DL 200/67”, orientadas por procuradores, tendo como público-alvo procuradores de Estado e procuradores jurídicos.

O Quarto Ciclo com o Tema “A Construção Permanente de um Estado Público, Efetivo e Democrático” realizado juntamente com o Ministério do Planejamento, as Secretarias do Planejamento e da Saúde, com o enfoque na apresentação do Ciclo de Debates – “Direito e Gestão Pública na Bahia” e na discussão da Fundação Estatal de Saúde, constituindo público-alvo procuradores do Estado e das Fundações, e servidores da Administração Pública.

Workshop sobre Operações Técnico-Financeiras, Internas e Externas - 2ª Etapa - realizado em conjunto com a Secretaria do Planejamento, com apresentação do Coordenador em aquisições do Banco Mundial – BIRD para explicar as normas e procedimentos da referida instituição financeira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO DA BAHIA

PROMOÇÃO DE ESTUDOS E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Promover o desenvolvimento do Estado requer a realização de diagnósticos precisos e estudos pros-

pectivos para subsidiar a elaboração de políticas públicas capazes de formular estratégias que compreendam distintas e complexas realidades, e projetem cenários, visando transformar problemas em oportunidades, objeto de atuação governamental e da sociedade.

Desse modo, ao longo do exercício de 2009, o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE, órgão vinculado à SEPLAN, atuou sob as mais diferentes formas no sentido de auxiliar a definição de políticas, estratégias e programas governamentais, além de empregar esforços, na articulação com órgãos e entidades, para elaboração de estudos e discussão de temas voltados ao desenvolvimento do Estado. Dentre estas ações, destacam-se:

- A participação na elaboração do Plano Estratégico Operacional da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep. Esse Plano contém um conjunto de ações estratégicas para a promoção e a garantia da implantação e implementação de intervenções consideradas prioritárias no combate à pobreza no Estado.
- A realização do ciclo de palestras “Temas Estratégicos para o Planejamento do Estado da Bahia”. Nas palestras, foram abordados e debatidos temas como: Crise Econômica Mundial e seus Impactos no Estado da Bahia; Mudanças Sócio-demográficas na Bahia e no Brasil: Oportunidades e Desafios para o Planejamento; Perspectivas da Economia Baiana e o Papel do Crédito; As Políticas dos Direitos Específicos das Pessoas Idosas; Projeto Mata Branca: Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Catinga; Turismo Náutico na Bahia.
- A construção do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento e à Competitividade do Setor Produtivo do Estado da Bahia”. Este programa foi elaborado com os seguintes objetivos: articular as ações de Governo em torno da construção de uma proposta sistêmica, direcionada à modernização e aumento de competitividade dos setores produtivos; interiorizar e enraizar indústrias; atrair novos investimentos e ampliar a inserção internacional dos bens e serviços baianos;

- A elaboração de termo de referência para consultoria técnica especializada para o “Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia 2010-2040 – Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas de Longo Prazo”. Este estudo terá papel fundamental para o planejamento de médio e longo prazo e para a construção da política energética do Estado da Bahia;
- A construção de termo de referência e edital para contratação de consultoria técnica para realização de estudos prospectivos para as cadeias/setores dos biocombustíveis e da construção civil, e mapa de competências da cadeia da construção civil na Bahia. Os resultados destes estudos revestem-se de grande importância para o desenvolvimento da competitividade dos setores contemplados e, conseqüentemente, da economia baiana;
- A elaboração do projeto “Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado da Bahia: Uma análise da efetivação de investimentos industriais entre os anos de 2005-2008”. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; tem como objetivo analisar a efetivação dos investimentos industriais previstos, que foram objeto de política de incentivos governamentais nesse período;
- A edição da Lei nº 11.611/09 e do Decreto nº 11.765/09, por intermédio do Grupo Técnico do Crédito Agrícola, composto pela SEPLAN, Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenbahia, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, Secretaria da Fazenda – SEFAZ e Casa Civil, etapa fundamental no processo de renegociação das dívidas dos agricultores familiares junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;
- A constituição, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, de Consórcios Públicos nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. No caso da Bahia, os consórcios são formas associativas integradas pelos municípios e também pelo Estado, que se revestem de personalidade autárquica e compõem a administração indireta de todos os entes consorciados;
- A elaboração da proposta de estudo de Desenvolvimento Sustentável na Produção de Biodiesel na Bahia, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a capacidade da agricultura familiar de gerar emprego e renda nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, por meio da integração das atividades da agricultura familiar à cadeia produtiva do biodiesel;
- A construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia, o qual é constituído por dois grandes segmentos interdependentes: o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE e os Planos Mestres de suas cinco Macrorregiões – o Litoral Norte, o Recôncavo/RMS, o Litoral Sul, o Semiárido e o Cerrado;
- A elaboração de estudo sobre as Metas do Milênio na Bahia: 2006/2007. Esta pesquisa está em consonância com os trabalhos iniciados na reunião da Organização das Nações Unidas – ONU, realizada em Nova Iorque, no ano 2000. Nesta oportunidade, 191 países, inclusive o Brasil, pactuaram as Metas do Milênio, as quais fazem parte dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Nesse contexto, foi instalado na SEPLAN um observatório das Metas do Milênio para monitorar e apresentar um conjunto de indicadores socioeconômicos da Bahia, da Região Nordeste e do Brasil;



Crédito: SEPLAN/Ascom

Ciclo de Palestras “Temas Estratégicas para o Planejamento do Estado”

- A realização de pesquisa sobre as mais relevantes transferências diretas de renda do Governo Federal para as famílias baianas, a saber: benefícios da Previdência Social, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. A pesquisa mostrou a importância socioeconômica que essas transferências representam para as famílias, para os municípios e para a sociedade baiana.

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011

Desde 2007, o Governo do Estado vem construindo um novo processo administrativo no âmbito do planejamento e da gestão governamental, que prioriza a democracia participativa voltada para a construção de um Novo Modelo de Desenvolvimento, baseado na Governança Solidária, tendo como princípios de gestão a ética, a transparência, o controle social, a democracia, a participação e o diálogo social, a efetividade, a transversalidade, o ambiente institucional e regulatório, a descentralização e a territorialidade.

Para viabilizar esse novo modelo de desenvolvimento, a SEPLAN, através da Superintendência de

Gestão e Avaliação – SGA, vem implementando o Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, que se fundamenta em quatro dimensões – de pessoas, sociológica, tecnológica e de processos - integradas e complementares, utilizando 11 instrumentos, todos articulados entre si.

Na primeira dimensão do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, a de Pessoas, cabe registrar a continuidade das ações do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual 2008-2011 – Cappa, instrumento concebido para materializar o controle social na gestão do planejamento governamental, mediante o exercício da democracia, da participação e do diálogo social. Criado pelo Decreto nº 11.123, de 30 de junho de 2008, o Cappa tem como finalidade subsidiar e aconselhar o Governo do Estado quanto à execução do PPA 2008-2011, através de proposições às instâncias governamentais competentes, de medidas e ajustes necessários à implementação do PPA.

O Quadro 2 apresenta os eventos que contaram com a presença dos conselheiros do Cappa no período 2007-2009.

QUADRO 2

EVENTOS QUE CONTARAM COM A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS DO CAPPABAHIA, 2007-2009

EVENTO	DATA	LOCAL
Entrega do Plano Plurianual 2008-2011 pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Estado	30 de agosto de 2007	Salvador
1º Seminário Estadual do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	28, 29 e 30 de novembro de 2007	Salvador
1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	27 e 28 de fevereiro de 2008	Salvador
1ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	06 e 07 de junho de 2008	Salvador
1ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva Provisória do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	18 de junho de 2008	Salvador
2º Seminário Estadual do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	25, 26 e 27 de agosto de 2008	Feira de Santana
2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva Provisória do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	26 de agosto de 2008	Feira de Santana
1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva Provisória do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	09 de setembro de 2008	Salvador

Continua

Conclusão do Quadro 2

2ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	19 e 20 de dezembro de 2008	Salvador
3ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva Provisória do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	19 de dezembro de 2008	Salvador
1ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	17 de fevereiro de 2009	Salvador
1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	12 de março de 2009	Salvador
2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	14 de abril de 2009	Salvador
1ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	10 e 11 de julho de 2009	Salvador
3ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	10 de julho de 2009	Salvador
2ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	24 de julho de 2009	Salvador
4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Cappa	7 de agosto de 2009	Salvador
1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 - Cappa	8 de agosto de 2009	Salvador
3ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva Permanente do Cappa	25 de agosto de 2009	Salvador
3º Seminário Estadual do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011	03 a 05 de dezembro de 2009	Feira de Santana
4ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva Permanente do Cappa	04 de novembro de 2009	Feira de Santana
2ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011- Cappa	06 de dezembro de 2009	Feira de Santana

Fonte: SEPLAN/SGA

Cabe destacar o encontro da Comissão Executiva do Cappa com o Governador do Estado, em agosto de 2009, com a finalidade de discutir o PPA na perspectiva dos Territórios de Identidade.

Objetivando incentivar a democracia participativa e de fomentar a gestão municipal democrática das peças orçamentárias, a SEPLAN, através da SGA, atendeu às solicitações das prefeituras municipais no que se refere às orientações metodológicas necessárias para a elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, em especial, os procedimentos metodológicos para a realização do PPA Participativo.

Essas orientações foram disponibilizadas mediante reuniões presenciais de trabalho nos municípios so-

licitantes, que contaram com a participação de prefeitos, secretários municipais, dirigentes de órgãos, dentre outros servidores públicos. Foram também feitos treinamentos visando à realização das plenárias, com o envolvimento da população, para levantar os problemas e as demandas da sociedade.

Além dessas visitas às prefeituras e, em decorrência de um volume crescente da demanda por parte dos gestores municipais, o Governo do Estado, através da SEPLAN, promoveu o seminário “Democracia e Orçamento Municipal”, realizado em julho de 2009, na Fundação Luís Eduardo Magalhães - Flem, com a participação de representantes de mais de 150 prefeituras baianas. Com o propósito de fomentar e colaborar para a modernização da gestão pública nos municípios baianos, este seminário buscou ressaltar o papel dos instrumentos

orçamentários como elementos fundamentais do planejamento, e a participação social como aspecto legitimador da democracia.

Ainda na dimensão de Pessoas, cabe registrar a atuação da Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais, fórum composto por servidores públicos estaduais voltado para a interlocução dos assuntos associados à gestão do planejamento governamental. Em 2009, esta Rede atuou em duas frentes. Na primeira, viabilizando o acompanhamento e o monitoramento do PPA, através das Coordenações de Acompanhamento das Ações Governamentais existentes em cada secretaria e vinculadas às Diretorias de Orçamento. Esta atuação foi associada à alimentação do Módulo de Acompanhamento Governamental do Siplan, inclusive no preenchimento do campo Observação, que contribuiu para uma maior qualificação dos Relatórios Gerenciais produzidos pela SGA em 2009.

Na segunda frente, a Rede atuou na elaboração do Relatório Anual de Governo 2009, com o interlocutor de cada secretaria, que centralizou os contatos no âmbito de sua própria secretaria e promoveu a articulação com as coordenações da SGA.

A dimensão de Pessoas é fundamental para o sucesso na implementação do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011 e vem se materializando de maneira exógena, por meio do Cappa, que expressa o controle social, e de maneira endógena, através da consolidação da Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais, que expressa o controle institucional.

No que se refere à segunda dimensão do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, a Sociológica, cabe registrar que, em 2009, todos os programas do PPA foram acompanhados por indicadores levantados no Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan. Mediante a produção de Relatórios Gerenciais, foi realizada a análise da aferição da eficiência dos programas e das ações do PPA, utilizando-se dos indicadores de recursos; para a aferição da eficácia dos programas e das ações do plano, foram utilizados os indicadores de produto.

Em 2009, uma nova funcionalidade foi incorporada ao Módulo de Acompanhamento Governamental do Siplan para apurar os indicadores de resultado elaborados para todos os 105 programas finalís-

ticos do PPA e que estão associados à efetividade dos programas governamentais.

Esta nova funcionalidade foi testada em quatro secretarias estaduais, a Secretaria da Saúde – SESAB, na área social; a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, na área econômica; a Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, na área de infraestrutura, e a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, pelo seu caráter transversal.

A terceira dimensão, a Tecnológica, continua utilizando o Siplan e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof como instrumentos para o acompanhamento dos programas e das ações do PPA. Está sendo desenvolvido o Sistema de Gestão do PPA, que possibilitará a vinculação do planejamento operativo ao estratégico, passando pelo tático, promovendo o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual de forma articulada às atividades das setoriais.

Na última dimensão do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, a de Processos, cabe destacar a realização do monitoramento das prioridades temáticas estabelecidas no PPA Participativo por Território de Identidade. As prioridades estabelecidas nas plenárias territoriais, realizadas em 2007, foram educação, saúde e agricultura.

A partir da definição de uma metodologia voltada para a territorialização das ações governamentais, a SEPLAN, através da SGA, promoveu encontros de trabalho com a Secretaria da Educação – SEC, com a SESAB, com a SEAGRI e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, visando levantar, por Território de Identidade, todas as realizações associadas à educação, à saúde e à agricultura. Estas realizações estão explicitadas em dois volumes, no Relatório das “Realizações Governamentais por Território de Identidade e por Município – 30 Meses de Governo”.

Destaque-se ainda a reunião promovida pela SEPLAN e a Casa Civil, em outubro de 2009, visando garantir a qualidade, a tempestividade, a integração e a compatibilidade entre os diferentes relatórios governamentais, a exemplo da Mensagem, do Balanço Acumulado das Ações e do Relatório Anual de Governo. Nesta reunião, que contou com a participação de dirigentes das secretarias, incluin-

do as suas autarquias, fundações e empresas, foi apresentado o Manual de Orientações para a Elaboração do Relatório Anual de Governo de 2009, com ênfase nos procedimentos, formas e prazos para a elaboração e consolidação deste documento.

A SEPLAN, através da SGA, também elaborou, em 2009, dois Relatórios de Acompanhamento da Execução Física e Financeira relativos aos períodos janeiro a abril e janeiro a agosto, que apresentam uma fotografia do desempenho da administração pública estadual, tomando por referência as informações extraídas do Siplan e do Sicof.

Estes Relatórios de Acompanhamento foram estruturados em cinco componentes, que possibilitam uma análise compreensiva do desempenho do Poder Executivo Estadual. No primeiro componente, encontram-se as despesas por secretaria e por função, tanto sob a ótica do PPA como pela da manutenção, visando disponibilizar informações da execução da despesa pública pelos critérios institucional e funcional.

O segundo componente apresenta os ajustes no PPA 2008-2011 que foram encaminhados e aprovados pela Assembléia Legislativa e que incorporaram ao PPA, a partir de 2009, as ações direcionadas aos grupos ocupacionais específicos das áreas da educa-

ção, saúde, segurança pública e justiça, que atuam diretamente na prestação de serviços públicos à população, tais como: professores, médicos e policiais, dentre outros. Estes ajustes tornaram o PPA vigente mais convergente aos esforços que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado, possibilitando um acompanhamento mais realista das políticas, programas e projetos governamentais.

O terceiro componente do Relatório de Acompanhamento da Execução Física e Financeira faz uma análise da execução do PPA no exercício de 2009 por Diretriz Estratégica, Programa e Território de Identidade. O quarto componente retrata a situação das obras por Território de Identidade e município, e o quinto e último componente apresenta um extrato das operações de crédito externas e internas.

As análises decorrentes destes Relatórios de Acompanhamento subsidiaram uma série de iniciativas lideradas pela SEPLAN, a exemplo da Avaliação de Desempenho das Secretarias, realizada em setembro de 2009.

Com o objetivo de demonstrar de forma sintética as quatro dimensões do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, foi elaborado o Quadro 3, onde estão detalhados, também, os 11 instrumentos, por dimensão, com as suas respectivas descrições.

QUADRO 3

**DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011
BAHIA, 2009**

DIMENSÃO/INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
<p style="text-align: center;">PESSOAS</p> <p>Conselho de Acompanhamento do PPA</p> <p>Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais</p> <p>Comitês de Gerenciamento de Programa</p>	<p>Instância de discussão pública que debate os temas indicados nas plenárias territoriais e contribui para o acompanhamento do PPA, aconselhando e sugerindo prioridades e ajustes nas ações governamentais.</p> <p>Fórum composto por servidores públicos estaduais, voltado para a interlocução dos assuntos associados à gestão do planejamento governamental.</p> <p>Instrumento de gestão para a implementação, monitoramento, avaliação e retro-alimentação de programas, tomando como referência a transversalidade, o agrupamento de programas e a efetividade das ações governamentais.</p>

Continua

Conclusão do Quadro 3

SOCIOLÓGICA	
Indicadores	Medida quantitativa que funciona como um “termômetro” do progresso de uma política, programa ou ação. Serão trabalhados indicadores de recursos, processos, produtos, resultados e impactos.
Pesquisas de Opinião e Grupo Focal	Instrumentos para a coleta e tratamento de informações associadas ao grau de satisfação de usuários de bens e serviços públicos. Será aplicada com beneficiários de programas e projetos específicos.
TECNOLÓGICA	
Siplan e Sicof	<p>O Siplan é o sistema informatizado que possibilita a construção, os ajustes e o acompanhamento do PPA e da LOA;</p> <p>O Sicof é o sistema informatizado que automatiza o processo da execução orçamentária da receita e da despesa pública.</p>
Sistema de Gestão do PPA	Tem como objetivo vincular o planejamento operativo ao estratégico, promovendo a gestão (monitoramento e avaliação) do PPA de forma articulada às atividades das setoriais.
PROCESSOS	
Monitoramento <i>in loco</i>	Decorrente de reuniões técnicas com as Secretarias e seccionais para a disseminação e execução do modelo de gestão do planejamento.
Relatórios de Gestão	Documentos de natureza qualitativa e quantitativa que contribuem para o monitoramento e avaliação dos programas constantes do PPA.
Revisão do PPA	Processo de adequação do plano, às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de Programas via Projeto de Lei e resultante dos processos de monitoramento e avaliação do PPA.
Encontro Baiano de Gestão Pública	Evento anual voltado para a discussão dos desafios e oportunidades da Gestão Estratégica do PPA 2008-2011.

Fonte: SEPLAN/SGA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

As mudanças mais recentes ocorridas no planejamento governamental estão fundamentadas no conceito de governabilidade, alicerçada pela Governança Solidária. Foi com base nessa perspectiva que o Governo sintetizou a proposta de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Estado da Bahia, que reflete uma mudança de relacionamento do Governo com a Sociedade, sustentada nos princípios da ética, transparência, controle social, democracia com participação e diálogo social, efetividade, transversalidade e regionalização.

Coerente com tais diretrizes norteadoras é que a SEPLAN, através da Superintendência de Orçamento Público – SPO, órgão responsável pela gestão orçamentária do Estado, vem elaborando as peças orçamentárias de médio e curto prazo, em sintonia com a Diretriz Estratégica “Promover a Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência”, através do Programa Gestão Estratégica do Planejamento Governamental.

No exercício de 2009, além das atividades inerentes à produção das peças orçamentárias previstas na Constituição Federal e do Estado da Bahia, e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a SPO atuou junto aos grupos de trabalho responsáveis pelos projetos do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças – Fiplan e do Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – Sepege, projetos que possuem caráter sistêmico e exigem uma ampla articulação interna e externa para a sua implementação.

Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças – Fiplan

O Projeto Fiplan tem como objetivo a implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado da Bahia, que substituirá o Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof. Esse novo sistema, cedido pelo Governo do Estado do Mato Grosso, após algumas adaptações e ajustes, funcionará numa arquitetura tecnológica mais moderna, alinhada com os padrões atualmente praticados no Estado da Bahia, e ainda ofertará suporte aos processos

hoje atendidos pelo Sicof e Siplan, geridos, respectivamente, pelas Secretarias da Fazenda – SEFAZ e SEPLAN.

O Fiplan foi efetivamente viabilizado e estruturado no curso de 2009. O primeiro e fundamental passo foi a conclusão dos ajustes necessários e a formalização do termo de cessão do Sistema pelo Estado do Mato Grosso para o Estado da Bahia. Em seguida, foram definidas a estrutura funcional do Projeto e as equipes responsáveis pela customização e implantação do novo sistema, sendo publicados o Decreto nº 11.655, de 07/08/2009 e as Portarias da SEFAZ nº. 315, de 28/08/2009 e da SEPLAN nº 133, de 03/09/2009. Por fim, uma vez garantida a cessão do *software*, as equipes das duas secretarias envolvidas trabalharão em conjunto no detalhamento e planejamento das atividades a serem desenvolvidas, elaborando projetos referenciais e executivos.

Em paralelo a estas providências, foram realizadas tratativas para a contratação do Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso – Cepromat, responsável pelo desenvolvimento e manutenção do Fiplan naquele Estado, para realizar a transferência de tecnologia, que irá proporcionar à equipe local o conhecimento e suporte necessários à customização e implantação do novo sistema. Além disso, também está em tramitação a contratação da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, que realizará os serviços de tecnologia da informação previstos para a adequação e implantação do Fiplan-Bahia, o desenvolvimento e manutenção após a implantação, e ainda a hospedagem dos ambientes tecnológicos a serem utilizados.

A elaboração do termo de referência para licitação dos serviços de consultoria do projeto já foi concluída e o texto final já foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado – PGE, onde aguarda análise e parecer. A conclusão das tratativas envolvendo a Cepromat e a Prodeb e o início da transferência de tecnologia ocorrem neste exercício de 2009.

Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento - SEP/Sepege

Iniciado em 2008, o redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – SEP tem características de

um projeto de grande porte e integrará as bases da modernização da gestão pública, visando à racionalização e a busca de resultados mais efetivos dos processos e produtos ofertados aos órgãos do Estado.

O projeto integra um conjunto de projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – Pnag e conta com a participação das Superintendências e Diretoria Geral da SEPLAN.

Espera-se que o atual SEP, acrescido da perspectiva da gestão estratégica, agora denominado Sepege, quando for implementado, possa cumprir com a sua finalidade, que é de vital importância para a eficiência, eficácia e efetividade das ações de governo.

A elaboração do termo de referência para licitação dos serviços de consultoria do projeto já foi concluída e o texto final já foi encaminhado para a PGE, onde aguarda análise e parecer.

Capacitação

Outra ação desenvolvida pela SPO e que merece destaque é a capacitação de técnicos e dirigentes que atuam na área de orçamento público, a qual se justifica pela necessidade de desenvolver competências gerenciais, habilidade que deve ser entendida como um dos grandes desafios para os dirigentes públicos no sentido de aproximar o modelo de gestão atual para uma postura mais empreendedora por parte dos gestores e técnicos que integram o quadro de servidores da Administração Pública Estadual.

Nesse sentido, a adoção de estratégias de capacitação torna-se fundamental para o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), que fazem a gestão das organizações públicas mais célere e inovadora, buscando sintonia com o cenário contemporâneo, que vem exigindo do estado, do mercado, das organizações públicas/privadas e dos atores sociais que integram esses diversos espaços perfis profissionais alinhados a essa diversidade – complexa e desafiante – para garantir os gerenciamentos mais efetivos de processos e pessoas, gerando impactos positivos na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Visando atender aos pressupostos norteadores de um novo modelo de gestão orçamentária, bem como atuar na perspectiva de modernizar práticas de trabalho, foi estruturado o curso de Extensão Universitária em Políticas Públicas e Orçamentárias, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, para os dirigentes e técnicos da SEPLAN. O curso possui carga horária de 252 horas, com previsão de início para 5 de março de 2010, tendo como principais objetivos:

- Capacitar os participantes para interpretar o impacto das mudanças macroeconômicas e seus principais reflexos sobre a gestão pública;
- Instrumentalizar os participantes na condução do processo de Planejamento Estratégico e Orçamento Público e a Avaliação de Programas Governamentais;
- Qualificar os participantes para a formulação de sistemas de controle sobre a implementação de políticas públicas.

FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Programa Terra de Valor – Etapa Nordeste

O Programa Terra de Valor tem como área de abrangência todo o semiárido baiano. Em sua 1ª etapa, está se trabalhando junto ao Território de Itaparica (todos os seis municípios), o Território do Nordeste II (todos os 18 municípios) e o Território do Sisal (todos os 20 municípios), além de quatro municípios do Território Agreste de Alagoinhas e três municípios do Território do Sertão do São Francisco, totalizando 51 municípios. Nesta ampla área habitam 1.318.444 pessoas, correspondendo a 9,5% da população do Estado e 19,5% dos habitantes do Semiárido baiano.

A importância do Semiárido não encontra a mesma correspondência para o conjunto do Estado, quando se trata dos indicadores sociais e econômicos. Basta ver que seu PIB *per capita* médio corresponde a quase metade do calculado para todo o Estado da Bahia. Apesar do fato de que a produção agrícola da região representa menos da metade do realizado no Estado, a pecuária do Semiárido alcança mais de 60% do total baiano.

No que toca aos indicadores sociais, é no Semiárido que se encontra o maior número de analfabetos,

onde a oferta de serviços de saúde, água potável, assistência social e outros serviços são mais precários. Em consequência, é nesta região onde o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresenta os resultados mais perversos.

O Programa Terra de Valor está formulado com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável com ações governamentais que possibilitem, até 2010, a redução dos índices de pobreza e a consequente melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social e melhores oportunidades para todo cidadão.

Para que o Programa Terra de Valor alcance seu objetivo e reverta os indicadores sociais e econômicos do Semiárido, está sendo promovido amplo esforço em conjunto, com os órgãos dos governos federal, estadual e municipais, bem como a mobilização da sociedade civil local.

Os rumos do desenvolvimento do Programa propõem quatro eixos estratégicos orientadores da construção do novo processo de desenvolvimento do Semiárido. Estes eixos são:

- Articulação das políticas públicas estruturantes;
- cidadania e desenvolvimento social;
- fortalecimento das atividades produtivas;
- ações concretas na infraestrutura.

Na sua fase inicial, as ações já se encontram em pleno andamento, com especial destaque para infraestrutura, saneamento, saúde e educação.

Projeto de Inclusão das Comunidades Remanescentes de Quilombos

O Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos, cujo contrato foi assinado, em 31 de julho de 2009, pelo Governo do Estado com o Banco Mundial – Bird, prevê ações durante quatro anos. Teve o seu primeiro Plano Operativo Anual para o trimestre outubro/novembro e dezembro de 2009 elaborado recentemente. Este Projeto objetiva a inclusão das comunidades quilombolas e integra uma proposta mais ampla de combate à pobreza rural implementada pelo Banco Mundial, o Japan Social Development Fund – JSDF e governos estaduais da Região Nordeste do Brasil, cujos resultados se expressam através da redução

da pobreza, da formação do capital social e do estímulo a um novo modelo de governança.

Visando alcançar esses resultados, o Projeto desenvolveu uma estratégia que privilegia a parceria com as representações da sociedade civil para viabilizar as diversas linhas de subprojetos que integram as suas estruturas econômica, social e cultural e a infraestrutura física. Por se tratar de Projeto gerado e implementado no âmbito das comunidades, identifica, com segurança, a equidade como produto inerente à natureza do desenvolvimento sustentável.

No início da execução dos trabalhos em campo, serão priorizadas comunidades localizadas nos Territórios de Cidadania, como o Baixo Sul, Litoral Sul, a Chapada Diamantina e o Velho Chico. Não serão descartadas, porém, ações em outros Territórios de Identidade, como do Recôncavo e da Bacia do Rio Corrente. As ações serão voltadas, nesse primeiro momento, para a criação de associações e fortalecimento institucional das comunidades quilombolas.

O Projeto em foco é coordenado pela Companhia de Ação Regional – CAR, através da Coordenação de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais. Para a descentralização das ações, a CAR estará celebrando um Termo de Cooperação Técnica com as Secretarias de Promoção da Igualdade – SEPROMI, da SECULT, e de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES. Também serão utilizadas estâncias decisórias como: Conselhos Territoriais, Comitês e Sub-comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Deliberativos e/ou Consultivos de Unidades de Conservação, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, além de Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, Organizações da Sociedade Civil e outros órgãos e entidades dos Poderes Públicos Municipais e Estadual.

Contratos, Convênios e Planos de Trabalho

A partir de 2007, visando somar recursos de diversas naturezas para atuar nas regiões mais pobres do Estado, o Governo da Bahia articulou uma série de parcerias institucionais com o Governo Federal, captando recursos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU, por meio de Emendas Parlamentares ou de programas desenvolvidos pelos diversos ministérios.

Para a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR/CAR, a nova política trouxe resultados expressivos com a celebração de 23 Contratos de Repasse de Recursos, quatro Convênios e 25 Planos de Trabalho em vias de aprovação, tendo como concedentes os ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; da Integração Nacional – MI; e da Saúde – MS, representados pela Caixa Econômica Federal como agente financeiro ou por outros órgãos da administração pública federal: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs e a Fundação Nacional da Saúde – Funasa, vinculados a esses Ministérios, totalizando recursos da ordem de R\$ 26,3 milhões, sendo R\$ 21,3 milhões (81,0%) de transferência da União e R\$ 5 milhões (19%) de contrapartida do Estado, visando a implantação de 137 projetos comunitários de infraestrutura e produtivos, em mais de 80 municípios baianos.

Operacionalmente, esses Contratos, Convênios e Planos de Trabalho estão sob a responsabilidade da Coordenação de Programa Produzir – CPR, demandando, dentre outras atividades: elaboração dos Planos de Trabalho; cadastramento das propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv; elaboração dos projetos e obtenção dos documentos requeridos pela Caixa ou por órgãos do Governo Federal para análise de viabilidade dos empreendimentos propostos; acompanhamento da tramitação da documentação apresentada; e preparação de informações para abertura dos processos licitatórios.

Situação Atual

Dos 23 Contratos de Repasse de recursos da União, dez tiveram seus projetos aprovados e se encontram em processo licitatório de aquisições, obras e serviços, e 13 aguardando a aprovação dos projetos pela Caixa. Os projetos constantes dos quatro convênios celebrados ainda demandam ajustes técnicos e financeiros para que sejam realizadas as respectivas licitações das obras conveniadas. Dos 25 Planos de Trabalho, seis foram encaminhados ao MDA e dois ao MI para seleção das propostas de investimentos e 17 estão sendo elaborados.

Constata-se um atraso significativo na obtenção dos documentos requeridos por cada ins-

trumento de repasse de recursos - apresentados aos órgãos contratantes, na maioria das vezes, de forma fragmentada ao longo do tempo - dificultando a conclusão da análise de viabilidade e pondo em risco o cumprimento das metas estabelecidas. Destacando-se, entre estes, os projetos cujo atraso na elaboração constitui o principal entrave para obtenção dos demais documentos (doações dos terrenos, licenciamentos, autorizações etc).

Habitações de Interesse Social

A SEDIR, através da Companhia de Desenvolvimento Regional – Car, tornou-se o Interviente Executor de 11 Contratos de Repasse celebrados entre o Ministério das Cidades e o Estado da Bahia, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, no valor total de R\$ 3,6 milhões, sendo R\$ 2,7 milhões oriundos da União, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e R\$ 900 mil da contrapartida do Estado, beneficiando mais de 700 famílias em oito municípios baianos. Desses 11 contratos, cinco objetivam a construção de 182 habitações em 2009 (os projetos já foram aprovados pela Caixa), e seis, a elaboração dos Projetos Técnicos Construtivos Básicos e dos Projetos do Trabalho Técnico Social, que beneficiarão 600 famílias com construção de suas habitações em 2010 (projetos em processo de aprovação na Caixa).

Projeto Orla

Desde 2001 o Projeto de Gestão Integrada para a Orla Marítima – Projeto Orla – constitui uma estratégia do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC que oferece aos estados e municípios um aporte para o planejamento integrado da zona costeira, considerando os diversos instrumentos de planejamento territorial e gestão ambiental aplicáveis nos três níveis de Governo.

A partir da articulação institucional e da integração com a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, critérios e prioridades começaram a ser aprimorados visando estruturar uma sistemática de ação com todos os gestores responsáveis pela gestão e ordenamento territorial, além daqueles envolvidos nos processos de recuperação e preservação ambiental.

Neste sentido, a participação e contribuição dos gestores envolvidos, em especial os que fazem parte da Comissão Estadual, a exemplo da SEDIR, representada pela Gerência Executiva de Políticas de Desenvolvimento Regional, passou a ser uma providência importante para criar as condições adequadas ao fortalecimento da articulação interinstitucional no Projeto Orla, cuja Coordenação Executiva está a cargo da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

Tendo em vista este desafio, hoje encarado como processo fundamental para sustentabilidade ambiental de um país com as dimensões do Brasil, entende-se como é válida a aplicação da metodologia participativa, que visa a construção conjunta de cada passo das estratégias de ação, voltadas para o fortalecimento no Estado da Bahia.

Convênio entre Sedit e Fênix – Associação de Produtores de Cabritos e Cordeiros da Bahia do Norte

A SEDIR fará o acompanhamento do Convênio, através da sua Gerência Executiva de Políticas de Desenvolvimento Regional – CPDR, que tem por objeto contribuir para minimizar a pobreza rural, atuando conjuntamente com as Políticas Públicas do Governo do Estado, especialmente na área de abrangência do Projeto, com a profissionalização dos Sistemas Produtivos e do Padrão genético dos rebanhos de caprinos e ovinos, visando à inclusão produtiva com geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida das populações do Semiárido.

O citado Convênio será executado no período compreendido entre outubro de 2009 a outubro de 2010, e a ação se concentrará no município de Jaguarari, no distrito de Pilar.

Desenvolvimento & Cidadania Petrobras

Este projeto propõe a articulação da Petrobras Biocombustível S.A. com a SEDIR/CAR na realização das ações para produção de biocombustível, contando ainda com parcerias da SEAGRI/Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf/ Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA.

O Projeto tem como objetivo contribuir para a estruturação da cadeia produtiva das oleaginosas consorciadas com culturas alimentares nas propriedades rurais de agricultores familiares contratados pela Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO. Está voltado para a preparação de solos de agricultores localizados em nove Territórios de Identidade (Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Extremo Sul, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II, Recôncavo e Bacia do Rio Corrente), onde se concentra o maior número de famílias fornecedoras de oleaginosas para a produção de biodiesel.

Este Projeto busca, também, proporcionar um horizonte de possibilidades às famílias beneficiadas, promovendo a adequação dos solos à necessidade da produção. Essas ações se somam às iniciativas de assistência técnica, garantia de compra da produção por um preço justo e todo apoio logístico por parte da PBIO, com vistas a proporcionar melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiadas.

A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, pelo seu escopo de trabalho e finalidade, tem interesse em implantar políticas públicas, nos territórios antes referidos, que contemplem a agricultura familiar como importante segmento do desenvolvimento regional, tanto assim que reconhece a importância da inserção do agricultor familiar no Programa de Produção de Biocombustíveis e se propõe, junto com a CAR, em executar este projeto em parceria com a PBIO.

Além de beneficiar agricultores familiares, o projeto atende, também, assentados e comunidades quilombolas presentes nos territórios, beneficiando cerca de um hectare/família que possui contratos com a Petrobras Biocombustível – PBIO.

Inicialmente, serão beneficiadas cerca de 30 mil propriedades rurais e 30 mil famílias de agricultores familiares, distribuídos nos nove Territórios de Identidade, num período de 18 meses. A estes, novos municípios serão acrescentados ao projeto na medida em que houver interesse por parte dos mesmos. Como o atual cadastro da PBIO abrange cerca de 15 mil agricultores, as ações devem estar estruturadas para o crescimento dessa base.

CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESENVOLVIMENTO URBANO

Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – PED/BA

A necessidade de reposicionar o Estado como ator primordial nos processos de desenvolvimento regional a partir do estabelecimento de uma nova relação entre as estruturas governamentais de decisão e gestão do território e os atores econômicos, políticos e sociais presentes, de forma diversificada e heterogênea, no conjunto dos municípios baianos, apontou a premência da elaboração da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia – PED/BA.

A PED/BA consiste no reconhecimento do papel estruturador da política na configuração do espaço urbano do Estado, para a promoção de uma gestão pública fundamentada nos princípios da democracia, participação e transparência. Sua importância maior está na formulação de uma estratégia de atuação que possibilite a superação dos entraves ao desenvolvimento urbano, visando reduzir as disparidades regionais, desigualdades socioterritoriais e desequilíbrios urbano-ambientais, que caracterizam o Estado da Bahia. Trata-se, assim, de uma política de Estado – e não de um plano de governo, que deverá balizar a interação entre os níveis federativos, direcionando, de forma permanente, as ações institucionais e investimentos no campo do desenvolvimento urbano nos municípios baianos, estabelecendo objetivos de curto, médio e longo prazo.

Conforme está sendo formalizada, a PED/BA deverá constituir-se em uma matriz que defina a destinação de investimentos (financeiros, técnicos ou institucionais) do Governo do Estado para lograr os objetivos mais gerais de desenvolvimento econômico-social e regional, a partir de modelos de crescimento urbano equilibrados, do ponto de vista socioambiental.

A construção da PED/BA parte de uma visão integrada dos vários elementos que compõem o desenvolvimento urbano, buscando superar a fragmentação das ações e políticas, e estabelecendo vínculos com a política de desenvolvimento sustentável do Estado e as políticas setoriais, cujas ações mantenham re-

lações diretas e indiretas com o desenvolvimento urbano, tais como: economia, meio ambiente, infraestrutura, promoção social, abastecimento, transporte, educação, saúde, habitação e cultura.

Na área de atuação da SEDUR, a Política de Desenvolvimento Urbano já procura integrar as políticas de habitação, fundiária e de saneamento básico com a política de mobilidade urbana e a organização territorial.

Diferentemente da prática de planejamento e gestão das administrações precedentes, este Governo adota um novo paradigma, incorporando a participação da sociedade desde o início do processo de construção da Política, e não apenas na avaliação do produto final.

A participação da sociedade neste processo reflete essa integração, assegurada pela atuação do Conselho das Cidades Bahia - ConCidades/BA e suas Câmaras Técnicas de Habitação, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana e Planejamento e Gestão Territorial, complementada com a atuação específica do “GT da Política Urbana”, que constitui o grupo de trabalho da PED/BA, prevenindo-se, ainda, a interlocução com o colegiado dos Territórios de Identidade. Cabe, assim, ao GT da Política Urbana subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e o ConCidades/BA na leitura da realidade urbana dos municípios e territórios, pelos atores sociais e institucionais.

A participação da sociedade também está ancorada no reconhecimento da diversidade de comunidades que compõem a nossa população, e de suas configurações territoriais, em função das especificidades históricas, culturais e ambientais existentes, que cabe à PED/BA respeitar.

Para a construção da PED/BA, já em 2007 foram realizadas 15 Audiências Públicas, envolvendo todos os Territórios de Identidade. Nestas, a partir da análise do contexto socioeconômico e político - institucional nacional, estadual e municipal, foram identificados os desafios a enfrentar, os princípios norteadores da Política, seus objetivos e eixos centrais, entre os quais destacam-se:

- **A constituição de um Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano**, como parte do Sistema

Nacional de Desenvolvimento Urbano, capaz de integrar ações, investimentos e gestão do território de forma articulada e cooperada entre os entes federativos, assim como oferecendo as condições para o exercício da cidadania, mediante a participação e controle social da gestão pública;

- **A reestruturação da rede urbana**, considerando a complementariedade e hierarquia entre os centros urbanos e seus papéis na estruturação dos espaços econômicos regionais no Estado, corrigindo os seus desequilíbrios e tirando partido dos seus potenciais mediante o estabelecimento de prioridades para a pro-

moção do desenvolvimento urbano, além das demandas formuladas pelos governos locais;

- **A melhoria da qualidade de vida urbana**, assegurando a inclusão sócio-territorial e a sustentabilidade socioambiental;
- **O fortalecimento da Gestão Municipal**, mediante a melhoria da capacidade de gestão territorial municipal.

Os principais componentes para a elaboração da PED-BA estão relacionados na Tabela 8 e discriminados nos itens que se seguem:

TABELA 8

PRINCIPAIS COMPONENTES PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA URBANA DO ESTADO BAHIA, 2009

ESTUDO	PRAZO	ANDAMENTO	VALOR EM R\$ 1.000,00
Capacidade de Planejamento e Gestão Urbana dos Municípios	jan/10	Em andamento	140
Rede Urbana	fev/10	Em andamento	390
Inclusão/ Exclusão sócio-territorial e Sustentabilidade socioambiental no contexto da Rede Urbana do Estado	fev/10	TR concluído Contratação em curso	97
Comunidades Tradicionais: Indígena e Quilombola	fev/10	TR concluído Contratação em curso	300
Competência, Estrutura Institucional e Capacidade do Estado para Implementação da PED/BA	fev/10	TR concluído Contratação em curso	55
Leitura Participativa da Realidade Urbana	jan/10	TR concluído Contratação em curso	158
Elaboração do Banco de Dados da Gestão	jan/10	TR concluído Contratação em curso	56
Formulação da Política Urbana do Estado	jun/10	TR concluído	380
TOTAL			1.576

Fonte: SEDUR/SGT/Diplant
* TR = Termo de referência

Estudo da Capacidade de Planejamento e Gestão Urbana dos Municípios

Tem por finalidade a formulação de um perfil dos municípios baianos, estabelecendo categorias de municípios, a partir de suas caracterizações, do ponto de vista da capacidade gerencial, financeira e de gestão democrática, que permitam direcionar adequadamente as políticas públicas do desenvolvimento urbano.

Estudo da Rede Urbana da Bahia

Pretende identificar e estabelecer a configuração da rede urbana e sua hierarquia funcional (região metropolitana, aglomerações urbanas, centros regionais e outras categorias de centros urbanos), caracterizando suas escalas de centralidade e irradiação, a partir da identificação das suas relações econômicas e da infraestrutura existentes, integradas às ações do Estado. Busca a consolidação de uma organização territorial policêntrica mais equilibrada, em diferentes escalas, que considere as funções desempenhadas regionalmente no contexto do Estado e a integração às redes nacionais e internacionais de cidades.

Análise da Inclusão/Exclusão Socioterritorial e Sustentabilidade Socioambiental

Visa identificar os fatores de inclusão/exclusão socioterritorial e as condições de sustentabilidade socioambiental nas redes de cidades e seu rebatimento territorial, a partir de indicadores sociais, de infraestrutura, e os impactos urbanos ambientais gerados por projetos econômicos e de infraestrutura, bem como os conflitos relativos à expansão urbana e proteção ambiental em áreas urbanas.

Estudo das Comunidades Tradicionais: Indígena e Quilombola

A finalidade é mapear as comunidades indígenas e quilombolas do Estado da Bahia, identificando e caracterizando as relações e interações dessas comunidades com o meio urbano, principalmente com as cidades, vilas e povoados mais próximos de seus territórios, com vistas a subsidiar e orientar a elaboração da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, garantindo políticas públicas para o atendimento das necessidades e demandas de

desenvolvimento urbano das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, de modo que contribuam para as suas continuidades históricas singulares e, conseqüentemente, para a preservação da sociodiversidade e multi-culturalismo, que caracterizam e identificam o Estado da Bahia.

Análise da Competência, Estrutura Institucional e Capacidade do Estado para Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano

Propõe-se a identificar as competências atribuídas ao Estado para a promoção do desenvolvimento; a existência e adequação dos órgãos integrantes da sua estrutura organizacional, considerando suas funções e práticas; a verificar a existência de gargalos, e a indicação das medidas para a solução dos problemas constatados, com vistas à implementação e monitoramento da Política.

Leitura Participativa da Realidade Urbana

É a participação política da sociedade baiana no processo de elaboração da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, realizada na forma de consultas públicas nos Territórios de Identidade, cujo objetivo central é a realização de diagnóstico da realidade urbana territorial estadual e a posterior apresentação de propostas. A legitimidade das consultas públicas é consequência e pressupõe ampla campanha de comunicação, divulgação e mobilização social, além da participação de representação política dos mais diversos segmentos sociais que compõem a sociedade baiana.

O processo de leitura participativa envolve o apoio do ConCidades/BA, através do GT da Política Urbana e de representação dos Colegiados Territoriais no processo de mobilização e sensibilização nos municípios. Serão realizados, em todo o Estado da Bahia, 13 eventos de consulta pública, reunindo representações dos diversos Territórios de Identidade, com previsão de ocorrerem entre os meses de novembro de 2009 e janeiro de 2010

Elaboração do Banco de Dados da Gestão Municipal

Construção de modelagem de Banco de Dados capaz de abrigar dados, indicadores e índices,

obtidos em fontes secundárias e junto aos municípios, para a classificação dos mesmos, conforme as suas capacidades de gestão do desenvolvimento urbano. Visa subsidiar a formulação das diretrizes, instrumentos e ações da Política, de acordo com as fragilidades e potencialidades dos municípios.

Formulação da Política Urbana do Estado

Parte da sistematização das leituras e cenários construídos em bases técnicas e participativas, seguida da consolidação dos fundamentos e definição das diretrizes da Política que orientarão as prioridades temáticas e locais dos instrumentos legais e administrativos para a sua implementação e dos mecanismos de gestão para o monitoramento da implementação e dos resultados alcançados pela PED/BA, na elevação do patamar das desigualdades regionais e sociais das cidades baianas. O produto final resultará em um Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Planejamento e Gestão da Região Metropolitana de Salvador

A maior parte das experiências de planejamento e gestão nas regiões metropolitanas foi interrompida na década de 90, sobretudo em consequência da Constituição Federal de 1988, que transferiu para os estados os recursos destinados às RMs, que passaram a ser negociados, caso a caso, com base em programas setoriais.

Assim, as RMs perderam espaço na agenda política e administrativa nacional e estadual, enquanto os organismos criados para gerá-las foram extintos ou tiveram suas competências transferidas para outros órgãos.

No caso da Região Metropolitana de Salvador – RMS, desde 1998, o antigo órgão metropolitano, Conder, ampliou sua base territorial para abranger todo o Estado e tornou-se o executor das políticas estadual de desenvolvimento urbano, de desenvolvimento metropolitano e habitacional do Estado da Bahia.

Neste Governo, a SEDUR tornou-se responsável pelo planejamento e gestão da RMS. Vale salientar que, durante quase uma década, ocorreu um vazio

político, financeiro e institucional nas RMs, com repercussões sobre as políticas públicas, a prestação de serviços à configuração de uma visão de futuro sobre estes territórios, situação agravada pela inexistência de mecanismos de cooperação federativa.

Esta situação começa lentamente a reverter-se, buscando-se novas formas de gestão metropolitana, com a adoção de soluções diversificadas, tanto em relação ao grau de participação das administrações municipais quanto no que diz respeito à participação da sociedade civil.

O processo de planejamento e gestão da RMS tem como objetivo trazer para o foco do Estado e municípios o equacionamento das questões metropolitanas e a implantação de um novo modelo de gestão baseado na cooperação interinstitucional. Sua concepção prevê a construção de um projeto de futuro que supere as desigualdades econômicas e socioespaciais intrametropolitana, a cisão da política econômica e da política social e o patamar de políticas redistributivas e de compensação, tendo como pressupostos:

- Desenvolvimento de um processo de sensibilização e mobilização direcionado aos municípios sobre a importância das questões metropolitanas e da sua participação no processo de planejamento e gestão da região;
- Conhecimento da problemática regional e, conseqüentemente, definição de intervenções e políticas que possibilitem à região desempenhar seu papel econômico no Estado;
- Participação ativa dos poderes executivos e legislativos municipais e da sociedade civil organizada no processo.

Assim como a Política de Desenvolvimento Urbano, o planejamento e gestão da RMS se desenvolvem de forma processual, constituindo uma atividade contínua que requer a participação de representantes municipais e da sociedade civil organizada, garantindo a participação e o controle social.

Entende-se, portanto, que a retomada do planejamento e a construção de uma nova modelagem de gestão da RMS no contexto de um Governo Democrático passa por um processo de mobilização, visando a construção da Governança Metropolitana, como as ações descritas a seguir:

Sensibilização e Mobilização Política dos Atores Sociais da RMS

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com objetivos comuns buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Para mobilização política dos envolvidos e interessados na gestão das regiões metropolitanas, já foram realizados os seguintes eventos:

- Seminário “Regiões Metropolitanas: Desafios e Possibilidades”, em dezembro de 2007 - trouxe para o debate as compreensões que definem a configuração de regiões metropolitanas e temas relacionados ao enfrentamento dos entraves institucionais, políticos e financeiros, desafios e possibilidades da gestão compartilhada, bem como do seu ordenamento territorial, discutindo as experiências de outras regiões do Brasil e do exterior;

- “Sensibilização e Mobilização dos Municípios da RMS”, de março a maio de 2008 - Série de debates com os Poderes Executivo e Legislativo dos 11 municípios da RMS, à exceção de Salvador, sobre as questões metropolitanas e a necessária gestão compartilhada entre os municípios;

- “Oficina Gestão e Desenvolvimento da RMS”, em agosto de 2008 - com o objetivo de orientar a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e iniciar o processo de modelagem institucional da gestão metropolitana.

Este processo resultou no reconhecimento da inexistência de uma consciência metropolitana e que este tema não está no centro das atenções do Estado, dos municípios, da universidade e da sociedade em geral. A partir da identificação das limitações, foi pensada uma estratégia voltada à consolidação da RMS.

Governança e Gestão

A consolidação da governança e gestão da RMS depende diretamente da criação das condições institucionais capazes de estimular a cooperação e coordenação entre os entes governamentais, bem como canalizar suas potencialidades para o desenho de uma estratégia socioespacial para a região

capaz de induzir maior integração econômica dos territórios municipais e menor vulnerabilidade social dos habitantes da Metrópole. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações:

- “Região Metropolitana de Salvador: O Papel do Governo do Estado na Governança Metropolitana” (nota técnica) – consultoria contratada, em 2008, com o objetivo de abordar o papel do Governo Estadual na governança metropolitana, situando o debate corrente sobre as regiões metropolitanas e apresentar alternativas para a reinserção do tema metropolitano na sua agenda política e técnica.

- Núcleo de Articulação Metropolitana – Levando-se em consideração um modelo de gestão metropolitana provisório, com envolvimento de novos agentes durante o processo, foi concebido um núcleo capaz de mobilizar e articular as instituições governamentais e não governamentais atuantes na RMS, com vistas à formulação de um pacto para a Gestão Metropolitana.

Este núcleo, que já foi discutido e aprovado por meio de uma minuta de decreto durante a Oficina de Gestão ocorrida em agosto de 2008, será composto, inicialmente pelas Secretarias de Estado comprometidas com o desenvolvimento urbano, com destaque para a SEDUR, coordenadora do processo.

A finalidade do Núcleo é a articulação da ação do Estado na região, de modo a se obter sinergia e maior impacto das ações governamentais, assim como liderar um processo de formação de uma gestão metropolitana compartilhada entre o Estado e municípios, garantindo o controle social.

A partir da consolidação desse Núcleo, serão incluídos a sociedade civil organizada, tendo por base o GT do ConCidades/BA, e o Poder Público dos municípios da RMS, tendo como objetivos principais: 1) conduzir o processo de modelagem e instituição de uma entidade metropolitana; 2) elaborar um Plano Estratégico da RMS; 3) propor uma Estratégia de Gestão Metropolitana e 4) deslançar a elaboração do Plano de Desenvolvimento da RMS.

No âmbito da SEDUR, foi constituído, por meio da Resolução ConCidades nº 003 de, 17 de julho de

2008, um Grupo de Trabalho no ConCidades/BA, denominado "GT RMS", vinculado à Câmara Técnica de Planejamento e Gestão Territorial Urbana, para realizar o acompanhamento do processo de planejamento e gestão da Região Metropolitana de Salvador. Os objetivos deste GT são: 1) colaborar na mobilização e divulgação do processo de planejamento e gestão da RMS; 2) contribuir com as bases para o planejamento da RMS; 3) acompanhar a elaboração e implementação da Estratégia de Governança Metropolitana para a RMS; 4) acompanhar a elaboração do Plano Estratégico e do Plano de Desenvolvimento da RMS.

Plano Estratégico da RMS

Tem como objetivo mobilizar os municípios e cidadãos metropolitanos para a construção de um projeto comum, cujo processo de construção coletiva contribua para a formação de uma consciência metropolitana e aponte caminhos para um novo modelo de gestão compartilhada, envolvendo Estado e municípios.

Resulta de um processo participativo de construção de um plano estratégico para a RMS que avalie as principais demandas comuns, os projetos e intervenções em curso, sejam de iniciativa privada como, e especialmente, do poder público estadual ou municipal, considerando, neste caso, a sinergia entre estes, os conflitos e o atendimento às demandas reais metropolitanas, culminando em um conjunto organizado e integrado de programas e ações estratégicas para a Região, com definição de prioridades e competências claras para a efetivação destas.

GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Política Estadual de Mobilidade Urbana

A ser desenvolvida sob a coordenação da SEDUR, a Política Estadual de Mobilização Urbana visa instituir princípios e diretrizes orientadoras das ações e investimentos do Estado na área da mobilidade urbana, para garantir o acesso universal à cidade e ao desenvolvimento urbano sustentável.

Como parte da estratégia de implementação desta Política, foi previsto, para 2009, um ciclo de seminários sobre a temática: "Campanha pela Mobilidade Sustentável" e a Capacitação em Mobilidade Urbana.

Ciclo de Seminários – "Campanha pela Mobilidade Sustentável"

Serão realizados 15 seminários em todo o Estado para conscientização dos membros do ConCidades, dos representantes da sociedade civil organizada e dos administradores públicos, sobre o tema "Mobilização Sustentável", buscando a captação de propostas a serem utilizadas como subsídios para o desenvolvimento da Política Estadual de Mobilidade Urbana, de forma abrangente e participativa.

Em 2009, foram desenvolvidos o planejamento e uma proposta de celebração de convênio para a realização da campanha, acontecendo em novembro de 2009 o primeiro seminário.

Capacitação em Mobilidade Urbana

O objetivo da Capacitação em Mobilidade Urbana é fortalecer os órgãos gestores municipais e metropolitanos de transportes, por meio da preparação das suas equipes gerenciais e técnicas, para o exercício do seu papel institucional, em especial no que se refere à gestão integrada da mobilidade e regulação dos serviços de transportes urbanos.

Com início em novembro de 2009, e finalização prevista para fevereiro de 2010, o curso atenderá secretarias e órgãos estaduais, municípios da RMS, municípios com população superior a 100 mil habitantes e aqueles outros de maior população, dentre os Territórios de Identidade não contemplados nas opções anteriores, além dos conselheiros do ConCidades.

Planos Diretores de Mobilidade – PlanMob

O Estatuto da Cidade determina que as regiões metropolitanas e todas as cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes elaborem um plano de transportes e trânsito, denominado Plano Diretor de Mobilidade – Planmob.

PlanMob da RMS e Entorno

O PlanMob da RMS e Entorno promoverá ações integradas de mobilidade urbana em todas as suas conexões metropolitanas, aperfeiçoando e ampliando a acessibilidade intermunicipal, com indi-

cação de investimentos futuros na infraestrutura de mobilidade, em políticas, diretrizes e planos de ação e de investimentos.

O PlanMob da RMS e Entorno teve seu Termo de Referência – TR elaborado em 2008 e o Edital de sua licitação publicado em novembro de 2009.

PlanMob do Aglomerado Urbano Ilhéus – Itabuna

Visando a avaliação dos impactos sobre a mobilidade no Território Litoral Sul com a implantação do Porto Sul, e buscando a melhoria da acessibilidade intermunicipal a partir desses impactos, este Plano pretende aperfeiçoar e ampliar a acessibilidade entre os municípios integrantes da aglomeração, direcionando e regulando investimentos futuros na infraestrutura de mobilidade e melhorando a acessibilidade urbana, o sistema de circulação e trânsito, o transporte coletivo de passageiros e transporte de cargas no aglomerado.

Planos de Acessibilidade Regional e Municipal

O Governo do Estado instituiu como uma das suas ações prioritárias o desenvolvimento de políticas voltadas para a inclusão socioeconômica. O plano “Acessibilidade Regional e Municipal” busca ampliar a acessibilidade nos Territórios e dar suporte às ações de desconcentração da economia e o atendimento às demandas sociais da população destas regiões.

Acessibilidade aos Centros Urbanos do Semiárido da Bahia

Ao escolher iniciar esse Plano pelos Centros Urbanos do Semiárido da Bahia - Territórios de Identidade de Itaparica, do Semiárido Nordeste II e Sisal -, duas estratégias passaram a ser articuladas e assumiram um papel de elevada relevância: o fortalecimento da rede de cidades e as intervenções que privilegiam o desenvolvimento do Semiárido.

Iniciado em julho de 2009, o Plano contou com a participação dos prefeitos dos municípios envolvidos. Foram realizadas visitas técnicas aos Territórios para levantamento de dados e pesquisas de campo, que subsidiarão a elaboração do diagnóstico e análise da situação da acessibilidade local e a for-

mulação de propostas de intervenções na região. A conclusão do Plano está prevista para junho de 2010.

Acessibilidade no Território do Litoral Sul

O Plano de Acessibilidade para o Litoral Sul indicará as diretrizes e ações voltadas para o transporte coletivo urbano e intermunicipal, e as vias de ligação intramunicipais (sede, periferia e zona rural), e entre os municípios e os centros urbanos locais e regionais deste Território, com vistas a ampliar a acessibilidade nessas áreas e dar suporte às ações de desconcentração da economia e o atendimento às demandas sociais da população aí residente.

Devido aos impactos diretos e indiretos com a implantação do Porto Sul, o Território do Litoral Sul foi considerado área prioritária de intervenção.

Informações para o Planejamento e Gestão

Inform

O Sistema de Informações Geográficas Urbanas, do Estado da Bahia – Inform, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, objetiva estabelecer uma infraestrutura de dados geográficos de uso compartilhado por todos os agentes que atuam na RMS e demais áreas urbanas do Estado. Neste exercício, foram investidos R\$ 795 mil.

Em pleno desenvolvimento, as informações disponíveis no banco de dados do Inform vêm sendo utilizadas por inúmeros projetos de interesse do Estado.

Em 2009, as unidades da Conder utilizaram o Inform para planejar novas intervenções, a exemplo do Programa Dias Melhores; Projeto da Via Expressa Baía de Todos os Santos; Projetos de Requalificação Urbana e Habitação com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS; Projeto de Regularização Fundiária em áreas cedidas pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU em Alagados e também nas áreas de intervenção do PAC, além de apoiar a elaboração de projetos de engenharia e a execução de obras, dentre outras tantas ações.

Outros órgãos estaduais também são usuários do Informs, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública – SSP e da Secretaria da Educação – SEC. Encontra-se em andamento o desenvolvimento de projetos em conjunto com a Secretaria da Administração – SAEB, para o Cadastro Georreferenciado de Imóveis pertencentes ao Patrimônio do Estado da Bahia; a Secretaria de Turismo – SETUR, para o desenvolvimento de Sistema de Gestão do Turismo, Patrimônio Cultural e Natural de 11 municípios do Estado; e a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, para a elaboração do Projeto do Polo Naval e do Cadastro Georreferenciado dos Distritos Industriais.

A Conder, através do Informs, participa, em parceria com a Superintendência de Estudos e Informações – SEI, do Projeto de Mapeamento Sistemático e Temático do Estado da Bahia, nas escalas 1:50.000 e 1:25.000; do Projeto da Infraestrutura de Dados Geoespaciais – IDE/BA e do Geoportal Bahia.

Neste exercício de 2009, várias outras ações foram desenvolvidas ou estão em andamento, tais como:

Cartografia

- Projeto de Atualização e Ampliação do Mapeamento da RMS e Recôncavo, na escala 1:10.000.

Situação: Em andamento.

Investimento: R\$ 4,2 milhões (recursos da SEDUR)

- Elaboração do Projeto de Mapeamento de Salvador e Lauro de Freitas, na escala 1:1.000.

Situação: Em andamento.

Investimento Estimado: R\$ 5 milhões (recursos da SEDUR)

- Elaboração do Projeto de Mapeamento das Sedes Urbanas da RMS e Recôncavo, na escala 1:2.000.

Situação: Em andamento.

Investimento: R\$ 7 milhões (recursos da SEDUR)

- Projeto de Manutenção e Densificação da Rede de Marcos Geodésicos do Sistema de Referência Cartográfica da RMS e das Redes de Referência Cartográficas Municipais.

Situação: Em andamento.

- Operação da Estação Salvador da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo GPS – RBMC, numa parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que permite aos usuários de GPS efetuarem levantamentos de precisão com a utilização de apenas um equipamento, uma vez que o pós-processamento pode ser feito com dados da Estação Salvador.

Situação: Em andamento.

- Participação da Conder, através de técnicos do Informs, no Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional – PIGN, em convênio com o IBGE, a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional – Cida, visando a mudança do Referencial Geodésico Brasileiro para o Sistema de Referência Geocêntrica para as Américas-Sirgas 2000.

Situação: Em andamento.

Cadastro Técnico Multifinalitário

- Apoio aos municípios para estruturação e consolidação dos cadastros técnicos municipais georreferenciados; implantação do Sistema de Gerenciamento de Bases de Dados Geográficos Municipais – Geopolis; capacitação de pessoal da prefeitura em levantamento de campo e operação do sistema; apoio na montagem do projeto de oficialização de logradouros das cidades de Valença, Mata de São João, Paulo Afonso, Camaçari, Dias D'Ávila e Vera Cruz, em convênio com a Gerência Regional do Patrimônio do Estado da Bahia – GRPU/BA.

Situação: Em andamento.

Dados Socioeconômicos

- Participação da equipe do Informs no Convênio de Cooperação Técnica para realização das atividades do Projeto de Pesquisa “Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador”, que inclui os trabalhos de consolidação dos limites de bairros e das bacias hidrográficas no município de Salvador.

Situação: Em fase de conclusão.

- Ajustes nas Malhas das Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, no município de Salvador.

Situação: Concluído.

- Compatibilização da Malha de Setores Censitários com os limites de bairros de Salvador, para o censo 2010, em parceria com o IBGE e a Prefeitura de Salvador.

Situação: Em andamento.

- Participação da equipe do Informs no mapeamento das áreas de atuação do Projeto Mulheres da Paz, em Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.

Situação: Em andamento.

Chamada Pública

A SEDUR, buscando incluir uma nova visão no processo de construção das cidades baianas, com base nos princípios de transparência e democracia que balizam este Governo, lançou, em 2009, o processo de chamada pública para apresentação de projetos de infraestrutura, de equipamentos urbanos, de urbanização, de mobilidade e capacitação e de assistência técnica, que serão selecionados e executados a partir de recursos próprios do Governo do Estado.

A Chamada Pública para projetos de infraestrutura, equipamentos urbanos e urbanização destina-se a apoiar os municípios, conferindo maior qualidade aos referidos projetos, com vistas a evitar que estes não sejam aprovados tecnicamente, retardando ou inviabilizando os convênios.

A Chamada Pública para a Assistência Técnica e Capacitação em Planos Diretores e Instrumentos da Política Urbana pretende dar suporte aos municípios na implementação de um processo de planejamento e gestão participativa, como forma de fortalecimento da gestão municipal, colocando em um patamar mais alto as relações interfederativas e com a sociedade civil.

A inclusão da mobilidade urbana na Chamada Pública pretende ampliar a visão dos problemas de circulação, englobando especialmente as questões do trânsito de bicicletas e pedestres, buscando soluções que superem a atuação fragmentada dos governos municipais no âmbito da mobilidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO SANEAMENTO BÁSICO

Sistema Estadual de Informações em Saneamento

O Governo do Estado, através da SEDUR, está elaborando um sistema de informações georreferenciadas que engloba as atividades relacionadas com o Saneamento Básico, Habitação e Desenvolvimento Urbano. O diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana no Estado da Bahia representa o primeiro passo para garantir a universalização destes serviços.

Esse sistema de informações está sendo adaptado para emprego de ferramentas que possibilitarão o acesso, de forma integrada, ao sistema geral de informações do Estado, em articulação com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento – Sinisa.

A base de dados está sendo atualizada e, em confronto com os dados fornecidos pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, sinaliza um incremento, nesta primeira etapa, de 1.615 novas localidades (povoados) do Estado da Bahia cadastradas. Isto significa que 63% dos povoados baianos inexistiam no cadastro anterior.

GESTÃO ASSOCIADA PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Estudo de Cenários para Regionalização do Setor Saneamento

O Governo do Estado preconiza o modelo institucional de desenvolvimento interiorizado e participativo, adotando um modelo de regionalização que considerou, na sua concepção, a institucionalização dos Territórios de Identidade, as bacias e sub-bacias hidrográficas, as regiões administrativas de operação da Embasa, os municípios com sistemas autônomos de água e esgoto e as interfaces de possibilidades de soluções compartilhadas de resíduos sólidos.

Estudos apontaram um novo desenho para a regionalização planejada, possibilitando a gestão associada e a regulação dos serviços de saneamento básico. O foco dos estudos foi ampliado para além do saneamento básico, integrando setores como habitação, gestão territorial e mobilidade urbana.

Os Consórcios Municipais também tiveram seu escopo ampliado para ações no âmbito da agricultura, estradas, educação, turismo, segurança e outras demandas, chegando ao novo modelo dos Consórcios Regionais de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Aproveitando todo esse histórico de elaboração de critérios e realização de estudos para a escolha do cenário ideal da regionalização para o novo modelo de gestão associada, integrando diversos setores de atuação governamental, foi formulada uma base única de regionalização, considerando os Territórios de Identidade e as Regiões de Desenvolvimento Urbano para estas Regiões de Desenvolvimento Sustentável – RDS, com uma configuração que corresponde a 25 regiões no Estado, estando em curso dez ações de implantação de consórcios nestas RDS.

GESTÃO AMBIENTAL

Modernização Institucional e Reestruturação dos Instrumentos de Gestão

O objetivo deste programa é tornar a gestão ambiental mais ágil e eficiente, capaz de executar suas ações de forma competente, com a modernização dos instrumentos de controle ambiental e desconcentração das suas ações.

Fortalecimento Institucional da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

A Secretaria do Meio Ambiente, através da Portaria nº. 50 de 24 de abril de 2007, institucionalizou o Sistema de Gestão SEMA – Sigsema, que tem como objetivo promover meios para facilitar a gestão institucional, administrativa e operacional, buscando a garantia de resultados sustentáveis dos serviços prestados através da participação, envolvimento e comprometimento dos seus colaboradores e de todas as unidades que compõem a estrutura organizacional, adotando como modelo o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública.

Visando atender os objetivos do Gespública, em 2009, foi promovido o 2º Ciclo de Autoavaliação realizado com a orientação de consultoria exter-

na, implantado o do Programa de Valorização do Servidor – SEMA, que tem como objetivo promover meios para valorizar, investir e capacitar o quadro de pessoal, através de treinamentos e realizações de seminários.

Fortalecimento Institucional da Cerb

Dentro da visão de fortalecer e consolidar o Planejamento Estratégico, a Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb vem realizando treinamento do seu corpo funcional no Programa de Desenvolvimento Corporativo, investindo em ações de melhoria de saúde e segurança do trabalhador, além da modernização dos *softwares* e *hardwares* do parque de informática da empresa, tendo desembolsado, até o momento, R\$ 173 mil.

Fortalecimento Institucional do Instituto do Meio Ambiente - IMA

A SEMA, através do Instituto do Meio Ambiente – IMA, vem trabalhando para fortalecer a sua Gestão, e 2009 foi um ano de avanços no Planejamento Estratégico Participativo da autarquia, que teve melhorias significativas e acompanhamento das metas de forma integrada ao Plano Diretor de Gestão – PDG do Governo do Estado, uma iniciativa inovadora, em parceria com a Secretaria da Administração – SAEB.

A presença do órgão ambiental em todo o Estado e a desconcentração das atividades, incluindo, gradualmente, o Licenciamento, a Gestão Florestal e a implantação da Central de Atendimento nas Unidades Regionais, foi uma das metas desse Planejamento. Em 2009, foram implantadas 11 novas unidades regionais, totalizando 22 unidades em funcionamento nas regiões de maior demanda por serviços do IMA.

Nesse processo de desconcentração, a Central de Atendimento ao Público – Atend vem trabalhando para atender ao cidadão de todo o Estado, dando maior acesso aos serviços do IMA e fornecendo informações sobre as atividades do órgão ambiental.

Em 2009, entraram em funcionamento as Centrais de Atendimento, de Camaçari, Feira de Santana,

Amargosa, Senhor do Bonfim, Eunápolis, Ilhéus, Vitória de Conquista, Jequié, Valença, Santana, Barreiras, Alagoinhas, Salinas da Margarida, e Juazeiro. As demais Centrais deverão ser instaladas no início de 2010. Ao todo, são 24 Centrais de Atendimento já instaladas e funcionando em 2009.

Capacitação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental

O Governo do Estado está investindo cerca de R\$ 2,7 milhões na aplicação de três estudos de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, um dos instrumentos mais modernos de Gestão Ambiental, com o objetivo de subsidiar as tomadas de decisão do Governo, levando em conta os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A AAE é utilizada para analisar políticas, planos e programas governamentais e/ou setoriais de desenvolvimento. Estão em curso as AAE:

- Sul da Bahia: Complexo Portuário, Industrial e Ferroviário;
- Extremo Sul: Programa Agroindustrial;
- Baía de Todos os Santos: Polo Estaleiro, Maricultura e de Turismo.

• Oficinas Preparatórias para Audiências Públicas

A organização das oficinas preparatórias para audiências públicas de Estudo de Impacto Ambiental – EIA/Relatório de Impacto Ambiental – Rima, tem o objetivo de assegurar maior participação, interlocução e influência das comunidades no processo de licenciamento, onde as propostas são desenvolvidas durante o diálogo entre empreendedores e comunidades.

• Termo de Compromisso e Responsabilidade Ambiental

Para maior agilidade no licenciamento de tipologias específicas, já estão disponíveis para a sociedade os Termos de Compromisso e Responsabilidade Ambiental para atividades agrosilvopastoris com menos de 1.000 hectares; assentamentos de reforma agrária; postos de

combustível; estações rádio-base e fabricação de artefatos de madeira.

• Capacitação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental

Em 2009, foi estimulada a criação e reforço das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental - CTGA em órgãos ou empresas governamentais e privadas, visando fortalecer o autocontrole e a qualidade ambiental e agilidade do licenciamento.

• Algumas Capacitações Realizadas em 2009

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, para criação da sua CTGA;
- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, objetivando fortalecer sua CTGA.

• Fortalecimento Institucional do Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá

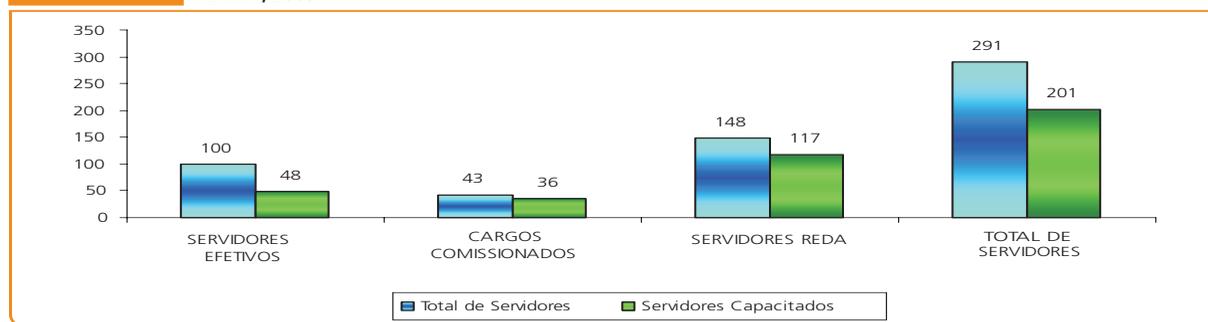
No âmbito deste programa, o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, aplicou, em 2009, recursos da ordem de R\$ 2,8 milhões nas ações de aquisições de mobiliários, fortalecimento do Centro de Meteorologia, do parque tecnológico, mudanças no *layout* da sede, além do desenvolvimento de ações de conservação ambiental voltadas ao uso racional dos recursos hídricos.

• Gestão de Pessoas – Ingá

Todas as capacitações executadas no âmbito da Gestão de Pessoas são avaliadas de forma a verificar se os propósitos pedagógicos do curso foram alcançados, e se os conhecimentos transmitidos durante a ação de desenvolvimento foram assimilados. As atividades desenvolvidas tiveram um total de 201 servidores capacitados, sendo 48 efetivos (48%), 36 comissionados (83,7%) e 117 em regime Reda (79%), conforme Gráfico 20.

GRÁFICO 20

SERVIDORES CAPACITADOS INGÁ
BAHIA, 2009



Fonte: SEMA/Ingá

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, EM REDE, COM EFETIVIDADE SOCIAL

Tornar a Gestão Educacional mais democrática, participativa e eficiente está entre os objetivos assumidos pelo atual Governo da Bahia. Para atingir esse propósito, seria necessário repensar a escola pública e a realidade social do Estado, tornando-as mais de acordo com os avanços tecnológicos e científicos ocorridos em nível mundial.

Em 2009, tem-se constatado melhorias significativas na gestão da educação pública na Bahia, com a introdução de experiências inovadoras na área da avaliação, nas ações de revitalização das Diretorias Regionais de Educação - Direc, no apoio a colegiados e grêmios estudantis, na articulação com os municípios e em outras ações que envolvem questões relacionadas à valorização dos profissionais e trabalhadores em educação.

O passo inicial que conduz à eficiência e eficácia da gestão educacional é o conhecimento atualizado da realidade da educação pública do Estado, destacando-se, neste caso, o levantamento de dados e informações sobre o funcionamento, a abrangência das necessidades, o envolvimento das instituições responsáveis pela prestação dos serviços educacionais e a constituição, formação e grau de satisfação do pessoal envolvido neste segmento: professores, gestores funcionários e demais integrantes do quadro funcional do setor.

Para dar sustentação e consolidar estas ações, o Governo do Estado, através da SEC, buscou revitalizar as Diretorias Regionais da Educação – Direc, considerando suas importâncias na descentraliza-

ção da gestão e fiscalização de programas, projetos e atividades outras desenvolvidas nas unidades e que garantem a melhoria da qualidade do ensino público na Bahia.

Pela necessidade de implementar ações de avaliação de desempenho da Educação no Estado, foi criado, em 2007, pelo atual Governo, o Sistema de Avaliação Baiano de Educação – Sabe, e após três anos de sua implantação já se pode deflagrar resultados positivos, em razão do reconhecimento externo, em nível nacional, ao pioneirismo da Bahia na construção de um método de avaliação educacional com implicações sobre as políticas educacionais existentes.

Foram estabelecidas três linhas de avaliação: a Avaliação Externa do Ensino Médio, que dá subsídios para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; os Círculos de Avaliação, cujo objetivo é desenvolver uma cultura de avaliação nas unidades escolares como base para o planejamento da gestão pedagógica e administrativa. Estas ações já estão implementadas em 4.034 escolas estaduais e 327 escolas municipais de 90 municípios baianos.

A contribuição maior dos Círculos de Avaliação diz respeito ao fortalecimento das relações entre Estado e municípios, levando a discussões e proposições de mudanças de práticas pedagógicas e de gestão.

Medida não menos importante adotada pelo Governo do Estado refere-se à eleição interna para Dirigentes Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino. Para que se efetivasse o pleito, os profissionais indicados foram submetidos a um processo

de capacitação sob a responsabilidade da universidade estadual da Bahia – Uneb, através convênio.

Com o propósito de fortalecimento das unidades escolares quanto ao planejamento estratégico dos investimentos, está sendo implementado o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola, direcionado para as escolas públicas das redes estadual e municipais, considerando o fraco desempenho do setor.

Na articulação com os municípios, cabe registrar o crescimento da parceria quanto ao processo da municipalização, especialmente do ensino fundamental, tendo incorporado ao já existente mais 42 escolas de 27 municípios, envolvendo em torno de 7.682 alunos da 1ª à 4ª série.

A partir da política empreendida pelo Governo da Bahia, e em cumprimento às exigências legais de conferir transparência a todos os atos da administração pública estadual, expandiu-se, neste exercício de 2009, a utilização do sistema informatizado Transparência na Escola, que tem como objetivo tornar pública a aplicação dos recursos financeiros destinados às escolas da rede estadual.

A Diretoria Geral da SEC, através da auditoria interna, vem realizando o acompanhamento do sistema e o esclarecimento de dúvidas junto aos gestores escolares, bem como a atualização e correção dos dados que não foram contabilizados no prazo estipulado.

Outra inovação criada em 2009 é a Ouvidoria da SEC, cujo objetivo é receber manifestações dos cidadãos e órgãos responsáveis pela educação no Estado. Neste ano de 2009, foram registradas em torno de 14.810 manifestações, sendo a maioria delas, 55%, de reclamações, e 10,3% de denúncias.

As prioridades do Governo do Estado foram o Programa Todos pela Alfabetização – Topa e a Educação Profissional no Ensino Médio. O empenho da SEC na gestão do Topa levou a um total, em 2009, de aproximadamente 289 mil pessoas alfabetizadas. No período 2007-2009, já foram alfabetizadas 460 mil pessoas e, em novembro, início da terceira etapa que se estende até outubro de 2010, já foram matriculadas 482.204 pessoas e estruturadas

44.473 turmas, o que significa que até o final dessa gestão governamental será atingida a meta de um milhão de alfabetizados.

No caso da educação profissional, em 2009, a rede passou a contar com oito centros estaduais de educação profissional e 27 centros territoriais. Foram também oferecidos cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio em 113 escolas distribuídas em 83 municípios dos 26 Territórios de Identidade do Estado. Registra-se ainda o crescimento da oferta de cursos profissionalizantes, que passaram de 26 cursos existentes em 2006 para 55 cursos em 2009.

Diante do vasto tema abordado, vale destacar que o atual Governo tem tido a convicção que o desenvolvimento da Educação passa, infalivelmente, pela qualidade dos modelos pedagógicos e a melhoria dos instrumentos adotados e, neste sentido, a Gestão Educacional está relacionada, também, às áreas de Políticas Públicas, Gestão de Escolas, Gestão de Sistemas Educacionais, Gestão de Terceiro Setor, Gestão da Informação, Gestão Participativa, Gestão de Pessoas, Aprendizagem Organizacional e Avaliação Institucional.

GESTÃO DA SAÚDE NA BAHIA – DEMOCRÁTICA, SOLIDÁRIA E EFETIVA

Tornou-se um consenso, entre os especialistas, que a implementação efetiva de um sistema de Gestão em Saúde requer o aperfeiçoamento contínuo do processo de planejamento e gestão do sistema em todos os níveis. Demanda, portanto, o acesso a informações de natureza técnico-científica e político-institucional que contribuam para a incorporação de conhecimentos e tecnologias de formulação, implementação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos, destinados a intervir sobre o estado de saúde da população e sobre o próprio sistema de serviços de saúde. O grau de complexidade aumenta na medida em que se persegue um processo que seja solidário, democrático, transparente e republicano.

A Gestão de Saúde possui uma particularidade de que, embora se encontre também em outras áreas do conhecimento, em maior ou menor grau, o gestor e sua equipe, geralmente, sem tempo para pesquisar, são envolvidos de tal sorte em um

emaranhado de informações sobre leis, normas, portarias, decretos, programas e projetos prioritários, anúncios de novas tecnologias e sistemas de informação, que, por vezes, se sentem como capitães de navios sem rumo definido, sendo conduzidos ao invés de conduzir.

Estabelecer uma gestão estratégica, participativa e efetiva do SUS é um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado no âmbito da gestão, que se cumpre a partir do fortalecimento institucional, da participação e do controle social, da fiscalização da qualidade das ações e serviços de saúde e da aplicação dos recursos no âmbito do SUS – BA, assim como, pelo fortalecimento da gestão da informação em saúde para tomada de decisão no Estado da Bahia.

O atual Governo, ao priorizar uma gestão democrática e solidária, vem atuando de forma mais contundente, no fortalecimento da participação da sociedade nos espaços instituídos de decisão e de formulação de políticas, a exemplo das oficinas territoriais para elaboração do Plano Plurianual – PPA Participativo, e das Conferências de Saúde, nos municípios e Estado, ainda no ano de 2007. Buscou-se também promover o desenvolvimento institucional qualificando os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde prestados à população, em busca da efetividade.

A Participação e o Controle Social na Gestão do SUS

Ainda que assegurada pela Constituição Federal – CF 1988 e na LF nº 8.142 de 1990, a participação e o controle social no âmbito do SUS, deve ser levada em conta a autonomia da gestão de cada ente federado e, conseqüentemente, suas particularidades.

Além de ter sido encaminhado, em 2009, a reestruturação do Conselho Estadual de Saúde – CES, tem-se trabalhado para impulsionar a estruturação dos Conselhos Municipais de Saúde – CMS, apoiando-os tecnicamente através do CES. É um verdadeiro processo de Planejamento *on-line*.

A participação da sociedade civil vem se consolidando, e neste sentido, com vistas ao fortalecimento do controle social, e por meio da Secretaria da Saúde

– SESAB, foi implementado o projeto MobilizaSUS. É mais uma iniciativa que articula intersetorialmente diversas secretarias e órgãos do Estado.

Em 2009, foram realizadas oficinas microrregionais de formação dos facilitadores do projeto em Feira de Santana, Juazeiro, Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus e Ibotirama, com a participação de 53 articuladores das Diretorias Regionais de Saúde – Dires e das Diretorias Regionais de Educação – Direc.

Concomitantemente, tem-se investido na consolidação de canais de comunicação e interação direta com a sociedade civil, para o acolhimento e resposta às demandas e necessidades, para o que foi criado a Ouvidoria do SUS-Bahia, através de decreto nº. 8.803 de 10/10/2003.

A Ouvidoria do SUS-BA é constituída de uma coordenação no nível central, com técnicos de nível superior, apoio administrativo e o *callcenter* com seis teleatendentes e uma rede de 23 Ouvidorias, compostas por 59 ouvidores, nas Macrorregiões: Norte, Nordeste; Centro; Extremo Sul; Centro Norte; Centro-Leste; Sul; Oeste e Sudoeste, e na Microrregião Centro-Leste, e em algumas unidades de saúde, sendo nove localizadas em Salvador; uma em Feira de Santana; uma em Vitória da Conquista e uma em Jequié. Em 2009, foram registradas 9.177 manifestações no Sistema Ouvidorias, o que representa um acréscimo de 45% se comparado a 2007.

Desenvolvimento Institucional e Capacidade de Gestão

Visando fortalecer a institucionalização do Sistema Único de Saúde – SUS, o Governo do Estado firmou uma cooperação técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde – Opas, cujos resultados esperados são: a redução da mortalidade materno-infantil; fortalecimento da SESAB no desempenho das Funções Essenciais de Saúde Pública – Fesp; implementação de um modelo de políticas públicas e gestão da assistência farmacêutica que assegurem o acesso e o uso racional de medicamentos pelos usuários do SUS na Bahia; efetivação da gestão do trabalho e da educação permanente em saúde.

Em 2009, a SESAB, conjuntamente com a Opas e em parceira com o Conselho Nacional de Secretários de

Saúde – Conass, realizou uma oficina para o fortalecimento das Fesp, reunindo cerca de 120 pessoas, entre gestores municipais, representantes do Conselho Estadual de Saúde – CES, das universidades baianas, Dires, técnicos e dirigentes da SESAB, que resultou na seleção de 11 indicadores, considerados frágeis na Autoavaliação de Desempenho das Fesp, realizada no ano de 2008. Essa oficina teve como produto um Plano de Fortalecimento das Funções Essenciais de Saúde Pública no Estado da Bahia, mais especificamente um plano de ação para a melhoria desses indicadores avaliados anteriormente.

Buscou-se, ainda no ano de 2009, qualificar o apoio institucional das Dires, concebendo-as como principais interlocutores do Governo perante os municípios. Para tanto, instituiu-se um Colegiado de Gestão das Dires, sob a coordenação do Gabinete do Secretário da Saúde, onde são discutidos periodicamente os problemas enfrentados em cada região do Estado e estratégias de intervenção para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Realizou-se ainda um encontro com todos os diretores das Dires, cujo produto, uma Agenda de Fortalecimento destes órgãos, vem sendo implementado.

No que tange ao Sistema de Planejamento do SUS – PlanejaSUS, regulamentado pela Portaria MS nº. 3.085 de 1º de dezembro de 2006, o Governo do Estado, em parceria com o Ministério da Saúde, mais especificamente com a Secretaria Executiva deste Ministério, vem implementando estratégias de fortalecimento dos espaços de planejamento nos municípios, a exemplo do projeto piloto de apoio técnico na área, prestado ao município de Cruz das Almas, assim como a elaboração de um Manual Prático de Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Saúde.

Também o Estado da Bahia tem gerenciado a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, instituída pela Portaria MS nº. 3060 de 2007, para apoiar os Conselhos de Saúde e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, a implantação de ouvidorias, as ações de monitoramento e avaliação e os sistemas de auditorias no Estado.

O Estado da Bahia participou da construção do Relatório de Gestão – RAG eletrônico, junto à

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, o qual, posteriormente, deverá estar disponível para todos os municípios do país, além de ter consolidado a sistemática de prestação de contas trimestral ao CES, adotada desde o início de 2007, em consonância com a Lei nº 8.142 de dezembro de 1990.

Aprovado em abril pelo CES, o Plano Estadual de Saúde – PES 2008–2011, contou com ampla participação social, envolvendo técnicos e dirigentes do Governo do Estado, universidades, além dos técnicos e dirigentes dos municípios.

Quanto às cooperações internacionais, ainda no ano de 2007, os governadores da Bahia e da Província de Tucumán, na Argentina, assinaram um protocolo de intenções, firmando uma relação de apoio mútuo em áreas prioritárias como saúde materno-infantil e planificação em saúde e recursos humanos. Neste ínterim, a SESAB ministrou um curso de Formação de Planificadores na província de Tucumán em abril de 2009.

A Gestão do Trabalho em Saúde

O trabalho em saúde tem características que lhe são peculiares, seja em relação ao próprio objeto de trabalho, os seres humanos, como também há que considerar os riscos e agravos à saúde a que os profissionais estão expostos: o ambiente insalubre, as precárias condições de trabalho, as baixas remunerações e a falta de garantia dos direitos trabalhistas.

No início do atual Governo, constatou-se um elevado quadro de servidores da saúde contratados temporariamente sem a realização de processo seletivo público, além de grande parte dos aprovados no concurso público, realizado em 2005, a serem convocados e as unidades e serviços com gigantesco *déficit* de pessoal.

No período 2007 a 2009, foram contratados mais de 11 mil postos de trabalho. Através do Processo Seletivo Público via Reda, foram preenchidos 3.575 postos de trabalho médicos e 2.426 de outras categorias profissionais.

Ainda na área de gestão do trabalho, a inexistência de espaços coletivos de negociação entre os gestores e trabalhadores e um Plano de Cargos,

Carreiras e Vencimentos – PCCV inadequado para fazer frente à complexidade da Força de Trabalho do SUS – BA, em particular às necessidades dos servidores da SESAB, fez com que o Governo do Estado investisse na modernização da gestão do trabalho na SESAB e na implantação de um sistema de informação sobre força de trabalho em saúde do SUS–BA, para possibilitar a sistematização e o conhecimento do perfil dos servidores da SESAB.

Com a implantação dos núcleos descentralizados de gestão de pessoas, por meio da reestruturação das coordenações de recursos humanos das Dires e unidades de saúde que compõem a rede própria da SESAB, busca-se estabelecer e fortalecer os vínculos institucionais, imprimindo maior agilidade e resolutividade aos processos na área de pessoal. Nessa perspectiva, realizou-se o II Seminário sobre Gestão do Trabalho e Educação Permanente, com a participação dos gestores da rede própria da SESAB e técnicos da área de recursos humanos desses núcleos.

Ao ser instituído um novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV da SESAB, destacam-se, entre outros avanços, a reestruturação do Grupo Ocupacional de Serviços Públicos de Saúde; a criação de carreiras como Biomédico, Engenheiro Clínico, Engenheiro Químico, Físico e Químico; a estruturação das classes para cada categoria funcional; a instituição do processo de Avaliação de Desempenho (individual e institucional); o desenvolvimento na carreira por meio da Promoção; a regularização da jornada de trabalho dos servidores médicos (plantonistas) e a implantação da Gratificação de Incentivo ao Desempenho – GID.

Política Estadual de Educação Permanente em Saúde

No âmbito da cooperação técnica aos municípios, a SESAB implantou a Câmara Técnica Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, junto à Comissão Intergestores Bipartite – CIB, cujo objetivo é discutir o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde. A SESAB vem apoiando, também, na estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde no âmbito municipal. Atualmente, são 17 unidades de gestão do trabalho e educação permanente estruturadas no Estado da Bahia.

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação do SUS – ProgeSUS, do Ministério da Saúde, é um programa de cooperação técnica e financeira com estados e municípios que tem como objetivo desenvolver ações conjuntas entre os entes federados, com vistas a criação e/ou fortalecimento e modernização dos setores de gestão do trabalho e da educação no SUS, visando sua efetiva qualificação.

A Política de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente no SUS-Bahia contempla, também, a implementação do HumanizaSus. É uma Política Nacional, instituída em 2003 pelo Ministério da Saúde, que busca valorizar os usuários, gestores e trabalhadores em Saúde. Visando discutir agendas formuladas anteriormente e garantir o envolvimento dos trabalhadores de saúde nos processos de produção de saúde, a SESAB promoveu, em 2009, a 1ª Videoconferência do HumanizaSus, transmitida para 28 microrregiões do Estado.

Destacam-se ainda, no ano de 2009, a formação de Colegiados Gestores nos municípios de Ibicarai e Santa Maria da Vitória e a adesão de cinco municípios prioritários à Política Nacional de Humanização – PNH.

Nessa perspectiva, tem-se consolidado uma rede composta por grupos de trabalho de humanização em unidades da rede própria, Diretorias Regionais de Saúde – Dires, nos 28 municípios sedes de microrregião. Encontra-se em funcionamento 11 grupos de trabalho nas Dires.

MONITORAMENTO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO GOVERNO E DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC NA BAHIA

A Casa Civil, através da Coordenação de Articulação e Monitoramento – Coam, promoveu, no exercício de 2009, o Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo; a Articulação e Monitoramento das Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na Bahia; além da Construção do Balanço das Ações do Governo do Estado.

Em relação ao Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Implantação do Sistema de Monitoramento E-Car, para aperfeiçoamento da Metodologia de Acompanhamento das Ações Prioritárias, sendo realizados:
 - Ajustes no conteúdo do sistema, otimizando a qualidade das informações fornecidas pelas secretarias e órgãos;
 - Dois treinamentos para os usuários, o primeiro, em maio, com 120 participantes e o segundo, em setembro, com 80 participantes, de diversas secretarias;
 - Auditoria no sistema e ciclo de reuniões individuais com todas as secretarias, buscando qualificar e aprimorar os dados de monitoramento das Ações Prioritárias;
- Acompanhamento da Ação Prioritária de Construção e Reforma de Unidades Escolares, através de reuniões semanais entre os órgãos responsáveis, buscando monitorar o alcance das metas pactuadas, e encaminhamento de solução dos possíveis entraves.

No que se refere ao monitoramento das ações do PAC na Bahia (obras com execução pelo Governo do Estado), foram mantidas as reuniões das Salas de Situação, em cinco áreas de atuação: Infraestrutura, Recursos Hídricos, Saneamento, Habitação e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Foi realizada também uma reunião do Comitê Gestor do PAC – CGPAC. Essas ferramentas visam tornar exequível o cronograma de execução das obras através do processo de monitoramento e articulação, objetivando eliminar os obstáculos nas diferentes áreas, tais como: questões fundiárias, licenciamento ambiental, cronogramas orçamentários e de licitação, com os diferentes órgãos executores e outros implicados, como Procuradoria Geral do Estado – PGE e órgãos de licenciamento, Instituto do Meio Ambiente – IMA e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá.

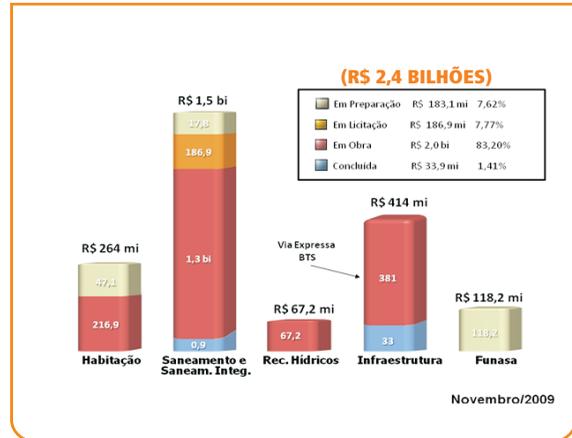
Um dos resultados mais significativos desse monitoramento foi o acompanhamento minucioso do andamento de todos os projetos financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF.

Vale ressaltar, conforme descrito no Gráfico 21, o crescimento de R\$ 1,9 bilhão de recursos contratados para R\$ 2,4 bilhões, através de novos projetos

viabilizados junto ao Governo Federal, destacando o crescimento na área de saneamento. Outro incremento significativo constata-se nas obras iniciadas, de 60% do percentual de recursos contratados com obras iniciadas em 2008 para 83,2% em 2009.

GRÁFICO 21

PAC: EXECUÇÃO GOVERNO DA BAHIA BAHIA, 2009



FORTEALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

Consórcios Públicos

Os Consórcios Públicos de Desenvolvimento Urbano são autarquias, com participação do Estado e municípios, em condições para captação e gerenciamento de recursos a serem aplicados na região de abrangência, a partir de uma programação definida e aprovada por todos os partícipes, possibilitando ações conjuntas nas diversas áreas do desenvolvimento urbano, a exemplo:

- Assistência técnica e capacitação nas áreas de saneamento, habitação, ordenamento e gestão territorial e mobilidade urbana;
- captação de recursos para projetos urbanos;
- elaboração de projetos;
- elaboração de planos diretores, de saneamento e habitação;
- prestação de serviços comuns de saneamento (resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário), transportes e outros.

O Consórcio Público constituirá a base institucional de ação regionalizada, necessária à implementação

e permanência do programa de Fortalecimento da Gestão Municipal. A SEDUR, em convênio com o Ministério das Cidades – MCidades, com o Projeto de Assistência Técnica e Capacitação para Gestão Urbana, deu início às primeiras ações para a implantação dos consórcios a seguir discriminados:

- Assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre a Caixa Econômica e o Estado da Bahia – abril 2007;
- Assinatura do Termo de Compromisso para a formação do Consórcio das Regiões de Irecê e do Médio São Francisco, entre o Estado da Bahia e 18 municípios dessas regiões – abril 2008;
- Articulação com municípios para a formação do Consórcio da Região Nordeste (territórios Nordeste II e Itaparica-BA/PE), com assinatura do Termo de Compromisso, envolvendo cinco municípios julho 2008;
- Articulação com municípios da região do Baixo Sul – maio 2008;
- Participação na discussão do Protocolo de Intenções.

A meta do atual Governo do Estado é de implantar oito consórcios até o final de 2010.

Capacitação e Assistência Técnica na Área de Planejamento e Gestão Urbana

A SEDUR elaborou também projeto de “Capacitação e Assistência Técnica”, visando o fortalecimento da gestão municipal, com foco na elaboração de Planos Diretores Urbanos Participativos e Instrumentos de Política Urbana, tendo como público-alvo os servidores municipais e representantes da sociedade civil organizada, com vistas a assegurar as condições para o planejamento e gestão democrática, na forma definida pelo Estatuto da Cidade. O Projeto prevê a implantação de Núcleos Regionais de Capacitação e Assistência Técnica, que possam vir a integrar-se ou apoiar os Consórcios de Desenvolvimento Sustentável na implementação de uma Política de Desenvolvimento Urbano/Regional.

Inicialmente, este projeto foi apresentado e aprovado para Convênio pelo Ministério das Cidades, a ser aplicado nos Territórios de Identidade de Itaparica, Semiárido Nordeste II e Litoral Sul. Neste sentido, foram realizadas atividades preliminares de mobilização e de assinatura de termo de adesão com os municípios dos dois primeiros territórios citados.

Este projeto atenderá, prioritariamente, aos territórios já mencionados e, especialmente o do Litoral Sul, considerando os impactos urbanos decorrentes da implantação do Porto Sul, localizado em Ilhéus, previsto como um grande complexo logístico, com a construção da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto e Aeroporto.

A SEDUR tem promovido ainda Oficinas de Orientações para a elaboração de Planos Diretores e disponibilização de material didático sobre a temática e acompanhamento dos trabalhos, em atendimento aos pleitos municipais já formulados por Iraquara, Andaraí, Nordestina, Jeremoabo, Santa Maria da Vitória e Sapeaçu, com início em novembro de 2009.

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

O Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à SEPLAN, produz, de forma sistemática, informações sobre a realidade socioeconômica e ambiental do Estado da Bahia. Atualmente, a SEI se constitui no principal provedor de dados do Estado, atendendo demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil.

Desde sua criação, em 1995, e a despeito da importância do relevante papel em prol do desenvolvimento do Estado da Bahia, a SEI ainda não dispunha de um quadro técnico próprio compatível com os projetos que estão em curso e com as demandas cada vez mais complexas, especialmente no campo da pesquisa e da linha editorial.

No intuito de minimizar os impactos provocados por essas dificuldades, foi elaborada uma proposta de reestruturação organizacional, em parceria com a Secretaria da Administração – SAEB, visando a adequação regimental de unidades administrativas e da força de trabalho da autarquia.

Aliada à ideia de reestruturação, também foi elaborado o Projeto de Lei para criação da carreira de especialista em Informações Econômicas, Sociais e Ambientais, posteriormente aprovado e sancionado, que originou a Lei nº 11.367/09, que destina 30 vagas para serem preenchidas pelo órgão, tão logo seja definido pela SAEB o cronograma de concursos.

Na esteira de ações que visam o fortalecimento institucional, e considerando a necessidade de ampliar a visibilidade da SEI perante a população de Salvador e do Estado da Bahia, uma vez que as informações geradas no órgão ainda são pouco conhecidas do público em geral, mesmo gozando de excelente conceito junto a um público mais especializado, foi encomendada uma campanha de comunicação estratégica com a finalidade de ampliar a divulgação dos serviços prestados pelo órgão e melhor posicionar a marca SEPLAN/SEI por ocasião da comemoração dos 15 anos de sua fundação.

AÇÕES ESTRATÉGICAS E ESTRUTURANTES

Atualização Cartográfica

A desatualização e a inadequação de escala da Cartografia existente, 1:100.000, são incompatíveis com as atuais necessidades dos Projetos Estruturantes nas áreas de monitoramento, infraestrutura e gerenciamento do Estado da Bahia. Logo, a necessidade de uma Cartografia básica atualizada e em escala adequada ao nível de desenvolvimento do território é uma questão que preocupa a comu-

nidade técnica, as instituições públicas, a iniciativa privada e os pesquisadores.

Em um consenso estabelecido entre os órgãos que compõem a Comissão Estadual de Cartografia – Cekar, delineou-se a estratégia de construção de uma nova Cartografia para o Estado da Bahia. O objetivo central do projeto é a atualização da Base Cartográfica Sistemática para todo o Estado, nas escalas de 1:25.000 nas regiões Oeste, Litoral Sul e Extremo Sul; 1:50.000 no Semiárido e 1:10.000 na Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo. Para tanto, foram elaboradas pela Diretoria do Serviço Geográfico – DSG do Exército Brasileiro especificações técnicas para a contratação dos serviços, a fim de que, em um curto espaço de tempo, possam ser supridas as necessidades de Cartografia Básica do Estado. Essas especificações visam a elaboração do mapeamento sistemático e temático do Estado da Bahia, exigindo, por seu turno, os produtos e serviços indicado no Quadro 4. Até o encerramento do exercício, a SEI terá recebido imagens de satélite e fotografias aéreas da região Oeste do Estado, que, após validação, serão disponibilizadas para os órgãos do Estado.

QUADRO 4

MAPEAMENTO DO ESTADO DA BAHIA BAHIA, 2009

PRODUTO/SERVIÇO	SITUAÇÃO
Imageamento	Contratado
Modelo Digital de Superfície (MDS); Ortoimagens Digitais e Curvas de Nível	Contratado
Cooperação Técnica e Financeira com a DSG para execução de serviços, acompanhamento e fiscalização das etapas de elaboração dos serviços citados acima.	Convênio assinado

Fonte: SEPLAN/SEI

Projeto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia - IDE/BA

Visando a construção de um ambiente tecnológico que permita compartilhar dados sem que haja replicação ou redundância, foi criado o Projeto de Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia – IDE/BA. Uma das vantagens desse projeto, que se encontra em andamento, é respeitar os processos de produção de dados inerentes à rotina de cada

produtor, ao tempo em que cria condições reais para o desenvolvimento de aplicativos que integrem dados de múltiplas fontes sem a necessidade de transferência ou cópia.

A implantação dos elementos tecnológicos necessários ao estabelecimento da IDE/BA inclui aquisição, fornecimento e instalação de *software*, localização, avaliação e aplicação de dados espaciais disponíveis *on-line* para os usuários, sejam eles

Governo, empresas, organizações não governamentais, meio acadêmico e o público em geral.

Saliente-se que todos os projetos para IDE/BA serão financiados com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird. O termo de referência para a contratação de serviços, que serão executados de forma a viabilizar e implantar a arquitetura desejada para a IDE/BA já foi elaborado.

Geoportal Bahia

Em dezembro de 2006, o Decreto nº 10.185 instituiu um serviço público de informações destinado a prover consulta e visualização de dados e informações geoespaciais, através do “Geoportal Bahia”. Este portal enseja prover uma estrutura de dados e informações integradas que contará com os diversos órgãos produtores e consumidores de dados geográficos e espaciais nos diversos níveis de Governo. Visa, também, coletar, tratar, compartilhar e disponibilizar bases espaciais de órgão e entidades do Poder Executivo Estadual, além de promover o intercâmbio de dados e o acesso às informações espaciais produzidas por outros poderes e esferas de Governo, por organismos não governamentais e pela iniciativa

privada. O mesmo decreto delega à SEI a gestão do Geoportal, que já adotou as providências para a elaboração do termo de referência para contratação de serviços necessários à sua implementação.

Sistema de Metadados Geoespaciais

Este projeto trata da concepção e implantação do Sistema de Metadados Geoespaciais. O projeto abrangerá e servirá a todo o Poder Executivo do Estado da Bahia, especialmente a SEPLAN, pela natureza sistêmica de atuação, e órgãos e entidades produtoras e usuários de informações geoespaciais, que terão suas informações disponibilizadas para toda a sociedade, através do Geoportal Bahia.

Este projeto será financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird. O termo de referência para a contratação já foi elaborado.

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS

O Quadro 5 detalha os estudos, pesquisas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento pela SEI no exercício de 2009.

QUADRO 5

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS BAHIA, 2009

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	DESCRIÇÃO
Projeto de Contas Regionais do Brasil	Objetiva a realização do cálculo do Produto Interno Bruto da Bahia, para o período 2007-2008.
Projeto do Produto Interno Bruto - PIB trimestral da Bahia	Em 2009, a equipe de contas regionais realizou duas análises trimestrais pela ótica do PIB, por setor de atividade econômica. Em dezembro de 2009 será calculado o PIB do terceiro trimestre e a primeira prévia do desempenho setorial da economia baiana.
Cálculo do PIB Municipal	Visa calcular a estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios através do cálculo do rateio das contas regionais pelos municípios do Estado. Em 2009, foi calculado o PIB dos municípios para o ano de 2007.
Estudo sobre a política de atração de investimentos industriais da Bahia no período 2000-2008	Desenvolvido em parceria com as Secretarias da Indústria, Comércio e Mineração – SICM e do Planejamento – SEPLAN, esse trabalho pretende realizar uma análise quantitativa e qualitativa da atração de investimentos industriais na Bahia no período 2000 -2008. Para tanto, serão analisados os protocolos de intenção e os projetos efetivamente realizados, avaliando o montante do investimento, os empregos gerados e as cadeias produtivas por Território de Identidade.

Continua

Continuação do Quadro 5

<p>Retopolação dos Resultados das Contas Regionais para o período 1999-2007</p>	<p>Trabalho desenvolvido em parceria com o Departamento de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tem como objetivo recalculer a série do Produto Interno Bruto da Bahia para o período anterior ao de 2002, utilizando o mesmo procedimento da nova base de cálculo. O trabalho está pronto, aguardando a decisão do IBGE para sua publicação. Uma vez dominada a metodologia, a SEI estuda a possibilidade de retopolar a série até o ano de 1975, tornando-se a única instituição do país a dispor de uma série de PIB nessa dimensão.</p>
<p>Auxílio no Trabalho de Cálculo dos Setores Econômicos do PIB brasileiro</p>	<p>Trabalho realizado entre a SEI e o IBGE com o objetivo de colocar a expertise da equipe baiana para contribuir com o cálculo das contas regionais dos demais estados brasileiros. Compete à SEI montar o cálculo do setor de transportes do Brasil e da geração e transmissão de energia elétrica. Em 2009, o trabalho estará totalmente concluído.</p>
<p>Análise mensal sobre o desempenho econômico da Bahia</p>	<p>Essa atividade tem o objetivo de informar aos gestores públicos sobre a conjuntura econômica da Bahia e as perspectivas de curto prazo. Visa acompanhar e analisar o comportamento dos principais indicadores setoriais da economia baiana e subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos agentes econômicos, em especial o Sistema Estadual de Planejamento – SEP.</p>
<p>Elaboração do Anuário Estatístico dos Servidores Públicos do Estado, em parceria com a Secretaria da Administração SAEB</p>	<p>Abrange informações sobre despesas com pessoal: quantitativo, remuneração, ingressos, saídas, aposentadorias e pensões, além de dados sobre o perfil dos servidores, a exemplo de faixa etária, sexo e qualificação. Reforça a transparência das informações e se constitui num instrumento de gestão para o Governo Estadual.</p>
<p>Produção dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Social - IDE e IDS</p>	<p>Trata do cálculo para a produção de indicadores de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social. O Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE é definido a partir dos níveis de infraestrutura, qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada localmente, enquanto o Índice de Desenvolvimento Social - IDS é resultante da prestação dos serviços de educação e saúde, bem como do acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica pela população.</p>
<p>Indicador de Confiança da Economia Baiana</p>	<p>Projeto em andamento, tendo como objetivo reduzir o grau de incerteza na economia do Estado. É calculado com informações captadas em pesquisa direta com entidades representativas dos diferentes setores da economia baiana.</p>
<p>Monitoramento das Metas do Milênio na Bahia – 2007/2008</p>	<p>Objetiva acompanhar o desempenho da Bahia quanto ao cumprimento das metas do milênio. O monitoramento dos indicadores a serem trabalhados é realizado em parceria com o Ipea. A conclusão do relatório está prevista para 2010.</p>
<p>Avaliação da capacidade de investimento em mídia, em Salvador</p>	<p>Objetiva avaliar os investimentos em mídia realizados pelos anunciantes em Salvador, de modo que sejam identificadas as possibilidades de expansão da base anunciante local.</p>
<p>Modelo de previsão mensal da movimentação econômica, crédito e inflação de Salvador</p>	<p>O modelo visa prever, com reduzida margem de erro, Índice de Movimentação Econômica - IMEC, o crédito e o Índice de Preço ao Consumidor da cidade de Salvador.</p>
<p>Painel e Análise do Censo Agropecuário da Bahia</p>	<p>O objetivo é perceber as mudanças no panorama agrícola da Bahia e montar um conjunto de indicadores estatísticos e analíticos sobre o censo.</p>
<p>Indicadores Antecedentes e Coincidentes do ICMS e PIB</p>	<p>Prever a indicação, a partir de métodos estatísticos e com muita precisão, da tendência de desempenho das variáveis mais importantes de análise do desempenho econômico do Estado da Bahia: PIB e ICMS. Este trabalho é de grande relevância para o Governo e os primeiros resultados já foram evidenciados.</p>

Continua

Continuação do Quadro 5

Panorama das Contas Públicas da Bahia	Tem como objetivo realizar um estudo analítico, com base na opinião dos maiores especialistas locais e nacionais sobre as finanças públicas na atualidade.
Censo da Segurança Pública	Trabalho em parceria com a Secretaria de Segurança Pública – SSP para a montagem de um censo estatístico sobre a segurança pública do Estado da Bahia.
Análise dos principais indicadores sociais baianos disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE	Analisar os avanços que o Estado da Bahia obteve nos principais indicadores relacionados com o mercado de trabalho, educação e condições de moradia, entre os anos de 2007 e 2008, apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD de 2008.
Análise das informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - Caged do Ministério do Trabalho	Busca analisar dados e informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE objetivando produzir os documentos: Síntese de Indicadores e Boletim do Caged.
Estudo sobre as transformações do mundo do trabalho	Estudo organizado com base em cinco grandes eixos de discussão: 1. Tendência à desregulamentação das relações de trabalho; 2. Mundo do trabalho atual: transformações do emprego, novas formas de inserção e desemprego; 3. Flexibilização e precarização do trabalho: impactos sobre grupos populacionais e famílias; 4. Novos retratos do mercado de trabalho: construção de indicadores; 5. Retrocessos no mundo do trabalho e proteção social: desafios para a política pública.
Estudo sobre Cidades	O objetivo desse estudo é apresentar abordagens que não só estudem os descaminhos das cidades, mas, principalmente, analisando as condições da sociedade contemporânea, apontem para efetivas possibilidades de desenvolvê-las.
Estudo sobre Transferência de Renda e Desenvolvimento Regional	É mais um projeto que será publicado na Revista Bahia Análise e Dados e pretende, em três eixos de abordagem, contemplar trabalhos sobre a questão das transferências de renda e o desenvolvimento econômico das unidades municipais.
Ordenamento Territorial da Macrorregião de Salvador – Feira de Santana, tendo a logística como fator de desenvolvimento regional	O estudo tem como objetivo propor, conceitualmente, uma nova configuração básica para os fluxos econômicos e sua base logística para a Macrorregião de Salvador – Feira de Santana, promovendo, assim, estratégias de distribuição espacial das atividades econômicas e logísticas no espaço regional.
Pesquisa com setores empresariais para identificar oportunidades de investimento na logística da macrorregião de Salvador – Feira de Santana.	O estudo objetiva compor as bases de um programa de desenvolvimento regional para a Macrorregião de Salvador – Feira de Santana, onde os componentes da logística têm destaque, em função da sua capacidade de agregação de valor e geração de emprego e renda.
Criação do Índice de Qualidade do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador – RMS	O índice já foi criado e está sendo validado em fóruns competentes como a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - Anipes.
Projeto de Pesquisa: Turismo e Desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte - APA do Litoral Norte/ BA	Tem como objetivo analisar a contribuição do turismo para o processo de desenvolvimento das localidades situadas na Área de Proteção Ambiental - APA Litoral Norte, investigando especificamente as condições de vida das populações locais.
Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da Pesquisa Índice de Preços ao Consumidor – IPC	Levantamento contínuo e mensal de uma cesta composta de 375 produtos e serviços, determinada através de Pesquisa de Orçamentos Familiares, tendo como principal objetivo calcular o índice de inflação das famílias soteropolitanas com rendimento mensal de um a 40 salários mínimos.

Continua

Continuação do Quadro 5

Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED	Produzir informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador - RMS, através de um levantamento mensal e sistemático sobre emprego, desemprego e os rendimentos do trabalho, a partir da coleta mensal de informações, por meio de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da RMS.
Pesquisa de Campo sobre Mobilidade Ocupacional e Residencial dos indivíduos de 14 anos ou mais de idade residentes na RMS	O objetivo é investigar as estratégias de deslocamento da população dentro da metrópole baiana, bem como as áreas que necessitam maior atenção para responder a nova estrutura produtiva e novas funções da metrópole.
Pesquisa de Campo sobre Emprego Doméstico na RMS	Objetiva investigar o emprego doméstico na ótica do empregado, para subsidiar as ações do Programa Trabalho Decente. A pesquisa terá duração de seis meses, entrevistando cerca de 7.500 domicílios/mês. No ano de 2009, foi realizada a pesquisa piloto.
Pesquisa de Campo sobre Fecundidade	Objetiva investigar o tema fecundidade e/ou comportamentos reprodutivos da população da RMS. No ano de 2009, foi definido o escopo e realizadas as articulações, com parcerias para operacionalização da pesquisa.
Atualização do Plano Amostral da Pesquisa de Emprego e Desemprego	Consiste na substituição dos setores censitários do Censo de 1991, que a pesquisa utiliza atualmente, para os setores do censo de 2000, além na mudança no sistema de sorteio dos domicílios.
Estudo sobre a situação dos Negros no Mercado de Trabalho da RMS	O estudo concluído em novembro de 2009, teve como objetivo possibilitar a reflexão acerca da situação atual das desigualdades entre os grupos raciais no mundo do trabalho, na RMS.
Análise dos resultados da Pesquisa Mensal do Comércio Varejista	Atividade realizada mensalmente, em parceria com o IBGE, tendo por objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho do Comércio Varejista do Estado da Bahia e de seus principais segmentos.
Montagem de um sistema de informações para planejamento das ações de educação e saúde na Bahia	Possibilitar o aumento do conhecimento das necessidades diferenciadas de cada região ou território, além de identificar o perfil da população no entorno das unidades. Com esta ferramenta será possível verificar problemas ligados às áreas de educação e saúde, em nível de bairros, das maiores cidades da Bahia e, em nível de município, para as demais cidades. Permitirá também avaliar critérios de alocação de equipamentos, evitando concentração em alguns locais e carência em outros.
Análise das condições de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos municípios da Bahia	O foco deste estudo é verificar como o Programa Bolsa Família altera as condições de vida das famílias, no sentido de uma emancipação futura, e qual o peso dos gastos das famílias pobres na dinâmica das atividades econômicas dos municípios, particularmente nas atividades comerciais e de serviços.
Estudo do uso das terras das bacias do rio São Francisco: sub-bacias da margem direita do Lago de Sobradinho	O estudo focaliza a dinâmica socioeconômica e ambiental, as condicionantes das atividades e os reflexos no meio ambiente, além de identificar a ocupação relacionada às atividades agro-pastoris, as formas de apropriação da terra, as pressões exercidas sobre os recursos naturais, além de agregar outras informações relacionadas ao meio físico e aos aspectos socioeconômicos.
Projeto de elaboração de bases cartográficas municipais	Visa recortar os municípios na escala 1:100.000, gerando mapas planialtimétricos ou planimétricos, para atender as demandas das Prefeituras e da sociedade.
Limites Municipais	O objetivo é atender às solicitações das prefeituras municipais, seja em relação às questões de litígios, como na elaboração de bases cartográficas municipais.

Continua

Conclusão do Quadro 5

Pesquisa sobre mobilidade residencial e de trabalho na metrópole	Este estudo tem como objetivo compreender a questão da mobilidade das pessoas, em uma perspectiva estrutural, dentro da região metropolitana. O outro foco de análise está relacionado à questão da mobilidade do trabalho na metrópole.
Dinâmica Econômica e Socioespacial da Metrópole Baiana	O estudo busca compreender a tendência da lógica produtiva, social e urbana da metrópole de Salvador e qual a sua função e o papel que se delinea para ela no quadro estadual, regional, nacional e internacional.
Impacto das Políticas Públicas na Bahia no período 2000 a 2011	Este estudo procura analisar a efetividade das ações de Governo do Estado da Bahia, e verificar relações de causalidade entre a execução das políticas públicas e a efetividade dos resultados na área social e econômica, com recorte espacial, e identificar, com maior assertividade, a correlação entre as ações públicas, traduzidas em dispêndio e variáveis quantitativas específicas por setor de atuação pública, com os macro-indicadores socioeconômicos, reconhecidos por organismos multilaterais, e aqueles adotados pelo próprio Estado da Bahia. O estudo está na fase de análise dos PPAs e construção de indicadores.

Fonte: SEPLAN/SEI

EVENTOS

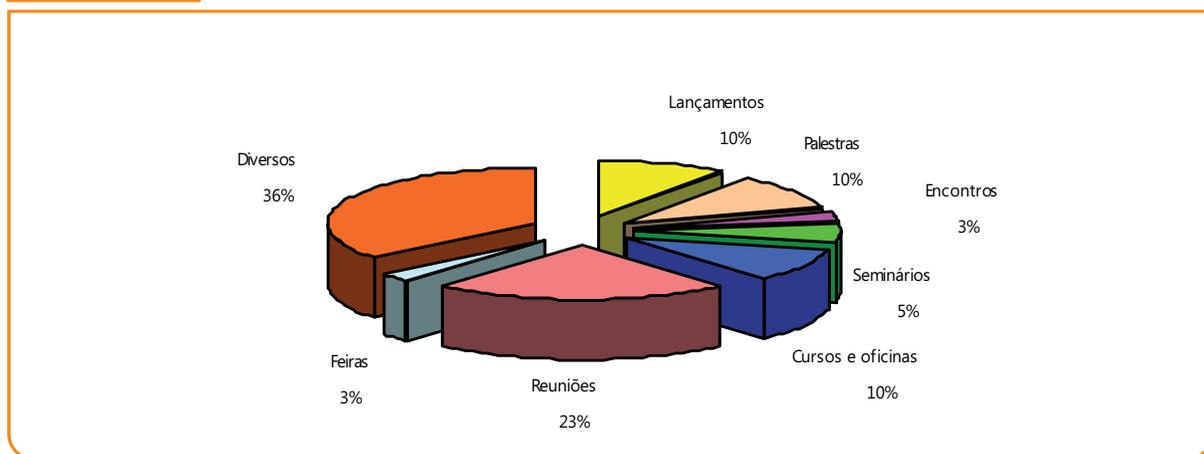
Em 2009, foram realizadas pela SEI diversas ações no âmbito do diálogo e da participação social, incluindo cursos, treinamentos, palestras, reuniões, feiras e encontros. Estas ações contaram com a participação de públicos de diferentes se-

tores, tais como: do Governo, da iniciativa privada, terceiro setor e sociedade civil, fortalecendo o intercâmbio entre os órgãos governamentais e o meio acadêmico.

O Gráfico 22 informa sobre os diversos eventos realizados pela SEI durante o ano de 2009.

GRÁFICO 22

EVENTOS REALIZADOS E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS - BAHIA, 2009



Fonte: SEPLAN/SEI/Codin

O Quadro 6 detalha os principais eventos realizados pela SEI, bem como aqueles em que foi marcante sua participação.

QUADRO 6

**EVENTOS REALIZADOS
BAHIA, 2009**

EVENTOS	DESCRIÇÃO
XVII Bienal do Livro	A SEI participou expondo todas as publicações produzidas entre os anos de 2008 e 2009. Essa ação teve como principal objetivo divulgar as estatísticas da Bahia e dos seus municípios para o público em geral, bem como apresentar o acervo relativo às questões geoambientais. Ocorreu também o lançamento do <i>folder</i> institucional, onde são divulgados os trabalhos desenvolvidos pela SEI, além da distribuição do mapa dos Territórios de Identidade.
Ciclo de palestra, Conjuntura e - C&P - Planejamento 15 anos	Ciclo de palestras alusivo ao aniversário da C&P, com discussões sobre diversos assuntos tratados pela revista, sendo o principal tema "A indústria e a Crise Econômica Mundial".
V Encontro de Economia Baiana	Evento realizado em setembro e organizado pela SEI, em parceria com a Desenbahia e o Mestrado de Economia da Universidade Federal da Bahia - Ufba. Durante o evento, foram apresentados trabalhos que versam sobre a economia baiana em seus múltiplos aspectos.
Curso de Análise Conjuntural para Jornalistas	O objetivo do curso é melhorar o entendimento da imprensa baiana, em relação às informações socioeconômicas divulgadas pela SEI. O curso foi realizado em parceria com o IBGE, e contou com a participação de jornalistas e assessores de comunicação da capital e interior.
I Simpósio "Cidades Médias e Pequenas da Bahia"	Desenvolvido em parceria entre a SEI/Ufba/ Universidade do Estado da Bahia - Uneb e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb. A proposta do Seminário está ancorada nas possibilidades de sistematização, discussão e socialização de pesquisas concluídas ou em fase de conclusão sobre cidades médias e pequenas no território baiano.
I Seminário: "Enlaçando Sexualidade: Educação, Saúde, Movimentos Sociais, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos"	Seminário Nacional realizado em julho pela Uneb com a parceria da SEI, Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs, SEPLAN, Secretarias de Promoção da Igualdade - SEPROMI, da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, Secretaria Municipal da Educação e Cultura, do Instituto Anísio Teixeira - IAT e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb. O seminário visou à formação de redes de pesquisadores que se preocupam com as diversas modalidades que englobam a sexualidade e, conseqüentemente, o Direito à vida.

Fonte: SEPLAN/SEI

PUBLICAÇÕES

No ano de 2009, foram impressas 30 publicações, resultantes de pesquisas e estudos realiza-

dos pela SEI, incluindo temáticas sociais, econômicas e geoambientais. Nos Quadros, 7, 8, 9 e 10, estão discriminadas as publicações produzidas pelo Órgão.

QUADRO 7

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL, BAHIA EM DADOS BAHIA, 2009

BAHIA EM DADOS

EDIÇÕES



Anuário Estatístico 2007

Contém informações referentes às estatísticas econômicas, sociais e geoambientais do Estado e seus municípios.

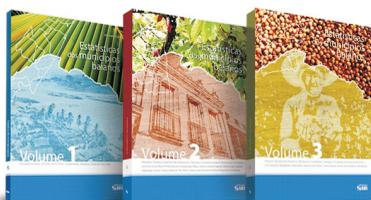


Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2008

Publicação que tem como objetivo fornecer informações e séries intertemporais das finanças públicas dos 417 municípios do Estado da Bahia, além de caracterizar as finanças municipais através de textos analíticos para o período 2005-2006.



IDE/IDS 2008 (versão digital)



Estatísticas dos municípios baianos

A publicação apresenta um conjunto de informações geográficas, econômicas e sociais sobre os municípios baianos.



Bahia em Números - 2008

Apresenta uma visão panorâmica da realidade baiana em português e inglês. Traz mapas de caracterização do território e indicadores econômicos e sociais. A publicação utiliza gráficos, tabelas e textos analíticos, em uma linguagem simples e direta. As ilustrações tornam a leitura mais atraente.

Continua

Conclusão do Quadro 7

	<p>Panorama das Contas Públicas da Bahia</p>
--	---

Fonte: SEPLAN/SEI

QUADRO 8

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA DE EDITORIAL DE BOLETINS BAHIA, 2009

BOLETINS	EDIÇÕES
	<p>Pesquisa Mensal do Comércio</p>
	<p>Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador</p>
	<p>Boletim Finanças Públicas 2009 (1º trimestre e 2º trimestre)</p>
	<p>Publicação em CD que tem como objetivo fornecer informações de finanças públicas do Estado, União e Municípios baianos, relativas ao período de 2008 e 2009. Até o momento foram realizados os dados de 2008, incluindo a análise financeira dos resultados das finanças públicas da Bahia, em parceria com a Secretaria da Fazenda SEFAZ e o balanço do primeiro trimestre de 2009.</p>
	<p>Boletim Eletrônico</p> <p>Semanal, com distribuição para todo o <i>mailing</i> da SEI</p>

Continua

Conclusão do Quadro 8



Índice de Preço ao Consumidor (Boletins anual e mensais)

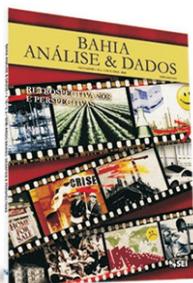
Fonte: SEPLAN/SEI

QUADRO 9

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL BAHIA EM ANÁLISE BAHIA, 2009

BAHIA EM ANÁLISE

EDIÇÕES

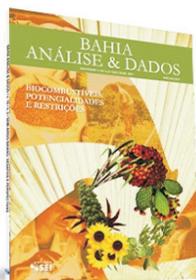


Bahia Análise & Dados - Retrospectiva 2008 e perspectiva

Publicação que faz uma retrospectiva econômica e social do ano de 2008 e discute os impactos da crise financeira mundial sobre os vários ângulos: econômico, social, político, cultural, histórico e ambiental.

Bahia Análise & Dados – Biocombustíveis

Objetiva oferecer um conjunto de artigos científicos produzidos por especialistas, pesquisadores e técnicos, e visa obter subsídios para a formulação de políticas públicas no âmbito estadual e incentivar a discussão pública sobre a questão que se delinea como estratégica para o desenvolvimento do Estado.



Bahia Análise & Dados – Reforma do Estado e da Gestão Pública

A publicação traz discussões sobre os fundamentos e os processos concretos de reforma do Estado e da Administração Pública, revela um caráter atual e pertinente, especialmente em um cenário internacional e institucional marcado por profundas transformações.



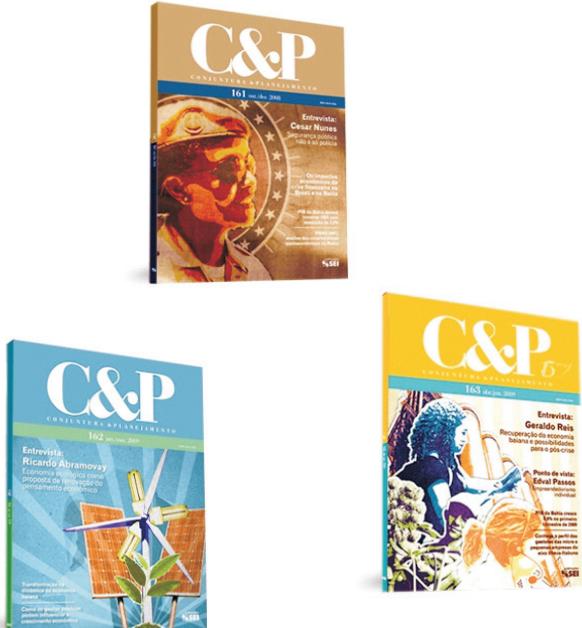
Bahia Análise e Dados – Cidades

A publicação trata de uma temática decorrente da constante solicitação de integrantes da academia e dos poderes públicos por informações referentes ao espaço intraurbano, à importância de determinadas cidades frente ao Estado, de estudos que tratassem das relações das cidades da Bahia com as de outras unidades da federação. Igualmente, são comuns demandas por dados comparativos da RMS com outras regiões, especialmente do Nordeste e do Sudeste do país.

Fonte: SEPLAN/SEI

QUADRO 10

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL CONJUNTURA E PLANEJAMENTO BAHIA, 2009

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO	EDIÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Nº 166 ➤ Nº 167 ➤ Nº 168 ➤ Nº 169 <p>Essa revista se propõe à divulgação de artigos sobre a conjuntura econômica e social do Brasil e da Bahia. Contém estatísticas sobre os principais indicadores econômicos e sociais do Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Conjuntura & Planejamento Especial Mulher <p>A revista especial da Conjuntura & Planejamento é uma realização conjunta com a SEPROMI, e trata da condição da mulher sobre os aspectos socioeconômicos.</p>

Fonte: SEPLAN/SEI

GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO FISCAL EQUILIBRADA E TRANSPARENTE

O equilíbrio fiscal é o princípio mais amplo que se traduz na paridade entre receita e despesa, ou seja, o Estado não pode gastar mais do que arrecada. O resultado fiscal apresentado pelo Estado da Bahia referente ao exercício de 2009 demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e todas as metas fixadas no Programa de Ajuste Fiscal – PAF, cuja renovação para os próximos três anos mostra o compromisso com a manutenção do equilíbrio fiscal.

A transparência impõe ao governante a obrigação de divulgar, de forma clara e objetiva, o que tem sido feito com a verba pública. No portal Transparência Bahia, o cidadão pode acessar, através do endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br, páginas com todos os números das receitas, despesas, gas-

tos com educação, saúde e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Pode ainda consultar, através do módulo “Senha Aberta”, todos os pagamentos feitos pelo Estado às empresas e pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviços, além de outras possibilidades de consultas.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios/convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e de Organizações Não Governamentais - ONGs).

Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2009, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 21,4 bilhões. Com relação à previsão anual, estas receitas alcançaram 89,2% de índice de realização, representando uma variação nominal positiva de 22,2% relativamente ao realizado no ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 9.

TABELA 9 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
BAHIA, 2006 – 2009

Receitas	Previsão Atualizada 2009	Realizado (Em mil Reais)				Realização % 2009	Var.% Prevista 2009/2008
		2009	2008	2007	2006		
Receitas Correntes	21.941.329	19.959.312	19.317.522	17.014.744	15.469.206	90,97	13,58
Receita Tributária	11.886.064	10.840.388	10.886.568	9.458.074	8.618.823	91,20	9,18
ICMS	10.399.751	9.352.063	9.558.039	8.361.537	7.691.673	89,93	8,81
Outras Tributárias	1.486.313	1.488.325	1.328.529	1.096.537	927.150	100,14	11,88
Receita de Contribuições	1.300.510	1.226.913	1.027.654	900.815	1.821.759	94,34	26,55
Receita Patrimonial	328.606	219.558	246.955	617.935	183.149	66,81	33,06
Receita Agropecuária	1.232	236	30	36	24	19,14	3.966,68
Receita Industrial	124	9	0	-	-	7,63	110.122,22
Receita de Serviços	146.878	90.485	65.345	57.601	67.244	61,61	124,77
Transferências Correntes	8.373.931	7.787.363	7.284.669	6.032.274	5.310.940	93,00	14,95
FPE	4.685.988	4.252.534	4.220.382	3.638.385	3.277.642	90,75	11,03
Outras Transferências	3.687.943	3.534.829	3.064.287	2.393.889	2.033.298	95,85	20,35
Outras Receitas Correntes	1.120.498	750.448	677.747	479.068	843.297	66,97	65,33
Conta Retificadora	(2.505.682)	(2.317.838)	(2.173.385)	(1.653.222)	(1.376.031)	92,50	15,29
Receitas Intra-Orçam. Correntes	1.289.168	1.361.750	1.301.939	1.122.162	-	105,63	(0,98)
Receitas de Capital	2.075.149	1.472.569	333.084	264.581	477.243	70,96	523,01
Operações de Crédito	1.344.882	987.706	133.329	160.416	385.865	73,44	908,70
Operações de Crédito Internas	483.930	206.506	82.726	94.237	146.584	42,67	484,98
Operações de Crédito Externas	860.952	781.200	50.603	66.179	239.281	90,74	1.601,39
Alienação de Bens	99.118	4.352	12.388	2.643	15.021	4,39	700,13
Amortização de Empréstimos	58.662	62.935	67.849	2.850	2.466	107,28	(13,54)
Transferências de Capital	572.274	417.577	118.777	98.672	73.850	72,97	381,80
Outras Receitas de Capital	213	0	742	-	43	0,01	(71,29)
TOTAL	24.016.478	21.431.881	19.650.606	17.279.325	15.946.449	89,24	22,22

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

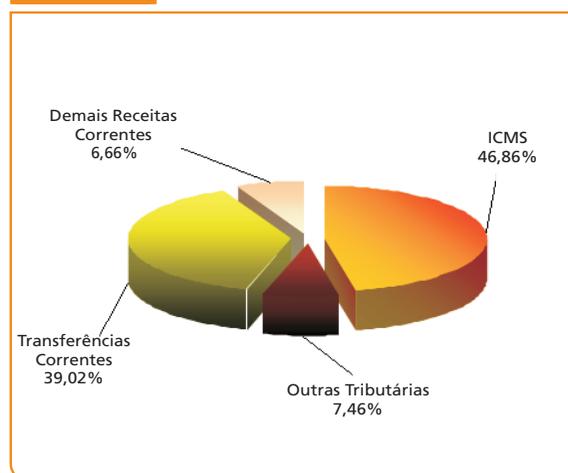
Receitas Correntes

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram auferidos nesta categoria R\$ 20 bilhões, representando uma realização de 91,0% das receitas correntes previstas no ano e uma variação positiva de 13,6% em relação ao exercício de 2008.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 54,3% destas e totalizaram R\$ 10,8 bilhões em 2009, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS representou 46,9% do total das receitas correntes.

O Gráfico 23 detalha, em percentuais, a composição das receitas correntes de 2009.

GRÁFICO 23 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES
BAHIA, 2009



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

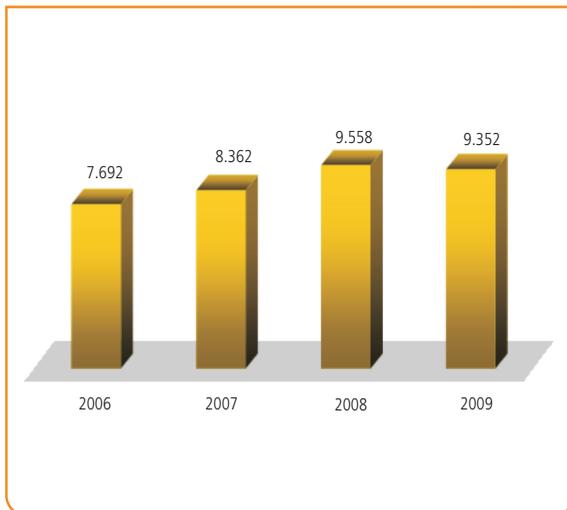
Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 86,3% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 9,4 bilhões em 2009, com realização de 89,9% do valor previsto para o referido no ano. No Gráfico 24, pode-se visualizar a evolução do ICMS no período 2006 a 2009.

GRÁFICO 24

EVOLUÇÃO DO ICMS - VALORES NOMINAIS BAHIA, 2006-2009

(Em R\$ milhão)

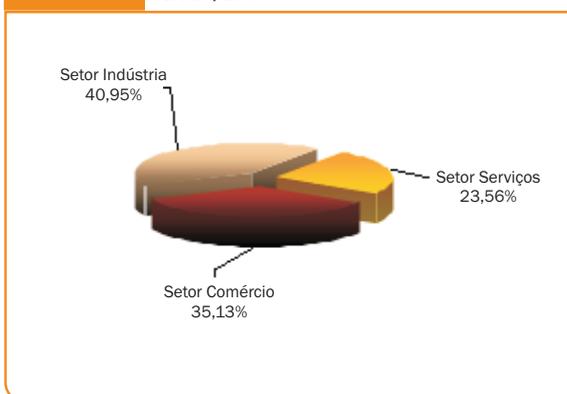


Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 25 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

GRÁFICO 25

ARRECAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO BAHIA, 2009



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Os segmentos de mercado que mais influenciaram a arrecadação do período foram: o Petróleo, com 23,4% de participação no mercado; os Serviços de Utilidade Pública, com 21,6%; o Comércio Varejista, com 18,0%; e o Comércio Atacadista, com 13,4%.

O **Setor Indústria** atingiu uma arrecadação de R\$ 4 bilhões em 2009. O principal segmento de mercado do setor, o Petróleo, representou 57,1%, seguido da Indústria de Bebidas, com 12,0%, e da Indústria Química, com 10,7% do total arrecadado.

O **Setor de Comércio**, em 2009, apresentou uma arrecadação de 3,5 bilhões, sendo que as receitas oriundas do comércio varejista representaram 51%; do comércio atacadista 38,2% e do segmento supermercados 10,5%, do total arrecadado pelo setor.

O **Setor de Serviços** arrecadou um total de R\$ 2,4 bilhões, em 2009, sendo seu principal segmento os Serviços de Utilidade Pública, com a participação de 90% do total arrecadado pelo setor.

Arrecadação do IPVA

A arrecadação de IPVA foi de R\$ 497,3 milhões em 2009, apresentando uma variação positiva de 43% em relação ao ano de 2008, reflexo das medidas econômicas adotadas para a retomada das vendas no mercado automobilístico. Com relação à previsão anual, foi alcançado um índice de realização de 102,9%.

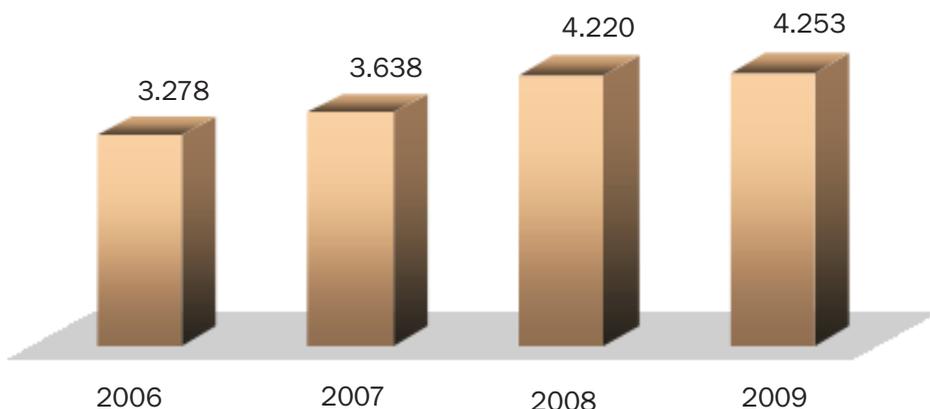
Receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE

As Transferências Correntes representam cerca de 39% das Receitas Correntes realizadas, e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE, que, em 2009, participou com 54,6% do total realizado. O Gráfico 26 mostra a evolução da participação do FPE no período 2006 – 2009.

GRÁFICO 26

**EVOLUÇÃO DO FPE – VALORES NOMINAIS
BAHIA, 2006-2009**

(Em R\$ milhão)



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que totalizaram R\$ 1,5 bilhão em 2009, referem-se às operações de crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais, às alienações de bens, amortização de empréstimos e às transferências de capital.

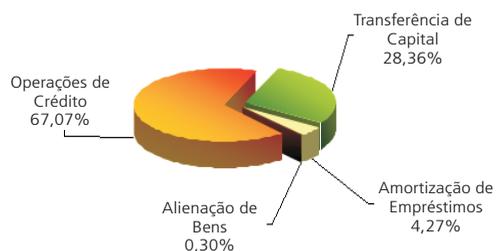
Desse total, as operações de crédito participaram com 67,1%, sendo R\$ 206,5 milhões de recursos internos, e R\$ 781,2 milhões de recursos externos, conforme demonstrado no Gráfico 27.

Receita Corrente Líquida – RCL

Para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida é a base para apuração dos limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2009, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 3,1% com relação a 2008, representando um montante de R\$ 14,7 bilhões. No Gráfico 28, pode-se identificar a evolução da RCL no período analisado (2006 – 2009).

GRÁFICO 27

**COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL
BAHIA, 2009**

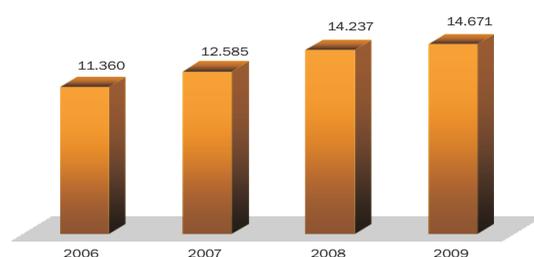


Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

GRÁFICO 28

**EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
BAHIA, 2006-2009**

(Em R\$ milhão)



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2009 foi de R\$ 24 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 21,4 bilhões, o que representa uma realização de 89%. Desse total, as Despesas Correntes totalizaram R\$ 18,5 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 2,8 bilhões. A Tabela 10 discrimina as despesas realizadas no período 2006 – 2009.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. Além das Despesas de Manutenção, estão englobadas como Despesas Correntes as despesas com Pessoal, Juros e Encargos da Dívida, bem como as Transferências Constitucionais aos Municípios. Em termos percentuais, elas representaram 86,7% do total gasto pelo Estado em 2009.

TABELA 10

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA BAHIA, 2006-2009

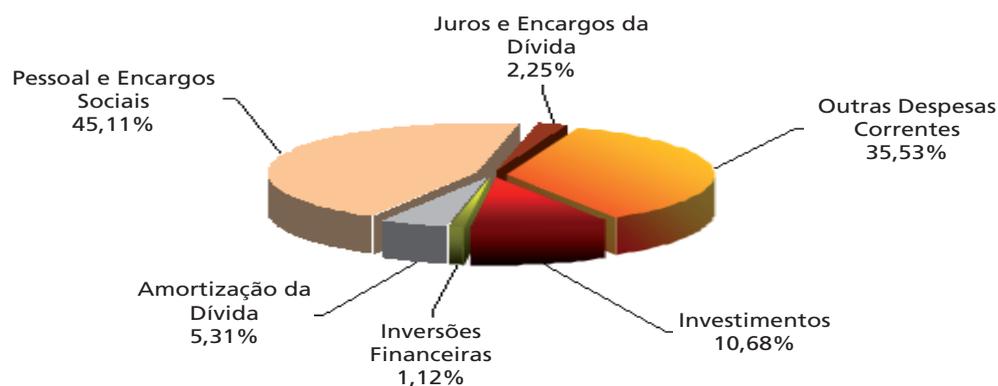
Despesas	Dotação Atualizada 2009	Realizado (Em mil Reais)				Realiz. % 2009	Var.% 2009/2008
		2009	2008	2007	2006		
Despesas Correntes	19.908.538	18.534.875	17.002.090	14.779.486	13.658.719	93,10	17,09
Pessoal e Encargos Sociais	10.832.918	10.500.244	9.380.190	8.102.808	7.321.067	96,93	15,49
Juros e Encargos da Dívida	539.209	525.354	565.027	572.758	594.463	97,43	(4,57)
Outras Despesas Correntes	8.536.411	7.509.277	7.056.872	6.103.920	5.743.189	87,97	20,97
<i>Transf. Const. aos Municípios</i>	<i>2.848.612</i>	<i>2.006.862</i>	<i>2.750.143</i>	<i>2.407.160</i>	<i>2.287.269</i>	70,45	3,58
<i>Demais Despesas Correntes</i>	<i>5.687.798</i>	<i>5.502.414</i>	<i>4.306.729</i>	<i>3.696.759</i>	<i>3.455.920</i>	96,74	32,07
Despesas de Capital	4.107.940	2.840.059	2.872.939	2.150.893	2.194.869	69,14	42,99
Investimentos	2.564.793	1.329.025	1.217.185	825.136	1.046.320	51,82	110,72
Inversões Financeiras	268.539	245.310	198.000	93.098	82.785	91,35	35,63
Amortização da Dívida	1.274.609	1.265.724	1.457.755	1.232.659	1.065.764	99,30	(12,56)
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	24.016.478	21.374.934	19.875.029	16.930.379	15.853.588	89,00	20,84

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

As Despesas de Capital, que representaram 13,3% do total das despesas, são aquelas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de bens de capital, englobando Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. O Gráfico 29 mostra a composição das despesas para o exercício de 2009.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício de 2009 foi de R\$ 21,8 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 19,3 bilhões, o que representa uma realização de 88,2%. Desse valor, as Despesas Correntes totalizaram R\$ 16,5 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 2,8 bilhões, conforme apresentado na Tabela 11.

GRÁFICO 29 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS
BAHIA, 2009



Fonte: Sefaz/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 11 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA
BAHIA – Poder Executivo, 2006-2009

Despesas	Dotação Atualizada 2009	Realizado (Em mil Reais)				Realiz. % 2009	Var.% 2009/2008
		2009	2008	2007	2006		
Despesas Correntes	17.808.205	16.475.880	15.148.586	13.210.311	12.263.083	92,52	17,56
Pessoal e Encargos Sociais	9.069.979	8.748.020	7.777.807	6.775.014	6.130.094	96,45	16,61
Juros e Encargos da Dívida	539.209	525.354	565.027	572.758	594.463	97,43	(4,57)
Outras Despesas Correntes	8.199.017	7.202.506	6.805.752	5.862.539	5.538.526	87,85	20,47
<i>Transf. Const. aos Municípios</i>	<i>2.816.764</i>	<i>2.699.221</i>	<i>2.750.143</i>	<i>2.407.160</i>	<i>2.287.269</i>	95,83	2,42
<i>Demais Despesas Correntes</i>	<i>5.382.253</i>	<i>4.503.285</i>	<i>4.306.729</i>	<i>3.696.759</i>	<i>3.455.920</i>	83,67	24,97
Despesas de Capital	4.020.886	2.769.326	2.844.585	2.132.095	2.187.090	68,87	41,35
Investimentos	2.479.188	1.259.442	1.188.831	806.338	1.038.541	50,80	108,54
Inversões Financeiras	267.089	244.160	198.000	93.098	82.785	91,42	34,89
Amortização da Dívida	1.274.609	1.265.724	1.457.755	1.232.659	1.065.764	99,30	(12,56)
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	21.829.091	19.245.206	17.993.171	15.342.406	14.450.173	88,16	21,32

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Pessoal e Encargos

Conforme detalhado na Tabela 12, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 10,5 bilhões em 2009, correspondendo a uma realiza-

ção de 96,9% da previsão anual. Essas despesas corresponderam a 57,2% da Receita Corrente Líquida – RCL, inferior ao limite máximo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 12
**DESPESAS DE PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
BAHIA, 2006-2009**

PODER	% Limite Prudencial	% Limite Máximo	% Despesa de Pessoal Realizada / RCL			
			2009	2008	2007	2006
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	46,75	43,09	42,74	42,33
Legislativo	3,23	3,40	2,88	2,58	2,48	2,28
Judiciário	5,70	6,00	5,93	5,67	5,47	5,60
Ministério Público	1,90	2,00	1,63	1,61	1,77	1,78
TOTAL	57,00	60,00	57,19	52,95	52,45	51,99

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf
RCL 2009 = R\$ 14.671.427 mil

Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou, em 2009, um total de R\$ 3,3 bi-

lhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 27,4 % destas receitas, superando o limite legal de 25% da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Tabela 13 discrimina os recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

TABELA 13
**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
BAHIA, 2006-2009**

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2009	2008	2007	2006	
Receita Líquida de Impostos	12.155.265	12.247.925	10.642.092	9.694.826	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	3.332.769	3.392.056	2.879.428	2.807.672	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	27,42%	27,69%	27,06%	28,96%	25,00%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio

ou investimentos financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde atingiram, em 2009, o montante de R\$ 1,7 bilhão, que corresponde a 13,9% da Receita Líquida de Impostos e Transferências,

superando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, conforme apresentado na Tabela 14.

TABELA 14 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE BAHIA, 2006 - 2009

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2009	2008	2007	2006	
Receita Líquida de Impostos	12.155.265	12.247.925	10.642.092	9.694.826	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.687.967	1.572.385	1.352.936	1.179.483	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,89%	12,84%	12,71%	12,17%	12,00%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Dívida Pública

Visando sempre assegurar o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem mantendo o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,63 em 2009, conforme Tabela 15. Esse quociente é bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal, de duas vezes a RCL. Observa-se, também, a redução significativa do índice quando comparado aquele obtido ao final dos exercícios anteriores, conforme Tabela 16.

TABELA 15 RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL BAHIA, 2006-2009

ANO	DÍVIDA / RCL
2006	1,02
2007	0,82
2008	0,72
2009	0,63

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 16
**EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS
BAHIA, 2002-2008**

DÍVIDA: PRAZO/JUROS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
DÍVIDA EXTERNA								
Prazo Médio	12,6	11,8	11,1	11,7	11,2	10,5	9,9	12,9
Juros Médios	5,04%	4,66%	4,21%	4,42%	4,72%	4,52%	4,03%	2,84%
DÍVIDA INTERNA								
Prazo Médio	16,8	16,7	16,4	15,7	14,8	14,2	13,5	12,9
Juros Médios	5,78%	5,69%	5,86%	5,96%	6,02%	6,02%	5,86%	5,69%
DÍVIDA TOTAL								
Prazo Médio	15,9	15,8	15,5	15,1	14,3	13,6	12,9	12,9
Juros Médios	5,64%	5,51%	5,58%	5,72%	5,81%	5,81%	5,53%	5,09%

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

OBS:

(1) Critério adotado através das médias ponderadas dos saldos devedores.

(2) Prazo em anos e taxa de juros anual.

(3) Período de 2002 a 2009, cujo mês base de referência é dezembro.

Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2009, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 737,9 milhões, superior à meta es-

tabelecida na Lei Orçamentária Anual - LOA, no valor de R\$ 698 milhões. A Tabela 17 demonstra o Resultado Primário comparativamente no período 2006 - 2009.

TABELA 17
**RESULTADO PRIMÁRIO
BAHIA, 2006-2009**

(Em mil reais)

RECEITAS/DESPESAS	2009	2008	2007	2006
Receitas Fiscais		Receitas Realizadas		
Receitas Fiscais Correntes	19.766.483	19.106.671	16.906.148	15.312.326
Receitas Fiscais de Capital	417.577	119.519	98.672	73.892
Receitas Fiscais (Total)	20.184.060	19.226.190	17.004.820	15.386.218
Despesas Fiscais		Despesas Líquidas		
Despesas Fiscais Correntes	18.009.521	16.437.063	14.206.728	13.064.256
Despesas Fiscais de Capital	1.436.561	1.351.782	918.234	1.129.105
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais (Total)	19.446.082	17.788.844	15.124.962	14.193.361
Resultado Primário	737.978	1.437.346	1.879.858	1.192.857

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2009 = R\$ 698.050 mil

LDO - Meta do Resultado Primário para o ano de 2009 = R\$ 1.078.822 mil

Ações Desenvolvidas para Gestão de Precatórios

Dando continuidade às audiências iniciadas em 2008, foram conciliados, em 2009, os seguintes acordos, discriminados nas Tabelas 18 e 19.

Em 2009, foi negociado o montante de R\$ 243,2 milhões com deságio médio de 60%, o que implica em um pagamento efetivo, ao longo dos próximos três anos, de R\$ 97,2 milhões, que traduz uma economia para o Estado de R\$ 146,1 milhões.

A Tabela 20 trata da composição do estoque de precatórios.

TABELA 18 ACORDOS ALIMENTÍCIOS
BAHIA, 2009

ENTIDADES	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	TRIBUNAL
Irdeb	R\$ 115.013	R\$ 84.012	TRT
Uesc	R\$ 70.917	R\$ 44.188	TJ
Adm. Direta	R\$ 39.734.617	R\$ 19.725.229	TJ
TOTAL	R\$ 39.920.547	R\$ 19.853.429	

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 19 ACORDOS PATRIMONIAIS
BAHIA, 2009

ENTIDADES	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	TRIBUNAL
ADM DIRETA	R\$ 203.324.529	R\$ 77.315.169	TJ

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 20 COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE DE PRECATÓRIOS
BAHIA, 1998-2011

(Em R\$1,00)

ANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	NATUREZA PATRIMONIAL	TOTAL POR ANO
Até 1998	590.744	44.529	635.273
1999	452.576	7.919.060	8.371.636
2000	121.655	180.793	302.448
2001	450.869	16.000.000	16.450.869
2002	49.197.970	0	49.197.970
2003	17.699.712	725.919	18.425.632
2004	23.474.502	71.992.782	95.467.284
2005	4.601.638	2.753.691	7.355.329
2006	9.026.481	149.897	9.176.378
2007	2.705.206	495.157	3.200.363
2008	39.432.749	3.018.690	42.451.439
2009	31.859.929	0	31.859.929
2010	29.377.289	13.307.771	42.685.060
2011	19.693.752	881.885	20.575.637
TOTAL	228.685.072	117.470.175	346.155.247

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepro
Valores não incluem custas judiciais.

MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO

A Bahia passou a integrar, em 2009, a Rede de Controle da Gestão Pública voltada a atuação estratégica para coibir a prática de corrupção no Estado, bem como promover ações integradas entre órgãos e instituições das três esferas de Governo, visando ampliar e aprimorar a fiscalização e o controle do uso de recursos públicos.

A Secretaria da Fazenda, através da Auditoria Geral do Estado, iniciou, em 2009, o monitoramento de sistemas corporativos em tempo real, através do *software Intellinx*, usando como piloto o Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIRH, em função do volume de recursos e fragilidades do sistema já detectadas em auditorias realizadas na folha de pagamento do Estado. Essa ferramenta representa um salto qualitativo nas auditorias de sistemas.

Em 2009, a Secretaria Executiva do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia adotou as providências necessárias para a realização das concessões do Hospital do Subúrbio, do Sistema Viário BA-093 e do Estádio da Fonte Nova, tendo sido publicados todos os editais e anexos relativos a esses projetos.

Em fevereiro, a SEFAZ adquiriu 30 novos veículos através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No período entre 2007 e 2009, houve a renovação de 43% da frota, proporcionando melhores condições de trabalho, além da redução de custos com manutenção.

Com o objetivo de ajudar a preservar o meio ambiente, a SEFAZ criou uma comissão de descarte de papéis, tendo sido doados a instituições de caridade, até junho, mais de 89 toneladas de papéis desnecessários.

Gestão Financeira

A Superintendência de Administração Financeira – SAF, da Secretaria da Fazenda, desenvolveu uma funcionalidade no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof que permite capturar a codificação em barra impressa em documentos, como boleto de cobrança ou boleto bancário, de forma a viabilizar que o recurso financeiro seja disponibilizado diretamente na conta do benefici-

ário. Dessa forma, os órgãos, fundos e entidades da Administração Financeira do Estado da Bahia já podem utilizar leitores automáticos para efetuar pagamento por meio de boletos bancários com código de barra. A nova modalidade de pagamento aumenta o controle, ajudando a reduzir os gastos com tarifas bancárias, possibilitando assim maior eficiência e agilidade nos pagamentos de credores.

Em maio de 2009, foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica entre os Governos da Bahia e do Mato Grosso, através do qual serão disponibilizados para a Bahia os programas fontes e documentação do Sistema Integrado de Planejamento e Finanças do Governo do Mato Grosso – Fiplan.

Através do Convênio, será possível a implantação, na Bahia, desse sistema, baseado em tecnologia moderna e que utiliza conceitos de melhores práticas de planejamento, contabilidade e execução orçamentária, com maior agilidade. O Fiplan permitirá a melhoria dos sistemas de gestão e controle orçamentário e financeiro do Estado da Bahia. Além da SEFAZ, a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, Secretaria do Planejamento – SEPLAN e a Secretaria da Administração – SAEB também fazem parte desse Convênio.

Em janeiro de 2009, a SEFAZ repassou aos municípios baianos mais de R\$ 1,7 milhão, resultado do rendimento das aplicações financeiras provenientes dos saldos semanais da arrecadação do ICMS. Esta foi a primeira vez que ocorreu esse repasse, o que representa um avanço na gestão dos recursos públicos.

Gestão Tributária

Está em andamento a contratação de uma consultoria para realização de redesenho de processos da área tributária, visando reestruturar os processos de planejamento e execução da fiscalização, de forma a adequá-los às novas realidades de auditoria eletrônica, principalmente após os eventos da Nota Fiscal Eletrônica, do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e demais avanços tecnológicos na área de auditoria.

A SEFAZ vem adotando diversas medidas com o objetivo de modernizar e, assim, acelerar o julga-

mento dos Autos de Infração. Dentre estas, destaca-se a formatação do Sistema do Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, que será integrado aos demais sistemas da Fazenda e ao sistema do Poder Judiciário, em fase de implantação. A efetivação do Processo Administrativo Fiscal – PAF eletrônico permitirá celeridade e redução de custos para o Erário.

Em maio de 2009, a SEFAZ deu início à implantação do projeto piloto Emissor de Cupom Fiscal – ECF Conectado, desenvolvido pela Gerência de Automação Fiscal – Geafi, em parceria com a Bematech, empresa fabricante do equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF. Através do projeto, os contribuintes usuários de ECF utilizarão impressoras fiscais dotadas de *modem GPRS*, o mesmo utilizado em celular com tecnologia *GSM*, transmitindo diariamente para esta Secretaria os dados das vendas registradas nas memórias do equipamento.

Entre os benefícios para o Fisco, trazidos pelo novo modelo de Emissor de Cupom Fiscal, está o recebimento *on-line* dos dados fiscais; o controle sobre cada operação do ECF; alarmes em caso de operações fora do padrão e possibilidade de operações remotas no ECF. Já para os contribuintes as vantagens estão no baixo custo para controle remoto das operações em cada ponto de venda; maior controle do ponto de venda; alarmes em caso de defeitos ou possíveis esgotamentos de insumos e a simplificação na entrega de arquivos ao Fisco, principalmente para os usuários que possuem filiais em outros estados.

O programa Integrador, antiga reivindicação da classe dos contabilistas, foi desenvolvido e disponibilizado pela Secretaria da Fazenda no ano de 2009. Esse sistema permite ao contribuinte importar arquivos no formato do Convênio ICMS 57/95 do ambiente da contabilidade e do ambiente gerencial, possibilitando inserir, editar e excluir os registros, gerando, ao final, um único arquivo eletrônico no padrão Sintegra para ser enviado à SEFAZ. O programa Integrador pode ser baixado pelo *site* da Secretaria da Fazenda.

Em 2009, foi assinado o Termo de Cooperação entre os Estados da Bahia e de São Paulo, que visa ampliar o combate à sonegação fiscal, tornar mais eficiente a administração tributária, trocar experiências entre os estados e aumentar a arrecadação.

Esse convênio estabelece bases gerais de ampla cooperação na troca de experiências de ações bem sucedidas nos dois estados, no intercâmbio de informações econômico-fiscais e na disponibilização de sistemas de administração tributária, de gestão e de controle do gasto público.

A SEFAZ disponibilizou ao contribuinte o módulo de acesso aos extratos de todas as operações realizadas com Nota Fiscal Eletrônica dentro do Estado.

A consulta pode ser feita com a própria senha do contribuinte ou do contador, através do endereço eletrônico da SEFAZ. Esse módulo é um potente instrumento gerencial para as empresas, pois, a partir do acesso aos documentos fiscais emitidos e recebidos, o contribuinte passa a ter um melhor acompanhamento das suas compras e vendas, com maior segurança, redução dos custos, aperfeiçoamento na logística de recepção e distribuição de mercadorias e um melhor acompanhamento no processo de escrituração fiscal. Além disso, essa inovação gera uma maior transparência na relação institucional Fisco, contribuintes e contabilistas.

Até agosto de 2009, o Sistema da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e na Bahia já ultrapassou a marca de 13 milhões de emissões. Esse sistema tem como objetivo implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, que venha a substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento, em tempo real, das operações comerciais pelo Fisco.

Ferramenta já utilizada pela Polícia Federal no combate à criminalidade, o *software* denominado “Guardião” foi adquirido pela SEFAZ para servir de instrumento no combate à sonegação fiscal. Para tanto, o Governo do Estado constituiu uma Força-Tarefa formada por integrantes da Secretaria da Fazenda, através da Inspeção de Investigação e Pesquisa – INFIP, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado – PGE e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Através de convênio, firmado no ano de 2007, esses órgãos se comprometeram a aliar esforços com o fim de combater o crime de sonegação fiscal.

A aquisição desse *software* foi proposta pela SSP e viabilizada pela SEFAZ, através de recursos do BID. O “Guardião” já é utilizado em vários estados como Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, além da Polícia Federal. O *software* ficará sob a guarda e uso da Superintendência de Inteligência da SSP, sendo empregado apenas quando for necessária a coleta de provas, e tem como condicionante a prévia autorização judicial.

A SEFAZ, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito – Detran e a Prodeb, implantou, em março de 2009, o Projeto de Licenciamento Integrado, objetivando ampliar a rede bancária autorizada para realizar a arrecadação do licenciamento dos veículos cadastrados na Bahia.

A parceria entre a Secretaria da Fazenda do Estado e o Banco Popular do Brasil vai permitir que os contribuintes tenham mais 347 pontos para pagamento dos tributos estaduais, a exemplo do ICMS e do IPVA. A rede do Banco Popular do Brasil atende por meio das correspondentes, que são os supermercados, farmácias, lojas de materiais de construção e demais estabelecimentos. A relação completa desses locais, com endereços e respectivos municípios, está disponível no *site* www.sefaz.ba.gov.br.

A SEFAZ, no ano de 2009, enviou ao Ministério Público 41 Notícias Crime de processos envolvendo infrações tipificadas como crime contra a ordem tributária, abrangendo um montante de R\$ 33 milhões de créditos noticiados, para oferecimento de Denúncia Penal Tributária.

Visando a comodidade do contribuinte, foi disponibilizada, através do *site* da Sefaz, a Nota Fiscal Avulsa, que possibilita ao cidadão emitir o documento fiscal pela *internet*, sem necessidade de deslocamento a uma unidade de atendimento.

O Governo da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda, firmou com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO o Termo de Cooperação que objetiva ampliar o combate à sonegação, através do desenvolvimento de sistema voltado para a fiscalização dos segmentos obrigados à emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, além de promover a ética concorrencial. De acordo com o Termo, o ETCO ficará responsável por providenciar o desenvolvimento de ferramentas de análise de

informações voltadas para o controle de auditoria dos dados contidos nas NF-e e o disponibilizará gratuitamente à SEFAZ. Já a Secretaria da Fazenda, após o desenvolvimento e implantação do sistema, compromete-se a disponibilizar todos os códigos, fontes e documentação técnica para as demais Secretarias de Fazenda do Brasil que tiverem interesse em implantar o programa.

Em dezembro de 2009, foi lançado, em evento realizado na Bahia, o novo Sistema Nacional de Identificação, Rastreamento e Autenticação de Mercadorias, denominado Projeto Brasil ID. Esse sistema é inédito no mundo e estabelece um padrão único de identificação por Radiofrequência – RFID que deverá ser utilizado em todo e qualquer tipo de produto em circulação no país. Com essa iniciativa, espera-se a redução do roubo de cargas, o combate à sonegação e a consequente diminuição dos gastos das empresas com o transporte de mercadorias.

Ações de Fiscalização

Foi realizada uma ação especial denominada Operação Usinas, em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, resultando no crescimento de 18,9% da arrecadação relativa às distribuidoras de combustíveis estabelecidas na Bahia.

A operação “Na Trilha do Álcool”, realizada em parceria com as Secretarias de Fazenda dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, resultou no crescimento da arrecadação do segmento de combustíveis, em torno de 61%, no período de janeiro a junho de 2009, em comparação ao mesmo período de 2008.

Com o objetivo de intensificar o controle sobre a entrada de mercadorias na região de Salvador, foi realizada, nos dois últimos meses de 2009, a Operação Metropolitana II. Foram registrados mais de R\$ 3,6 milhões em créditos reclamados, representando um aumento de 218% em relação a essa mesma operação no ano de 2008. A maior parte dos autos de infração é proveniente de mercadorias transportadas sem documentação fiscal e é paga de imediato. A importância desta ação está, sobretudo, em combater a sonegação de impostos, através do controle antecipado da entrada de mercadorias.

Promoção de Encontros e Diálogos Sociais

A Secretaria da Fazenda organizou, em setembro de 2009, Reunião Técnica Nacional do GT 48, para tratar do Projeto da Escrituração Fiscal Digital – EFD. Esse Projeto diz respeito ao arquivo digital que contém um conjunto de informações referentes às operações, prestações de serviços e apuração de impostos do contribuinte. O EFD integra o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC (2007-2010), sendo mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

A SEFAZ, em parceria com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Municipal, realizou, na Unidade Corporativa do Serviço Público – Unidade Fazenda, a XXII Reunião Ordinária da Subcomissão Técnica para a CNAE – Subclasses. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é um instrumento administrativo para a classificação das atividades produtivas desenvolvidas no Brasil, padronizado nacionalmente com o objetivo de estabelecer a identidade econômica das unidades de produção estabelecidas no país, em geral pessoas jurídicas ou agentes autônomos. Participaram do evento representantes da Receita Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estados, Distrito Federal e municípios, que discutiram, dentre outros temas, o Programa Nacional de Qualidade da Informação Econômica e o Projeto para o Sistema Único Informatizado de Codificação.

A 8ª reunião do Fórum Mercado de Combustíveis foi realizada na Universidade Corporativa do Serviço Público - Unidade Fazenda, teve como principais temas a tributação do álcool, a operação “Na Trilha do Álcool II”, o projeto de Fiscalização dos Postos de Revenda e a comercialização de óleo combustível.

Criado em 2007, e com reuniões programadas a cada três meses, as deliberações do Fórum têm sido viabilizadas objetivando reduzir o nível de sonegação no segmento. Além de representantes da SEFAZ, a reunião também contou com a participação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – Sindicom, do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado da Bahia – Sindicom-

veis, da Secretaria da Receita Federal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal, da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública – Dececap, do Sindicato Nacional das Transportadoras Revendedoras Retalhistas e da Petrobahia.

Foi realizado, em 2009, o I Seminário do Simples Nacional no Estado da Bahia, com o objetivo de divulgar os benefícios fiscais implementados pelo Estado da Bahia para as micro e pequenas empresas, apresentar as alterações da Lei Complementar nº 128 e seus reflexos na Legislação, além de disseminar o conhecimento sobre as matérias tributárias relativas a esse tema. O evento, uma parceria da Secretaria da Fazenda do Estado com a Receita Federal, Conselho Regional de Contabilidade – CRC/BA, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/BA e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis – Sescap, foi destinado aos grupos fiscais federal, estadual e municipal, contabilistas e empresários.

As alterações do RICMS em 2009, além de discussões sobre as questões mais polêmicas da legislação, foram os temas debatidos na Videoconferência sobre Atualização da Legislação do ICMS realizada pela SEFAZ, em parceria com o CRC e o Sescap. Esse evento prestou orientação técnica adequada a um grande número de servidores e contabilistas, em todo o Estado da Bahia.

A SEFAZ realizou, ainda, videoconferência com o tema “Implantação do Microempreendedor Individual – MEI no Estado da Bahia”, em parceria com a Receita Federal, Prefeitura Municipal de Salvador, Junta Comercial do Estado da Bahia – Juceb, Sebrae, União dos Municípios da Bahia – UPB, CRC e Sescap. Teve como objetivo disseminar os conhecimentos relativos ao MEI que foram instituídos pela Lei Complementar nº 128 de 19/12/2008, que entrou em vigor a partir de 01 de julho de 2009. Considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta no ano-calendário anterior de até R\$ 36 mil e que seja optante pelo Simples Nacional.

Buscando estabelecer um relacionamento baseado na transparência entre os contribuintes e a admi-

nistração tributária, foi realizado pela SEFAZ o II Seminário de Integração Fisco-Contribuinte, que abordou os quatro subprojetos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e Conhecimento de Transporte Eletrônico em Ambiente Nacional. O II Seminário contou ainda com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade – CRC, do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga – SETCEB e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado da Bahia – Sescap.

Desenvolvimento Organizacional

Dando continuidade à execução do Programa de Integração e Capacitação dos Servidores do Grupo Fisco-Trânsito, a SEFAZ realizou, em 2009, a última etapa prevista com a capacitação de 87 pessoas. Esse programa foi iniciado em 2008, tendo proporcionado treinamento a 560 servidores que executam suas funções na fiscalização de trânsito de mercadorias.

Em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, foi iniciado o Programa de Certificação para Constituição de Crédito Tributário da SEFAZ, destinado aos Agentes de Tributos Estaduais que atuam nas fiscalizações de Trânsito e Estabelecimento. Tem como objetivo o desenvolvimento das competências técnicas requeridas do Agente de Tributos Estaduais, que através da Lei nº 11.470/2009, atribui a este cargo a competência para constituição de créditos tributários decorrentes da fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional.

Foi também realizada a capacitação de 250 servidores, em função de atendimento ao público nas unidades da SEFAZ e do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.

Dentre as ações em curso, tendo em vista o desenvolvimento organizacional da SEFAZ, destacam-se: o Curso de Especialização em Administração Financeira Governamental, que objetiva capacitar e desenvolver os servidores que exercem atividades nas áreas financeiras internas e externas da

Secretaria da Fazenda para a melhoria da qualidade da gestão financeira do Estado da Bahia, e o Programa de Desenvolvimento Gerencial, destinado aos gestores fazendários, cuja finalidade é a elevação do padrão de qualidade da gestão tributária, através da capacitação e desenvolvimento dos gestores fazendários. Ambos iniciados no segundo semestre de 2009.

Sintonizados com a proposta de qualidade de vida e valorização do servidor da SEFAZ, implementada pelo Núcleo de Desenvolvimento do Ser Humano – NDSH, esta Secretaria, em 2009, realizou diversos projetos na área de assistência social, promoção à saúde integral, ambientação organizacional, incentivo ao talento e à criatividade, estímulo à cidadania e responsabilidade social, além do projeto Aposentandos e Aposentados. Com isso, a SEFAZ vem buscando a melhoria da gestão pública e das relações interpessoais.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- **Programa de Educação Tributária – PET-BAHIA**

O PET-BA, criado em 1999, visa sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica dos tributos, além de levar à população conhecimento sobre administração pública, incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. Para tanto, esse Programa desenvolve suas ações através de quatro projetos: Educação Fiscal nas Escolas, Sua Nota é um Show, Sua Nota é um Show de Solidariedade e o Faz Universitário.

- **Projeto Educação Fiscal nas Escolas – Pefe**

Este Projeto, desenvolvido pela SEFAZ, Secretaria da Educação – SEC e a Receita Federal do Brasil – RFB, promove o processo de inserção e resgate de valores sociais, utilizando a educação fiscal para a formação de jovens estudantes a fim de que possam atuar como cidadãos participativos.

Em 2009, o Pefe ofereceu cursos à distância para Disseminadores em Educação Fiscal, buscando capacitar servidores públicos e educadores da

rede pública de ensino. Ao todo, foram treinados 374 servidores.

- **Projeto Sua Nota é um Show - SNS**

Desenvolvido através da parceria entre a SEFAZ, a Secretaria da Cultura – SECULT e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, esse Projeto busca estimular no cidadão o hábito de solicitar a nota ou cupom fiscal no ato da compra de mercadorias, utilizando para isso os elementos centrais de interesse dos baianos, como a música, a arte e o futebol. Assim, o SNS, ao realizar educação fiscal, estimula também as atividades artísticas, culturais e esportivas.

Em 2009, foram realizados pelo Projeto Sua Nota é um Show, através de parceria com a Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb, três shows musicais com um público de 13.842 pessoas, e arrecadação de 138.420 notas e/ou cupons fiscais. Na Bienal do Livro, foram arrecadadas 200 mil notas e/ou cupons fiscais e 20 mil livros puderam ser trocados.

O Governo do Estado, através da SEFAZ, firmou contrato com a Federação Bahiana de Futebol – FBF, para apoio ao Campeonato Baiano da 1ª e 2ª divisão, versão 2009. Ao todo, foram trocados no campeonato da 1ª divisão 2.652.540 notas e/ou cupons fiscais, com um público de 265.254 pessoas, nos 67 jogos promovidos pelo PET. Já na competição da 2ª divisão, a participação popular foi de 76.402 torcedores, com o total de 764.020 notas e/ou cupons fiscais arrecadados, em 27 jogos.

- **Projeto Sua Nota é um Show de Solidariedade - SNSS**

O Projeto Sua Nota é um Show de Solidariedade é desenvolvido pela SEFAZ em parceria com as Secretarias da Saúde – SESAB e de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES com o objetivo de conscientizar o cidadão sobre a função social do imposto e estimular o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, através da distribuição de prêmios em dinheiro, concedidos a partir dos resultados da captação de notas ou cupons fiscais doados pelos

cidadãos, instituições da área social e de saúde passam a fortalecer sua infraestrutura com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a realização de obras, reformas e ampliações de instalações, além de compras de bens duráveis e de consumo inerentes às suas atividades fim.

Em 2009, foram beneficiadas na 19ª etapa de apuração (setembro a dezembro), 573 instituições da área de saúde e da área social, em 182 municípios, sendo distribuídos R\$ 2,9 milhões em recursos públicos para investimentos sociais.

- **Faz Universitário**

Esse Projeto foi criado em 2002 visando auxiliar alunos provenientes da rede pública de ensino a ingressar em faculdades, mediante a concessão de bolsas de estudo integrais. Através de uma parceria entre a SEFAZ, a SEC e faculdades do setor privado, o Faz Universitário já beneficiou 4.334 alunos desde sua criação em 2002.

Em 2009, não foram concedidas novas bolsas de estudo, sendo mantidos os contratos referentes aos anos anteriores.

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL

A atual gestão governamental tem procurado desenvolver uma política de fortalecimento dos mecanismos de participação e diálogo social, os quais integram a Constituição Brasileira, como forma de proporcionar à sociedade civil condições que permitam sua participação nas discussões para formulação e implementação de políticas públicas.

A SERIN, através da Coordenação de Articulação Social – Coas, no desenvolvimento de suas ações, tem privilegiado a interlocução entre os diversos segmentos da sociedade civil e o Poder Executivo.

Com esse entendimento, a Coas tem como objetivo mediar e viabilizar as demandas oriundas da sociedade civil, dirimindo conflitos e tensões que possam ocorrer entre o Estado e a Sociedade.

Nesse sentido, são apresentadas a seguir as ações mais significativas desenvolvidas por esta Coordenação no decorrer do ano de 2009:

- Território Metropolitano de Salvador – TMS

O Território Metropolitano de Salvador – TMS, que apesar de ter sido criado desde a realização do Plano Plurianual – PPA Participativo – 2008-2011, ainda não tinha uma coordenação constituída e, para isso, a Coas participou da comissão organizadora, colaborando com a realização de inúmeros encontros e oficinas, até a eleição dos seus representantes.

- Agricultura Familiar

Atuando sempre em parceria com outros órgãos e secretarias de governo, observando o princípio de transversalidade, a Coas, conjuntamente com a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, através da Superintendência da Agricultura Familiar – Suaf, participou da articulação para implantação da política “Agricultura Tamanho Família”, que atenderá as demandas negociadas dos movimentos sociais ligadas ao campo e à economia solidária.

- Comissão Tripartite

Tendo em vista a crise econômica e financeira mundial e visando minimizar seus desdobramentos, a Coas, por determinação do Governo do Estado, responsabilizou-se pela criação de uma Comissão Tripartite formada por representantes de segmentos empresariais, dos trabalhadores e do poder público, constituindo-se em um importante instrumento de diálogo na aplicação de ações conjuntas, com o objetivo de apontar estratégias capazes de reduzir os efeitos da crise mundial em nosso Estado.

Após a instalação desta Comissão, outras reuniões foram realizadas, com temáticas propostas pelos participantes. A primeira delas discutiu questões relativas ao licenciamento ambiental e contou com a participação de dirigentes da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Vários encontros de trabalho derivaram desta reunião, envolvendo empresários e representantes de órgãos governamentais, como: do Instituto do Meio Ambiente – IMA, do Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – Embasa, da Casa Civil e da SERIN.

Em uma segunda reunião, o tema abordado versou sobre o balanço de concessão de incentivos fiscais às empresas, com escalas de vencimento e análise do desempenho setorial da indústria. As discussões foram conduzidas por representante da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Das reuniões que contaram com a efetiva participação de representantes dos segmentos já mencionados, foram adotadas medidas que possibilitaram a agilidade e viabilização de vários projetos que dependiam de parecer das secretarias e/ou órgãos envolvidos.

Nesse período, realizou-se o Seminário “Os Desafios Políticos e Administrativos da Bahia frente à Crise Econômica Mundial”.

Em parceria com movimentos da sociedade civil, foi iniciado o processo de discussão e preparação do I Fórum Social Mundial Temático, que será realizado de 29 a 31 de janeiro de 2010, em Salvador, dando sequência ao Fórum Social Mundial da Grande Porto Alegre, entre 25 e 28 de janeiro de 2010.

O Fórum Social Mundial Temático de Salvador complementa a atividade desenvolvida no Rio Grande do Sul, abordando três dimensões:

- **1º Fórum Social Mundial de Respostas à Crise** - Representantes de organizações da sociedade civil encontram-se para difundir e articular amplamente suas propostas, para um novo mundo pós-crise.
- **1º Fórum Social Mundial de Diálogos e Controvérsias** - constituiu-se numa alternativa ao neoliberalismo e ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Vários encontros ocorreram entre atores sociais e Governos da América Latina e da África, comprometidos com novas perspectivas econômicas, sociais e ambientais.
- **1º Fórum Social Mundial da Diversidade Cultural de Salvador à Ilha Gorée** - Trata-se de um encontro cultural rumo ao Fórum Social Mundial.

Esses eventos têm como objetivo a realização de um Fórum Bicontinental – América Latina e África,

local onde será realizado o Fórum Social Mundial consolidado em 2011, em Dakar - Senegal.

- **Povos e Comunidades Tradicionais**

Outra articulação que teve a participação da SERIN foi para a implementação da política para Povos e Comunidades Tradicionais, tendo a Coas atuado no Comitê Executivo para a criação do Comitê Estadual para Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

A Coas esteve presente em dez reuniões com a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI/Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH/Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas – CPPI, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA/Ingá e a Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, para discussão sobre a elaboração do Decreto dos “Povos e Comunidades Tradicionais – PCT”; o Projeto Executivo para o I Encontro Estadual de PCT e Levantamento das ações do PPA 2008-2011, sobre o PCT em cada Secretaria do Estado.

Além disso, a SERIN acompanhou as demandas dos segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais em todas as secretarias do Estado.

- **Políticas para Povos Indígenas**

Acompanhamento do Grupo Executivo Intersetorial de Políticas para Povos Indígenas, na construção da minuta de Lei do Conselho dos Povos Indígenas da Bahia – Copiba, além de colaborar com a construção do Plano Estadual de Políticas para Povos Indígenas. Na Bahia, existem 14 etnias indígenas reconhecidas e duas em processo de reconhecimento, totalizando 26 mil pessoas distribuídas em cerca de 82 povoados de 25 municípios do Estado.

- **Decreto de Moderadores**

Participação na discussão para a elaboração do Decreto nº 11.729, que institui o Núcleo de Mo-

deradores do Estado da Bahia, com o objetivo de disponibilizar um grupo intersetorial de servidores públicos estaduais, previamente capacitados, para exercer a atividade de moderação em eventos promovidos pelo Estado, e que tenham a participação da Sociedade Civil.

- **Outras Ações Desenvolvidas pela Coas**

Além das ações já descritas, a SERIN, através da Coordenação de Articulação Social – Coas, vem acompanhando o desenvolvimento de várias outras ações, como:

- Articulação para a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, em parceria com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH e o Governo Federal;
- Fórum de Lixo e Cidadania;
- Comitê de Combate à Dengue;
- Instalação do Núcleo de Desenvolvimento Territorial;
- Lançamento do Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM”;
- Lançamento do Programa Territórios da Cidadania;
- Curso de Educação Ambiental em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR;
- Mediação de conflitos fundiários urbanos, parceria com a SEDUR;
- Mediação de conflitos fundiários rurais, em parceria com a SEAGRI;
- Participação na Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental;
- Participação na Comissão Organizadora da Conferência Estadual das Cidades;
- Conferência Livre União Brasileira de Mulheres;
- Seminário sobre Educação Profissional e Movimentos Sociais – Feira de Santana;
- Articulação para a realização do I Fórum da Sociedade Civil da Comissão de Países de Língua Portuguesa – CPLP;
- Encontros com movimentos sociais rurais para discutir suas pautas de reivindicações;
- Reuniões de fóruns com diversos órgãos do Governo e com entidades de movimentos sociais, tais como: Sala de Situação, co-

ordenada pela SEAGRI e SERIN, principalmente para acompanhar a reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A – EBDA e da CDA; contratações de técnicos e acompanhamento de Convênio do Governo Estadual com o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – Incra, com o objetivo de viabilizar o processo da reforma agrária na Bahia; exercício de implantação de assentamentos modelos e realização de Convênio com a Uneb para projetar o desenvolvimento das cadeias produtivas.

- Reuniões com o Incra e movimentos sociais agrários;
- Acompanhamento nas diversas secretarias referentes aos acordos celebrados entre a SERIN e lideranças políticas e sociais;
- Participação em diversas reuniões e seminários promovidos pelas coordenações territoriais;
- Participação das discussões do Conselho de Acompanhamento do PPA - 2008-2011 – Cappa;
- Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência;
- Articulação com o Governo Federal para a criação do Projeto Pontos de Memória na Comunidade de Beiru, em Salvador;
- Atendimento presencial e telefônico às solicitações da sociedade civil através de marcação de agendas com os Gabinetes dos Secretários, Superintendências e Coordenações, para os diversos segmentos da sociedade civil, e articulação junto à sociedade civil para os eventos do Governador.

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS

Conselho Estadual de Juventude – Cejuve

O Conselho Estadual de Juventude – Cejuve, criado através de decreto assinado pelo Governador do Estado em 21 de outubro de 2008, está vinculado à SERIN e tem caráter consultivo. Em 21 de janeiro de 2009, foram empossados os 30 conselheiros titulares e 30 suplentes, sendo dez representantes do Governo e 20 da sociedade civil organizada. O evento de posse contou com expressiva participa-

ção de diversos atores políticos e da sociedade civil. O Governo da Bahia, ao criar este Conselho, deu mais um passo para a consolidação de uma política estadual de juventude, dando aos membros do Cejuve a oportunidade de propor políticas públicas para o segmento juvenil, além de promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da juventude baiana.

O Cejuve, portanto, tem como objetivo principal incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento da Bahia, ao promover políticas públicas, em nível estadual, voltadas aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares, e garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça, etnia, orientação sexual, situação quanto à deficiência e local de residência, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas, de maneira articulada.

A construção da Política Estadual de Juventude está sendo fundamentada em cinco importantes dimensões:

- Inclusão - que trata dos programas e ações de inclusão social dos jovens, a exemplo dos programas Trilha, Jovens Baianos e Juventude Cidadã;
- Participação - que trata da criação e coordenação de novos mecanismos institucionais de participação e controle social, como a Conferência Estadual e o Conselho Estadual de Juventude - Cejuve;
- Gestão - que trata da criação de um novo desenho institucional, no âmbito do poder executivo estadual, com a competência de articular e coordenar as políticas de juventude;
- Articulação - que trata da nova relação institucional com os governos federal e municipal e a sociedade civil;
- Legal - que trata da elaboração de novos marcos legais sobre os direitos dos jovens – “Plano Estadual de Juventude”, e acompanhamento da tramitação de matérias sobre a temática.

Nesse sentido, o Cejuve executou ações primordiais que concorreram para sua consolidação, como as indicadas a seguir:

- O Governo da Bahia faz exposição aos deputados federais sobre a Política Estadual de Juventude, atendendo convite da bancada do Nordeste na Câmara;

- Confirmada a ampliação do número de vagas do Projovem Urbano para 19.200, e sua expansão para mais de 50 cidades atendidas;
- Publicação de artigo nos principais jornais e sites do Estado sobre a comemoração do Dia Nacional e Internacional da Juventude;
- Projeto Juventude Cidadã anuncia mais quatro mil vagas para 2009 - até o momento, já são mais de sete mil jovens beneficiados;
- Em parceria com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o Cejuve promove audiência pública sobre o Estatuto da Juventude.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

COLÓQUIO BRASIL – ÁFRICA

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES foi criado pelo Governo Federal, em 2003, como órgão de articulação entre Governo e sociedade civil, e como um canal institucionalizado de participação de diferentes atores sociais e de negociação dos pactos que nessa instância se fazem necessários. A atuação do Conselho tem se pautado em torno da concertação dos consensos, no estabelecimento de estratégias negociadas. Ao longo desses anos, o Conselho consolidou seus objetivos e o desafio de estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil, a fim de discutir as políticas públicas e propor medidas necessárias para alavancar o crescimento do país. É, sem dúvida, uma experiência inovadora, tanto do ponto de vista social quanto político, em uma sociedade até então caracterizada pelas práticas autoritárias e excludentes.

Buscando a convergência dos princípios que vêm norteando a política do Governo Federal - diálogo social, participação, institucionalidade democrática, construção de um novo pacto de poder – o Governo do Estado da Bahia criou, também, o seu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

O trabalho que demarca o anúncio de instalação do CDES do Estado da Bahia caracterizou-se pela realização do Colóquio Brasil - África. Para a realização deste evento, trabalhou-se com a perspectiva que fundamenta o CDES, ou seja, a disseminação do conceito de desenvolvimento como construção com-

partilhada, e do diálogo como ferramenta para esta construção. Em relação à Bahia tomou-se como referência a importância da África para a formação da identidade cultural do povo baiano e as possibilidades de ampliação das relações econômicas e sociais entre os países do continente africano e a Bahia.

Informar e debater os atuais desafios para a interação entre o Brasil e a África, frente às oportunidades construídas nos últimos anos, e propor recomendações, tendo como foco o desenvolvimento, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, constituíram-se nos objetivos centrais do encontro.

Nesse sentido, a proposição dessa agenda requereu dois momentos estratégicos que foram caracterizados, inicialmente, pelas conferências e posteriormente, pelas mesas de diálogos. A primeira conferência foi proferida pelo Professor Ubiratan Castro, com o tema “Os aspectos culturais da relação Brasil – África”; a segunda, compartilhada por várias autoridades, que fizeram uma abordagem tratando do “Panorama Estratégico e Desafios da Relação Brasil-África”.

Após a conclusão dessas apresentações, quatro mesas de diálogos foram formadas com seus respectivos coordenadores, relatores, conselheiros e outros atores sociais convidados.

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS

O Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas vem se fortalecendo gradativamente, haja vista sua capacidade de interlocução quanto à Política de Assistência Social. Mais recentemente, iniciou-se um processo de discussão sobre os fundamentos legais que lhe deram origem e sobre a sua estrutura operacional e funcional, de onde deverá resultar uma proposta concreta de mudanças na Lei que o criou, no Regimento Interno, no desenho operacional e no quadro de pessoal da sua secretaria executiva. O Ceas tem sido respeitado como instância colegiada de deliberação, não havendo qualquer das principais decisões que não sejam aí debatidas, registrando-se sempre a adequada postura de rigor no acompanhamento das ações, delegadas para análise e parecer deste Colegiado. Sua atual composição está detalhada no Quadro 11.

QUADRO 11
**COMPOSIÇÃO DO CEAS
BAHIA, 2009**

GOVERNO	
ENTIDADE TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES	Superintendência de Assistência Social - SAS
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	Secretaria do Planejamento - SEPLAN
Secretaria da Saúde - SESAB	Secretaria da Saúde - SESAB
Secretaria da Educação - SEC	Secretaria da Educação - SEC
SOCIEDADE CIVIL	
ENTIDADE TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE
Instituto de Cegos da Bahia – ICB	Associação Baiana de Deficientes Físicos da Bahia - Abadef
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – Fetag	Federação das Apaes do Estado da Bahia
Instituto de Organizações Neurológicas da Bahia – ION	Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos
Fundação José Silveira	Organização Não Governamental Crescer Cidadão
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB	Conselho Regional de Serviço Social - Cress

Fonte: SEDES/SAS

Também são valorizados os Conselhos de Direitos, como o Conselho Estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes – Ceca, além dos outros conselhos onde o Governo do Estado se faz representar: Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual de Pessoa com Deficiência e Conselho de Direitos Humanos.

Por esta via, houve também representação do Governo nas Conferências Municipais de Assistência Social, disponibilizando técnicos da Superintendência de Assistência Social – SAS para realizarem palestras e oficinas. A SEDES ainda participou da Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual de Assistência Social.

Comissão Intergestores Bipartite – CIB

Instância responsável pela pactuação de procedimentos de gestão a fim de qualificá-la para alcançar o objetivo de ofertar ou de referenciar serviços de qualidade ao usuário, a CIB está constituída em conformidade com a legislação vigente, que determina sua formação com três representantes do Estado, indicados pelo gestor estadual de assistência social, e seis gestores municipais indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – Coegemas, observando os níveis de gestão no Sistema Único de Assistência Social – Suas, de representação regional e dos municípios por porte, sendo dois repre-

sentantes de municípios de pequeno porte I, um representante de municípios de pequeno porte II, um representante de municípios de médio porte, um representante de municípios de grande porte e um representante da capital.

Em novembro de 2009, o Coegemas, seguindo o Regimento Interno da CIB, realizou nova eleição para o biênio 2010-2011, ficando o quadro de representantes constituído conforme demonstrado no Quadro 12.

QUADRO 12 COMPOSIÇÃO DA CIB
BAHIA, 2010-2011

MUNICÍPIO	PORTE	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
MEMBROS TITULARES		
São Felix	PPI	Recôncavo
Coribe	PPI	Bacia do Rio Corrente
Itambé	PP2	Itapetinga
Santo Antônio de Jesus	MP	Recôncavo
Juazeiro	GP	Sertão do São Francisco
Salvador	Metrópole	Metropolitano de Salvador
Representante do Coegema		
Amargosa	PP2	Vale do Jiquiriça
MEMBROS SUPLENTE		
Pindobaçu	PP1	Piemonte Norte do Itapicuru
Mirangaba	PP1	Piemonte da Diamantina
Santo Estêvão	PP2	Portal do Sertão
Conceição do Coité	MP	Sisal
Camaçari	GP	Metropolitano
Salvador	Metrópole	Metropolitano
Representante do Coegema		
Amargosa	PP2	Vale do Jiquiriça

Fonte: SEDES

Entre as ações relevantes da Secretária Técnica da CIB, em 2009, destacam-se o apoio técnico aos municípios para adesão ao Sistema Único de Assistência Social – Suas, o que provocou um avan-

ço considerável nas habilitações dos municípios, condicionante para expansão de recursos aplicados na execução de serviços de caráter preventivo, voltados à Proteção Social Básica.

Atualmente, encontra-se na condição de aptos à expansão de recursos 389 municípios dos 417 municípios do Estado, sendo 372 na Básica e 17 na Plena, perfazendo um total de 93,3%, restando apenas 28 municípios que estão na gestão inicial, ou seja, 6,1% não aderiam ainda ao Suas,

mas vêm sendo monitorados para isso. Vale destacar que a Bahia fechou o ano de 2009 com 100% de municípios habilitados à Gestão do Suas. Tais avanços estão demonstrados nas realizações e pactuações apresentadas nos Quadros 13 e 14 e Gráfico 30.

QUADRO 13 REALIZAÇÕES DA SECRETARIA TÉCNICA DA CIB BAHIA, 2009

REALIZAÇÃO	Nº DE INTERVENÇÕES	OBSERVAÇÕES
Análise de processos referentes à Renovação de Habilitações	356	Maioria da documentação com inadequações em leis de criação de Conselhos e Fundo Municipal de Assistência Social, Plano Plurianual, Plano de Inserção de Usuários do Benefício de Prestação Continuada, Diagnósticos de áreas de vulnerabilidade e risco e Lei Orçamentária
Assessoramento aos municípios em processo de renovação de habilitação	220	
Assessoramento a municípios em processo de mudança de gestão	16	14 municípios de Gestão Inicial para a Básica e dois de Não Habilitados para Gestão Inicial
Realização de reuniões da CIB e apoio ao Coegemas na realização de suas reuniões	11	Sete ordinárias, uma extraordinária e três descentralizadas
Assessoramento a municípios para Reversão de desabilitação	01	Município de Encruzilhada retornou ao <i>status</i> de Gestão Básica, recuperando recursos perdidos com a desabilitação
Acompanhamento e assessoramento aos municípios para cumprimento de responsabilidades inerentes à habilitação ao SUAS, promovendo o processo de desabilitação	04	Município de Gongogi, Serrolândia, Ubatã e Umburanas mantendo o <i>status</i> de Gestão Básica e aptos a repasses de recursos
Acompanhamento e assessoramento aos municípios para cumprimento de responsabilidades inerentes à habilitação ao Suas, que respondem a processo de desabilitação	02	Município de Almadina e Gentio do Ouro que estão em gestão sob risco de desabilitação perdendo os recursos e serviços de proteção social básica repasses pelos governos federal e estadual

Fonte: SEDES/SAS/CIB

QUADRO 14 IMPORTANTES PACTUAÇÕES DA CIB
BAHIA, 2009

IMPORTANTES PACTUAÇÕES EM 2009 DA COMISSÃO - CIB

Habilitações e Mudanças de Gestão

Co-financiamento Estadual mediante repasse fundo a fundo

Financiamento estadual para implantação de 29 Cras, sendo oito para atender comunidades quilombolas e duas para comunidades indígenas

Reuniões descentralizadas em número de três

Mudança na forma do co-financiamento do Peti

Criação de comissão para acompanhar o co-financiamento estadual do Peti para o exercício de 2010

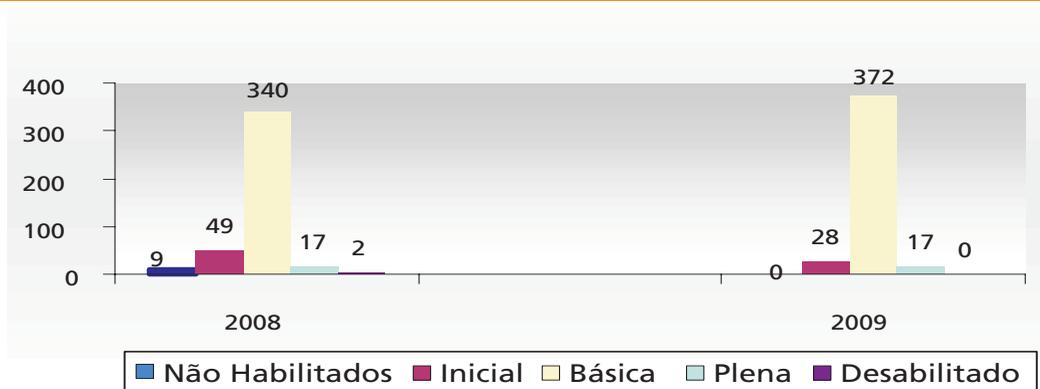
Financiamento de cinco projetos para qualificação do Serviço de Acompanhamento ao Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto-LA e PSC

Aprovação da Partilha de co-financiamento Estadual dos Serviços e Benefícios de Proteção Social Básica e Especial para 2010

Fonte:SEDES/SAS/CIB

GRÁFICO 30 HABILITAÇÃO A CONDIÇÃO DE GESTÃO DO SUAS
BAHIA, 2008-2009

EVOLUÇÃO DAS HABILITAÇÕES À GESTÃO DO SUAS NA BAHIA



Fonte:SEDES/SAS/CIB

Em conformidade com as novas diretrizes do Suas, a CIB teve seu Regimento Interno aprovado em janeiro de 2008, possibilitando ao órgão gestor estadual avançar nos debates e discussões, efetivando a gestão compartilhada, fortalecendo a democracia e a consolidação da Política de Assistência Social no Estado, que possibilitou ao Coagemas realizar a primeira eleição em conformidade com os critérios do Suas.

Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen

Em 2009, o Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, manteve a ação de apoio aos conselhos estaduais de direitos. No que se refere ao Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen, a SJCDH apoiou a realização da Semana Estadual Sobre Drogas, quando foram realizados diversos eventos, a

exemplo de caminhadas, campanhas em postos de gasolina para alertar sobre o perigo da combinação do consumo de álcool e outras drogas com a direção de veículos, e o Seminário Estadual sobre Drogas. O Conen também realizou processo de debate interno sobre sua estrutura e funcionamento, inclusive propostas de mudanças na lei que o instituiu.

Ainda em relação ao que se refere às questões de entorpecentes, foi renovado, em 2009, o convênio com a Associação Baiana de Apoio à Prevenção, Terapia, Estudos e Pesquisas do Abuso de Drogas – Abapeq, com o objetivo de assegurar a manutenção das atividades do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – Cetad/Ufba. Um novo convênio, firmado em dezembro de 2008, com vigência em 2009, visa implantar o “Observatório Baiano sobre Substâncias Psicoativas – Observa – SPAS”, para desenvolver pesquisas, sistematizar e divulgar o conhecimento disponível sobre o uso de substâncias psicoativas e fenômenos associados no âmbito do Estado da Bahia.

Além disso, foi instituída, por meio do Decreto nº 11.652, de 06 de agosto de 2009, a Comissão Gestora Estadual do Programa Federal “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Essa Comissão está elaborando o Plano Operativo Estadual do mencionado Programa, articulando ações da esfera federal, estadual e municipal (Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho).

Conselho Estadual de Cultura da Bahia – CEC

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia – CEC é um órgão colegiado da Secretaria de Cultura – SECULT, de caráter normativo e consultivo, que tem por finalidade contribuir para a formulação e aperfeiçoamento da política estadual de cultura. Constituído por 20 conselheiros titulares e dez suplentes, funciona a partir de reuniões plenárias semanais, de câmaras e de comissões, onde são discutidos temas relevantes para o cenário cultural baiano.

As Câmaras Temáticas que constituem o Conselho são: Câmara de Produção Cultural Contemporânea, Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, Câmara de Articulação e Integração e Câmara de Política Sociocultural. De um modo

geral, cada câmara é composta por cinco conselheiros. As comissões são formadas esporadicamente para atuar em matérias ou assuntos específicos.

De janeiro a outubro de 2009, foram convocadas 30 Sessões Plenárias Ordinárias e 20 Sessões Conjuntas das Câmaras, além das reuniões individuais de câmaras e comissões constituídas, a exemplo da Comissão de Cultura e Educação e de Cultura e Violência.

Em seus encontros semanais, os Conselheiros de Cultura buscam contribuir criticamente para o trabalho da SECULT, estando atentos, também, às demandas da sociedade. Além disso, o CEC realizou, em 2009, uma série de debates públicos, visando a aproximação entre a sociedade civil e a SECULT e, conseqüentemente, à construção de políticas públicas de cultura mais efetivas. O Plano, Sistema e Conferência Nacional de Cultura, Direitos Autorais e V Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais são exemplos de algumas das discussões promovidas pelo Conselho no ano corrente.

Durante todo o exercício de 2009, o CEC cedeu espaço para a realização de uma série de eventos. O Auditório Nilda Spencer e os demais espaços do Conselho (sala da antiga biblioteca, sala do plenário e salas de câmara) foram disponibilizados não apenas para a SECULT como para outras Secretarias de Estado.

Embora a sede do Conselho Estadual de Cultura da Bahia tenha passado por uma pequena reforma em suas instalações, durante os meses de outubro e novembro de 2009, as obras não implicaram a suspensão dos eventos agendados para o período.

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM tem trabalhado com a Superintendência de Políticas para as Mulheres – SPM/Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, na orientação para a criação dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher e acompanhamento dos existentes. Exemplos disso são: o apoio ao projeto Gerando Energias para construir Conselhos da Mulher, iniciativa da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, Regional Paulo Afonso, que incentiva a constituição de Conselhos em oito municípios da região da Caatinga; o trabalho junto

às mulheres do Município de Cachoeira, que recentemente conseguiram que o tema fosse tratado em Sessão Especial da Câmara de Vereadores; e reuniões realizadas com vereadoras e ativistas de outras cidades como Valença, Uibaí e Itamaraju.

Atualmente, a Bahia tem 24 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, sendo que a meta é atingir 100 municípios até 2010.

Em 2009, a parceria com o CDDM também foi fundamental para a conclusão do processo de elaboração e publicação do II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – II PEPM, cujo lançamento foi realizado na Assembléia Legislativa, com a colaboração de sua Comissão Especial da Mulher, indicando a importância do apoio das parlamentares à implementação, em todo o Estado da Bahia, das políticas para as mulheres.

Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN

No ano de 2009, o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN, participou das principais ações desenvolvidas pela Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, com destaque para a organização da Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Coneppir. Nesta, além da Presidência da Comissão Organizadora Estadual, coube ao Conselho apoiar a SEPROMI no trabalho junto às conferências regionais e municipais. Também teve participação nas atividades de formação realizadas com o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

Além de atuar como parceiro da SEPROMI na convocação de organizações do movimento negro para o diálogo sobre questões específicas, o Conselho tem desenvolvido uma agenda política própria. Neste aspecto, vale ressaltar o acompanhamento de casos de racismo e de situações de conflito em comunidades quilombolas, como a de São Francisco do Paraguaçu, e as denúncias contra os programas sensacionalistas de TV, o que levou o Ministério Público Estadual a intervir na questão da espetacularização da violência urbana pelos meios de comunicação.

Ainda em 2009, o CDCN concluiu a proposta de revisão de seu Regimento Interno.

Conferência Estadual de Saúde Ambiental

A construção da área de Saúde Ambiental, no âmbito dos Governos Federal e Estadual, tendo em vista a estruturação deste campo de prática que interrelaciona Saúde Pública e Desenvolvimento Sustentável, gerou um grande processo de discussão e direcionamento da atuação do setor saúde na interface saúde, ambiente e desenvolvimento regional.

Houve um destaque do assunto no Brasil com os desdobramentos da reunião da Eco-92, conhecida como Rio-92, onde foram lançadas as bases para o desenvolvimento sustentável a partir da melhoria da qualidade de vida humana e preservação dos ecossistemas para as presentes e futuras gerações.

O Estado da Bahia, visando a preparação da etapa estadual, convocou a 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental – 1ª Cesa Bahia, por meio do Decreto nº 11.601, de 10 de julho de 2009, a qual passou a ser coordenada pela Comissão Organizadora Estadual – COE, tendo a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR participado e contribuído para a programação da Plenária Estadual, que aconteceu entre 16 a 18 de novembro de 2009, antecedida pelas Conferências Municipais ou Intermunicipais e Territoriais.

O processo de preparação da Conferência buscou no desenvolvimento dos trabalhos a transversalidade, a intersetorialidade e a participação social, com intuito de ser realizada com a integralidade que demanda o assunto, o envolvimento dos diversos setores componentes da sociedade brasileira e a articulação dos gestores públicos nas três esferas de Governo.

I Conferência Nacional de Comunicação – Etapa Bahia

A Bahia vive uma nova trajetória política, um novo estilo de governar. Uma gestão que tem a marca da democracia, da inclusão e da participação social. Exercita-se agora a construção de uma nova forma de fazer política, pautada pelas demandas sociais. Sendo o direito à informação um dos princípios do Estado democrático participativo, o Governo realizou a Etapa Baiana da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que tem como tema “Comunicação: Meios para Construção de Direitos e de Cidadania na era Digital”.

Pioneiro no país, o Governo da Bahia, junto com a sociedade civil, realizou a I Conferência de Comunicação Social da Bahia, em agosto de 2008. A Conferência Estadual da Bahia refletiu por todo o país e para além dele, provando que é possível construir juntos, Governo e sociedade civil.

Com o objetivo de formular propostas para uma Política de Comunicação, a partir de um debate democrático ampliado com todos os segmentos da sociedade, o Governo da Bahia convocou a Etapa Estadual da I Conferência Nacional de Comunicação, via Decreto nº 11.705, de 14 de setembro 2009, publicado no Diário Oficial do Estado e posteriormente alterado pelo Decreto nº 11.804, de 23 de outubro de 2009.

O Decreto nº 11.704, também de 14 de setembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 11.837, de 11 de novembro de 2009, criou a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da I Conferência Nacional de Comunicação, composta por 21 membros titulares e igual número de suplentes, sendo sete representantes titulares do Poder Público Estadual com dois representantes da Agecom; sete representantes titulares da sociedade civil; sete representantes da sociedade civil do segmento empresarial de comunicação, no âmbito estadual.

A Etapa Baiana da I Conferência Nacional de Comunicação aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro de 2009, na Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador. Compareceram ao evento cerca de 700 pessoas, entre participantes, comissão organizadora, equipe de produção e a imprensa.

A Conferência teve início ao final da manhã, após o governador assinar Decreto que criou o Grupo de Trabalho - GT que vai elaborar um anteprojeto de lei de regulamentação do Conselho Estadual de Comunicação, demanda da I Conferência Estadual de Comunicação Social, de 2008, pelo Governador. A regulamentação era uma bandeira histórica de luta do movimento social.

Foi eleita toda a delegação baiana, obedecendo às orientações da Comissão Organizadora, totalizando 108 representantes assim distribuídos: 48 da Sociedade Civil, 48 da Sociedade Civil Empresarial e 12 do Poder Público.

II Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Coneppir

A II Coneppir foi realizada em maio de 2009, sob a coordenação da SEPROMI e do CDCN. Seu principal objetivo foi o de analisar e revisar os eixos e as ações prioritárias do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Quilombolas, que envolve Educação; Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda; Saúde; Segurança Pública, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Religiões de Matriz Africana, bem como as propostas transversais aos eixos: Programa Educativo Contra o Racismo Institucional e Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano e Juventude. A Conferência contou com 403 participantes, entre delegados e convidados de 73 municípios.

A II Coneppir foi antecedida por 39 pré-conferências, das quais nove regionais e 30 municipais, envolvendo 7.257 participantes de 100 municípios baianos dos Territórios de Identidade de Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Irecê, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Metropolitano de Salvador, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Vale do Jiquiriçá, Velho Chico e Vitória da Conquista. As pré-conferências também debateram pautas específicas, visando a construção de Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

Na II Coneppir, pode-se destacar o elevado nível dos debates nos grupos de trabalho, cujas proposições foram aprovadas por consenso. Os grupos relativos a Quilombos, Segurança, Religiões de Matriz Africana e Educação foram os que mobilizaram maior número de delegados para debates, proposições e denúncias, indicando a centralidade destes temas para a agenda da promoção da igualdade racial.

II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Conapir

A II Conapir, realizada em Brasília, em junho de 2009, contou com 64 delegados da Bahia, sendo 46 da sociedade civil, 11 de governos municipais, quatro do governo estadual e três parlamentares. Além de organizar a participação da Bahia na

Conferência Nacional, a SEPROMI participou de uma Comissão Nacional responsável pela sistematização das propostas apresentadas pelos estados para o debate em Brasília.

I Conferência Nacional de Segurança Pública – Conseg

No contexto das mobilizações para a I Conferência Nacional de Segurança Pública – Conseg, a SPM/SEPROMI juntou-se à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República – SPM/PR para a realização do projeto “Mulheres – Diálogos sobre Segurança Pública”. Esta ação foi realizada em junho de 2009, em Salvador e em mais quatro regiões metropolitanas do país. Através dela, 30 mulheres baianas de diversos segmentos sociais - professoras, policiais, catadoras de resíduos sólidos, estudantes, donas de casa, comerciantes, artesãs e poetisas – puderam expor suas opiniões e sentimentos sobre a violência urbana, contemplados nos debates da Conferência de Segurança, realizada em Brasília, em agosto de 2009, e ouvidos pelo Ministério da Justiça e outros atores nacionais. O resultado destes Diálogos faz parte de uma publicação, em fase de preparação pela SPM/PR.

APOIO À ORGANIZAÇÃO DE SEGMENTOS SOCIAIS

Juventude Negra

O segmento juventude negra tem demandado atenção especial, tendo em vista, principalmente, sua maior exposição à violência urbana. Por isso, a SEPROMI, provocada pelo Fórum Nacional da Juventude Negra Bahia, desenvolveu, ao longo de 2009, um conjunto de ações visando levantar as demandas passíveis de serem transformadas em política pública. Para isso, vem participando, sob a coordenação da Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, do processo de implementação do Conselho Estadual da Juventude e da elaboração do Plano Estadual da Juventude, ora tramitando na Casa Civil.

Articulando-se com as organizações juvenis, esta Secretaria realizou a Oficina de Avaliação dos Programas e Projetos de Juventude, com o objetivo estimular uma maior participação dos jovens no

controle social das políticas públicas. Dela, participaram 73 jovens de 11 municípios - Antônio Cardoso, Camaçari, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ibirataia, Itacaré, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, Salvador, Santo Amaro e Ubaitaba – e 16 técnicos e gestores estaduais.

A Oficina oportunizou a análise dos documentos produzidos pelos encontros e fóruns da juventude negra, bem como dos principais programas e projetos governamentais para este segmento. Como resultado, foi elaborada uma proposta de formação e fortalecimento político. A continuidade desta ação será feita em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, através de um projeto de cooperação em fase de tramitação, na Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

Mulheres Indígenas

O apoio da SEPROMI, juntamente com o CDDM, foi de fundamental importância para a realização do I Encontro de Mulheres Indígenas, em março de 2009, na Aldeia de Coroa Vermelha, em Porto Seguro. O Encontro objetivou facilitar a organização das mulheres, discutindo a presença deste segmento nas políticas públicas para mulheres. Neste sentido, também contribuiu para manter as comunidades indígenas informadas, mobilizadas e atentas para a inclusão da cidadania indígena e o empoderamento das mulheres.

APOIO A INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Visando assegurar a transparência nos procedimentos de apoio às organizações da sociedade civil, a SEPROMI instituiu, em 2009, um Edital para seleção de projetos de organizações sediadas no Estado da Bahia. O Edital contempla as categorias de formação de lideranças em promoção da igualdade; eventos; registro e memória.

Em 2009, foram realizadas as três chamadas anuais previstas, totalizando 103 projetos apresentados e 30 apoiados. Através deste Edital, a SEPROMI tem contribuído para a realização total ou parcial de projetos de pequeno e médio porte – até R\$ 20 mil – importantes para manter grupos e comunidades refletindo e atuando sobre suas condi-

ções de inserção política e social, através de oficinas, seminários, encontros, edição de publicações, exposições de arte, pesquisas e eventos comemorativos de datas históricas.

FORTALECIMENTO DAS DATAS DE REFERÊNCIA HISTÓRICA

Buscando estimular o reconhecimento e a valorização de fatos e personalidades que marcam a história das mulheres e dos negros no Brasil e no mundo, a SEPROMI tem dado especial atenção às celebrações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, e do 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Em torno destas datas, já totalmente incorporadas ao calendário dos movimentos sociais, a SEPROMI promove uma ampla mobilização junto ao Governo do Estado e prefeituras, e apóia organizações da sociedade civil, no intuito de provocar novas ações e dar maior visibilidade às iniciativas destes setores, na promoção da igualdade entre mulheres e homens e entre negros e brancos.

Paralelamente, desenvolve, em parceria com a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia – Agecom, campanhas publicitárias que ressaltam o compromisso do Governo do Estado com a mudança de mentalidades, como condição para a superação dos preconceitos e as discriminações.

Março Mulher

Em 2009, a SEPROMI e o CDDM uniram-se a outras secretarias estaduais, prefeituras municipais, conselhos municipais e organizações da sociedade civil para construir o Março Mulher, cujo tema central foi Mulher, Política e Espaços de Poder. O projeto contemplou um conjunto de atividades realizadas ao longo de todo o mês de março, na capital e no interior.

Foram apoiados 30 projetos de organizações dos movimentos de mulheres e feministas, com o desafio de manter as mulheres articuladas para o enfrentamento à violência e o debate sobre a ampliação da presença feminina nos espaços de poder. Ao todo, as atividades atingiram cerca de 36 mil pessoas, participantes de caminhadas, seminários, palestras, oficinas, feiras, mostras de filmes, lançamentos de livros, audiências públicas, *shows*, rodas

de capoeira e outras mobilizações em escolas oficiais e comunitárias.

Essa rede de ações durante o mês de março foi ancorada numa campanha publicitária, que utilizou meios impressos, rádio e televisão, para celebrar as conquistas das mulheres em diversas áreas da vida social. O Março Mulher produziu resultados muito positivos, particularmente porque consolidou a cooperação entre a SEPROMI e os órgãos municipais de políticas para as mulheres e destes com as organizações da sociedade civil.

Novembro Negro

O Novembro Negro contou com ampla adesão das secretarias estaduais e 17 municípios, responsáveis por um amplo conjunto de atividades realizadas, com o apoio da SEPROMI, a partir da iniciativa de gestores municipais de promoção da igualdade racial e de organizações da sociedade civil. A campanha publicitária, em parceria com o CDCN, teve como sujeito a juventude, evidenciando o respeito à vida e a valorização da contribuição de personalidades negras nos diversos âmbitos da vida social.

Em 2009, as atividades foram realçadas pela realização, em Salvador, do Ato Nacional alusivo ao 20 de novembro, promovido pela Seppir/PR, com o apoio do Governo do Estado, o qual contou com a presença de diversas autoridades federais, estaduais e municipais. Na ocasião, o Presidente da República entregou títulos de propriedade a 30 comunidades quilombolas de vários estados, sendo três da Bahia, e o Governador do Estado assinou o Decreto que institui a Política Estadual de Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Cabe destacar, também, o Seminário Iberoamericano de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com perspectiva de Gênero, que resultou da parceria entre a Secretaria Geral Iberoamericana – Segib, o Governo do Estado, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher – Unifem e a Seppir/PR. Os participantes do Seminário, representantes de governos e organizações de movimento social de 13 países da América Latina, produziram um documento sobre as temáticas abordadas, o qual foi posteriormente encaminhado à Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo (Estoril, Portugal, de 29/11 a 01/12/09).

ASSUNTOS LEGISLATIVOS

A SERIN, através da Coordenação de Assuntos Legislativos – Coal, cumprindo o seu papel de interlocução entre o Poder Executivo e os Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal, desencadeou ações no sentido de aperfeiçoar o relacionamento institucional do Governo Estadual com os senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores dos municípios que compõem o Estado da Bahia, assim como com os partidos políticos atuantes no Estado.

A Coal tem, ainda, o encargo de realizar uma análise prévia político-jurídica de todas as proposições que sejam apresentadas na Assembléia Legislativa da Bahia, com o fito de encaminhar essa análise à Casa Civil, através da Coordenação de Assuntos Administrativos, para as providências regimentais cabíveis.

Ademais, esta Coordenação vem apoiando e estimulando a articulação com a Casa Civil, relativamente à elaboração de mensagens e projetos de lei.

Destacam-se, a seguir, as principais ações executadas pela Coal no ano de 2009:

- Acompanhamento presencial das sessões ordinárias e Extraordinárias da Assembléia Legislativa;
- acompanhamento presencial das sessões das principais comissões permanentes, temporárias e especiais, no âmbito da Assembléia Legislativa;
- assessoramento permanente aos parlamentares quanto as ações, programas e definições de Governo;
- informe permanente da agenda externa do Governador aos deputados estaduais, federais e senadores, bem como aos vereadores, com participação na organização das comitivas a municípios do interior do Estado da Bahia.
- informe aos parlamentares das viagens oficiais dos Secretários de Estado e dirigentes de órgãos, ao interior do Estado;
- encaminhamento e acompanhamento dos pleitos dos parlamentares concernentes às audiências com o Governador, demais Secretários de Estado e dirigentes de órgãos;
- participação nas audiências dos parlamentares com o Governador e o Secretário da SERIN;

- encaminhamento e acompanhamento dos pleitos dos parlamentares relativos à realização de obras, serviços e informações, em todas as secretarias e órgãos do Governo;
- acompanhamento dos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo Estadual à Assembléia Legislativa;
- acompanhamento dos projetos de lei em tramitação na Assembléia Legislativa;
- organização e participação de reuniões periódicas com as bancadas/ blocos e/ou representações partidárias.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Compreendendo a importância dos gestores municipais, o Governo atual tem procurado fortalecer o pacto federativo. As questões federativas envolvem algumas noções-chave como: autonomia, cooperação, equilíbrio estrutural e coordenação. Esses elementos estão vinculados ao sistema federal através do princípio da cooperação, sem o qual não há governança e sustentabilidade para o referido sistema. Entende-se por governança a capacidade que um governo tem de planejar, formular e implementar as suas políticas, em cumprimento às metas estabelecidas por um programa de governo legitimado pelas urnas.

Nesse sentido, o Governo do Estado firmou Acordo com 134 prefeituras para estimular a formação de consórcios públicos. Dentre estes municípios, encontram-se: Amargosa, Canudos, Feira de Santana, Juazeiro, Lauro de Freitas e Maracás, que assinaram o acordo denominado Memorando de Entendimento. Essa medida visa, sobretudo, estimular a gestão compartilhada de projetos nos 26 Territórios de Identidade da Bahia, garantindo a descentralização política e a otimização de ações conjuntas.

Os consórcios funcionam como instrumentos para descentralizar a ação estadual. Através deles, é possível promover um desenvolvimento equilibrado das regiões, sendo de fundamental importância para a Bahia diante da sua vasta extensão territorial compreendida por 417 municípios.

Entre as várias vantagens dessa parceria, ressalta-se a redução de custos, a maior viabilidade econômica dos projetos e a otimização de equipamentos.

Na Bahia, alguns consórcios já funcionam, demonstrando o sucesso obtido com este tipo de parceria. Essa forma de realizar ações governamentais dá mais celeridade na execução de obras importantes para a população baiana.

Outras ações desenvolvidas pela Coordenação de Assuntos Federativos – Coaf que merecem destaque são relacionadas a seguir:

- Cadastramento de 6.354 demandas, sendo 2.753 inscritas no Sistema de Relacionamento Institucional – SRI; do Executivo Municipal, em 413 municípios no Sistema de Demandas da Coaf;
- acompanhamento de 3.076 demandas do executivo municipal, em 385 municípios, e assessoramento a 417 prefeituras;
- elaboração de 417 perfis político-institucionais e 277 cenários políticos municipais;
- acompanhamento da oferta pública estadual e federal na celebração de 5.527 convênios com o executivo municipal e organizações não governamentais de 412 municípios;
- realização de 13 encontros entre associações municipais, regionais e consórcios intermunicipais do Estado da Bahia, de um total de 11 associações e dois consórcios.

SISTEMA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL – SRI

O Sistema de Relacionamento Institucional – SRI obteve êxito em seu objetivo de ser uma ferramenta para a padronização do relacionamento entre o Poder Executivo Estadual, parlamentares e prefeitos. Ao

final do ano de 2009, foram contemplados pelo SRI 7.301 pleitos entre marcação de audiências, obras e serviços solicitados ao Governo pelos deputados e prefeitos, constituindo assim um instrumento de avaliação permanente da ação governamental.

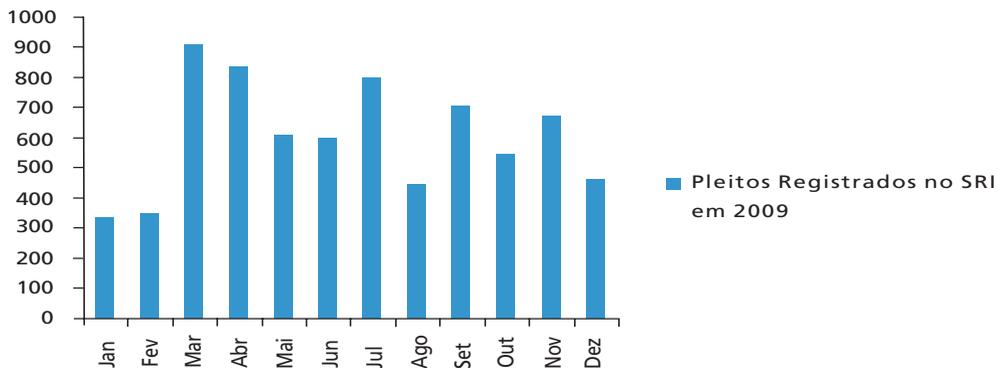
Os relatórios e consultas emitidos pelo SRI já servem de suporte recíproco nas audiências ocorridas entre os secretários, governador, dirigentes de órgãos e de empresas públicas, deputados e prefeitos, tornando mais real e confiável a possibilidade de acompanhamento de seus pleitos, assim como a relação entre os poderes.

Uma nova versão do SRI foi lançada em agosto de 2009, visando, principalmente, atender às solicitações de várias secretarias, órgãos e empresas públicas, membros executivos do sistema, que necessitavam que o SRI permeasse por toda a hierarquia de sua unidade, com o propósito de facilitar e agilizar o trâmite dos pleitos recebidos. O SRI foi então reformulado para possibilitar essa hierarquização, com controle de acesso e permissões gerenciadas pela própria unidade administrativa.

A hierarquização do SRI no Poder Executivo, bem como outras implementações dessa nova versão, pretendem tornar o Sistema cada vez mais numa ferramenta de gestão do relacionamento institucional ágil, moderna e transparente, já que, de um lado, os membros pleiteantes do Sistema têm a visão do trâmite de suas demandas e, de outro lado, os dirigentes das unidades administrativas podem visualizar e gerenciar o andamento destes pleitos em todas as suas unidades subordinadas. O Gráfico 31 demonstra os quantitativos de pleitos registrados no ano de 2009.

GRÁFICO 31

PLEITOS REGISTRADOS NO SISTEMA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL BAHIA, 2009



Fonte : SERIN / Sistema de Relacionamento Institucional - SRI

A criação do SRI representa, portanto, um avanço considerável na forma de relacionamento e operacionalização das políticas públicas do Governo do Estado e os entes federados. É uma ferramenta indispensável para o fortalecimento de parcerias institucionais e para a sustentabilidade de políticas de integração territorial.

DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PNAGE



A fim de melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, assim como alcançar uma maior eficiência do gasto público, a União instituiu o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – Pnage.

Financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e repassado ao Estado da Bahia pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Caixa Econômica Federal – CEF, vem sendo executado, desde 2006, com o desenvolvimento de ações nas secretarias do Planejamento – SEPLAN e da Administração – SAEB, buscando obter uma visão transparente, transversal e integrada do ciclo de

gestão pública: planejamento, orçamento, gestão e controle.

No âmbito da SEPLAN, encontram-se em andamento as seguintes ações:

- Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão do Planejamento Governamental, que facilitará o acompanhamento e monitoramento das ações do Plano Plurianual 2008-2011 – PPA, com valor total de R\$ 2,3 milhões, sendo R\$ 1,7 milhão financiados com recursos do Pnage e R\$ 600 mil com recursos do Governo do Estado;
- Implantação do Modelo de Gestão para a Função Planejamento, recentemente denominado de Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento, teve concluído o seu termo de referência e iniciado o processo de licitação para contratação de uma consultoria;
- Implantação de Infraestrutura Informacional para Banco de Dados Geoespaciais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, com termos de referência em elaboração;
- Desenvolvimento e implantação de metodologia para Monitoramento e Avaliação de Programas de Governo, com termo de referência concluído e iniciado o processo de licitação para contratação da consultoria;
- Elaboração de termo de referência para a contratação de Curso sobre Elaboração e Gestão de Projetos.

Em valores corrigidos, ao final do Programa, serão investidos na Bahia cerca de R\$ 23 milhões na modernização da gestão e profissionalização do serviço público. As ações implementadas em 2009, através dos principais componentes de intervenção, garantem o alcance dos objetivos previstos, trazendo resultados diretos para a Administração Pública, como pode ser observado no Quadro 15.

QUADRO 15

PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS – PNAGE-BA BAHIA, 2009

COMPONENTE DE INTERVENÇÃO	AÇÃO	IMPACTO SISTÊMICO
Modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação	Capacitação MS Project, UML e Gerenciamento de Projetos	Preparar os servidores para implantação de tecnologia de gestão nos projetos sob responsabilidade dos órgãos

Continua

Conclusão do Quadro 15

<p>Administração do projeto</p> <p>Modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos</p>	<p>Pós-Graduação em Gestão Pública</p> <p>Formulação da Macropolítica de Gestão e das Políticas de Recursos Humanos, de Logística de Suprimento e Patrimônio e de Transparência Administrativa, Ética e Participação Social</p> <p>Modelo de monitoramento, avaliação e controle de contratos de gestão com o terceiro setor (OS)</p> <p>Implementação do Escritório da Qualidade do Gasto Público</p>	<p>Capacitar gestores públicos para o planejamento e implementação de projetos financiados através de recursos de organismos internacionais</p> <p>Apoiar o Governo do Estado no resgate do papel estratégico da SAEB, de forma contextualizada no ambiente político - institucional, visando nortear as decisões da alta administração e a concepção de um novo modelo de gerenciamento das atividades-meio do Poder Executivo</p> <p>Fortalecimento das ações do Programa, levando o a monitorar, acompanhar e controlar o desempenho das Organizações Sociais no cumprimento dos objetivos e metas na utilização dos recursos disponibilizados pelo poder público</p> <p>Disseminar a metodologia aplicada pelo escritório, estabelecendo os processos para coleta, distribuição e tratamento das informações referentes ao gasto público</p>
--	--	--

Fonte : SAEB

SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEA

Visando dotar a gestão de padrões de atuação otimizados condizentes com as novas funções do Estado, no que se refere às atividades-meio, o Governo do Estado definiu como ação estratégica o redesenho do Sistema Estadual de Administração – SEA, que tem por finalidade a definição, o planejamento, a coordenação e a execução das ações de administração nos segmentos de Recursos Hum-

nos, Material, Patrimônio, Serviços, Modernização Administrativa e Licitação, no âmbito da Administração Pública Estadual, de forma sistêmica e integrada, através das unidades que o compõem.

O redesenho busca definir a remodelagem institucional das estruturas organizacionais que compõem o SEA, visando alcançar a gestão integrada dos seus processos, de forma ágil, transparente e segura, contribuindo para o sucesso das políticas e diretrizes estabelecidas.



Iniciado em 2008, através do mapeamento de 104 processos dos segmentos de recursos humanos, material, patrimônio, licitação e transparência e participação social, bem como da identificação de oportunidades de melhoria e indicadores de desempenho, que, juntamente com os demais instrumentos que compõem a documentação dos processos, perfizeram o total de 624 instrumentos de gestão construídos.

Para alcançar os objetivos traçados, em 2010, será realizado mapeamento dos processos dos segmentos de Modernização Administrativa e Serviços Gerais, além da análise e redesenho de todos os processos do SEA, que deverão estar alinhados à Macropolítica e Políticas de Gestão, bem como aos Sistemas Estaduais oficialmente instituídos.

OTIMIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

O Governo do Estado, por meio da SAEB, viabiliza um processo de implementação de mecanismos e estruturas organizacionais em que o controle sobre os resultados é reconhecido como fundamental na relação entre a ação de governo e as demandas do cidadão, para a adequação da dinâmica interna do serviço público e de suas relações com a sociedade.

Imbuído deste propósito, o Governo busca o fortalecimento institucional, através do delineamento, configuração e incorporação de modelos organizacionais adequados aos novos papéis e funções do

Estado, assim como a revisão, atualização e proposição das regras de sua atuação, com vistas ao atendimento das demandas e desafios requeridos pelo contexto de reforma da Administração Pública, notadamente no que se refere às suas capacidades e competências.

Nesse sentido, visando a construção de um novo perfil de Estado voltado às orientações estratégicas de Governo, foi elaborada análise da estrutura organizacional do Estado que, a partir das demandas internas, resultou na reestruturação de órgãos e entidades, motivada pelas sobreposições de competências e atividades, pela busca de melhor diálogo com os programas do Governo Federal e cumprimento de dispositivos constitucionais.

ATOS PUBLICADOS

- Lei Orgânica da Polícia Civil da Bahia – modernização da instituição que se transformou em órgão de regime especial de administração direta, objetivando alcançar um padrão superior de desempenho das atividades policiais, mediante aprimoramento e modernização da Polícia;
- Alteração da estrutura organizacional e de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia – PM/BA, decorrente da necessidade de dotar a PM de uma estrutura organizacional e operacional consistente;
- Reorganização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, objetivando melhor adequar as funções do atual Governo voltadas para as áreas de urbanismo, habitação, saneamento básico, inclusive de zonas rurais.
- Instituição da Fundação Baiana de Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos – Bahiafarma, configurando a Fundação como centro de arranjo produtivo sistêmico, capaz de promover e fortalecer o desenvolvimento na área de inovação tecnológica em saúde, incluindo a área farmacêutica.
- Aprovação do Regimento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.
- Criação do Sistema de Correição Estadual, com a finalidade de promover a coordenação, articulação e harmonização das atividades de fiscalização e controle da atuação funcional e da conduta dos servidores públicos, bem como de suas responsabilidades por infração cometida no exercício de suas atribuições ou prevalecendo-se delas.

Continua

Conclusão

- Alteração no Regimento da Procuradoria Geral do Estado, alicerçada no enxugamento da estrutura orgânica da PGE, a integração funcional entre as diversas Unidades e a interação entre os respectivos agentes, garantindo, assim, a coerência das ações administrativas e a celeridade da tramitação dos processos.
- Instituição do Programa Clube de Desconto do Servidor, voltado para a valorização do servidor público, com o intuito de proporcionar a aquisição de produtos e serviços com descontos em diversas empresas privadas.
- Instituição do Núcleo de Moderadores do Estado da Bahia, com base na necessidade de um grupo intersetorial de servidores públicos estaduais, previamente capacitados para exercerem a atividade de moderação em conferências realizadas com a sociedade civil e promovidas pelo Governo do Estado.
- Aprovação do Regimento da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - Sucab.

PLANO DIRETOR DE GESTÃO DO ESTADO DA BAHIA

Visando dotar a Administração Pública de mecanismos de gestão mais eficientes e contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados, a partir do aporte de tecnologias de gestão adequadas à realidade dos órgãos, foi implementado o Plano Diretor de Gestão – PDG, tendo como características:

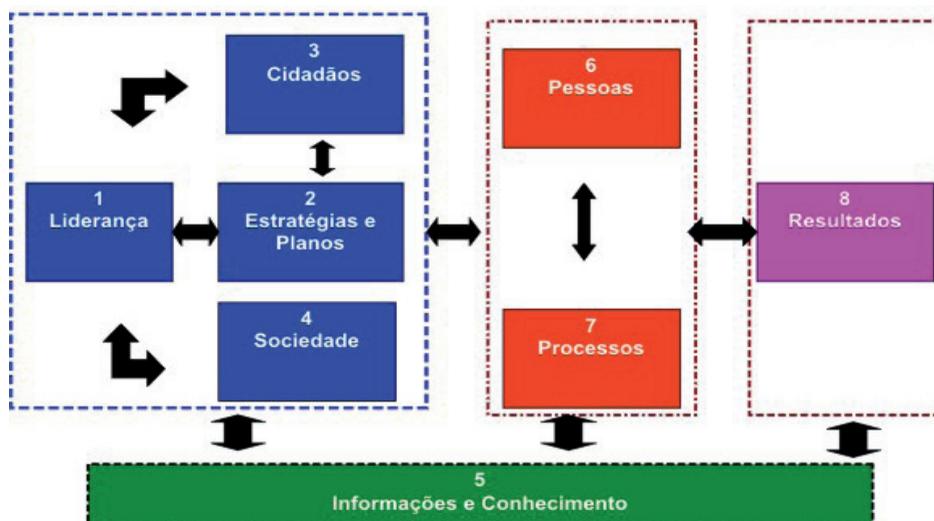
- Adoção, como referencial metodológico, do Modelo de Excelência em Gestão Pública do Programa Gespública do Governo Federal;
- Construção do processo de forma participati-

va com o comprometimento das lideranças e disseminação dos benefícios esperados, tanto para organização quanto para o cidadão-usuário dos serviços;

- Disseminação de tecnologias de gestão adequadas à realidade de cada organização.

Com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública, a própria organização realiza o diagnóstico do seu sistema de gestão, identificando boas práticas e priorizando oportunidades de melhoria, sempre com foco no atendimento às necessidades do cidadão-usuário.

Modelo de Excelência em Gestão Pública

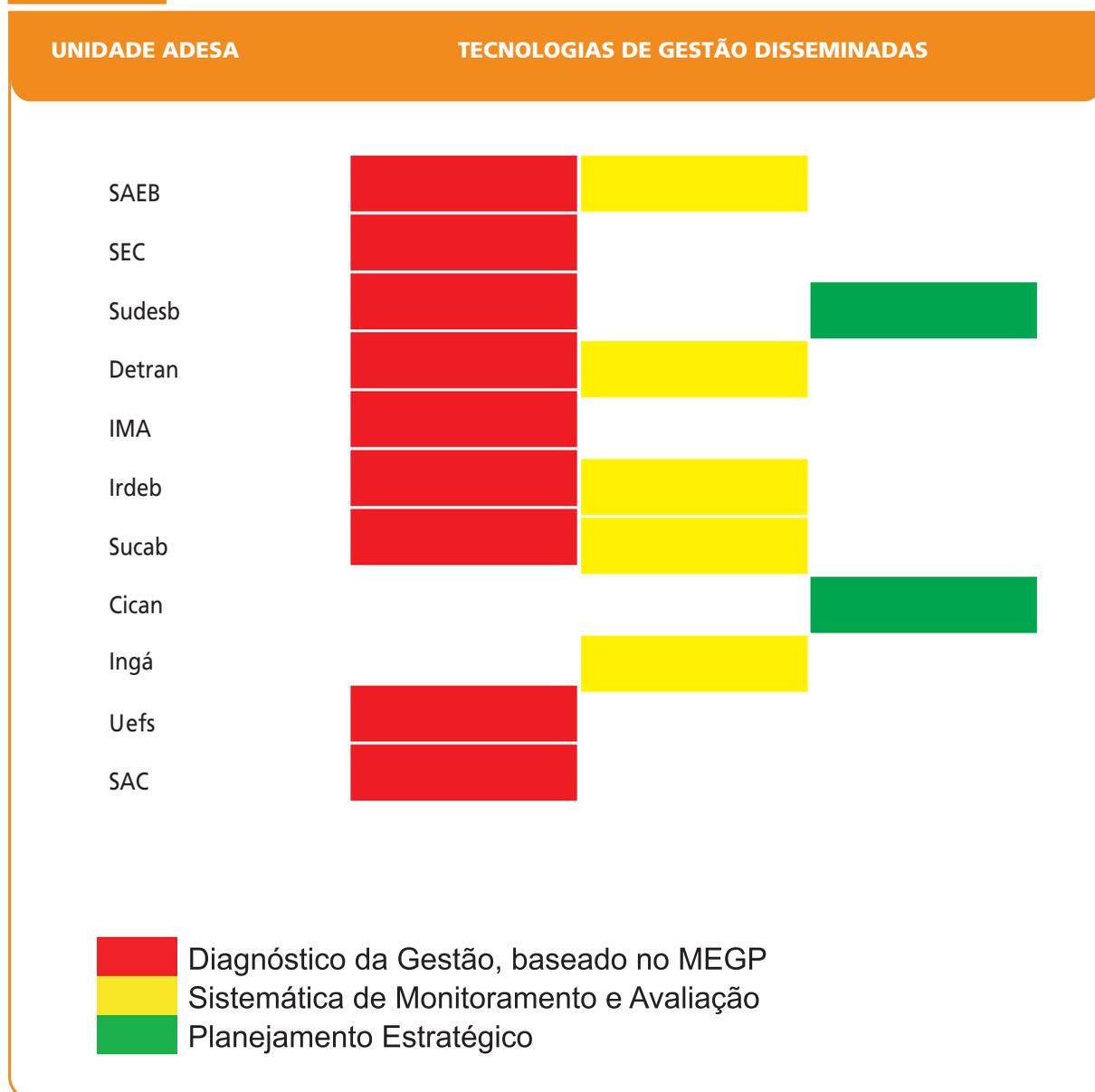


A implementação do PDG nos órgãos e entidades da administração pública do Estado da Bahia ocorrerá de forma gradual e contínua, seguindo uma ordem de prioridade fundamentada em critérios pré-estabelecidos: porte e natureza das secretarias, iniciando nas de menor porte e nas

finalísticas; prioridade do Governo; e iniciativas de modernização e demanda da setorial. Em 2009, através da mobilização das organizações e dirigentes públicos, o Plano foi implementado em 11 entidades públicas, conforme demonstrado no Quadro 16.

QUADRO 16

UNIDADES PÚBLICAS QUE ADERIRAM ÀS TECNOLOGIAS DE GESTÃO BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

O alcance do êxito na implementação das melhorias de gestão está vinculado a:

- Comprometimento da liderança;
- mobilização das pessoas envolvidas;
- disponibilização de tecnologias de gestão adaptadas à realidade e necessidade da organização;
- estratégia de comunicação eficaz.

Objetivando aumentar a capacidade de disseminar tecnologias de gestão, será implementada, em 2010, a Rede de Consultores Internos em Tecnologias de Gestão, formada por servidores públicos selecionados e capacitados com vistas a torná-los capazes de disseminar soluções em gestão pública. Outra iniciativa prevista será disponibilizar às organizações, em ambiente *web*, o Banco de Práticas de Gestão, compêndio com as práticas exitosas implementadas pelos órgãos estaduais.

COMPROMISSO BAHIA

O Governo do Estado lançou, em 2007, o Programa Compromisso Bahia, tendo a ambiciosa meta de economizar, até o ano de 2010, cerca de R\$ 500 milhões, com o aperfeiçoamento da gestão nas áreas de custeio, licitações e recursos humanos. O objetivo central é qualificar o gasto público através de ações que contribuam para o corte de desperdício, fundamental para a expansão dos serviços prestados ao cidadão.

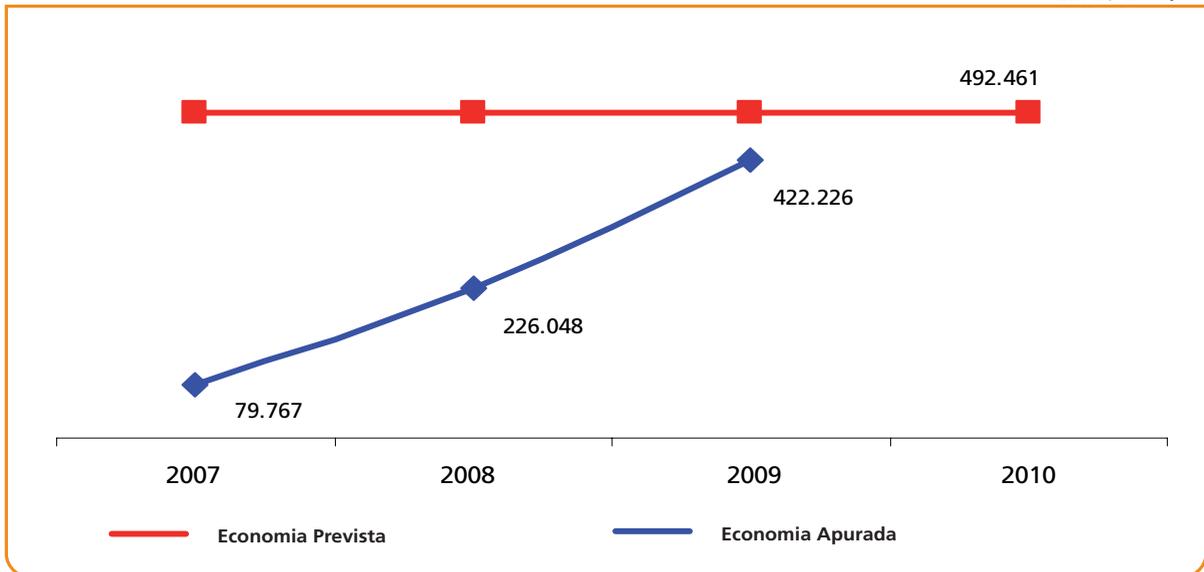


Para gerenciar o Programa, foi instituído, na SAEB, o Escritório da Qualidade do Gasto Público, com atuação sistêmica, que monitora e avalia as ações adotadas para a qualificação do gasto na administração estadual. O Gráfico 32, demonstra as metas pretendidas.

GRÁFICO 32

PROGRAMA COMPROMISSO BAHIA - ECONOMIA APURADA BAHIA, 2007-2009*

EM R\$ 1.000,00



Fonte: SAEB

*Dados até novembro

R\$ 422 milhões economizados

Trata-se de um programa de adesão onde as unidades interessadas em participar assinam um Protocolo de Intenções com a SAEB, no qual se comprometem a desenvolver uma série de ações

parametrizadas, tendo como foco a racionalização dos gastos. Já aderiram ao Programa 22 órgãos e seis entidades.

PROGRAMA COMPROMISSO BAHIA - PRINCIPAIS MEDIDAS ADOTADAS

- Dinamização da compra de produtos e serviços através de Pregão Eletrônico;
- Aquisição centralizada de veículos;
- Abastecimento da frota de veículo com álcool combustível quando a relação álcool / gasolina for até R\$ 0,70;
- Racionalização do uso de água, telefonia e serviços postais;
- Revisão dos contratos de fornecimento de energia de alta tensão;
- Utilização em larga escala do Sistema de Registro de Preço;
- Uso de medicamentos genéricos nos atendimentos do Planserv;
- Novos contratos de serviços terceirizados;
- Controle sistêmico da folha de pagamento, eliminando despesas com:
 - Servidores falecidos não retirados de folha;
 - Servidores recebendo créditos sem embasamento legal;
 - Servidores recebendo, cumulativamente, adicionais de insalubridade e periculosidade;
 - Servidores com crédito do abono de permanência sem previsão legal;
 - Acumulação ilegal de cargo;
 - Acumulação com excesso de carga horária.

O Programa Compromisso Bahia tem como suporte o Projeto "Atitude Positiva", voltado para capacitação, instrumentalização e sensibilização do servidor, entendendo ser ele peça fundamental na mudança de cultura organizacional, garantindo, dessa forma, a sustentabilidade do programa. Em 2008, foram capacitadas 13.306 pessoas em 117 cursos, conferências, oficinas e seminários oferecidos pelas áreas sistêmicas da SAEB e, de janeiro a novembro de 2009, 7.495 participaram de 317 eventos.

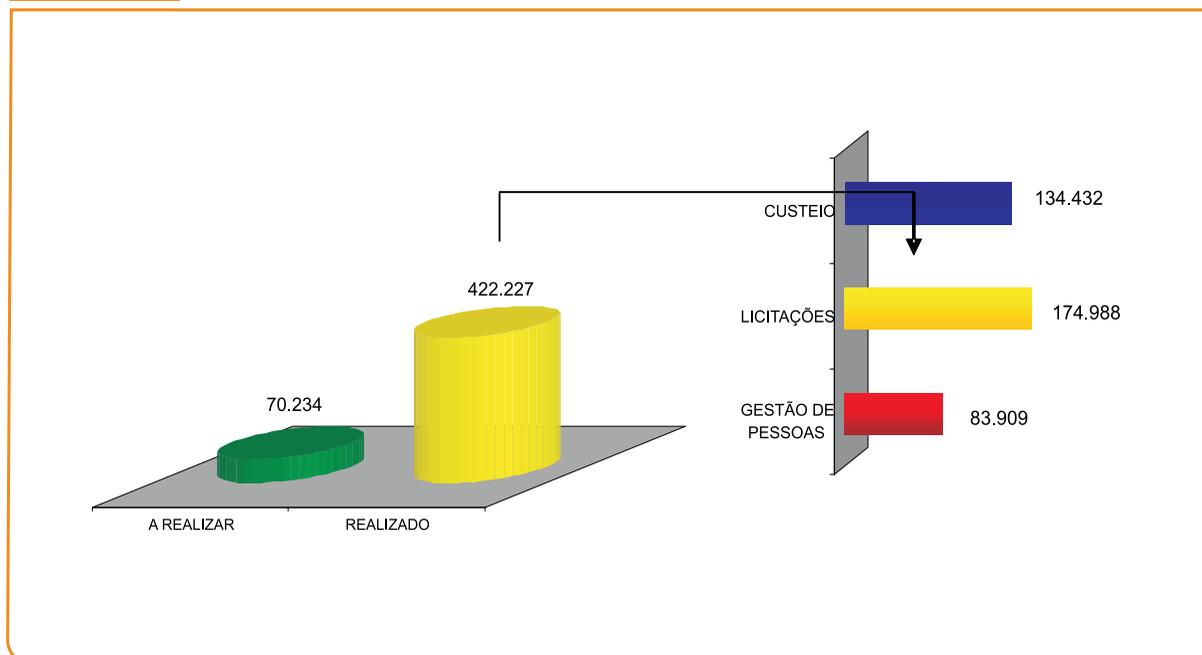
Além da capacitação, o Projeto Atitude Positiva possui, também, um plano de comunicação com-

posto de: um *site* (www.saeb.ba.gov.br/compromisso); guias impressos de boas práticas do gestor e do servidor, que foram distribuídos para todos os órgãos e entidades; enquete de autoavaliação quanto ao uso dos recursos materiais e ambientais disponibilizada na *internet*, que contabilizou 1.478 acessos no período entre agosto e dezembro de 2009; uma esquete teatral e o Prêmio de Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público, criado para valorizar idéias que contribuam para uma melhor qualidade do serviço público. O Gráfico 33, discrimina a economia realizada no período 2007-2009, e o quanto ainda deve economizar para atingir a meta estipulada para 2010.

GRÁFICO 33

**ECONOMIA REALIZADA E A REALIZAR
BAHIA, 2007- 2009***

(Em R\$ 1.000,00)



Fonte: SAEB
*Dados até novembro

A meta do Compromisso Bahia é economizar no período 2007 a 2010, o equivalente a R\$ 492,5 milhões em custeio, licitação e pessoal. Até novembro de 2009, foi alcançado o valor de R\$ 422,2 milhões, cerca de 86% da meta prevista, conforme apresentado na Tabela 21.

Em decorrência das ações implementadas, desde 2007, no âmbito do Programa, foi possível realizar diversos investimentos com o recurso economizado, a exemplo do plano de carreira de diversas categorias, concurso para admissão de soldados para a Polícia Militar e melhorias no atendimento do Planserv.

TABELA 21

**ECONOMIA APURADA
BAHIA, 2007-2009***

(Em R\$1.000,00)

ÁREA DE ATUAÇÃO	ECONOMIA PREVISTA E APURADA					REALIZAÇÃO (%)	
	PREVISTO	2007	2008	2009 (ATÉ NOVEMBRO)	TOTAL (2007 A 2009)*	SOBRE A META 2010	SOBRE O TOTAL REALIZADO
	2007 -2010						
Gestão de Pessoas	122.461	22.409	29.837	39.805	92.051	18,7	21,8
Licitações	220.000	45.758	37.562	91.668	174.988	35,5	41,4
Custeio	150.000	11.600	78.882	64.705	155.188	31,5	36,8
TOTAL	492.461	79.767	146.281	196.178	422.227	85,7	100,0

Fonte: SAEB
*Dados até novembro

Uso Racional e Conservação da Água em Prédios Públicos

Este Programa vem sendo executado pelo Governo do Estado desde 2008, em parceria com a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. – Embasa, Rede de Tecnologias Limpas e Minimização de Resíduos – TECLIM da Universidade Federal da Bahia – Ufba e a Secretaria da Administração – SAEB.

Em 2008, o programa foi implantado no prédio sede da Embasa, obtendo-se uma redução do consumo de água em torno de 30%. Em 2009, o mesmo programa está em fase inicial de implantação na Cerb.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – CLAD



A Bahia sediou, entre os dias 27 e 30 de outubro de 2009, um dos maiores eventos de gestão pública da América Latina, o Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para

o Desenvolvimento – Clad, onde estiveram reunidas mais de duas mil pessoas, entre representantes de governos latinoamericanos e estudiosos da administração pública.

O evento foi organizado pelo Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – Ciiiap, que é fruto de uma parceria entre o governo baiano e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Undesa, organismo vinculado às Nações Unidas.

Participaram do evento autoridades governamentais, acadêmicos, representantes do terceiro setor e da iniciativa privada, estudantes e funcionários públicos interessados em inovações e experiências na administração pública de países ibero-americanos. Além de conferências plenárias e painéis, ocorreram também apresentações de livros sobre gestão pública.

Foram discutidos temas de suma importância para o aperfeiçoamento da gestão, a exemplo de: capacidade para governar o futuro através do processo de formação das políticas públicas; enfoque interdisciplinar e coordenação intersetorial na gestão de uma administração pública complexa; a busca da excelência no serviço público, através da gestão da qualidade e da gestão para resultados de desenvolvimento.

O Congresso possibilitou uma avaliação mais profunda da realidade dos diversos países partícipes,

CLAD: PAINÉIS APRESENTADOS – GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

- Ações de Valorização do Servidor no Estado da Bahia
- Perspectivas, Desafios e Innovaciones em la Gestión Pública
- Inovações na Gestão do Capital Humano Rumo à Flexibilização da Gestão de Pessoas
- Políticas Públicas de Inclusion Digital em Latino América
- Agenda do Trabalho Decente: Integração, Articulação e Desafios do Mundo do Trabalho

promovendo um intercâmbio capaz de produzir conhecimentos voltados à modernização da administração pública e à reforma do Estado. A troca de experiências em um congresso como o Clad contribuiu para uma melhor gestão nos diversos setores da Administração Pública, gerando melhoria na qualidade dos gastos públicos e melhores serviços prestados aos cidadãos, tornando-se, assim, um fator de transformação da sociedade.

O evento contribuiu, portanto, para que o Ciiiap aprofundasse ainda mais o seu papel, que é o de intercambiar inovações relacionadas aos modelos de gestão. O fato de o Congresso ter acontecido em nosso Estado traz a confirmação da inserção da Bahia na busca da excelência na gestão e na profissionalização do servidor público, já que tem procurado ampliar e melhorar os serviços prestados à população, desenvolvendo políticas públicas capazes de diminuir as profundas desigualdades sociais, e essas políticas estiveram delineadas, em parte, nos painéis do governo baiano apresentados durante o Congresso.

PROGRAMA ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS



As transformações que vêm acontecendo, a pressão da sociedade por serviços de melhor qualidade e a necessidade do Estado concentrar seus esforços naquelas atividades que não podem ser exercidas por outro ente direcionam o setor público para a busca de modelos modernos e eficientes de ges-

tão organizacional, que fortaleçam parcerias com o setor privado e lhe transfira responsabilidade na prestação de serviços à população.

Nesse sentido, o Governo da Bahia instituiu o Programa Estadual de Organizações Sociais, cuja finalidade é fomentar, em articulação com os órgãos e entidades do Estado e com a sociedade civil organizada, o estabelecimento de parcerias destinadas à implantação e/ou gestão de serviços e atividades de interesse público.

Em 2009, o Programa foi ampliado com a assinatura de cinco novos contratos de gestão, quatro deles na área da saúde, e um na área da cultura, representando um marco importante para o Programa, visto que foi a primeira publicização de serviço nesta área na Bahia. Esses contratos foram celebrados para o gerenciamento das unidades Hospitalares de Juazeiro, Regional de Castro Alves, Regional de Santo Antônio de Jesus e São Jorge, em Salvador; além dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Projeto Neojibá.

Sinalizando a expansão do Programa, foram autorizadas pelo Conselho de Gestão das Organizações Sociais – Congeos as publicizações de mais sete serviços públicos: Parque Tecnológico de Salvador – Tecnobahia, Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde da Bahia – Unasus, Hospital Estadual da Criança, Hospital de Itaparica, Hospital Nair Alves, Serviço de Internação Hospitalar e Complexo Cirúrgico do Hospital Clériston Andrade.

Também em 2009, outras três novas entidades foram qualificadas como organizações sociais, nas áreas de ensino, cultura, saúde, agricultura, meio ambiente e assistência social, totalizando 35 entidades que detêm a titularidade, tornando-se aptas, desde que vencido processo de seleção, a assinar contrato de gestão com o Poder Público. Mais quatro entidades tiveram o pedido de qualificação autorizado pelo Congeos e estão aguardando a emissão do decreto que lhe conferirão a titularidade de Organização Social.

Atualmente, o Governo da Bahia possui 13 contratos de gestão celebrados com organizações sociais nas áreas de educação profissional, cultura, saúde e agricultura, conforme demonstrado no Quadro 17.

Para aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, foi concebido, em 2009, o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Estadual de Organizações Sociais e dos

Contratos de Gestão. A sistemática será implementada até o primeiro semestre de 2010, através de projeto piloto nas secretarias setoriais e tem como objetivo padronizar o monitoramento dos contratos, adotando uma metodologia unificada.

QUADRO 17

**CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES
BAHIA, 2009**

ÁREA	UNIDADE COM SERVIÇO/ATIVIDADE PUBLICIZADA	ORGANIZAÇÃO SOCIAL GESTORA	MUNICÍPIO
Educação Profissionalizante	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - Ceteb	Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - Asceteb	Feira de Santana
Agricultura	Biofábrica de Cacau	Instituto Biofábrica de Cacau	Ilhéus
Cultura	Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia - Projeto Neojibá.	Associação Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis e do Projeto Neojibá	Salvador
Saúde	Hospital Santa Tereza	Fundação José Silveira	Ribeira do Pombal
	Maternidade de Referência Prof. José Maria de Magalhães Netto	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	Salvador
	Hospital Dantas Bião	Centro Ítalo-Brasileiro de Promoção Sanitária - Monte Tabor	Alagoinhas
	Hospital Dep. Luís Eduardo Magalhães		Porto Seguro
	Hospital do Oeste	Associação Obras Sociais Irmã Dulce-Osid	Barreiras
	Hospital São Jorge		Salvador
	Hospital Eurídice Santana		Santa Rita de Cássia
	Hospital de Juazeiro	Instituto Materno-Infantil Prof. Fernando Figueira	Juazeiro
	Hospital Regional de Castro Alves	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves	Castro Alves
Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus	Instituto Fernando Figueira	Santo Antônio de Jesus	

Fonte: SAEB

Em razão da necessidade de adequar a legislação de Organizações Sociais à operacionalização do Programa, foi desenvolvida uma proposta de alteração à Lei n.º 8.647/03, elaborada por grupo técnico formado por profissionais das mais diversas áreas de atuação

do Estado. O objetivo da mudança é dar celeridade ao processo de seleção da organização social e aprimorar o sistema de fiscalização na execução do contrato. O Quadro 18 apresenta um resumo das principais alterações propostas.

QUADRO 18 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS BAHIA, 2009

	LEI Nº 8.647/2003	PROPOSTA
Prazo Contratual	Não prevê prazo contratual. Uso subsidiário da Lei de Licitações (prazo máximo: cinco anos)	Duração Inicial: <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo: dois anos • Máximo: cinco anos (Possibilidade de prorrogação por igual período, não podendo exceder dez anos);
Monitoramento e Avaliação	Não dispõe de capítulo específico sobre o Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão	Inclui capítulo sobre M&A de forma detalhada; Contratos de Gestão avaliados com base em Sistemática Padrão validada pelo Congeos;
Composição do Congeos	Composição atual: <ul style="list-style-type: none"> - Secretário da Administração - Representantes das Secretarias com serviço publicizado; - Até seis representantes da Sociedade Civil; 	Inclusão de novos representantes: <ul style="list-style-type: none"> - Procurador do Estado - Representante das OS - Paridade de representantes (Sociedade Civil / Secretarias)
Processo de Qualificação	Início do processo através de requerimento dirigido à Secretaria da área correlata ao objeto do estatuto da entidade e posterior encaminhamento à SAEB.	Processo mais célere através da centralização do processo na SAEB (A entidade indicará no máximo duas áreas a que pretende a qualificação)

Fonte: SAEB

SISTEMAS CORPORATIVOS

Diante da necessidade contínua de desenvolver novas ferramentas de gestão, como também dar agilidade às rotinas administrativas já implementadas, o Governo da Bahia, através da SAEB, em 2009, deu continuidade no planejamento e desenvolvimento de projetos de sistemas corporativos que são utilizados pelos órgãos da Administração Pública para aquisição de material, contratação de serviços, gestão do patrimônio e melhoria dos seus processos.

Gestão das Contas de Consumo

Através do Sistema de Contas de Consumo, cedido pelo Governo do Mato Grosso do Sul, foi possível aperfeiçoar o controle das contas de água, energia

e telefonia. Além do controle efetivo, o pagamento será realizado de forma automatizada e integrado ao Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof. A ferramenta está em adaptação às necessidades do Estado da Bahia e, após a sua implantação, será possível obter uma gestão mais eficiente das contas públicas, além de possibilitar a redução de pagamentos atrasados ou indevidos. A primeira etapa, contemplando as contas de água, estará disponível no primeiro trimestre de 2010.

Sistema Integrado de Protocolo

Visando unificar os sistemas de protocolos utilizados na Administração Pública, em consonância com diretriz do Governo Estadual de padronizar e compartilhar as soluções de TI entre os órgãos do Estado, foi desenvolvido o Sistema Integrado de Protocolo – SIPBA. Iniciado

em 2008, foi concluído em 2009, promovendo maior controle e transparência à tramitação dos documentos do Governo do Estado, além de reduzir o custo com desenvolvimento e manutenção de diversos sistemas com o mesmo objetivo. Atualmente, encontra-se em teste na Companhia de Processamento de Dados da Bahia – Prodeb e SAEB para, posteriormente, ser disseminado para os demais órgãos.

Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços

Em razão de ter sido concebido há dez anos, o Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas, ferramenta utilizada para o gerenciamento dos processos de aquisição, catalogação, distribuição e controle de material, serviços e bens patrimoniais, encontrava-se ultrapassado, resultando em interrupções diárias durante a sua utilização.

Foram efetuadas, em 2009, melhorias no *software* e no banco de dados; avaliação das consultas e relatórios; inclusões no banco de dados e avaliação dos *links*, na SAEB e em algumas unidades, necessárias para o bom funcionamento do sistema. Como resultado, o sistema atualmente executa suas funções com agilidade e sem interrupções.

Sistema de Administração de Patrimônio

Utilizado para o gerenciamento físico e financeiro dos bens permanentes das unidades administrativas do Estado, o Sistema de Administração de Patrimônio teve, em 2009, a versão *web* customizada para atender as demandas das unidades indiretas, realizando a migração de suas bases e permitindo o cancelamento dos contratos de manutenção. Essas alterações resultaram em uma economia de R\$ 225 mil anuais, como também a consolidação das informações, permitindo, assim, uma gestão mais eficaz sobre o patrimônio do Estado.

MIGRAÇÃO PARA SOFTWARE LIVRE

Desde 2008, a SAEB vem ampliando a utilização de *softwares* livres e reduzindo seus gastos com licenças, sem perder a qualidade na elaboração de seus trabalhos. Para a adoção dos *softwares*, é realizada uma avaliação de aderência às necessidades das áreas usuárias e, somente assim, é traçado um plano de trabalho para a migração.

Gradativamente, estão sendo utilizados *softwares* para banco de dados, *firewall*, monitoramento de rede, inventário, servidor *web*, servidor de *File Transfer Protocol – FTP* e servidor arquivos, além do pacote *Office*, navegador de *internet*, compactador e ferramenta de aplicações gráficas.

TECNOLOGIAS DE GESTÃO

Em 2009, foi iniciada a fase de disseminação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos, através da capacitação das três primeiras turmas e da monitoria dos projetos piloto dos respectivos participantes. O programa de capacitação abrange vários órgãos da Administração Pública e pretende preparar seus servidores para implantar essa tecnologia de gestão nos projetos sob sua responsabilidade. Também com o foco de padronização e otimização da utilização dos recursos, foi formatada a Metodologia de Análise de Aderência de Sistemas, concebida com o objetivo de uniformizar os procedimentos para analisar e selecionar soluções de TI no âmbito da Administração Pública Estadual. O processo de disseminação tem consistido na realização de apresentações e consultorias.

BASE DE DADOS CORPORATIVA DO ESTADO

O projeto de construção da Base de Dados Corporativa do Estado da Bahia – BDCE teve um grande avanço em 2009, com a conclusão da disponibilização dos módulos prioritários (Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Unidades Organizacionais), que já estão sendo utilizados por diversos sistemas. A BDCE objetiva disponibilizar uma base integrada com os dados corporativos, que poderão ser utilizados de forma centralizada, evitando as redundâncias dessas informações nos diversos sistemas do Estado e reduzindo os custos com o armazenamento. Dentre os próximos passos, está o desenvolvimento dos módulos complementares (endereçoamento, municípios, bancos, agências, indicadores econômicos).

MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFOVIA CAB

A nova Rede Multiserviços Infovia CAB, inaugurada em junho de 2007, permitiu a ampliação da velocidade de acessos de 155 *Megabyte* - Mbps para um *Gigabyte* - Gbps e adotou como modelo o conceito de Redes Metropolitanas (*metro ethernet network*). O projeto foi resultado do investimento de R\$ 2,8

milhões e constitui em um importante passo para o projeto de Governo Eletrônico, que tem como princípio a interação do Governo com o cidadão.

A modernização da tecnologia possibilita a integração de dados, voz, áudio, imagem e vídeo, elementos mais utilizados no provimento de serviços e que agregam valores como produtividade, qualidade e relação custo-benefício.

Garantia de Acessibilidade à Rede

Em 2009, foi adquirida uma solução tecnológica para garantia da Acessibilidade dos Órgãos localizados no CAB. A solução de contingência se dará com a utilização de *links* de rádio, cujo projeto contempla a instalação de uma estação fixa na Companhia de Processamento de Dados da Bahia – Prodeb, cobrindo a área do CAB e de rádios móveis, nas pontas remotas (órgãos), fechando um enlace provisório de contingência em atendimento às eventuais interrupções dos *links* ópticos da Infovia CAB.

Além dos *links* de rádio de contingência, foi adquirido, também, um par de rádios de longo alcance que possibilita as transmissões de eventos realizados na Região Metropolitana de Salvador, demandadas pelos órgãos estaduais, provendo o acesso à *internet*, sistemas corporativos hospedados no Data Center Prodeb e demais serviços que necessitam transmissões *on-line*, a exemplo, do jogo da Seleção Brasileira de Futebol no Estádio de Pituçu.

Expansão da Infovia CAB

Em julho de 2009 foi iniciada a 1ª etapa do Projeto de Expansão da Infovia CAB, com a implantação de 106km de infraestrutura óptica da Rede Metropolitana de Salvador, que interligará unidades que se localizam fora da área do CAB, substituindo a atual Rede Governo. A 2ª etapa do Projeto, com conclusão prevista para 2011, interligará mais 44 unidades à mesma Rede. Atualmente, a Infovia CAB é composta de 30km de fibras ópticas, atendendo 32 unidades localizadas no CAB.

EXPRESSO.BA

O Expresso.BA é uma ferramenta desenvolvida em *software* livre para oferecer aos usuários um ambiente colaborativo integrado de soluções *web*. O objetivo é proporcionar um ambiente corporativo único na Administração Pública, viabilizando a inclusão digital dos servidores públicos, além de unificar e padronizar os diversos sistemas existentes no Estado.

Dentre as vantagens, pode-se destacar a padronização do *e-mail* corporativo do Estado, uma nova alternativa de inclusão digital do corpo funcional, além da redução dos gastos com aquisição e manutenção com licenças de *softwares*. De 2007 a 2009, foram implantadas 19.582 contas, em 51 Parceiros-Clientes.

MELHORIAS E IMPLEMENTAÇÕES – EXPRESSO.BA

- Expresso *Offline*;
- Mapa de disponibilidade da agenda;
- Aumento das opções para o Expresso.BA *móvil*;
- Utilização de documentação colaborativa para melhoria do “Ajuda *On-line*”
- Arquivamento Programado;
- Implantação da versão 2.0 em conjunto com a Comunidade Expresso Livre (novo *layout*, utilização de certificados digitais, criptografia de *e-mails*; *Voip*, sincronismo da agenda e contatos com dispositivos móveis; anti-Robô; mensageiro instantâneo; contatos pessoais dinâmicos);
- Arquivamento local;
- ExpressoMail *Offline*;

INFORMATIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A Prodeb funciona como unidade de apoio estratégico para o desenvolvimento de soluções em tecnologia, visando o aperfeiçoamento do serviço

público. Nesse sentido, o Governo da Bahia demandou, em 2009, diversas soluções, com vistas a potencializar a atuação do Estado, quer seja na otimização dos processos internos ou aproximando o Governo do cidadão.

PRINCIPAIS PROJETOS DEMANDADOS À PRODEB

- ① Parametrização do Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados E-Car;
- ① Projeto de Modernização do Detran;
- ① Desenvolvimento de sistema informatizado para sustentar o Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – Trilha;
- ① Gestão do Projeto Ensino Médio no Campo com Mediação Tecnológica;
- ① Metodologia de Gerenciamento de Projetos;
- ① Elaboração de Projetos *Wireless* – Rede de Longa Distância sem Fio;
- ① Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan;
- ① Sistema Integrado de Protocolo;
- ① Licenciamento Integrado de Veículos;
- ① Base de Dados Corporativa;
- ① Implementação do projeto de Ensino a Distância – EAD aos processos de educação permanente dos profissionais do SUS do Estado da Bahia.

GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Para alcançar a qualidade no gasto público na área de gestão de pessoas, o Governo da Bahia, através da SAEB, instituiu mecanismos que possibilitam maior eficiência no controle e gestão da folha de pagamento, procurando, desta forma, eliminar possíveis inconsistências que incidam em desperdícios de recursos.

Recadastramento de Servidores

O Decreto nº 10.398/07 prevê o recadastramento anual do servidor e empregado público ativo

no mês do seu aniversário. Em 2009, foi constatado sem recadastramento no Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIRH, 18 servidores ativos e 32 inativos, correspondendo a uma economia mensal de R\$ 128 mil. A projeção da suspensão do pagamento desses servidores, até o final de 2010, resultará em uma economia de R\$ 4,4 milhões.

Está em desenvolvimento um módulo no SIRH para viabilizar a atualização cadastral *on-line* dos servidores ativos, enquanto que, para os servidores inativos e pensionistas, continuará sendo necessária a apresentação física à Administração.

Validação do Quadro

O Governo da Bahia, com o objetivo de prestar um serviço de qualidade à população, como também valorizar o servidor público, elaborou o Projeto de Validação de Quadro de Pessoal, que busca confirmar a presença dos servidores públicos no efetivo exercício de suas atividades.

Em 2009, foram suspensos da folha de pagamento 30 servidores ativos que não comprovaram sua efetiva lotação e exercício funcional, representando, em valores acumulados, uma economia de R\$ 943

mil com a projeção dos pagamentos suspensos nos anos de 2009 e 2010.

Controle Sistemático da Folha de Pagamento

O Governo do Estado, dando continuidade às ações iniciadas em 2007, no que diz respeito a análise e monitoramento criterioso da folha de pagamento do Poder Executivo estadual, detectou, em 2009, o pagamento indevido de R\$ 326 mil, conforme mostra a Tabela 22, os quais estão sendo ressarcidos ao Erário com base no art. 58 da Lei n.º 6.677/94.

TABELA 22

PAGAMENTOS INDEVIDOS A SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO BAHIA, 2008-2009

EVENTO	VALOR EM R\$ 1,00	
	2008	2009
Valor do símbolo ou função	25.738	0
Vantagens incompatíveis e/ou indevidas	292.376	326.510
Cargo comissionado com opção de remuneração pela diferença	12.701	0
Diferença da Gratificação de Produtividade	12.754	0
TOTAL	343.569	326.510

Fonte: SAEB

Diante da identificação de situações irregulares e inconsistências na folha de pagamento, a SAEB vem realizando as devidas regularizações que cul-

minaram numa economia, acumulada desde 2007, de cerca de R\$ 60,5 milhões, como pode ser observado na Tabela 23.

TABELA 23

ECONOMIA NAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO BAHIA, 2008-2009

CONTROLE SISTEMÁTICO DA FOLHA DE PAGAMENTO		VALOR (R\$ 1,00)		
		2007	2008	2009
Servidores	Já falecidos, que por motivos diversos não foram retirados de folha anteriormente	2.757.181	5.470.733	5.768.677
Servidores	Recebendo créditos inconsistentes ou sem embasamento legal	2.872.857	9.843.705	10.017.528

Continua

Conclusão da Tabela 23

Servidores	Percebendo, cumulativamente, adicionais de insalubridade e periculosidade	229.804	57.451	0
Servidores	Com crédito do abono de permanência sem previsão legal	1.138.783	0	0
Acumulação	Illegal de cargo	1.022.723	198.552	198.552
	Com excesso de carga horária	267.896	0	0
TOTAL (A)		8.289.244	15.570.441	15.984.757
VALIDAÇÃO DO QUADRO				
Suspensão de pagamento a servidores ativos que não fizeram a validação de quadro		267.062	159.847	539.118
TOTAL (B)		267.062	159.847	539.118
CONCESSÃO DE BENEFÍCIO				
Aplicação rigorosa dos critérios médicos e legais, concernentes à avaliação e concessão dos benefícios previstos no Estatuto do Servidor		5.705.668	1.561.330	625.931
Readaptação funcional de Servidores ativos		1.114.161	1.056.529	128.112
TOTAL (C)		6.819.829	2.617.859	754.043
RECADASTRAMENTO				
Suspensão de pagamento a servidores	Ativos que não realizaram o recadastramento	0	81.817	66.720
	Inativos que não realizaram o recadastramento	0	2.969.569	3.452.798
Operação REDA		0	0	1.796.553
TOTAL (D)		0	3.051.386	5.316.071
AÇÕES CORREICIONAIS				
Operação INSS		0	0	1.138.172
TOTAL (E)		0	0	1.138.172
TOTAL (A + B + C + D + E)		15.376.136	21.399.533	23.732.161

Fonte: SAEB

Parceria com Outros Entes da Federação

Em 2009, foram celebrados convênios de cooperação com instituições de outras esferas de Governo, a exemplo do Ministério da Previdência Social – MPS e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, com o objetivo de identificar servidores que acumulam ilegalmente cargos públicos ou estão de licença médica no Estado, trabalhando normalmente em outra esfera ou na iniciativa privada.

Como resultado do cruzamento de dados entre o SIRH e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape, foram identificados 1.284 casos, que foram analisados pelo Grupo de Controle da Folha de Pagamento, conforme detalhado na Tabela 24. Dessa análise, 132 servidores foram exonerados ou demitidos.

TABELA 24

CRUZAMENTO DE DADOS SOBRE SITUAÇÃO FUNCIONAL - CONVÊNIO SAEB x MPOG BAHIA, 2009

RELATÓRIO		Nº DE CASOS
Servidores com mesmo CPF	Aposentados	573
	Com dedicação exclusiva	145
	Com mais de dois cargos	115
	Com indícios de acumulação	382
	Com situação de cedido	59
Servidores diferentes com mesmo CPF	-	10
TOTAL		1.284

Fonte: SAEB

Com o objetivo de criar novos caminhos para identificação de possíveis irregularidades e inconsistências no pagamento de servidores, no início do ano de 2007, a SAEB firmou parceria com a Auditoria Geral do Estado – AGE, que, juntas, desenvolve-

ram algumas ações pontuais de auditoria na Folha de Pagamento do Estado. Como fruto dessa parceria, foram adotadas as medidas discriminadas no Quadro 19 para corrigir as inconsistências nas investigações.

QUADRO 19

AUDITORIA AGE/SAEB BAHIA, 2009

TÓPICOS ANALISADOS	AÇÕES REALIZADAS
Acumulação Ilegal de Cargos	- 54 casos foram identificados, 39 correspondem a acumulação ilegal, sendo que desses, sete casos serão encaminhados à Controladoria Geral do Estado - CGR para a adoção das medidas cabíveis;
Acumulação com carga horária excedendo o limite permitido por lei e outros casos de acumulação indevida	- Encaminhamento à PGE de solicitação de Parecer Sistemico para posterior envio dos 90 casos apurados em 2008 para a CGR;
Ressarcimento ao Erário de valores pagos aos servidores falecidos suspensos de folha em 2007	- Constituição de Processo Administrativo contemplando os 210 casos de suspensão de pagamento apurados em 2007, tendo sido encaminhado, a CGR para providências cabíveis;

Fonte: SAEB

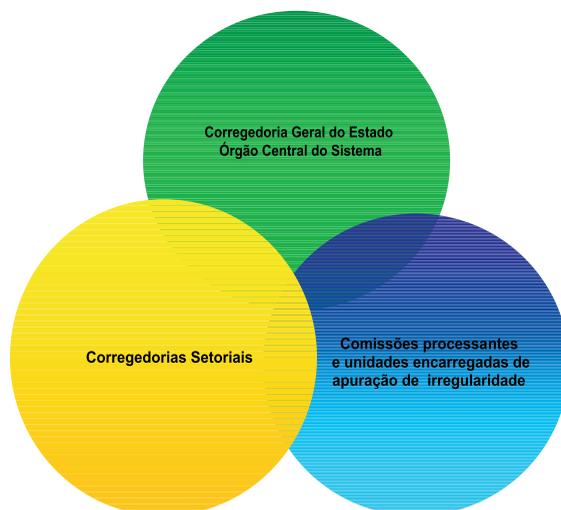
Contratação de Auditoria Externa

Com o objetivo de garantir fidedignidade das informações de servidores ativos e inativos do Poder Executivo e dos pensionistas, o Governo da Bahia visa contratar empresa com habilitação técnica para realizar auditoria externa na folha de pagamento do Estado. Os trabalhos serão realizados através de revisão dos dados constantes no SIRH, nos prontuários dos servidores e nas rotinas de cálculo adotadas, em consonância com a legislação vigente.

A auditoria externa também tem por objetivo aperfeiçoar os trabalhos executados, fornecendo subsídios técnicos que permitam à SAEB adaptar suas rotinas, normas e orientações, observando, no entanto, as peculiaridades de suas atividades.

SISTEMA DE CORREIÇÃO

Com competência para agir no âmbito do Poder Executivo, a Corregedoria Geral do Estado – CGR, Órgão Central do Sistema de Correição Estadual, criado em 2008, é a unidade responsável por exercer a vigilância sobre a conduta do servidor, a fim de evitar possíveis irregularidades vinculadas ao funcionalismo. Sua atuação visa também estimular a transparência dos atos dos servidores públicos, com o propósito de prevenir ocultação de infrações.



As atividades de correição fiscalizam o cumprimento dos princípios e das normas que regem a Administração Pública, apura as responsabilidades e aplica as sanções cabíveis, zelando pela preservação da probidade administrativa. Em 2009, foram realizadas 12 operações correicionais, discriminadas na Tabela 25, sendo inspecionados 27.312 servidores.

TABELA 25

**OPERAÇÕES CORREICIONAIS
BAHIA, 2009***

DISCRIMINAÇÃO	OBJETIVO	SERVIDORES INSPECIONADOS	RESULTADOS
Hospitais e Unidades de Emergência (Carnaval)	Verificar a frequência de profissionais de saúde em conformidade com escala de plantão	1.373	69 servidores ausentes Um servidor desconhecido
Verificação de informações funcionais e frequência	Verificar inconsistências apontadas no Relatório Final da Comissão Centralizadora da Validação de Quadro de Pessoal	660	98 servidores não validados 14 servidores desconhecidos

Continua

Conclusão do Tabela 25

Junta Médica		Verificar e monitorar a regularidade de Prazos das Licenças e Aposentadorias por Invalidez	556	413 servidores com aposentadoria simples 152 servidores com aposentadoria qualificada 36 servidores com licença médica
Prefeitura	Camaçari	Identificar servidores que possuem múltipla vinculação, acumulação de carga horária e cargos	859	465 servidores
	Feira de Santana		856	557 servidores
	Lauro de Freitas		427	319 servidores
Cruzamento de dados Ministério da Previdência Social – MPS		Comprovar o efetivo exercício do Cargo Público e/ou declarar benefício INSS	1.154	661 servidores notificados 294 servidores compareceram no prazo 97 servidores não atenderam o edital de notificação 270 servidores compareceram fora do prazo
Cruzamento de dados de nove Estados X CONSAD		Esclarecer acumulação de vínculos de cargos entre os entes estaduais	149	38 servidores notificados Dois servidores compareceram no prazo Um servidor compareceu fora do prazo 35 servidores não atenderam o edital de notificação
Consolidação das Inspeções Correicionais		Validar a lotação, situação funcional e frequência dos servidores	181	80 servidores notificados 32 servidores compareceram no prazo 48 servidores não atenderam o edital de notificação
Recadastramento Reda	Capital - Fase 1 - Presencial	Recadastrar e validar o Quadro de Servidores sob Regime Especial de Direito Administrativo – Reda	7.664	6.778 servidores recadastrados 587 distratos de servidores 515 contratos rescindidos Um servidor falecido
	Interior - Fase 2 - Presencial		3.545	3.266 servidores cadastrados 218 servidores não atenderam a notificação 61 distratos de servidores Operação realizada em sete municípios, de forma presencial
	Interior - Fase 3 - Documental		9.888	7.810 servidores notificados 6.168 servidores recadastrados 1.642 servidores não atenderam o edital de notificação Operação realizada em 404 municípios, de forma documental
TOTAL			27.312	

Fonte: SAEB

(*) Dados até novembro

A CGR instaurou, em 2009, 347 Processos Administrativos Disciplinares – PAD, desfavoráveis aos servidores lotados na SEC e SESAB, decorrentes das

operações correicionais realizadas no ano de 2008. Na Tabela 26, pode-se verificar a tipologia e operação correicional que originou esses processos.

TABELA 26

**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INSTAURADOS EM 2009
BAHIA, 2009**

TIPOLOGIA	QUANTITATIVO	MUNICÍPIO
Abandono de Cargo (decorrente da não alidação)	52	Salvador
Acúmulo de Cargo / Incompatibilidade de Carga Horária	31	Paulo Afonso
	138	Juazeiro
	126	Camaçari
TOTAL	347	

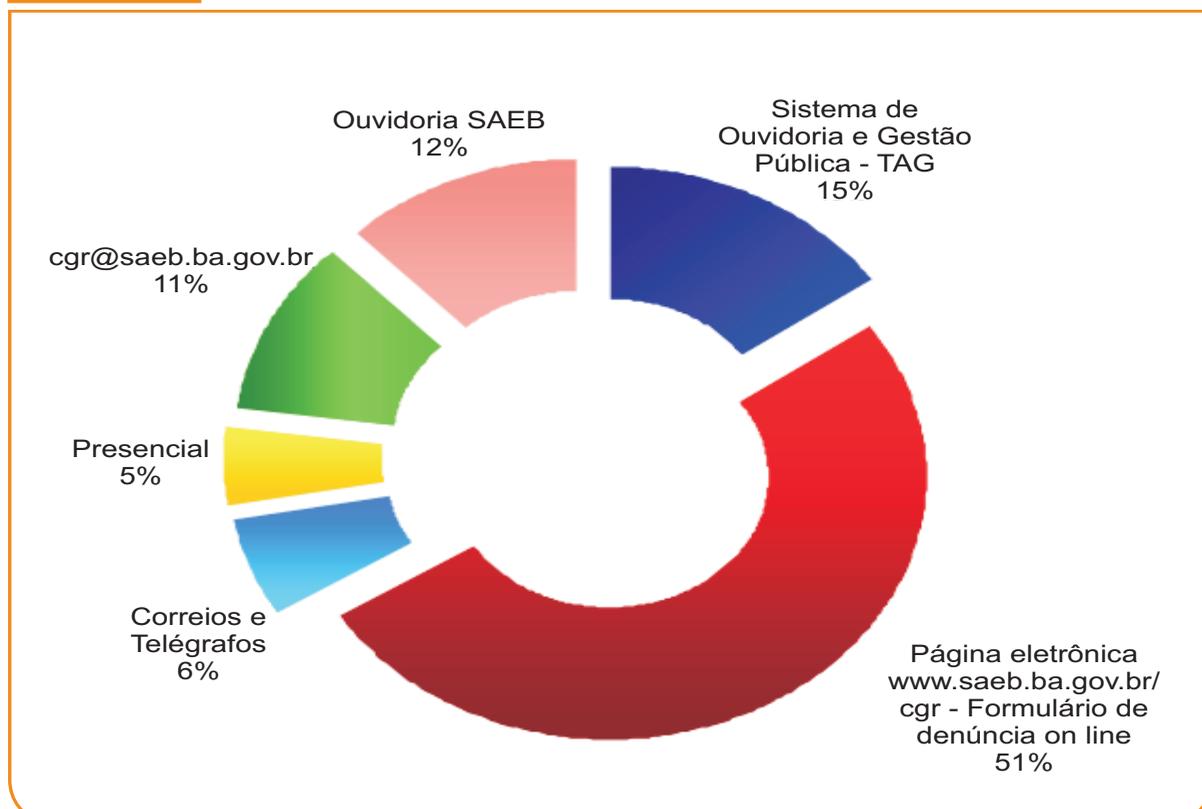
Fonte: SAEB

A CGR recebeu, em 2009, 65 denúncias, através de vários canais de comunicação com o cidadão, conforme apresentado no Gráfico 34. A identificação do denunciante não é obrigatória, porém desejável, na medida em que possibilita a eventual solução de dúvidas quanto aos fatos

apontados. Todas as denúncias recebidas foram analisadas e devidamente encaminhadas para os órgãos ou entidades aos quais os servidores estão vinculados, objetivando apuração conjunta dos fatos denunciados e posterior tomada de decisão.

GRÁFICO 34

**DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA CORREGEDORIA GERAL
BAHIA, 2009**



Fonte: SAEB

Também em 2009, foi elaborada a minuta do Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Estadual, que contempla cerca de 20 documentos que tratam sobre o assunto, objetivando inibir os desvios de condutas e consequentes prejuízos à Administração Pública. A minuta foi resultante do processo participativo dos servidores públicos estaduais por meio de videoconferência, *workshop*, oficina e *internet*.

O desenvolvimento de pessoal, em 2009, teve como foco principal a capacitação especializada para a execução das atividades correicionais, ligada à efetividade nos procedimentos e nas tomadas de decisões, onde 140 servidores foram capacitados, conforme mostra a Tabela 27.

TABELA 27

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ESPECIALIZADO DA CGR BAHIA, 2009

CAPACITAÇÃO	PÚBLICO - ALVO	PARTICIPANTES
Treinamento em Produção de Informações Estratégicas		45
Planejamento Estratégico do Sistema de Correição Estadual	Titulares e Servidores das corregedorias e instâncias correicionais	45
Introdução à Inteligência Policial		28
Curso de Processo Disciplinar	Servidores da Área Jurídica da CGR	4
Audit Command Language - ACL	Servidores da CGR	18
TOTAL		140

Fonte: SAEB

Para ampliar o alcance de atuação da Corregedoria Geral do Estado, foi disponibilizada a página eletrônica www.saeb.ba.gov/cgr, podendo ser acessada desde o mês de abril deste ano. Esta

página foi largamente utilizada para a publicação dos editais de notificação e respectivos formulários e anexos das operações correicionais.

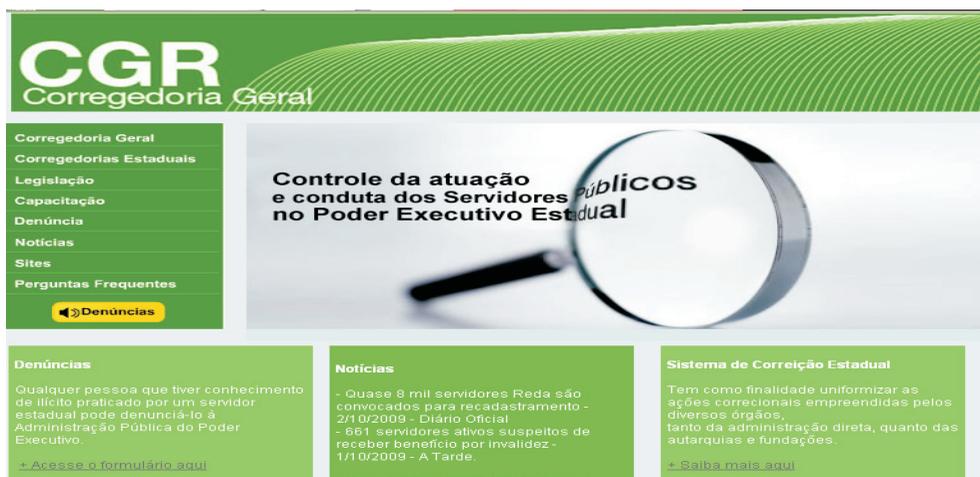


TABELA 28

**AÇÕES CORREICIONAIS REALIZADAS
BAHIA, 2008-2009**

AÇÃO CORREICIONAL	2008	2009	TOTAL
Operações correicionais	14	12	26
Servidores inspecionados	31.375	27.312	58.687
Servidores com desconformidades funcionais	4.677	779	5.456
Suspensão de pagamento pela validação	178	848	1.026
Órgãos e Entidades visitados	349	477	826
Cruzamento de dados entre o Estado da Bahia e SP, MG, DF, PE, ES, AL, SE, RN, CE.	9	9	18
Processos Instaurados	22	347	369
Exonerações, Demissões e Distratos	48	738	786
TOTAL	36.672	30.522	67.194

Fonte: SAEB

COMPRAS PÚBLICAS

A publicação do Decreto n.º 10.545/2007 estabeleceu a obrigatoriedade da utilização do Pregão Eletrônico, preferencialmente em relação às outras modalidades licitatórias, na contratação de serviços terceirizados comuns. Esta medida teve três objetivos primordiais:

- Evitar possíveis combinações entre empresas licitantes;
- Ampliar o universo de licitantes, o que amplia a

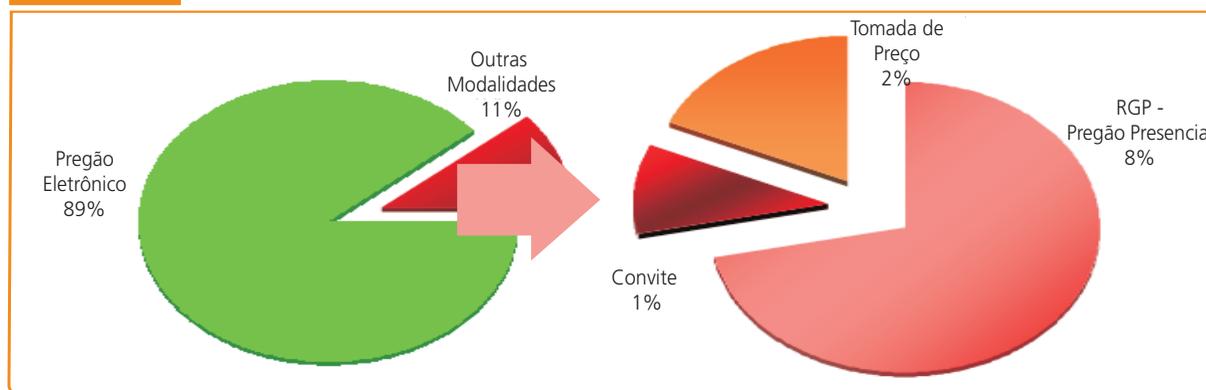
disputa e acarreta em propostas mais vantajosas para a administração;

- assegurar transparência e maior segurança nos certames.

No período de 2006 a 2009, verificou-se um aumento da utilização do Pregão Eletrônico, passando a representar, de 5% em 2006, 42% das licitações homologadas em 2007 e, em 2008, o percentual foi ampliado para 85%. Como se observa no Gráfico 35, em 2009, do total de licitações homologadas, 89% foram realizadas por Pregões Eletrônicos.

GRÁFICO 35

**LICITAÇÕES HOMOLOGADAS
BAHIA, 2009**



Fonte: SAEB

Este avanço foi possível pela profissionalização dos servidores através das capacitações oferecidas, bem como com a publicação de instrumentos normativos reguladores das atividades estatais.

Com a ampliação do uso do pregão na modalidade eletrônica, o Governo da Bahia não apenas ampliou a segurança nas contratações, como aumentou a economia gerada nas aquisições. O au-

mento da concorrência e a ampliação do rol de licitantes, tornaram evidente a redução nos preços das aquisições frente aos valores praticados no mercado.

A Tabela 29 demonstra a economia obtida nas licitações realizadas para diversos órgãos do Poder Executivo pela Comissão Central de Licitação – CCL, e homologadas pela SAEB.

TABELA 29 LICITAÇÕES HOMOLOGADAS BAHIA, 2009

MODALIDADE		QUANT	VALOR EM R\$ 1.000,00		ECONOMIA 2009	
			REFERENCIAL	HOMOLOGADO	VALOR EM R\$ 1.000,00	%
Registro de Preço	Pregão Eletrônico	67	125.767	97.668	28.099	22
	Pregão Presencial	7	18.682	12.849	5.834	31
Pregão Eletrônico	Aquisição	11	494	373	120	24
	Terceirizados	1	496	396	100	20
Tomada de Preço		2	316	283	33	11
Convite		1	12	12	0	0
TOTAL		89	145.767	111.581	34.187	23

Fonte: SAEB

Objetivando aperfeiçoar a prestação do serviço público, imprimindo celeridade, qualidade e transparência nas compras do Estado, o Governo aprimorou o rol de capacitações oferecidas, desenvolvendo novos cursos voltados para a profissio-

nalização na área de compras públicas. Em 2009, foram capacitados 868 servidores em Licitações e Noções de Contratos, Noções Básicas de Contratações Públicas, Formação de Pregoeiro e Formação de Equipe de Apoio.

CAPACITAÇÕES

- Curso Preparatório de Pregoeiros : Capacitar e atualizar servidores para atuarem como pregoeiros nas comissões de licitação;
- Noções Básicas de Contratações Públicas: Disseminar aos envolvidos nos processos de contratações públicas, os procedimentos dos processos licitatórios, suas atribuições, responsabilidades e legislação;
- Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos: Aperfeiçoamento na elaboração do Termo de Referência para indicação precisa, suficiente e clara do objeto a ser licitado;
- Análise de Editais: Orientar os servidores públicos na elaboração de Edital de licitação;
- Introdução aos Procedimentos de Contratações Públicas: Levar ao conhecimento do servidor o funcionamento do processo de compras públicas;
- Funções Específicas das Equipes de Apoio: Capacitar e atualizar servidores para atuarem como equipe de apoio às comissões.

O Governo do Estado participou, em outubro de 2009, da Feira do Empreendedor promovida pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, com o objetivo de criação de um canal para armazenar procura e oferta de bons negócios, através da apresentação de inovações

e ferramentas ao público em geral. O foco do evento é a interação de entes públicos, empresas reconhecidas e pequenos empreendedores, ampliando o universo das discussões, com apresentação de propostas e incentivo para o fomento ao mercado.

Em 2009, foram elaborados vários instrumentos visando aprimorar o processo de contratação e fiscalização dos serviços terceirizados, a exemplo de instruções de orientação aos órgãos da administração pública quanto aos procedimentos a serem adotados para contratação dos serviços de manutenção de veículos, e divulgação do preço unitário máximo de homem/hora.

Com o objetivo de reduzir a incidência de equívocos na condução dos processos licitatórios, assegurando maior segurança, transparência, eficiência e eficácia nos processos, a SAEB disponibiliza equipe especializada para esclarecimento de dúvidas no momento da realização dos certames e acompanhamento das licitações *in loco*.

GESTÃO DE CONTAS DE CONSUMO

Para monitoramento das contas de consumo, foi desenvolvida uma sistemática de controle e acompanhamento de gastos com energia elétrica, água e telefonia, com base nas informações disponibilizadas por cada concessionária, associada à implementação de sistema corporativo

para controle, acompanhamento e pagamento centralizado das contas, evitando-se encargos nos respectivos pagamentos.



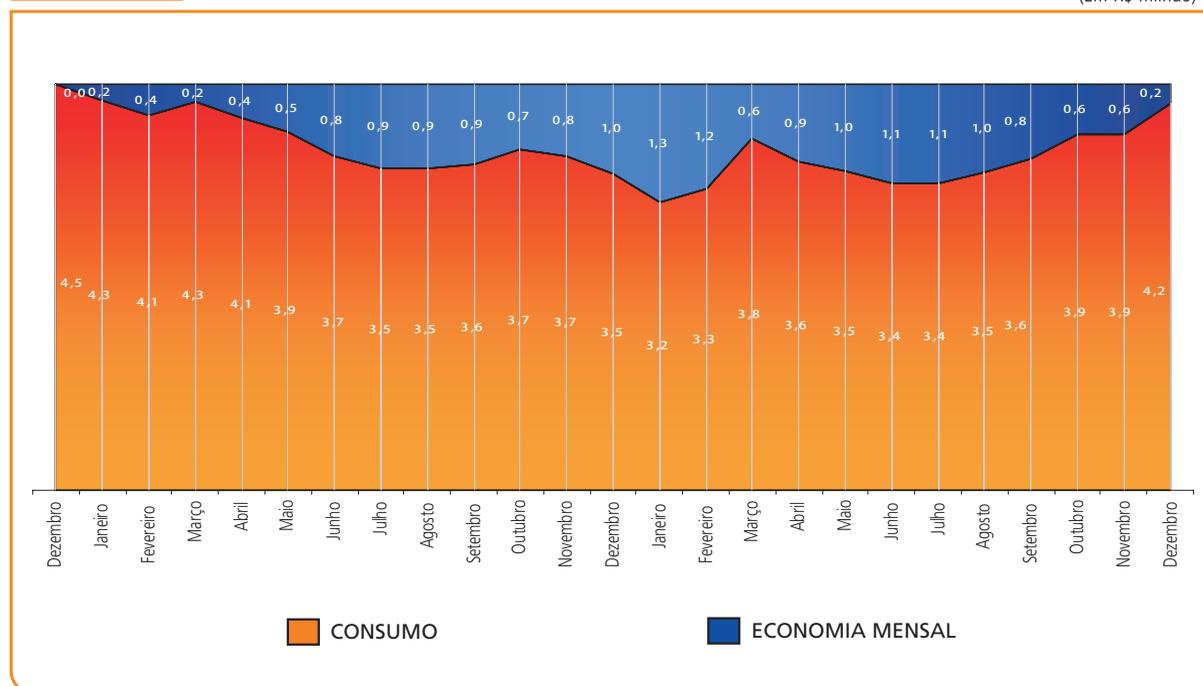
Em 2009, foi implantado o Programa de Eficiência Energética em mais cinco edificações públicas: Departamento de Estradas e Rodagens – Derba, Secretaria da Saúde – SESAB, Teatro Castro Alves e na Plataforma III e IV do CAB. Foi concluída, também, a substituição em diversas unidades da Administração, de, aproximadamente, cinco mil pontos de iluminação e 156 condicionadores de ar por outros mais econômicos, resultando numa economia mensal de R\$ 158 mil.

Como resultado das ações implementadas, a partir de 2007, na área de energia elétrica, foram economizados cerca de R\$ 17,9 milhões em 2009, cuja frequência mensal pode ser observada no Gráfico 36.

GRÁFICO 36

ECONOMIA ACUMULADA GERADA PELO PROGRAMA DE EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA
BAHIA, 2008-2009

(Em R\$ milhão)



Fonte: SAEB

Em decorrência do Convênio firmado com a Coelba em 2008, foram realizadas análises de conformidade técnica em 41 novos itens de material, que implicam em consumo de energia elétrica e compõem o Catálogo de Material do Estado.

Na área de telefonia, para alcançar a redução da despesa estabelecida na Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ/SEPLAN n.º 01, foram realizadas ações da SAEB e SEINFRA, que conseguiram reduzir em 30% os gastos com ramais de acesso à rede pública que realizam ligações para DDD, DDI e celular nas unidades do CAB. Esta iniciativa resultou na economia acumulada, no período de abril a novembro de 2009, de R\$ 1,3 milhão, tendo como referência o mês de dezembro de 2008.

GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS

Abastecimento de Veículos

Para gerenciar o abastecimento de combustível da frota de veículos em uso pelas unidades da administração estadual, o Governo da Bahia utiliza a ferramenta de gestão Controle Total da

Frota – CTF. Atualmente, o sistema monitora o abastecimento na Região Metropolitana de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro, e está prevista, para 2010, a expansão desse modelo para os demais municípios do interior do Estado.

O sistema controla o abastecimento do veículo a partir de um dispositivo eletrônico identificador instalado em cada carro da frota. No momento do abastecimento, o veículo é reconhecido, e automaticamente o gestor da frota é informado, possibilitando um melhor acompanhamento do rendimento dos veículos.

Com o intuito de otimizar os gastos, como também contribuir para a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera, o Governo do Estado determinou a utilização do álcool, sempre que o preço em relação a outros combustíveis seja mais vantajoso para a Administração.

Como consequência, observa-se um aumento de 94,8% no consumo de álcool, bem como redução de 17,6% nos gastos com gasolina em 2009, comparando-se ao ano anterior, conforme apresentado na Tabela 30.

TABELA 30

COMPARATIVO DO CONSUMO E GASTO DE COMBUSTÍVEL BAHIA, 2008-2009

ANO	COMBUSTÍVEL	MÉDIA DE VEÍCULOS ABASTECIDOS/MÊS	LITROS	R\$ 1,00
2008	Álcool	2.445	999.678	1.760.432
	Diesel		1.595.374	3.146.077
	Gasolina		5.000.331	12.600.831
	Total		7.595.383	17.507.340
2009	Álcool	2.469	1.947.786	3.430.051
	Diesel		1.621.670	3.197.933
	Gasolina		4.119.643	10.381.500
	Total		7.689.099	17.009.484
DIFERENÇA 2008-2009 (%)	Álcool		94,84	94,84
	Diesel		1,65	1,65
	Gasolina		(17,61)	(17,61)
	TOTAL		1,23	(2,84)

Fonte: SAEB

OBS: Área de cobertura: Região Metropolitana de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro

Manutenção de Frota

A fim de solucionar os problemas referentes à deficiência no acompanhamento e controle da manutenção dos veículos, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre os Governos da Bahia e do Paraná, permitindo a cessão de uso do sistema informatizado de manutenção, denominado Sistema de Manutenção de Veículos – SMV, implantado em todas as unidades da capital e Região Metropolitana de Salvador.

Para utilização do Sistema, foram capacitados 420 profissionais que atuam na área de transportes das unidades, bem como das oficinas prestadoras de serviços.

Paralelamente, foi montado um grupo de trabalho para atualização de tabela com estimativas de tempo de manutenção dos veículos automotores, que servirá de base aos gestores da frota para conferência dos orçamentos realizados pelas oficinas contratadas.

Projeto Pneus: da Compra ao Descarte

Em 2009, o Governo do Estado, através da SAEB, desenvolveu o Projeto Pneus, que estabelece o acompanhamento de todo o ciclo de utilização e destinação de pneus da frota dos veículos da administração do Estado. O objetivo é criar uma sistemática de controle da utilização desse bem desde a sua compra até o descarte.

Apesar de ser um bem de consumo, o pneu é um produto que tem um preço unitário de valor relevante e demanda um maior acompanhamento da sua utilização. Em 2008, foram adquiridos 12.500 pneus, que corresponderam a um gasto de cerca de R\$ 2,4 milhões. Aliado a uma utilização mais eficaz e em consequência da economia de recursos, o controle do descarte dos pneus não mais utilizáveis contribuirá para minimizar os impactos ambientais e melhoria da saúde pública.

Em uma iniciativa inovadora, a SAEB irá instalar, em 2010, um Ponto de Coleta de Pneus Inservíveis para os carros da frota oficial no Almoxarifado Central do Estado, onde os pneus sem condições de uso serão armazenados temporariamente para posterior coleta e destinação ambientalmente ade-

quada por uma associação constituída pelos fabricantes de pneus.

CATÁLOGO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Na busca do aprimoramento do Catálogo Geral de Materiais e Serviços, foram priorizadas ações voltadas aos itens de material, pautadas na qualidade das especificações dos itens de uso comum e na redução das inserções de itens com características semelhantes. Com isso, busca-se criar uma cultura de padronização de procedimentos frente aos gestores das unidades.

Em 2009, o Catálogo apresentou 41.913 itens ativos, conforme indicado na Tabela 31. O pequeno crescimento nos itens de serviço deve-se a análise rigorosa nas novas solicitações de composição de itens efetuadas pelas Unidades Gestoras, bem como a revisão periódica nas especificações dos já existentes, inativando-os quando considerados obsoletos ou que não estão sendo utilizados em contratações num determinado período. Essas ações possibilitam a otimização gradual do Catálogo Geral de Materiais e Serviços, cujos itens são utilizados nos processos das contratações públicas.

TABELA 31

CATÁLOGO GERAL DE MATERIAL
E SERVIÇOS
BAHIA, 2008-2009

PERÍODO	QUANTITATIVO DE ITENS		
	ATIVOS		
	SERVIÇOS	MATERIAL	TOTAL
2008	14.438	31.780	46.218
2009	16.074	25.839	41.913

Fonte: SAEB

Pesquisa de Preço

Visando fixar os preços máximos referenciais de mercado para os itens de uso comum utilizados pela Administração Pública na sistemática de registro de preço, o Governo do Estado firmou contrato com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, especializada na elaboração dos principais índices de referência da economia do país, para a fixação dos preços máximos referenciais de 1.034 itens de material e serviços. A contratação da FGV proporcionará ao

Estado a aplicação de critérios econômicos sustentados em metodologias de pesquisa que garantam preços justos nas compras públicas.

A definição da lista dos itens para pesquisa teve como critérios o valor dos contratos e o volume das compras. Essa contratação visa tornar o processo de cotação impessoal e preservar as licitações de preços superfaturados, garantindo ao Estado maior segurança e o menor preço nas compras realizadas via Registro de Preços.

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS PESQUISADOS

- Locação de veículos administrativos e de representação;
- Locação de veículos para serviços essenciais (viaturas policiais);
- Serviços de reprografia;
- Manutenção e recarga de extintores;
- Manutenção e recarga de cartuchos e *tonner*;
- Material de consumo (papéis, material de escritório, copos plásticos, lâmpadas, entre outros)
- Gêneros alimentícios;
- Veículos padronizados;
- Material informativo;
- Viaturas e fardamento para a Polícia Militar.

A FGV analisará as distorções das pesquisas e o comportamento do mercado, agilizando a disponibilização dos valores referenciais na base do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas e reduzindo o tempo de finalização das cotações e liberação dos processos administrativos para procedimento licitatório. Os preços cotados serão disponibilizados em *site*, o que permitirá aos gestores a análise da evolução dos preços referenciais, bem como extração do custo orçamentário para composição de processo licitatório.

REGISTRO DE PREÇOS – RP

A sistemática de Registro de Preços – RP consiste numa forma simplificada de contratação, desenvolvida com o objetivo de racionalizar as compras de serviços e produtos que tenham consumo frequente pela máquina administrativa do Estado, garantindo assim propostas mais vantajosas, além de eliminar a necessidade de estocagem.

A utilização do RP nas compras públicas do Estado vem se confirmando como referência para as contratações pelas unidades gestoras, representando 29,8% das compras de materiais e contratação de serviços. Em 2009, foi contratado o montante de R\$ 22,6 milhões, gerando uma economia de cerca de R\$ 9,6 milhões em relação ao montante do valor referencial de R\$ 32,2 milhões.

Em 2009, ações voltadas ao Registro de Preços foram focadas na qualidade dos materiais a serem registrados, desde o ofertado na licitação até a sua entrega, bem como na redução dos custos nas compras, destacando-se a análise de amostras e inspeção de itens adquiridos.

Foram definidos como itens passíveis de análise aqueles que, em inspeção nos almoxarifados, apresentaram-se, constantemente, fora da especificação ou sem a qualidade esperada: material gráfico, escritório, limpeza, formulários, papéis em geral, pastas e classificadores e alimentos não perecíveis. Para exame, foram selecionados em almoxarifados 617 itens, dos quais 546 foram aprovados e 71 reprovados.

RECOLHIMENTO E LEILÃO DE BENS DESATIVADOS

O Governo do Estado, com o objetivo de desocupar imóveis públicos que são utilizados indevidamente pelas unidades administrativas como depósitos de bens em desuso, realiza, de forma contínua, o recolhimento de bens móveis desativados.



Leilões

Crédito: Ascom/SAEB



Crédito: Ascom/SAEB



Crédito: Ascom/SAEB

Leilões



Crédito: Ascom/SAEB

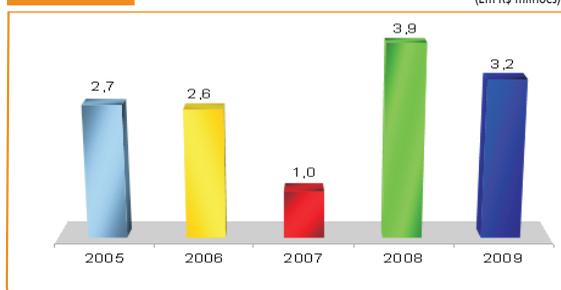
Leilões

Para realização desse processo, são disponibilizadas, no interior do Estado, sete bases de recebimento, além do Almoxarifado Central em Salvador. Em 2009, foram recolhidos 40.838 bens em desuso em 142 escolas visitadas. No mesmo período, três leilões de bens móveis foram realizados, resultando numa arrecadação de R\$ 3,2 milhões. Com a realização de leilões, de 2005 a 2009, foram arrecadados cerca de R\$ 13,4 milhões, como pode ser observado no Gráfico 37.

GRÁFICO 37

ARRECAÇÃO DOS LEILÕES
BAHIA, 2005-2009

(Em R\$ milhões)



Fonte: SAEB

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Gestão de Patrimônio Imobiliário visa conhecer e controlar os imóveis do Estado, regularizar a situação legal dos seus bens, além de aperfeiçoar a sua legislação, com o objetivo de atender com agilidade e efetividade o interesse público de preservar o seu patrimônio e garantir registros mais confiáveis.

Inicialmente, foram efetuados levantamentos com o intuito de realizar um diagnóstico, pontando os pontos críticos e definindo as diretrizes necessárias para criação de um novo modelo de gestão. Para a solução da questão, foi constituído um Grupo de Trabalho denominado Programa Gestão do Patrimônio, que tem como finalidade conhecer, com profundidade, os problemas existentes e criar medidas para a resolução de entraves e inconsistências, visando a melhoria e otimização da gestão patrimonial.

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- Instrução de 796 processos administrativos que objetivam a detenção da propriedade de imóveis pendentes de legalização;
- Abertura de 283 processos administrativos e ofícios direcionados aos cartórios visando o registro dos imóveis que já possuam escritura;
- Empreendidas 583 ações junto aos cartórios e setoriais responsáveis no que se refere à regularização e ocupação do imóvel ou conservação da situação física do bem;
- Formalização de 89 termos administrativos, sendo: 15 cessões, oito concessão de uso, 55 municipalização, oito permissão e três responsabilidade;
- 33 processos de reintegração de posse encaminhados à PGE;
- Capacitação de 122 servidores em gestão predial;
- Elaboração do Manual do Gestor;
- 38 imóveis avaliados, através de contrato firmado entre a SAEB e a Caixa Econômica Federal;
- Constituição de uma comissão para homologação do levantamento topográfico do Parque de Exposições da Bahia;
- Em análise, a disponibilização para doação de três áreas ao Fundo de Arrendamento Residencial do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

CAPACITAÇÃO EM SISTEMAS CORPORATIVOS

A capacitação de recursos humanos é crescente e acompanha a evolução da tecnologia. Essa necessidade objetiva dotar as unidades de infraestrutura necessária para acompanhar as inovações em andamento, pois a introdução de novas ferramentas requer pessoal habilitado para seu manejo.

Diante disso, para garantir ao Estado melhores preços nas compras realizadas, preservação do seu patrimônio, além da padronização nos procedimentos na operacionalização dos sistemas corporativos, foram capacitados 3.076 servidores, conforme demonstrado na Tabela 32.

TABELA 32

**SERVIDORES CAPACITADOS EM SISTEMAS CORPORATIVOS
BAHIA, 2009**

DISCRIMINAÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS	QUANTITATIVO
Fiscalização de Contratos	1.002
Sistema de Manutenção de Veículos - SMV	420
Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviço - Simpas	662
Sistema de Protocolo	453
Gestão Predial	122
Gestão Documental	101
Sistema de Administração de Patrimônio - Siap	155

Continua

Conclusão da Tabela 32

Cadastro de Serviços Terceirizados - CST	76
Sistema de Controle de Bens Imóveis - Simov	33
Gestão de Contas de Consumo - GCC	11
Padrão de Descrição de Materiais - PDM	41
TOTAL	3.076

Fonte: SAEB

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

O Gabinete do Governador, através da Ouvidoria Geral do Estado – OGE, estabelece canal de interlocução entre os gestores e a sociedade, com a finalidade de ampliar o efetivo acesso do cidadão aos serviços prestados pelo Estado, orientado pelos princípios da democratização, participação e transparência das ações do Governo.

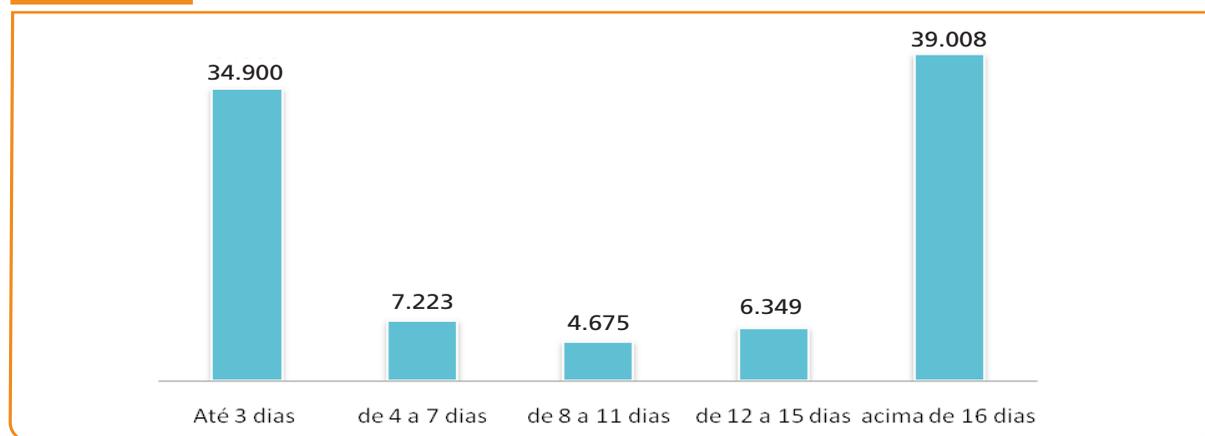
Através da utilização de diversas tecnologias para registro (telefone, internet, fax, presencial), os cidadãos podem apresentar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e solicitar informações sobre o serviço público estadual.

Essas manifestações, transformadas em relatórios, fornecem indicadores analíticos do diagnóstico e prognóstico e da gestão pública, na visão do usuário-cidadão, destinatário final das ações governamentais. Neste processo, a Ouvidoria se torna ferramenta essencial para a administração pública, no sentido de apresentar dados e informações úteis para orientar o planejamento e corrigir os erros na execução de políticas.

Em 2009, a OGE recebeu 92.155 registros relacionados à prestação dos serviços públicos e atuação do Governo do Estado. Deste total, 93,4% das manifestações foram respondidas. Em relação ao tempo de resposta, 57,7% dos registros foram respondidos em até 15 dias, conforme demonstrado no Gráfico 38.

GRÁFICO 38

REGISTROS RELACIONADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - TEMPO DE RESPOSTA
BAHIA, 2009



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

A resolubilidade é aferida pela quantidade de manifestações finalizadas dentre as recebidas pela OGE. O índice de resolubilidade indica o grau de eficácia da atuação das Ouvidorias. O resultado é obtido através do comparativo entre os registros realizados e finalizados, derivando desta equação o percentual de resolubilidade.

Em setembro de 2009, a OGE atingiu a marca histórica de 200.000 registros sobre o funcionamento dos órgãos públicos referente aos últimos seis anos. No período 2003 a 2006 foram contabilizadas 45.305 manifestações, enquanto entre 2007 e 2009, o número de manifestações alcançou 173.661. No acumulado, o índice de resolubilidade ficou em 95,5%.

INTERIORIZAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL

Intensificou-se a interiorização da Ouvidoria, através de implantação de novos pontos fixos, bem como a ampliação da integração com a Secretaria da Educação – SEC e da Administração – SAEB, através das Diretorias Regionais de Educação – Direc e do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC Móvel. Da mesma forma, a estratégia de consolidação do Sistema de Ouvidoria do Governo do Estado da Bahia foi desenvolvida através da realização de parcerias com Estados, Municípios e Órgãos Federais e Estaduais.

A população baiana ganhou 33 novos pontos de Ouvidoria em todo o Estado, através da integração da OGE e da SEC, com vistas a descentralizar o serviço de ouvidoria junto às Direc, com ampliação e fortalecimento dos canais de diálogo entre a sociedade e o Governo. Desta forma, foi atingida a meta de disseminação da Ouvidoria em 100% das Direc e as respostas às manifestações relacionadas à rede estadual de ensino serão mais qualificadas e obtidas de forma mais rápida.

A integração de ações da OGE com o SAC Móvel possibilita a interiorização do serviço de ouvidoria. Em 2009, foram visitadas 183 cidades.



Parceria com o SAC Móvel interioriza Ouvidoria

Outra forma de ampliar a atuação da OGE é através dos Centros Digitais de Cidadania – CDC, uma vez que em cada unidade existe um “Agente Multiplicador dos Serviços de Ouvidoria do Estado”, que presta orientações aos usuários acerca dos procedimentos para abrir um registro na Ouvidoria Geral.



Crédito: Robson Mendes/Agecom

Através dos CDC, a sociedade pode registrar manifestações sobre a atuação do Estado

OUVIDORIA ITINERANTE

Iniciado em junho de 2009, o projeto Ouvidoria Itinerante consiste em uma série de audiências públicas para debater com a sociedade propostas para melhorar a qualidade dos serviços públicos estaduais. A OGE visitará todos os 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia para ampliar o diálogo com a sociedade em busca de alternativas para melhorar a administração pública estadual em cada localidade. Em 2009, foram realizadas 11 audiências e a meta é realizar as outras 15 até junho de 2010. A seguir estão relacionados os Territórios de Identidade onde ocorreram as audiências:

- Território Baixo Sul - realizada na Câmara de Vereadores de Valença, em 17 de junho;
- Território Sertão do São Francisco - realizada na Câmara de Vereadores de Juazeiro em 28 de julho.
- Território Piemonte Norte do Itapicuru - realizada na Câmara de Vereadores de Senhor do Bonfim em 30 de julho.
- Território Extremo Sul - realizada na Câmara de Vereadores de Porto Seguro em 20 de agosto;
- Território Semiárido Nordeste II - realizada na Câmara de Vereadores de Ribeira do Pombal em 16 de setembro;
- Território Sisal - realizada em Serrinha, no Campus XI da Uneb em 17 de setembro.
- Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte - realizada na Câmara de Vereadores de Alagoinhas em 30 de setembro.
- Território Litoral Sul - realizada em Ilhéus, no Prédio da Justiça Federal em 21 de outubro;
- Território Médio Rio de Contas - realizada na Câmara de Vereadores de Jequié em 22 de outubro.

Crédito: Van Erick/Agecom

- Território Itapetinga – realizada na Câmara de Vereadores de Itapetinga em 25 de novembro.
- Território Vitória da Conquista – realizada na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista em 26 de novembro.



Crédito: Ascom/OGE

Ouvidoria Itinerante amplia diálogo com cidadão
Crédito: Ascom/OGE

PARCERIAS E VISITAS

Com a parceria firmada com o Estado do Espírito Santo, consolidou-se a OGE como referência em funcionamento e instalação de ouvidorias no Brasil. No Espírito Santo, cerca de 58 órgãos da administração pública estadual contarão com o Sistema de Ouvidoria e de Gestão Pública – TAG desenvolvido pela OGE, que prestou também assessoria técnica para a implantação do serviço de ouvidoria naquele Estado.



Crédito: Ascom/OGE

Representante do Governo do Espírito Santo em reunião com equipe da Ouvidoria Geral da Bahia

Atualmente, outros cinco estados (Minas Gerais, Alagoas, Pará, Sergipe e Mato Grosso) e 11 prefeituras do Brasil firmaram parceria com a Ouvidoria Geral do Estado.

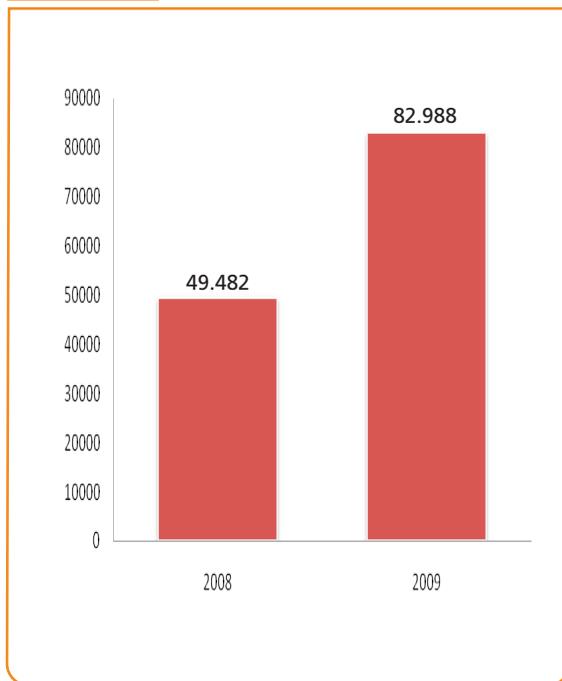
A Ouvidoria do Ministério da Cultura e da Prefeitura de Macaé (RJ) também visitaram a OGE, em 2009, para conhecer a experiência baiana no que tange ao funcionamento da Ouvidoria.

OUIDORIA EM NÚMEROS

O Gráfico 39 apresenta a análise comparativa entre 2008 e 2009, que solidifica a OGE como canal de interlocução entre o Governo e a sociedade. Em 2008, foram registradas 49.482 manifestações. Por sua vez, em 2009, foram computados 82.988 registros acerca da atuação do Estado e funcionamento dos órgãos públicos.

GRÁFICO 39

COMPARATIVO DAS DEMANDAS
BAHIA, 2008-2009

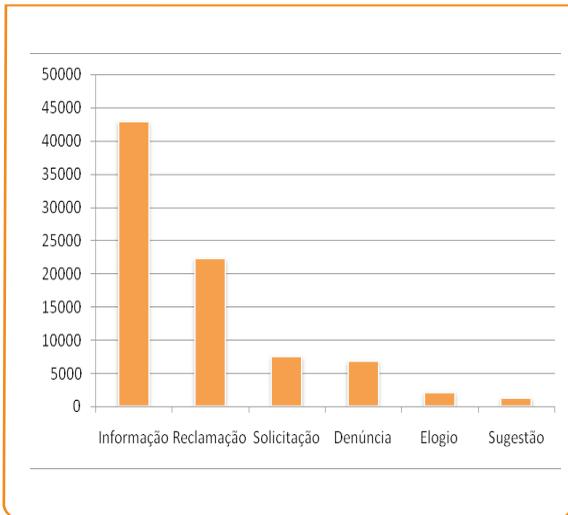


Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES

Os dados relativos à tipologia das manifestações encontram-se detalhados no Gráfico 40.

GRÁFICO 40 TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES BAHIA, 2009



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

As manifestações classificadas como Informação são definidas como um pedido de orientação sobre os serviços prestados pela administração pública. Reclamação indica desvios na prestação do serviço público e/ou funcionamento dos órgãos estaduais. A tipologia Solicitação indica um anseio a ser solucionado e/ou requerimento. As Denúncias expressam acusações contra os preceitos legais, o descumprimento de normas e princípios éticos estabelecidos pela administração pública. Os Elogios expressam o reconhecimento e a satisfação pelo atendimento ou serviço prestado pelo Estado. Por fim, propostas de melhorias dos serviços públicos estaduais equivalem ao quesito Sugestão.

No caso das manifestações classificadas como Denúncias, os registros ganham um tratamento diferenciado, sendo encaminhados para as Corregedorias dos órgãos estaduais (Polícia Militar, Secretaria da Administração, entre outros); quando os assuntos dizem respeito às infrações cometidas por servidores públicos, o Ministério Público e/ou Tribunal de Contas são acionados no caso das denúncias se referirem a ilegalidades na gestão de órgãos públicos e, por fim, as manifestações podem ser encaminhadas para o Tribunal de Justiça quando demandam julgamentos, abertura de processos ou análise de parecer jurídico. Em todas essas circunstâncias citadas acima, a manifestação é finalizada na Ouvidoria Geral, sendo o órgão acionado res-

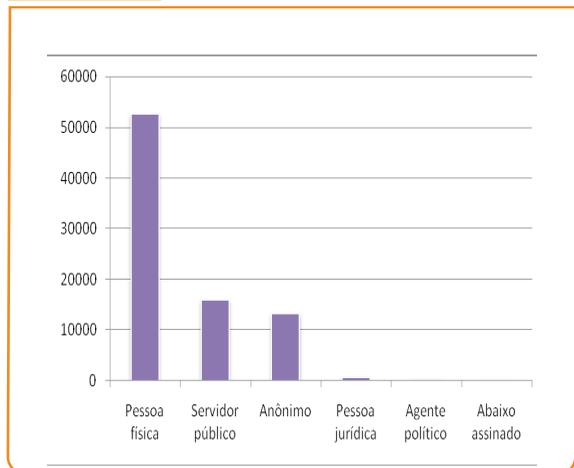
ponsável pela resposta ao cidadão, porém, a OGE mantém o acompanhamento do registro para garantir a conclusão do processo.

PROCEDÊNCIA DAS MANIFESTAÇÕES

No que tange ao perfil dos manifestantes, nota-se a predominância da pessoa física, seguida pelos servidores públicos, o que demonstra o reconhecimento da atual administração pública fundada na participação popular e diálogo com a sociedade.

O Gráfico 41 demonstra a procedência das manifestações.

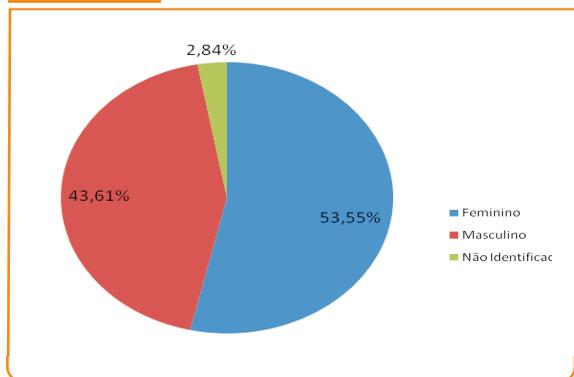
GRÁFICO 41 PROCEDÊNCIA DAS MANIFESTAÇÕES BAHIA, 2009



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

O Gráfico 42 expressa dados das manifestações por gênero.

GRÁFICO 42 MANIFESTAÇÕES POR GÊNERO BAHIA, 2009

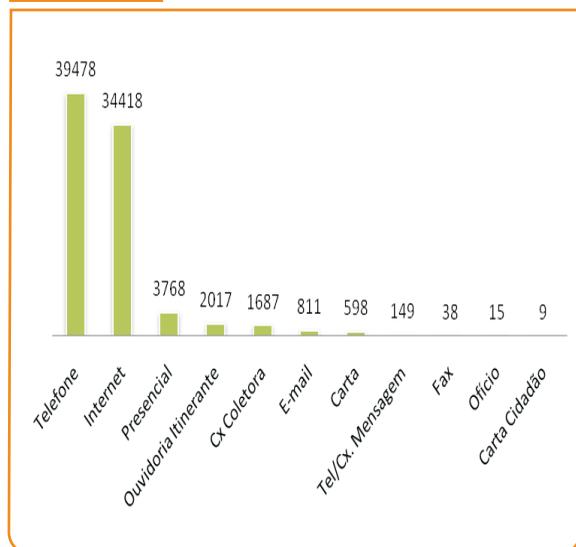


Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

Dentre os canais de acesso, o telefone (08002840011) e a *internet* (www.ouvidoriageral.ba.gov.br) lideram como meios de contato pelos quais os cidadãos registram suas manifestações junto à rede de Ouvidorias Especializadas do Estado da Bahia, como pode ser observado no Gráfico 43.

GRÁFICO 43

MANIFESTAÇÕES POR MEIO DE CONTATO
BAHIA, 2009



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO

A Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado – Agecom é um órgão da Casa Civil que funciona como agência de notícias e coordenadora das ações de propaganda para divulgação de todas as obras, ações e programas realizados pelo Governo.

Por meio do trabalho conjunto das coordenações de Redação, Propaganda, Jornalismo, Televisão, Rádio e Fotografia, a Agecom divulga notícias de todos os setores do Poder Executivo. Boletins diários e permanentes com matérias jornalísticas e fotografias são enviados para veículos de comunicação e sucursais. Produz ainda matérias de televisão e rádio e mantém um programa radiofônico diário com as principais notícias do Governo.

A Agecom é responsável pelo noticiário publicado no Diário Oficial e pela cobertura jornalística de todos os

eventos que contam com a participação do Governador do Estado. A Assessoria também se coloca à disposição da imprensa de todo o país e do exterior para prestar as informações necessárias, sobre obras e realizações do Governo, em todas as suas áreas de atuação. Realiza, ainda, o serviço de *clipping* em jornais impressos de circulação local e nacional e noticiários de televisão e rádio, colocando-o à disposição das autoridades do Executivo.

Através da atualização diária do *site* www.comunicacao.ba.gov.br, a Agecom disponibiliza, de maneira instantânea, todas as notícias produzidas no Governo do Estado da Bahia. De forma dinâmica e com ferramentas modernas, o *site* contém textos, fotos, áudio e vídeos, que podem ser utilizados pela imprensa em geral e usuários interessados em conhecer um pouco mais as ações governamentais realizadas na Bahia. O *site* reúne *links* dos principais Órgãos e Secretarias do Estado, bem como acesso rápido a serviços como: Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, Ouvidoria Geral do Estado e Delegacia Digital.

PORTAL DE COMUNICAÇÃO NA INTERNET

O *site* da Agecom foi reformulado, com a modernização do *layout* e a inclusão de novas funcionalidades, com ênfase na distribuição do conteúdo em *blogs* e mídias sociais. A reforma incluiu ainda a atualização da versão do *Plone/Zope*, o Sistema de Gerenciamento de Conteúdo – CMS em *Software Livre*, a mudança do *software* de banco de dados e ajustes no CMS, tudo isso para elevar a performance do *site*.

PROGRAMA CONVERSA COM O GOVERNADOR

A primeira edição do programa “Conversa com o Governador” ocorreu em 9 de outubro de 2007. Nesses dois anos foram abordados temas de interesse público e decisões administrativas que incidem diretamente no cotidiano dos baianos, como saúde, educação, cultura, emprego e renda, políticas públicas em diversas áreas, direitos humanos, economia e segurança. O programa é produzido semanalmente pela Agecom e publicado na página <http://www.comunicacao.ba.gov.br/conversa> e no 0800-071-7328, sempre às segundas-feiras, à noite.

O áudio em MP3 (Mpeg-1/2 audio *layer 3*) pode ser baixado diretamente do *site* e é reproduzido por 380 emissoras de rádio, sendo 90 comunitárias, 247

Rádios comerciais do interior e 11 comerciais de Salvador. Outros veículos de comunicação (*sites*, jornais e *blogs*) também utilizam o conteúdo. Na página da Agecom, o programa já recebeu cerca de 120 mil visitas. A pauta e toda a edição do programa são feitas pela Coordenação de Rádio e Assessoria de Imprensa do Governador.

O núcleo de rádio manteve as duas edições diárias de noticiários, além dos noticiários especiais com temas específicos, sendo aproveitado na íntegra, ou em parte, o seu conteúdo por profissionais de rádio, em seus programas, ou de outros meios, como sites e *blogs*.

O Programa Conversa com o Governador alcançou 100 edições, sendo comemorado, em 21 de novembro de 2009, juntamente com o Dia do Radialista. Nesta oportunidade, reuniram-se cerca de 150 profissionais de imprensa da capital e do interior.

PUBLICAÇÕES IMPRESSAS - REVISTA "BAHIA TERRA DE TODOS NÓS" E "JORNAL DE TODOS NÓS"

Desde 2008, a Agecom tem editado publicações impressas nas formas de revista e jornal, visando prestar contas à sociedade das ações empreendidas pelo Governo. A Revista "Bahia Terra de Todos Nós" compatibilizou as ações de dois anos de governo (de 2007 a 2009), enquanto que o "Jornal de Todos Nós" deu visibilidade aos resultados alcançados ao longo de 2009. Essas publicações destacam-se pela linguagem jornalística, escrita de forma simples e acessível.

A Revista "Bahia Terra de Todos Nós" encontra-se em sua segunda edição, com uma tiragem de 150 mil exemplares e uma diagramação arrojada, contendo informações sobre as principais ações do Governo do Estado nestes dois primeiros anos de administração. A Revista segue o conceito inovador implantado, em 2008, na primeira edição, informando a população sobre as realizações do Governo, mantendo a linha democrática da comunicação estadual.

Por opção editorial, a publicação não tem divisões por Secretarias, mas por áreas, agrupando ações e programas comuns entre os diversos setores do Estado – segundo o princípio da transversalidade implantada nesta gestão. Com isso, o leitor pode conhecer de forma ampla e conjunta como o Governo está atuando nos diferentes setores, distribuídos na publicação em 14 seções.

O "Jornal de Todos Nós", em 2009, teve três edições, cada uma com 150 mil exemplares, que são distribuídos gratuitamente em todos os municípios baianos. A linha editorial enfatiza os principais projetos e resultados das ações do Governo. A ampla tiragem permite que seja atingido um grande público, possibilitando a disseminação do conhecimento da atuação do Governo junto à população. O projeto gráfico de impacto, com uso de cores, a linguagem direta, as matérias curtas e a utilização de fotos, comunicam com facilidade e tornam mais fácil a apreensão do conteúdo por lideranças comunitárias.

CADERNO NOTICIÁRIO DO DIÁRIO OFICIAL

A cobertura, apuração, produção, diagramação e editoração de matérias sobre as ações, programas e projetos realizados pelo Governo do Estado, através de suas Secretarias e outros órgãos Governamentais são de responsabilidade da Agecom, sendo todo esse material publicado no Caderno Noticiário do Diário Oficial do Estado – DOE.

O DOE publica notas sobre as diversas áreas de atuação do Governo, como cultura, esporte, saúde, além de atos e normas oficiais, desde 1925. Foram produzidas, em 2009, cinco edições por semana, totalizando 260 edições, sendo o caderno ampliado de oito para 12 páginas. O conteúdo também é acessado gratuitamente pela *Internet* no endereço eletrônico <http://flip.egba.ba.gov.br/reader/>, onde podem ser encontradas, de forma digital as edições feitas desde março de 2007.

CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

A Agecom coordena e assessora todas as secretarias e órgãos para a concepção e o planejamento das campanhas de publicidade. Para cada campanha, existe uma decisão (dos meios e veículos de comunicação, sua abrangência e criatividade) em conjunto entre a Agecom e as outras secretarias ou órgãos do Governo, levando em consideração as prioridades de cada ação e a disponibilidade de recursos.

Dentre as principais campanhas veiculadas, destacam-se as de Comunicação Institucional, apresentadas no Quadro 20, além das campanhas de utilidade pública de combate ao abuso sexual e cadastramento do Bolsa Família.

QUADRO 20

**PRINCIPAIS CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
BAHIA, 2009**

CAMPANHAS	DESTAQUE
BAHIA, TERRA DE TODOS NÓS	
AGORA TEM	
CARNAVAL 2009	
COPA 2014	
ESTÁDIO DE PITUAÇU	Maior investimento do esporte baiano realizado nos últimos 30 anos, com obras de reforma e ampliação, quando a capacidade de público passou de dezesseis mil para trinta e dois mil
VERÃO	
AIDS VERÃO	
CARNAVAL OURO NEGRO	
MARÇO MULHER	
O GOVERNO FAZ, SUA VIDA MELHORA	
TRILHA	Programa que promove a inserção do estudante no mercado de trabalho, oferece bolsa-auxílio e eleva sua escolaridade e qualificação profissional
BALANÇO 2 ANOS	
NOVEMBRO NEGRO	
PRESTAÇÃO DE CONTAS	
2 ANOS DE GOVERNO	
SÃO JOÃO 2009	
ÁGUA PARA TODOS	Dois anos do programa, divulgando o atendimento a um milhão e meio de beneficiados
HOSPITAL DE JUAZEIRO	

Fonte: Casa Civil / Agecom

Publicidade Institucional – A cultura na Bahia: Principais Eventos

A SECULT executou, através de agência de publicidade escolhida em licitação pública, veiculação de camp-

nhas e peças publicitárias, bem como para ações voltadas à publicidade institucional. Recursos da ordem de R\$ 3 milhões foram direcionados para criação/concepção e realização, com destaque para as campanhas Venha Viver a Nova Energia do Pelô; Tô no Pelô, Venha

Viver a Cultura; A Bahia sempre foi um pouco Rodin; além da divulgação dos Editais Cultura 2009 e de todas as etapas da Conferência Estadual de Cultura.

Em fevereiro de 2009, a SECULT lançou o catálogo Carnaval Ouro Negro, produzido pela equipe da Assessoria de Comunicação, contendo 210 páginas, com histórico, perfil e fotos de 117 entidades carnavalescas de matriz africana apoiadas pelo programa de mesmo nome. Em parceria com a Fundação Pedro Calmon –FPC e Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN, foram lançadas duas edições da revista Bahia de Todos os Cantos, publicação com foco nos aspectos econômicos, históricos, ambientais e culturais dos 26 Territórios de Identidade da Bahia.

Foram produzidos e veiculados, em parceria com o Jornal A Tarde, dois cadernos especiais, intitulados Cultura em Movimento, nos meses de janeiro e julho, com o objetivo de divulgar as ações e políticas culturais implementadas pela SECULT.

Em 2009, a Agenda Cultural, importante veículo de divulgação da produção cultural baiana, manteve sua periodicidade mensal, informando sobre cerca de 200 atividades de todo o Estado a cada mês, com tiragem de 20 mil exemplares, e ganhou versão *online*, com o endereço www.agendacultural.ba.gov.br. O Guia Pelourinho Cultural deixou de circular em sua versão impressa e seu conteúdo migrou para o *site* www.pelourinhocultural.ba.gov.br, que teve ampla divulgação através de campanhas publicitárias.

O Conselho Estadual de Cultura também passou a divulgar suas atividades, trazendo maior transparência acerca das ações e debates promovidos. Foram criados o *Blog* do CEC (<http://conselhodeculturaba.wordpress.com/>) e uma *newsletter* digital, dois produtos de comunicação que se apropriam das ferramentas do ciberespaço, por sua agilidade, eficiência e baixo custo. O *blog* obteve uma média diária de 33 acessos, alcançando a marca de 9.767 visitas em dezembro. Com uma periodicidade trimestral, a *newsletter* é encaminhada, por correio eletrônico, para cerca de duas mil pessoas.

A III Conferência Estadual de Cultura também contou com um *blog* para divulgar todas as suas atividades (<http://blogdaconferencia.com/>). As conferências municipais, setoriais e a etapa estadual foram divulgadas em tempo real, com a publicação de tex-

tos e relatos dos representantes territoriais e de toda a população interessada em discutir as diretrizes que regeram as conferências.

O Instituto de Radiodifusão da Bahia – Irdeb, inaugurou seu novo portal, www.irdeb.ba.gov.br, ferramenta virtual concebida para aproximar espectadores e ouvintes da TVE Bahia e Educadora FM 107.5. A presença da SECULT na TVE Bahia foi ampliada, através da veiculação de VTs produzidos para divulgação de editais e eventos culturais realizados com recursos públicos.

OFICINA DE RADIOJORNALISMO PARA COMUNICADORES COMUNITÁRIOS

A Bahia foi um dos estados escolhidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco para uma das oficinas de formação de comunicadores comunitários, realizadas pela instituição no Brasil. O curso, em parceria com a Agecom, reuniu 24 comunicadores de 12 Territórios de Identidade no período de 02 a 06 de novembro de 2009, em Salvador.

O segundo momento do curso será realizado em março de 2010 com o intuito de avaliar e acompanhar a evolução das ações locais. O projeto prevê, para 2011, que os selecionados desta etapa participem de uma formação mais extensa de qualificação de agentes multiplicadores na formação em rádio-jornalismo comunitário nos territórios.

GESTÃO PÚBLICA MODERNA E TRANSPARENTE

A Empresa Gráfica da Bahia – Egba, vinculada à Casa Civil, vem implementando suas ações procurando modernizar-se continuamente para atuar numa nova concepção do mundo digital e oferecer novos produtos. Neste contexto, destacam-se:

Clipping de Notícias de Mídias Impressas

O *clipping* Egba vem se firmando como uma ferramenta de gestão essencial para o gestor público que depende das informações do dia a dia para tomar decisões. Os clientes do *clipping* recebem, diariamente, nas primeiras horas da manhã, um volume encadernado, em formato de revista, com a compilação das principais notícias dos veículos impressos locais e nacionais.

Atualmente, são clientes do *clipping* Egba: dez secretarias de Estado, Gabinete do Governador, Casa Militar, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - Adab, Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás, Bahia Pesca, Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, Prodeb, Universidade do Estado da Bahia – Uneb e o Partido dos Trabalhadores.

Sistema Egba.Net- Transmissão Informatizada de Publicações

O sistema de editoração eletrônica para diários oficiais está informatizado. Como se trata de um produto padronizado, além dos *softwares* de *desktop publishing*, também foi disponibilizado o sistema Egba.Net, que permite a montagem automatizada das matérias na sequência em que são publicadas no DOE.

Atualmente, o sistema Egba.Net, que possibilita o encaminhamento e gestão de publicações oficiais utilizando a internet, possui 958 usuários distribuídos em diversos órgãos que enviam publicações para os Cadernos Executivos e Licitações, veiculando matérias legais por meio digital, permitindo que o conteúdo do jornal seja diagramado eletronicamente. Os cadernos Legislativo, Judiciário, Diversos e Municípios, devido às características específicas para cada uma dessas operações, não estão automatizados.

As principais vantagens do sistema, pela sua simplicidade, são: a) efetivada a transmissão, pela *internet*, é possível administrar o ciclo de vida da publicação, desde a transmissão até o fechamento da edição, incluída a possibilidade de suspender e enviar publicação retificadora; b) fechada a edição, o sistema seleciona todos os atos oficiais para a data em produção e monta, automaticamente, os cadernos Executivo e Licitações, considerando, para isso, os dados que o usuário forneceu no momento do envio; c) encerrada a montagem, cabe aos diagramadores da Egba revisarem aspectos estéticos e, se possível, identificar e corrigir a localização de alguma matéria enviada, equivocadamente, pelo usuário.

Encontra-se em fase de homologação o projeto piloto para utilização do Egba.Net pela Prefeitura Municipal do Salvador – PMS, para o envio e montagem

do Diário Oficial do Município, Caderno Executivo, com previsão de iniciar treinamento dos usuários no primeiro trimestre de 2010 e das atividades, após o treinamento. Com a inclusão da PMS no processo automatizado do Egba.Net, a Empresa agrega valor ao serviço de impressão deste Diário Oficial, passando de mera gráfica impressora a fornecedora de solução de Tecnologia da Informação – TI.

Serviços Essenciais de TIC

Foi celebrado novo contrato com a Cia. de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, seguindo o novo modelo de negócio, conforme orientações definidas na Instrução Normativa nº 013, de 28 de agosto de 2008, para executar serviços especializados na área de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, objetivando atender à demanda de serviços de caráter obrigatório, essenciais ao funcionamento da Egba, abrangendo: processamento e armazenamento de dados dos sistemas corporativos, hospedagem de servidores em serviços, administração, projeto, gestão e suporte de redes, administração e suporte de dados, cópias de segurança de dados e gestão da rede governo.

Sistema de Certificação Digital

Dando continuidade à implantação do Sistema de Certificação Digital, no primeiro semestre de 2009, ocorreu a definição dos três Agentes de Registro – AR da Egba e preparação para a auditoria. Durante esse período, os Agentes de Registro da Egba atenderam às demandas do Governo do Estado da Bahia, fornecendo certificados digitais para pessoa física e pessoa jurídica, atuando em conjunto com os ARs Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, provedor de tecnologia, contratado pela Egba. Após a homologação da Egba, os agentes estarão habilitados para emissão dos certificados digitais nas instalações da AR-Egba.

Em julho de 2009, foi realizada a auditoria externa, conforme normatização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, e encaminhada documentação para o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, visando homologação da AR-Egba. Um dos serviços que utilizam a tecnologia de certificação digital é o Egba.Net, para a garantia da transação de envio de atos oficiais. Um outro serviço é a disponibilização das publicações com certificação do conteúdo.

O relatório da auditoria, bem como o de asseguuração da capacidade financeira, já se encontra no ITI e na Receita Federal. O prazo estimado para finalizar o processo de implantação da AR-Egba é o primeiro trimestre de 2010.

Sistemas Informatizados - Internet e Sub-sistemas

Disponibilizado, desde janeiro de 2009, o novo site da Egba na *Internet* foi desenvolvido em parceria com a Prodeb. Essa nova versão do *site* da Egba suportará os diversos subsistemas especializados para comercialização de produtos e serviços, que passarão a integrar o Portal Egba, dentre os quais destaca o acervo do DOE na *internet*, com mineração de texto e certificação digital. Após a implantação da ferramenta para gestão de conteúdo e portal, esse canal de comunicação da Egba com a sociedade terá nova dinâmica, além de integrar em um único ambiente, a *Intranet* e *Internet*.

Gestão de Documentos

Integrada pela Seção de Microfilmagem e Digitalização e pelo Núcleo de Guarda de Documentos – NGD, essa unidade de serviços é responsável pelo terceiro maior faturamento da Empresa, tendo como principais usuários: Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – Ipraj, Junta Médica do Estado, Centro de Informações Antiveneno – Ciave, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Conder, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Departamento Estadual de Trânsito – Detran e Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba.

Importantes trabalhos de microfilmagem e digitalização estão sendo realizados pela Egba. A digitalização de toda a documentação da Junta Médica do Estado objetiva facilitar o acompanhamento mais rápido do prontuário médico de cada servidor através de sistema integrado. O mesmo trabalho está sendo efetuado para o Tribunal de Justiça, com toda a documentação referente aos acórdãos, cujo acervo digitalizado em OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) permitirá a consulta pela *web*. Com o mesmo objetivo de agilizar a localização dos documentos, também estão sendo realizados trabalhos nos cartórios de imóveis.

Devido à grande procura pelos serviços de Guarda de Documentos, que está integrado ao Sistema de Ges-

ção da Qualidade da Egba, foi alugado um novo galpão de 1.000m² ao lado do já existente, na Avenida Gal Costa.

Na área da empresa, dois galpões com aproximadamente 3.000m² estão sendo construídos. Este é o maior investimento do exercício de 2009, que tem como objetivo atender a demanda do Estado para o serviço de guarda do seu acervo documental. A construção dos galpões, na sede da Egba, reduzirá custos com a manutenção de aluguel e agregará toda a equipe de trabalho na área de gestão de documentos.

Para o armazenamento dos documentos, está sendo implantada uma moderna infraestrutura composta de 132 estantes de aço e mezanino, que vai agilizar o manuseio das caixas-box ou padrão.

Serviços Gráficos

Em 2009, a Egba atendeu com qualidade e agilidade às principais demandas de serviços gráficos do Governo, cumprindo, assim, o seu compromisso de atuar em parceria com o Estado. A Empresa marcou presença nas campanhas públicas (Campanha de Combate à Dengue e de Educação para o Trânsito); nos cursos de capacitação do servidor (impressão de livros e apostilas); nas escolas (livros de classe para professores e alunos); e nas ações do Governo (publicações de programa orçamentário, balanços etc.).

A maioria da clientela de serviços gráficos da Egba concentra-se no setor privado. Dos 608 clientes cadastrados, 537 são escritores, editoras, universidades e empresas e os 71 restantes são do setor público. Comparando o exercício de 2009 com o mesmo período de janeiro a novembro de 2008, houve um crescimento de 17,5% no faturamento de encomendas gráficas.

Obras e Reformas

Em fase de execução, através da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, a Egba está promovendo a adequação dos acessos à Empresa, com a reforma da portaria principal, abrangendo guarita, passeio, drenagem e pavimentação, e a obra para instalação do refeitório, visando dar maior comodidade e conforto aos empregados, clientes e visitantes, além do processo de investimento para a obra de construção de galpões em área própria da Empresa, em fase inicial da construção.

ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PROJETOS DE LEI E OUTROS

São desempenhadas através da Coordenação de Assuntos Administrativos – Coasa, unidade integrante da estrutura da Casa Civil, as atividades relacionadas à análise e instrução de processos que, em especial, versam sobre: 1) regime de pessoal do serviço público, visando à publicação de atos administrativos; 2) demandas de municípios, entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos; 3) acordos, convênios, termos de cooperação, a serem firmados pelo Estado e, eventualmente, por municípios apoiados pelo Estado, com a Administração Federal e com entidades internacionais; 4) anteprojetos de lei, minutas de atos administrativos normativos, tais como Portarias e Decretos e; 5) demais documentos que devam ser submetidos à deliberação do Governador do Estado.

Essas atividades devem ocorrer em total consonância com a ordem constitucional, o regime jurídico administrativo, sem perder de vista as políticas públicas e ações prioritárias de Governo.

Em 2009, passaram pela análise técnica da Coasa temas importantes, dentre os quais destacam-se as leis e atos normativos que possibilitaram o fortalecimento de órgãos, de carreiras e, principalmente, a implementação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, educação, saúde, trabalho, incentivo à agricultura familiar e ao esporte, notadamente aquelas envolvendo

medidas preparatórias para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Com enfoque nas diretrizes de Governo, merecem ainda destaque as discussões sobre o processo de consolidação da democracia na administração pública estadual e do respeito às liberdades individuais, como nova face que caracteriza a Bahia na atual gestão, o que originou, por exemplo, a anistia concedida a agentes penitenciários demitidos por motivação política na década de 1990.

Essa mudança de orientação política, com reforço no ideal democrático, resultou na publicação da Lei nº 11.480, de 01 de julho de 2009, o que demandou da Coasa assessoria e promoção dos diálogos institucionais necessários.

De igual modo, o trabalho desempenhado pela Coasa para subsidiar a decisão do Governo de prorrogação do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep teve por fundamento discussão jurídica importante sobre a dignidade da pessoa humana e o papel do Estado em sua promoção.

Na execução das atividades, conforme detalhamento apresentado na Tabela 33, foram analisados 2.378 processos, classificados em seis tipos. Comparando o período entre o ano de 2008 e de 2009, observa-se uma elevação de 41,1% no total de processos analisados, comprovando, assim, a melhoria contínua dos procedimentos adotados.

TABELA 33

**PROCESSOS ANALISADOS POR TIPO DE DOCUMENTO
BAHIA, 2008-2009**

PROCESSOS ANALISADOS	2008	2009	VARIAÇÃO
Anteprojeto de Lei	172	72	-58,15%
Atos Administrativos	1.433	1.934	35,0%
Autógrafos	-	76	-
Convênios	80	125	56,3%
Emenda	-	147	-
Projetos de Lei	-	24	-
TOTAL	1.685	2.378	41,1%

Fonte: Casa Civil / Sistema de Controle de Documentos - Condoc

Ainda em termos quantitativos, em 2009, foram conferidos 10.030 Atos do Poder Executivo, como pode ser visualizado na Tabela 34, onde consta o total dos Atos do Poder Executivo, divididos em dez grupos, passando por conferência técnica e jurídica antes da publicação no Diário Oficial do Estado. Vale informar que o procedimento de Conferência de Atos permite maior segurança na divulgação das decisões tomadas, sendo adotado para todas as publicações no

DOE que demandam a assinatura do Secretário da Pasta ou do Governador.

Dentre os atos publicados, destaca-se o empenho do Governo na rápida publicação de decretos, visando auxiliar os municípios em situação calamitosa. Em 2009, os atos de Situação de Emergência somaram 241 decretos, sendo estes, relacionados aos problemas decorrentes das secas e estiagens, de erosão, da dengue, e ao excesso de chuvas.

TABELA 34 CONFERÊNCIA DE ATOS DO PODER EXECUTIVO BAHIA, 2008-2009

ATOS DO PODER EXECUTIVO	2008	2009	VARIAÇÃO
Leis	398	75	-81,2%
Dec. Numerados	601	613	2,0%
Dec. Financeiros	372	233	-37,4%
Dec. Simples	7.203	7.712	7,1%
Despachos do Governador(*)	1.150	1.097	-4,6%
Despachos da Secretária	8	19	137,5%
Portarias da Casa Civil	98	101	3,1%
Portarias do Gabinete do Governador	54	32	-40,7%
Republicação	30	15	-50,0%
Retificação no DOE	123	133	8,1%
TOTAL	10.037	10.030	-0,07%

Fonte: Casa Civil / Publicação de Atos

(*) Não considerados os decretos referentes à suplementação de crédito orçamentário

Um importante destaque qualitativo é a redução do índice de republicações no Diário Oficial do Estado, o que atesta o correto e eficiente tratamento das publicações do Governo. Comparando

o ano de 2008 ao ano de 2009, percebe-se a redução de 50% no número de republicações dos Atos do Poder Executivo, conforme demonstrado na Tabela 34 já citada.

TABELA 35 ATOS CONFERIDOS, ANALISADOS E RETIFICADOS PELO PODER EXECUTIVO BAHIA, 2008-2009

ANO	ATOS CONFERIDOS	ATOS ANALISADOS	ÍNDICE DE ATOS ANALISADO	ATOS RETIFICADOS	ÍNDICE DE RETIFICAÇÕES DOS ATOS
2008	10.037	1.685	16,8	123	1,2
2009	10.030	2.378	23,7	133	1,3
COMPARATIVO	-7	693	6,9	10	0,1
VARIAÇÃO (%)	-0,1	41,1	41,2	8,1	8,2

Fonte: Casa Civil - Publicação de Atos e Sistema Condoc

Conforme evidenciado ainda na Tabela 35, a Coasa analisou 41,1% a mais de Atos do Poder Executivo

no período mencionado, o que representa 23,7% do total dos atos publicados.

Com referência à produção técnica da Coasa, ligada ao tratamento direto dos processos analisados (atos administrativos, anteprojetos de lei, convênios e termos de cooperação), verifica-se, por meio

da Tabela 36, que, no ano de 2009, foram elaborados 979 Notas Técnicas e 181 Notas Informativas, o que representa uma redução de 1,1% no total de documentos técnicos produzidos.

TABELA 36

**PRODUÇÃO TÉCNICA DA COASA
BAHIA, 2008-2009**

PRODUÇÃO TÉCNICA	2008	2009	VARIAÇÃO
Notas Técnicas	1.010	979	-3,1%
Notas Informativas	163	181	11%
TOTAL	1.173	1.160	1,1%

Fonte: Casa Civil - Publicação de Atos e Sistema Condoc

Merece especial relevo o papel da Coasa na instrução dos processos referentes ao exercício da iniciativa das leis conferidas ao Governador pelo art. 77 da Constituição do Estado.

A Coasa participou ativamente da instrução de anteprojetos de lei, promovendo a interlocução entre as Secretarias de Estado e entre estas e a Procuradoria Geral do Estado – PGE, com o objetivo de garantir a conformidade das leis originadas com a Ordem Jurídica, sob os pontos de vista material e formal.

Nesse aspecto, o trabalho desenvolvido pela Coasa se pautou na análise da constitucionalidade das minutas, bem como no atendimento às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Em 2009, a Coasa contribuiu na edição das leis, conforme detalhado nos Quadros 21, 22 e 23.

Leis sobre a Reestruturação de Carreiras

QUADRO 21

**LEIS DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS
BAHIA, 2009**

LEI	TEXTO	PUBLICAÇÃO
Nº 11.355, de 05 de janeiro de 2009	Altera o Anexo Único da Lei nº 9.011, de 11 de fevereiro de 2004, que trata das carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais	D.O.E. 06.01.2009
Nº 11.356, de 06 de janeiro de 2009	Cria o Prêmio por Desempenho Policial, altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia e dispositivos das Leis nº 7.990, de 27.12.2001, nº 8.626, de 09.05.2003, nº 9.002, de 29.01.2004, e nº 9.848, de 29.12.2005, e dá outras providências	D.O.E. 07.01.2009
Nº 11.382, de 26 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre a remuneração dos cargos de Procurador Jurídico, e dá outras providências	D.O.E. 27.02.2009

Continua

Continuação do Quadro 21

Nº 11.481, de 01 de julho de 2009	Incorpora valores da Gratificação de Atividade Policial – GAP, ao vencimento básico dos cargos das carreiras de Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil e Escrivão de Polícia Civil, na forma que indica, bem como altera dispositivo da Lei nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009	D.O.E. 07 e 08.02.2009
Nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009	Organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia e dá outras providências	D.O.E. 07.01.2009
Nº 11.364, de 29 de janeiro de 2009	Altera a estrutura remuneratória do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, na forma que indica, e dá outras providências	D.O.E. 28.01.2009
Nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a criação da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, e dá outras providências	D.O.E. 03.02.2009
Nº 11.369, de 02 de fevereiro de 2009	Altera a estrutura de cargos e a remuneração das carreiras de Agente Penitenciário e de Delegado de Polícia Civil, cria o Prêmio por Desempenho Policial, na forma que indica, e dá outras providências	D.O.E. 03.02.2009
Nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009	Reestrutura o Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, criado pela Lei nº 5.828, de 13 de junho de 1990, e reestruturado pela Lei nº 8.361, de 23 de setembro de 2002, bem como o seu Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV, e dá outras providências	D.O.E. 06.02.2009
Nº 11.375, de 05 de fevereiro de 2009	Reestrutura as carreiras de Analista Universitário e Técnico Universitário, integrantes do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, bem como o seu padrão remuneratório, e dá outras providências	D.O.E. 06.02.2009
Nº 11.613, de 06 de novembro de 2009	Altera a estrutura remuneratória e de cargos das carreiras do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional, institui o Prêmio por Desempenho Policial aos servidores integrantes destas carreiras, na forma que indica, e dá outras providências	D.O.E. 07 e 08.11.2009

Continua

Conclusão do Quadro 21

Nº 11.623, de 30 de dezembro de 2009	Altera a estrutura remuneratória dos cargos, funções comissionadas e gratificadas e reajusta os vencimentos, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências	D.O.E. 31.12.2009
--------------------------------------	--	-------------------

Fonte:Casa Civil/Coasa

Leis sobre o Fortalecimento de Órgãos

QUADRO 22

LEIS DE FORTALECIMENTO DE ÓRGÃOS BAHIA, 2009

LEI	TEXTO	PUBLICAÇÃO
Nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009	Reorganiza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, altera a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder e dá outras providências	D.O.E. 21.01.2009
Nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009	Institui a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, e dá outras providências	D.O.E. 05.02.2009
Nº 11.372, de 05 de fevereiro de 2009	Altera a estrutura remuneratória dos membros da Defensoria Pública do Estado da Bahia na forma que indica, e dá outras providências	D.O.E. 06.02.2009
Nº 11.377, de 06 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e dá outras providências	D.O.E. 07 e 08.02.2009
Nº 11.484, de 10 de julho de 2009	Altera a estrutura de vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, e dos cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências	D.O.E. 11 e 12.07.2009

Fonte:Casa Civil/Coasa

Leis sobre Políticas de Governo

QUADRO 23

LEIS DE POLÍTICAS DE GOVERNO BAHIA, 2009

LEI	TEXTO	PUBLICAÇÃO
Nº 11.359, de 19 de janeiro de 2009	Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia - PETE/BA e dá outras providências	D.O.E. 20.01.2009

Continua

Continuação do Quadro 23

Nº 11.365, de 29 de janeiro de 2009	Altera dispositivos da Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007, que instituiu o Prêmio de Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público Estadual, e da Lei nº 10.851, de 10 de dezembro de 2007, que criou a atividade de Instrutoria Interna, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências	D.O.E. 05.02.2009
Nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos Bahiafarma, e dá outras providências	D.O.E. 05.02.2009
Nº 11.472, de 14 de maio de 2009	Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado da Bahia para a realização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do ano de 2016	D.O.E. 15.05.2009
Nº 11.473, de 14 de maio de 2009	Institui a bolsa auxílio no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia e da Educação Básica, segundo os critérios e limites fixados nesta Lei, e dá outras providências	D.O.E. 15.05.2009
Nº 11.476, de 01 de julho de 2009	Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental – APAs, do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do Litoral Norte, e dá outras providências	D.O.E. 02.07.2009
Nº 11.478, de 01 de julho de 2009	Aprova o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e dá outras providências	D.O.E. 02.07.2009
Nº 11.479, de 01 de julho de 2009	Institui restrições à concessão e à manutenção de financiamentos e incentivos fiscais estaduais a empregadores que não adotem práticas de trabalho decente e não atendam à legislação que trata de cotas para pessoas portadoras de deficiência e jovens aprendizes, e dá outras providências	D.O.E. 02.07.2009
Nº 11.480, de 01 de julho de 2009	Dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona e dá outras providências	D.O.E. 02.07.2009

Continua

Conclusão do Quadro 23

Nº 11.610, de 28 de setembro de 2009	Prorroga o prazo de vigência do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, que o instituiu	D.O.E. 01.10.2009
11.612, de 08 de outubro de 2009.	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências	D.O.E. 09.10.2009
11.619, de 10 de dezembro de 2009.	Regulamenta o tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Estadual	D.O.E. 11.12.2009.
11.628, de 30 de dezembro de 2009.	Autoriza o Poder Executivo do Estado da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder a doarem imóveis ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica	D.O.E. 31.12.2009

Fonte: Casa Civil/Coasa

GESTÃO DE PESSOAS

MESA DE NEGOCIAÇÃO

Com a criação, em 2007, do Sistema Estadual de Negociação Permanente – Senp, foram asseguradas importantes conquistas aos servidores, que tiveram o reconhecimento de suas competências e de seu papel na construção de um serviço público comprometido com o bom atendimento ao cidadão.

Em 2009, foram introduzidas mudanças pelo processo de reestruturação de carreiras implantado pelo Governo do Estado. As diretrizes integram um novo modelo que articula planejamento à valorização do desempenho profissional. As alterações foram construídas na Mesa de Negociação por intermédio de acordos fechados por representantes do Governo e de cada uma das categorias envolvidas.



Créditos: SAED/Ascom

Dentre as alterações, destaca-se o reposicionamento da remuneração das carreiras do Estado, tendo como parâmetro a pesquisa salarial realizada em 21 unidades da Federação e no setor privado, além da implantação de política salarial com reajustes específicos para cada categoria. O processo de reestruturação será realizado em três anos e, até 2011, ficarão assegurados os ganhos reais dos salários decorrentes das reestruturações e reajustes lineares anuais.

A reestruturação das carreiras do serviço público contemplou dois fatores essenciais: remuneração e realinhamento salarial para todos os servidores do Estado. O objetivo é reorientar as políticas de remuneração sustentadas em gratificações e partir para ações voltadas à efetiva valorização do funcionalismo e à modernização da máquina pública. O principal critério passa a ser o reconhecimento do desempenho pelo mérito.

Outros fatores importantes que nortearam estas reestruturações foram: o alinhamento das carreiras às funções do Estado, a avaliação de desempenho e a adoção de controle social como mecanismo legítimo e eficiente de avaliação dos serviços públicos prestados à sociedade.

O realinhamento salarial foi um dos principais resultados das reestruturações de 17 grupos ocupacionais e das carreiras do serviço público estadual, o que corresponde a aproximadamente 81 cargos reestruturados, beneficiando cerca de 90% dos servidores estaduais.

Além das reestruturações, houve também a reorganização da Polícia Civil do Estado da Bahia através da Lei Orgânica, onde são reunidas, em um só texto, todas as leis relacionadas à estruturação organizacional e funcional da Polícia Civil, delimitando um marco histórico para a instituição, ao atender um pleito de mais de 40 anos das categorias da Polícia Civil baiana.

Nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, o Senp prestou assessoria no processo de negociação sindical na data-base e em situações específicas, orientando e fornecendo o suporte técnico necessário nas negociações e na elaboração dos Acordos Coletivos com definição, orientação e controle.



Crédito: SAEB/A-scsm

O fruto da relação madura entre o Governo do Estado e seus servidores, inaugurada com a instalação da Mesa de Negociação em 2007, pode ser observada no Quadro 24, onde são demonstrados os reflexos para a sociedade, através de alterações realizadas nas carreiras do Estado.

QUADRO 24

MESA DE NEGOCIAÇÃO - GANHOS PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS BAHIA, 2009

GRUPO	COMO ERA	COMO FICA	REFLEXO PARA SOCIEDADE
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de gratificações 	<ul style="list-style-type: none"> • Unificação das gratificações em uma única - Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID), que põe fim às distorções e eleva o valor mínimo pago aos servidores da Saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> • Com a gratificação por mérito, serão aferidos o resultado, a assiduidade e a qualidade de atendimento de cada Unidade; • Melhoria do atendimento; • Incentivo à permanência do servidor em Unidades finalísticas, ampliando a capacidade de atendimento das Unidades de Saúde;

Continua

Continuação do Quadro 24

<p>Saúde</p>		<ul style="list-style-type: none"> • A reestruturação das carreiras dá perspectiva de crescimento. • Criação de novas carreiras dentro do Grupo Ocupacional, todas de nível superior; • Redefinição de critérios de promoção por mérito; • Redefinição da jornada de trabalho; • Assegurada gratificação para servidores da Saúde em função municipalizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo para que os servidores atuem no atendimento ao cidadão, e não no âmbito administrativo.
<p>Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano existente mantinha interstícios muito elevados entre as classes; • Os critérios para promoção não contemplavam metas de melhoria de aprendizado; • Diretores escolhidos sem eleição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do piso nacional; • O novo plano de promoção permite que um número maior de professores possam ser promovidos. A idéia é que o crescimento se dê em intervalos de três anos; • Principal requisito de mérito: aprendizagem do aluno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao premiar o mérito através da aferição do aprendizado do aluno, da unidade escolar e do próprio professor, incentiva a melhoria contínua da qualidade de ensino e de indicadores sociais da Bahia; • Ampliação da participação na gestão escolar; • Incentivo ao ingresso de professores com formação para o exercício do magistério, elevando, conseqüentemente, o nível profissional da categoria.
<p>Segurança Pública / Polícia Militar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Carreira com pouca perspectiva de crescimento, tanto para praças quanto para oficiais. Só havia dois níveis entre as praças, soldado e sargento. • O soldado permanecia no mesmo posto por até 25 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturada carreira dos praças com ampliação do número de graduações. Entre as inovações, o resgate das graduações de cabo e sub-tenente. • Criação do Prêmio por Desempenho Policial a título de remuneração variável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do policiamento ostensivo através do incentivo via prêmio de desempenho; • Ao premiar corporações por desempenho, incentiva a redução de ocorrências e o combate ao crime; • Reestruturação de Unidades Operacionais da PM, com vistas a atender com maior eficiência e eficácia às demandas da comunidade e do próprio policial militar; • Intensificação do policiamento ostensivo; • Avanços na formação e na capacitação dos policiais militares, implicando melhorias diretas nos processos de valorização profissional e prestação de serviços.

Continua

Conclusão do Quadro 24

<p>Segurança Pública / Polícia Civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de nível médio para ingresso na carreira; • Cargo: Agente de Polícia; • Estrutura remuneratória com cinco classes (Classes 1,2,3,4 e 5); • Sem incentivos de qualificação profissional; • Limite de vagas para promoção; • Estrutura Organizacional deficiente para atender às necessidades da população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de nível superior para ingresso na carreira; • Mudança da nomenclatura do cargo passando a Investigador de Polícia; • Extinção da Classe 1 e criação de quatro classes (3ª, 2ª, 1ª e Classe Especial); • Criação da Gratificação de Incentivo à Titulação: 10% para Especialização, 15% para Mestrado e 20% para Doutorado • Extinção do limite de vagas para promoção; • Reorganização institucional; gestão do conhecimento; valorização e formação profissional; estruturação e modernização da perícia; novos departamentos e ampliação de alguns já existentes; • Transformação de 586 cargos de chefia, de DAÍ-5 para DAÍ-4. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania valorizada: o novo sistema de telecomunicação e a Delegacia Móvel vão garantir mais agilidade no atendimento e maior proximidade com a comunidade. • Marco histórico para a instituição: A Lei Orgânica reúne, em um só texto, todas as leis relacionadas à estruturação organizacional e funcional da Polícia Civil; • Inteligência: uma das novidades será o Departamento de Inteligência Policial, que trabalhará articulado com a Superintendência de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública, com ações em todo o Estado; • Autonomia funcional e administrativa: Departamento de Planejamento, Administração e Finanças criado para gerir a Polícia Civil.
---	--	--	---

Fonte:Casa Civil/Coasa

PROVIMENTO DE PESSOAL

Demonstrando a atenção dada pelo Governo do Estado às áreas prioritárias, foram realizados, em 2009, dois concursos públicos para provimento de 4.050 vagas para as áreas de Segurança e Saúde. Encontram-se em curso de formação 2.121 candidatos, entre Policiais Militares e Bombeiros; outros 924 profissionais selecionados em concursos públicos anteriores passaram a integrar o quadro permanente de servidores em 2009. Em função de uma ação judicial, a Administração ainda não pode nomear 850 servidores da Saúde.

No período de 2007 a 2009, foram nomeados 12.959 novos servidores para as áreas prioritárias, quantitativo superior em 65,4% em relação ao período de 2004 – 2006. Dos profissionais nomeados no triênio 2007-2009, 6.582 foram para a área de Segurança Pública, 3.978 para atuarem na Educação, sendo 3.447 para Educação Básica e 531 para as Universidades, e 2.399 para o segmento Saúde, como pode ser observado na Tabela 37.

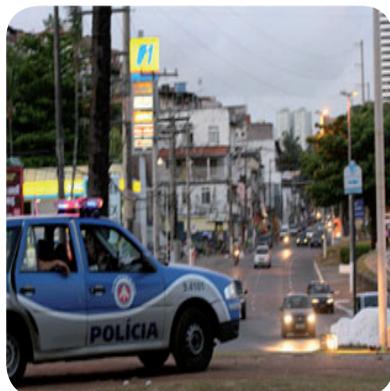
TABELA 37

PROVIMENTO DE PESSOAL
BAHIA, 2004-2009

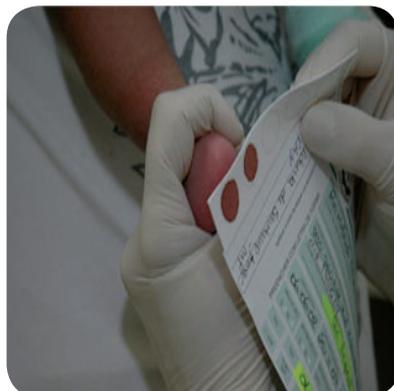
ÁREA	NOMEAÇÕES								VARIÇÃO (B/A %)
	2004	2005	2006	2004-2006 (A)	2007	2008	2009	2007-2009 (B)	
SEGURANÇA PÚBLICA	927	1.605	675	3.207	200	3.904	2.478	6.582	105,2
EDUCAÇÃO	1.407	722	668	2.797	3.229	212	537	3.978	42,2
SAÚDE*	-	-	1.830	1.830	1.410	989	-	2.399	31,1
TOTAL	2.334	2.327	3.173	7.834	4.839	5.105	3.015	12.959	65,4

Fonte:SAEB

Obs: * A Administração aguarda decisão judicial para nomear 850 profissionais de Saúde.



Segurança



Saúde



Educação

Créditos: SAEB/Ascom

Considerando o compromisso de formar um quadro de pessoal com servidores efetivos, o Governo do Estado estabeleceu como meta para 2010 a realização de três concursos públicos para provimento de 3.330 vagas, conforme demonstrado

na Tabela 38. Tão logo as receitas do Estado sejam restabelecidas, existe a expectativa de realização de outros concursos para contratação de mais profissionais, a fim de atender às necessidades das Unidades do Executivo.

TABELA 38

**CRONOGRAMA PROPOSTO DE CONCURSOS PÚBLICOS
BAHIA, 2010**

UNIDADE		CARGO	VAGAS
SEC		Professor do Ensino Fundamental e Médio	3.200
SJCDH		Agente Penitenciário - Capital e Interior	80
Planserv		Auditor de Saúde Pública	50
TOTAL			3.330

Fonte:SAEB

SAÚDE OCUPACIONAL

A qualidade de vida é tratada de forma ampla, da preservação da saúde à promoção do bem-estar. Com base neste conceito, foi criado o Programa

Bem Viver, iniciativa do Governo Estadual, que faz parte de uma política pública de gestão de pessoas especificamente voltada para a valorização do servidor e do serviço público estadual.



Créditos: SAEB/Ascom



Créditos: SAEB/Ascom

Programa Bem Viver

O programa foi lançado em junho de 2009 e engloba ações que abrangem a antecipação, o reconhecimento, a avaliação e o controle da ocorrência de potenciais agravos à saúde, relacionados às condições e ao ambiente de trabalho.

Também estão previstas iniciativas necessárias à promoção ou à recuperação da saúde, à prevenção de doenças laborais e de acidentes de trabalho, e ainda ações de educação, reabilitação funcional, promoção da qualidade de vida e de reinserção no ambiente de trabalho, a serem desenvolvidas através da articulação entre as diversas instâncias do Estado.

Em 2009, foi assinado Protocolo de Intenções entre a Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE e Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, com a finalidade de implementar ações relativas à qualidade de vida, através do desenvolvimento de uma política de esporte e lazer com ações integradas de planejamento, acompanhamento, controle e divulgação de ações destinadas ao incentivo e a prática do esporte para os servidores públicos estaduais.

Foram disponibilizadas 1.170 vagas em diversas modalidades, resultando na inscrição de 1.891 candidatos às práticas esportivas, conforme detalhado na Tabela 39.

TABELA 39 VAGAS POR MODALIDADES ESPORTIVAS BAHIA, 2009

MODALIDADE	PERFIL	QUANTITATIVO DE INSCRITOS	VAGAS DISPONÍVEIS
Natação	Adulto	660	300
Ginástica Geral		529	290
Hidroginástica		527	150
Karatê	Criança	48	60
Futebol		42	110
Judô		27	60
Basquete		22	40
Futsal		16	80
Vôlei		15	60
Atletismo		5	20
TOTAL			1.891

Fonte: SAEB

Olimpíada do Servidor Público 2009

Outra iniciativa de incentivo à prática de esportes pelo servidor público estadual foi a realização da Olimpíada do Servidor Público 2009. A abertura do evento foi marcada por uma grande confraternização no Estádio de Pituáçu, reunindo mais de cinco mil pessoas, entre servidores e familiares, com o desfile das equipes inscritas, envolvendo 23

secretarias de Estado, além do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios e Assembléia Legislativa, *show* musical da cantora Mariene de Castro, apresentação da banda marcial da Polícia Militar, hasteamento de bandeiras, chegada da tocha olímpica e apresentação de grupo folclórico.



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom

Abertura das Olimpíadas do Servidor

Foram inscritos 2.300 servidores, em dez modalidades, entre atletismo, futebol de campo, futsal, basquetebol, handebol, natação, vôlei de quadra, vôlei de praia, *beach soccer*, além de jogos de salão

(futebol totó, tênis de mesa, biriba, dama, dominó, xadrez e sinuca). Os jogos foram concentrados no mês de outubro, dedicado ao servidor público, conforme detalhamento apresentado na Tabela 40.

TABELA 40

OLIMPÍADA DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES POR MODALIDADE BAHIA, 2009

MODALIDADE	QUANTITATIVO	
	TIMES	SERVIDORES
Futebol de Campo	40	880
Futsal	51	612
Vôlei de Quadra	12	144
Futebol de Praia	9	108

Continua

Conclusão da Tabela 40

Vôlei de Praia	17	68
Basquete	3	36
Jogos de Salão	-	295
Natação	-	85
Atletismo	-	72
TOTAL	132	2.300

Fonte: SAEB

O Governo do Estado disponibilizou os uniformes completos para os times e camisas para todos os atletas nas modalidades individuais, além

de todo o apoio aos participantes, no sentido da viabilização dos treinos e do atestado de saúde, necessário à inscrição.



Créditos: SAEB/Ascom



Créditos: SAEB/Ascom



Créditos: SAEB/Ascom

Competições das Olimpíadas do Servidor

Para atuar como um canal interativo, foi lançado concomitantemente o blog Placar da Olimpíada, veiculando dados do torneio e manifestações dos

servidores, que resultou em mais de 50 mil acessos até o final do evento.



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom

Prevenção e Proteção da Saúde do Servidor

Visando prevenir através da educação, em 2009 foram oferecidas 400 vagas para os cursos de Prevenção de Incêndios, Acidentes e Primeiros Socorros e Saúde Ocupacional no Serviço Público.

Os cursos, ministrados em aulas teóricas e práticas, auxiliam na melhoria das condições de segurança de funcionários e usuários de bens e serviços públicos, na prevenção de acidentes em geral, além de demonstrar a importância em investir na prevenção e proteção da saúde do servidor.

Programa da Educação Especial

Inserido no programa de valorização do servidor público e, em consequência, dos seus familiares, o Programa de Educação Especial atendeu, em 2009, 72 bolsistas, através de oito escolas conveniadas. O objetivo deste programa é atender aos filhos e dependentes de servidores públicos e pensionistas do Estado da Bahia portadores de necessidades especiais, ajudando-os na difícil tarefa de educar e desenvolver suas potencialidades e habilidades. O Programa de Educação Especial também oferece aos dependentes dos servidores: escolaridade especializada, oficinas pedagógicas pré e profissionalizantes e apoio terapêutico, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas.

As bolsas concedidas sofreram um grande avanço do ponto de vista financeiro, pois os valores pagos por cada bolsa estavam sem reajuste desde 1997, no valor de, aproximadamente, R\$ 136,00. Em 2009, foram reajustadas para R\$ 300,00, enquanto, para 2010, há uma perspectiva de ampliação de novas vagas.

JUNTA MÉDICA

A Junta Médica do Estado tem o objetivo de inspecionar a saúde física e mental dos servidores públicos. Dentre suas atividades destacam-se: exames médicos periciais e inspeções de saúde para admissão, readaptação, afastamentos, aposentadoria por invalidez, reversão, assuntos referentes à pensão e perícia para concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade e atividades penosas. A Tabela 41 detalha os atendimentos prestados pela Junta Médica em 2009.

TABELA 41 ATENDIMENTOS PRESTADOS PELA JUNTA MÉDICA BAHIA, 2009

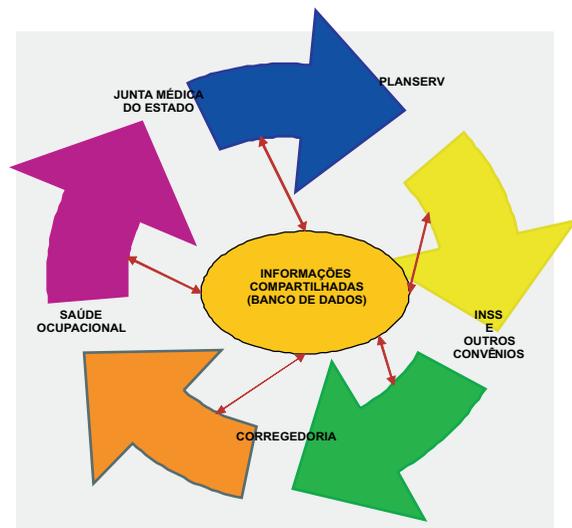
DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVO
Licenças Médicas	13.697
Exames Médicos Pré-Admissionais	4.172
Readaptações Funcionais	725
Insalubridade	5.092
Concessões de Laudos	313
Aposentadorias por Invalidez	163
Isonção de Tributos	161
TOTAL	24.323

Fonte: SAEB

Em continuidade às mudanças introduzidas desde 2007, foram contratados mais 13 médicos peritos, passando a existir 41 profissionais em atuação, o que, além de reforçar a equipe, deu maior agilidade ao atendimento. As mudanças operacionais ocorreram paralelamente às melhorias administrativas, a exemplo do processo de digitalização dos prontuários médicos. Em 2009, 80 mil documentos foram digitalizados em sistema seguro, que pode ser acessado via *Internet*, o que proporcionou mais agilidade no atendimento e confiabilidade no histórico médico dos servidores.

Sistema de Perícias Médicas – SPM

Outra transformação substancial ocorrida na Junta Médica foi a implantação do Sistema de Perícias Médicas – SPM, *software* que permite o cruzamento de informações com o Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIRH, com o do Planserv, do INSS, da Saúde Ocupacional e da Corregedoria, possibilitando, dessa forma, um maior controle da gestão de pessoal.



Está prevista para o primeiro semestre de 2010 a implantação da versão *web* deste *software*, que viabilizará a descentralização da atuação da Junta, com a criação de oito Juntas Médicas Regionais nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Barreiras, Juazeiro e Teixeira de Freitas, além de emitir relatórios gerenciais e estatísticos com dados das licenças médicas e demais benefícios concedidos.

Esse conjunto de modificações estruturais permite ao Governo do Estado uma melhor gestão sobre

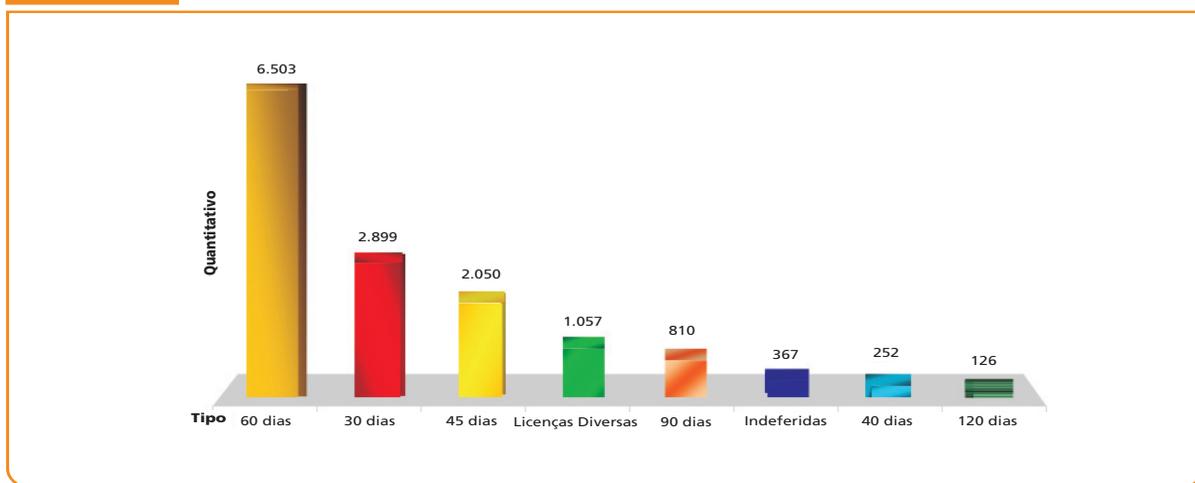
a qualidade e quantidade das licenças médicas e demais benefícios concedidos, como também garante ao servidor redução no tempo de espera para realização de perícias médicas.

A Junta Médica tem a capacidade de realizar 240 perícias médicas por dia, através de seis consultó-

rios. Em 2009, foram emitidos cerca de 24 mil laudos, dos quais, em torno de 14 mil se referem a licenças médicas concedidas, quantitativo 15,8% menor se comparado ao mesmo período de 2008. Do total de licenças concedidas, 46,2% se referem a solicitações de afastamento para o período de 60 dias, como pode ser observado no Gráfico 44.

GRÁFICO 44

**PANORAMA DAS LICENÇAS MÉDICAS
BAHIA, 2009**



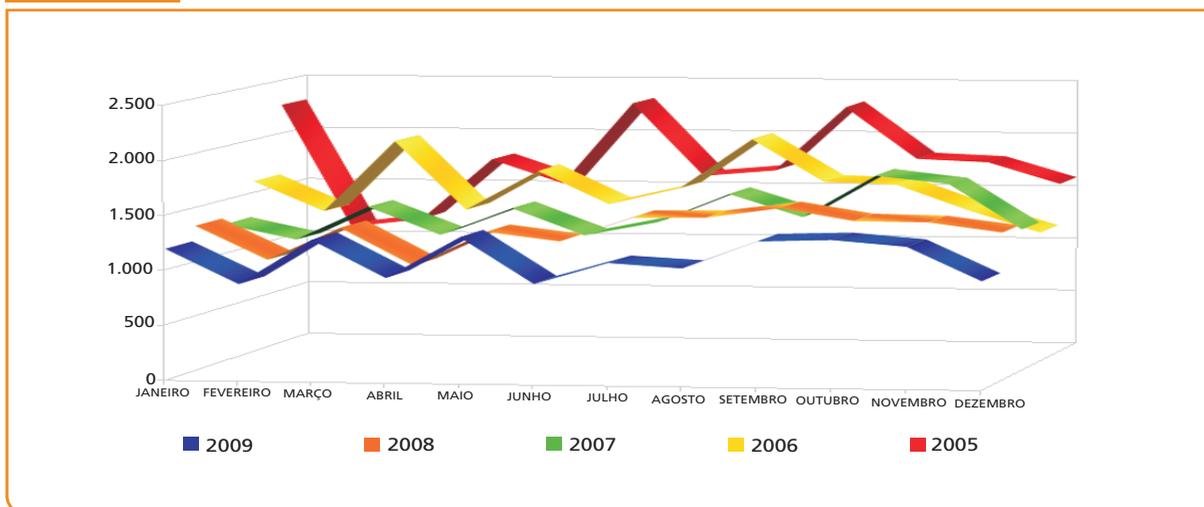
Fonte: SAEB

Analisando os pedidos conforme preconiza a legislação, e licenciando com base na incapacidade laborativa do servidor, a Inspeção Médica criteriosa visa aumentar o controle nas licenças médicas concedidas e readaptar servidores afastados indevidamente de seus locais de trabalho. Por outro

lado, a concessão de Licenças Médicas com prazos menores (até 60 dias) permite aos médicos peritos um acompanhamento da evolução das patologias que acometem os servidores públicos. O Gráfico 45 demonstra uma redução no quantitativo mensal das licenças concedidas no período de 2005 a 2009.

GRÁFICA 45

**COMPARATIVO DE LICENÇAS MÉDICAS CONCEDIDAS
BAHIA, 2005-2009**



Fonte: SAEB

COMUNICAÇÃO COM O SERVIDOR

Foi implantado, em 2009, o Núcleo de Comunicação com o Servidor, com o objetivo de estabelecer fluxo de comunicação voltado diretamente para o funcionalismo público estadual. O foco estratégico é viabilizar, ao longo do tempo, além de uma comunicação clara, uma relação de confiança e as condições necessárias para o envolvimento e até o engajamento dos servidores nos grandes temas da administração pública, tais como a busca da eficiência, incluindo economia de recursos e qualidade do gasto, e o foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. O plano de trabalho do Núcleo contempla ações em três níveis:

- Nível informacional – ferramentas destinadas a manter o servidor informado, sobretudo no que diz respeito à sua carreira, aos serviços e benefícios voltados para o funcionalismo e ao trabalho no serviço público;
- Nível mercadológico – campanhas periódicas de *endomarketing* para envolvimento dos servidores, a exemplo da conscientização acerca dos cuidados com a saúde;
- Nível interativo – aprofundamento do *endomarketing* com utilização das ferramentas convencionais e outras estratégias, até mesmo na esfera da informalidade, tendo como foco o estabelecimento de uma política de comunicação de mão dupla, incluindo a intermediação direta dos superiores hierárquicos para que se criem as condições para um diálogo aberto em todas as instâncias do Governo.

Em 2009, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Boletim do Contracheque – O boletim é um canal de comunicação direta com o servidor, com uma tiragem de cerca de 100 mil exemplares, chegando a todos os funcionários estaduais em atividade, na capital e no interior. Já foram abordados no contracheque temas como o equilíbrio das contas do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv; o Programa Compromisso Bahia; a nova Junta Médica do Estado; o Clube de Desconto; os Prêmios Boas Práticas e Servidor Cidadão, a Olimpíada do Servidor; a inclusão de netos dos beneficiários do Planserv e as

alterações no processo de autorização de quimioterapia pelo plano; o lançamento das atividades do Programa Bem Viver para 2010; o reajuste salarial de 4% para todo o funcionalismo a partir de janeiro de 2010; além da Conferência Estadual de Cultura e de enquete do programa Atitude Positiva/Compromisso Bahia.

- Jornal Você Servidor - Lançado com periodicidade bimestral, destacou em seu primeiro número os benefícios trazidos pela prática de exercícios físicos. O jornal, com oito páginas, reúne matérias nas áreas de Educação, Saúde, Segurança, Cultura e o trabalho do servidor. É encartado no Diário Oficial e tem uma tiragem extra para distribuição entre os servidores. Foram feitas quatro edições do jornal em 2009, enfocando o lançamento do Programa Bem Viver, o Programa de Preparação do Servidor para a Aposentadoria – Prepare-se, a Olimpíada do Servidor e os ganhadores dos prêmios Boas Práticas e Servidor Cidadão.
- Guia da Reestruturação de Carreiras – Documento elaborado e publicado no Portal do Servidor, o Guia traz detalhada as mudanças ocorridas no âmbito de cada carreira.
- *Newsletter* – Envio de *newsletter* para um *mailing* de 33.912 servidores estaduais das diversas secretarias já é uma rotina e funciona como um importante complemento no processo de divulgação das ações voltadas para o bem-estar do funcionalismo estadual. Em média, são encaminhadas duas *newsletters* por mês.
- Interatividade com o Servidor via *Blog* e *Twitter* - Introduzida a comunicação interativa com o servidor, via *blog* e *Twitter*, a partir do advento da Olimpíada do Servidor Público 2009, o *blog* Placar da Olimpíada alcançou 50 mil acessos em 40 dias, o que configura, em média, 1.250 acessos por dia. A interatividade foi total, com 654 comentários, média de 16 por dia. No final de 2009, foi lançado o *Blog Bem Viver*, voltado para disseminação das ações de promoção da saúde ocupacional e da qualidade de vida.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Num cenário de desigualdades sociais e de cobrança efetiva por um melhor desempenho dos serviços pú-

blicos, o Estado encontra-se diante do grande desafio de rever seu modo de atuação, investindo na gestão de compromisso e na geração de valor público.

Desenvolver nos servidores a competência de aprender é o que mobilizou o Governo do Estado para a estruturação das ações de educação corporativa enquanto escola de Governo integrante do Sistema Universidade Corporativa do Serviço Público – UCS.

O Sistema UCS foi instituído com a finalidade de alinhar e integrar as diretrizes educacionais implementadas pelas diferentes instituições governamentais do Executivo Estadual. É constituído pelo conjunto de escolas de Governo e unidades de educação corporativa dos vários órgãos da administração direta e indireta.

O primeiro princípio que estrutura a UCS é a compreensão do Estado como uma totalidade



Capacitações na UCS - Crédito: Ascom/SAEB

Com base no desenvolvimento de competências estratégicas, sistêmicas e transversais de gestão pública, a UCS tem por objetivo ampliar a capacidade de pessoas e organizações do executivo estadual no que concerne à geração do valor público, em consonância com o Plano de Governo do Estado.



A fim de consolidar seu papel na identificação e desenvolvimento de competências, a UCS buscou estabelecer parcerias com instituições de natureza similar com o propósito de

sistêmica, cuja liga articuladora se encontra no aprendizado compartilhado e na convergência dos processos de gestão pública. O segundo princípio em que se fundamenta a Escola de Governo é o entendimento do servidor como a mola mestra da aprendizagem organizacional, entendendo que o Estado funciona tal qual as pessoas que o compõem, em seus processos de interação no âmbito organizacional. Esta premissa estabelece o foco no desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e operacionais, em âmbito individual e interpessoal, necessárias ao aprendizado coletivo.

Finalmente, o terceiro princípio organizador diz respeito à formação de redes como estratégia de sustentabilidade e manutenção dos processos de aprendizagem no serviço público, seja através da criação de comunidades de prática, de comunidades funcionais ou de comunidades virtuais de aprendizagem.



compartilhar metodologias, conteúdos e eventos de capacitação.

O primeiro passo nessa direção foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Através deste acordo, a UCS passou a fazer parte da Rede Nacional de Escolas de Governo, atuando como difusora dos programas de educação continuada e de desenvolvimento gerencial promovidos pela Enap.

Outra parceria de grande importância para o aprimoramento dos servidores públicos estaduais foi a cooperação com a Canadá School of Public Service – CSPS, Escola Nacional de Administração Pública do Canadá com larga experiência em programas

de desenvolvimento gerencial e metodologias participativas. Através do Projeto Desenvolvimento de Capacidade de Governança, foi oferecido aos servidores públicos estaduais programas de capacitação voltados ao gerenciamento de políticas públicas estaduais.



A parceria realizada com a Enap e a CSPS possibilitou a introdução de novos cursos e a incorporação de novos métodos e tecnologias de aprendizagem.

Os programas desenvolvidos nestas parcerias envolvem, prioritariamente, conteúdos relacionados ao desenvolvimento de lideranças, gestão de políticas públicas e desempenho de equipes, além dos processos de ensino à distância.

Em 2009, a Universidade Corporativa do Servidor Público promoveu 407 eventos entre presenciais e à distância, resultando na capacitação de 8.627 servidores, conforme detalhado nas Tabelas 42 e 43. Assim, como em todo projeto que se inicia, é necessário aperfeiçoar as condições para que os servidores absorvam os conteúdos ministrados.

TABELA 42

**CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS
BAHIA, 2009**

ACÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	EVENTOS	CONCLUINTES
Fiscalização de Contratos	32	999
Funcionalidades de RH	24	681
Simpas	60	664
Formação de Instrutoria Interna	11	302
Sistema de Protocolo	17	209
Sistema de Manutenção de Veículo	37	431
Modelo SAC Atender	17	572
Preparatório para Pregoeiros	6	217
Noções Básicas de Contratações Públicas	3	146
Licitações e Noções de Contratações Públicas	5	121
Sistema de Administração de Patrimônio	14	155
Informática Básica e Avançada	6	61
Cadastro de Serviços Terceirizados	7	76
Prevenção de Incêndios, Acidentes e Primeiros Socorros	3	47
Sistema de Controle de Imóveis	3	33
Metodologia de Gerenciamento de Projetos	1	21
Folha de Pagamento- Consignações	1	10
Predial	6	120
Documental	2	101
Gestão		
Materiais	1	32
Pessoas Fundamentos e Tendências	1	27

Continua

Conclusão da Tabela 42

Contas Públicas	1	11
Outros Treinamentos	140	3.242
TOTAL	398	8.278

Fonte: SAEB

TABELA 43

**CAPACITAÇÕES À DISTÂNCIA
BAHIA, 2009**

AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	EVENTOS	CONCLUÍTES
Atendimento ao Cidadão	2	63
Orçamento Público	1	70
Análise e Melhoria de Processos	1	53
Fundamentos em Gerência de Projetos	1	48
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	1	46
Rumo à Aprendizagem Virtual	1	15
Orçamento Público Elaboração e Execução	1	34
Ética e Serviço Público	1	20
TOTAL	9	349

Fonte: SAEB

PRÊMIOS - SERVIDOR CIDADÃO E BOAS PRÁTICAS

Em novembro de 2009, foi realizada a cerimônia de entrega dos prêmios "Servidor Cidadão e Boas Práticas de Trabalho". O Prêmio Servidor Cidadão, que está na sua sétima edição, contempla ações realizadas em caráter voluntário pelos servidores públicos estaduais dos Poderes Executivo, Legisla-

tivo e Judiciário do Estado da Bahia, desenvolvidas em trabalhos comunitários, de ação social e sem fins lucrativos, tendo por objetivos a melhoria da qualidade de vida, a prestação de serviços, o estímulo à cultura e à capacitação profissional e educacional nas comunidades baianas.



Créditos: SAEB/Ascom

Prêmio Servidor



Créditos: SAEB/Ascom

Prêmio Servidor

O professor de história Jacimário Alves da Silva, da Secretaria da Educação – SEC, com a iniciativa “O Marco – Movimento de Arte, Educação e Cultura de Ourolândia”, venceu a edição de 2009. O Projeto tem a finalidade principal de buscar, despertar e provar que a arte pode mudar o destino de uma cidade, no que se refere à valorização cultural. Iniciado na escola estadual em que ensina, extrapolou os limites da sala de aula e hoje conta com a participação de artistas locais e da comunidade em que vive. O objetivo principal é a preservação da cultura, através de jovens da comunidade.



O professor Jacimário - Premiado



Já o Prêmio “Boas Práticas”, premiou os dez melhores projetos, atividades ou tarefas que aperfeiçoaram a prestação de serviços do Estado, através de ações inovadoras ou com resultados comprovados para uma melhor gestão de recursos e qualidade dos serviços, como pode ser observado no Quadro 25.

QUADRO 25
BOAS PRÁTICAS - MELHORES PROJETOS BAHIA, 2009

SERVIDOR	ÓRGÃO	AÇÃO	IMPORTÂNCIA
Cícero de Carvalho Monteiro	Cerb	Implantação de Gestão Estratégica da Cerb	Implantação de modelo de gestão estratégica, baseado no <i>Balanced Scorecard</i> , que visa definir os objetivos estratégicos e um sistema de medição de desempenho para a organização.
Jonas Galdino de Almeida	SSP	Desafio que Transforma a Realidade	Estruturação do posto policial para melhor atender à comunidade no município de Muquém do São Francisco, na Bahia, através de mobilização da comunidade.
Tarcísio de Jesus Silva	SETRE	Gestão na Rota Econômica	O sistema desenvolvido para a gestão da frota, o controle de combustíveis, manutenção de veículos, otimização da utilização da frota, programação de viagens. Traduzindo em economia, racionalidade e eficiência na coordenação da frota de veículos.
Nourivaldo Ferreira Cruz	Adab	Entre Imagens e Palavras - Nossas Dinâmicas	Envolvimento da comunidade e de comunidades rurais inclusive quilombolas que recebem através do projeto, orientações de como cuidar-se para cuidar dos animais. A importância da prevenção de endemias nos vegetais e nos animais.

Continua

Conclusão do Quadro 25

Josane Lino Queiroz		Agenda de Saúde da Mulher	Contribuição com a promoção da saúde, prevenção e agravamento de doenças, sobretudo as lesões de colo de útero.
Elionai Trindade Oliveira	SESAB	Atenção Especial a Pacientes Internados	Melhoria na relação paciente, funcionário e família. Redução de incômodos que o internamento acarreta. Diminuição da quantidade de medicamentos utilizados, uma vez que ao sorrir, o paciente consegue diminuir a dor, diminuir o tempo de tratamento e de estadia no hospital.
Cinara Santana Santos		Inclusão Digital	Acesso ao computador ampliado.
José Nogueira Souza		Como Editar um Livro em Escola Pública	Montagem de oficina para encadernação de livros no interior da escola.
Ana Paula Belchior Alvarenga Machado	SEC	Ajude Amigo	Promoção da atividade física como qualidade de vida aos alunos, afastando-os da criminalidade e desenvolvendo a consciência crítica.
Valquíria Gomes Lima		Formação de Leitores	Estímulo a leitura e valorização dos livros.

Fonte: SAEB

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR

Superada a fase exitosa de reestruturação organizacional e financeira iniciada em 2007, o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv começou, em 2009, a buscar

seu objetivo mais ousado: ser reconhecido como o melhor serviço de saúde suplementar da Bahia. Com o título de maior entidade do ramo do Norte e Nordeste, o Planserv é responsável pela saúde de três em cada quatro servidores estaduais, inclusive inativos, e seus familiares.



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom

Por meio do Planserv, o Governo do Estado coloca à disposição dos servidores um benefício facultativo de assistência à saúde, prestado nos moldes daqueles oferecidos por entidades que atuam nesse segmento. A adesão ao sistema corresponde a 75% do total de servidores estaduais ativos, inativos e pensionistas, o que demonstra, mais uma vez, a importância do Plano e faz com que ele, sozinho, responda por um terço do mercado de saúde suplementar do Estado da Bahia.

PLANSERV EM NÚMEROS

- 433.000 beneficiários;
- R\$ 650 milhões investidos/ano;
- 1.900.000 consultas/ano;
- 11.600.000 exames/ano;
- 1.110 prestadores de serviços médicos;
- Presente em 75 municípios do Estado;
- 550.000 atendimentos de emergência/ano.



Crédito: SAEB/Ascom

Atendimento na Rede Planserv

Atualmente, os serviços de saúde do Planserv são prestados através de uma rede composta de laboratórios, clínicas e hospitais, espalhados pelo Estado. No início de 2007, diante do desafio de aperfeiçoar a prestação de serviços tão amplos e complexos, o Plano estabeleceu como metas:

- Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- melhorar o nível de satisfação dos beneficiários;
- alcançar situação de equilíbrio financeiro.

Passados três anos da atual gestão, 2007 a 2009, a rede de atendimento cresceu, inclusive com abertura de serviços de emergência em grandes hospitais como Português e Santa Izabel, e as reclamações,

frequentes na imprensa até 2006, praticamente desapareceram.

GESTÃO DO PLANSERV

Mantendo intacta a imagem construída ao longo de 2007 e 2008, o Planserv fecha o ano de 2009 com seus pagamentos à rede de atendimento médico rigorosamente em dia, ou seja, todos os serviços prestados aos beneficiários, em determinado mês, foram pagos dentro do mês seguinte. Assim, entre a apresentação das faturas e o efetivo pagamento, estão transcorrendo menos de 30 dias. Essa prática só foi possível em função do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos, fruto do rigor na administração das finanças e do processo de melhoria contínuo da gestão do Plano.



Crédito: SAEB/Ascom

Atendimento na Rede Planserv

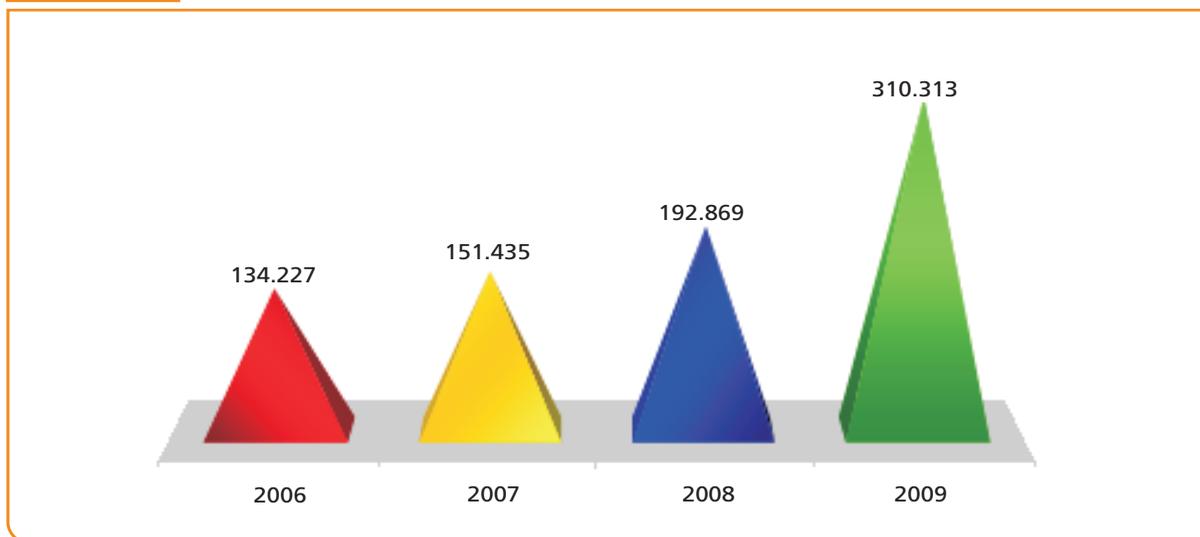
Valores Referenciais

Continuando, em 2009, com a política de agrupar honorários médicos, diárias, taxas, materiais e medicamentos necessários à realização de procedimentos, de modo a estabelecer preços justos, uniformes e fáceis de auditar para os chamados "pacotes", o Planserv ultrapassou a marca de 200 valores referenciais estabelecidos, respeitando os mais avançados protocolos médicos.

Essa ação teve como resultado a maior oferta de serviços – a exemplo da cirurgia bariátrica por vídeo, que, até 2008, não era coberta pelo Plano – sem distorções de preços e com facilidade de fiscalização. O Gráfico 46 demonstra o crescimento do quantitativo de procedimentos realizados por pacote, desde 2006, em substituição às contas abertas, nas quais não há nenhuma previsibilidade e os controles são muito difíceis.

GRÁFICO 46

COMPARATIVO DE LICENÇAS MÉDICAS CONCEDIDAS
BAHIA, 2006 - 2009



Fonte: SAEB

Tabela Sintética para Hospitais

Durante o ano de 2009, três grandes hospitais trabalharam de forma experimental com um novo parâmetro de remuneração dos serviços, a denominada Tabela Sintética; estes hospitais passaram a ser monitorados diariamente, de modo a corrigir eventuais falhas de sistema e avaliar impactos financeiros. O resultado das observações confirmou que o tradicional modelo das chamadas “contas hospitalares abertas” é inviável.

Com a nova sistemática, criada pelos profissionais do Planserv, as diárias englobam taxas de uso por equipamentos, materiais e medicamentos simples, de modo a acabar com o estímulo ao desperdício que era verificado no modelo tradicional. Na Tabela Sintética, ganha mais quem racionalizar suas despesas, ao contrário do sistema anterior, em que prestadores de serviços eram remunerados com percentuais sobre os gastos que promovessem.

Com a utilização dessa nova forma de aferição dos serviços, deve-se melhorar a remuneração dos hospitais sem aumentar as despesas do Planserv. Embora isso pareça contraditório, na verdade não é, pois na medida em que um hospital deixa, por exemplo, de desperdiçar material, pode ser melhor remunerado por diárias e procedimentos efetivamente realizados.

O edital de credenciamento de hospitais, lançado em 2009, já contempla a Tabela Sintética como modelo único e é nestes termos que as propostas de contratação estão sendo recebidas pelo Planserv.

Recadastramento

Em outubro de 2009, foi iniciado o recadastramento dos beneficiários do Planserv com a convocação do primeiro grupo. O recadastramento visa sanear definitivamente o cadastro e identificar situações de duplo vínculo e dependência indevidas que ainda não foram detectadas por falta de informações completas de dependentes e agregados. Cabe ressaltar que, com os instrumentos disponíveis antes do recadastramento, já foram identificados e corrigidos mais de dez mil casos de irregularidades, mas ainda há condição para o aperfeiçoamento dos controles.

Em seguida ao recadastramento, será implantada a identificação biométrica, cuja licitação ocorreu em novembro de 2009. Associando estes dois instrumentos, evita-se a manutenção no cadastro de beneficiários daqueles que não têm direito, assim como fica coibido o chamado “empréstimo de carteira”, situação em que um indivíduo é atendido usando a identificação de outro, produzindo um enorme prejuízo para o Plano.

Para evitar transtornos na execução do recadastramento, os beneficiários são chamados por etapas e o processo se estenderá até o segundo semestre de 2010, de forma escalonada, por Unidade. Cada titular preenche e envia seu formulário de informações via *internet*, e os documentos comprobatórios de vínculos de seus dependentes e agregados podem ser entregues em qualquer Posto SAC, encaminhados pelo correio ou ainda apresentados na área de recursos humanos da Unidade de lotação do servidor.

Autorização Prévia Eletrônica Automática

A introdução da sistemática de Autorização Prévia Eletrônica se constitui em um avanço digno de registro, associando controle dos gastos e agilidade na resposta a rede de serviços do Planserv. Para tanto, foi desenvolvida uma solução de informática que recebe mais de mil solicitações diárias de autorização de procedimentos simples, a exemplo de ultrassonografias, encaminhadas pelos prestadores de serviços, e emite resposta automaticamente, de acordo com regras e critérios estipulados previamente.

Essa medida foi motivada pela constatação de que havia abusos na indicação de exames que não requeriam autorização prévia, inclusive com repetições inexplicáveis para os mesmos beneficiários. Como a nova sistemática começou a funcionar

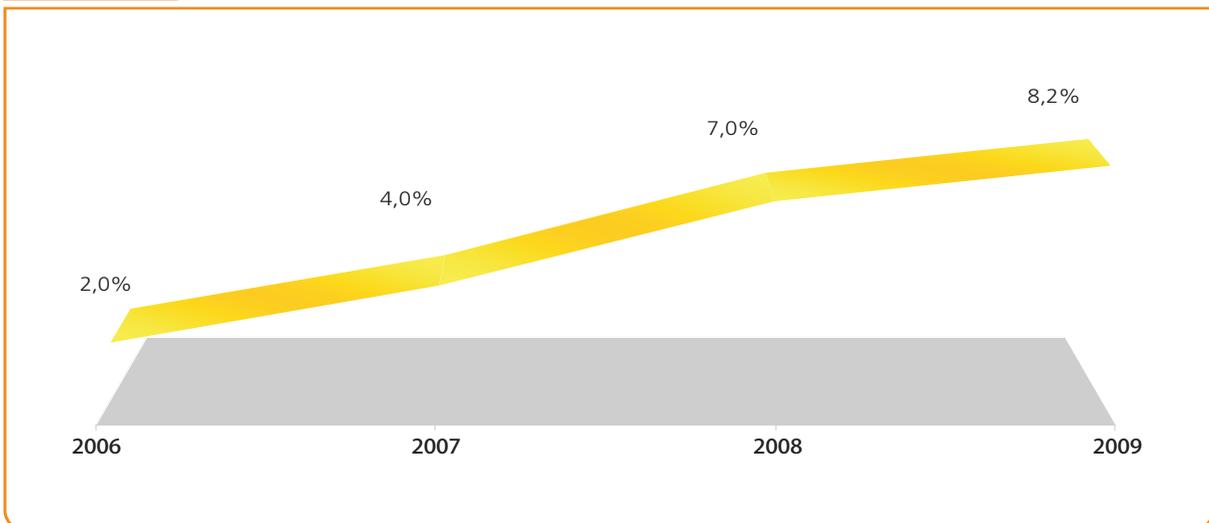
em novembro de 2009, ainda não é possível avaliar seus efeitos de modo mais consistente, mas, diante dos primeiros números apurados, espera-se uma redução de pelo menos 10% no quantitativo de solicitações de exames de imagem, de modo a compatibilizar os índices do Planserv, antes exagerados, com aqueles previstos pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Rigor no Pagamento das Faturas

Em 2009, 8,2% de todos os valores apresentados ao Planserv para pagamento foram glosados, ou seja, rejeitado por falta de conformidade com as regras estabelecidas do Plano. Isso significa que mais de R\$ 50 milhões foram economizados por força do rigor com que as contas médicas foram analisadas. Esse número revela o quanto foi importante ter estruturado a área de auditoria em 2008.

O Gráfico 47 apresenta uma tendência crescente do índice de glosas. Até 2006, esse número era próximo a 2%, passou para 4% em 2007 e chegou a 7% em 2008. A decisão de implementar uma maior fiscalização está vinculada, principalmente, às tentativas de cobrar valores abusivos por materiais ou utilizar produtos sem cobertura pelo Planserv, como medicamentos de marca em situações nas quais poderiam ser substituídos por genéricos.

GRÁFICO 47 TENDÊNCIA CRESCENTE DO ÍNDICE DE GLOSAS DO PLANSERV BAHIA, 2006 - 2009



Fonte: SAEB

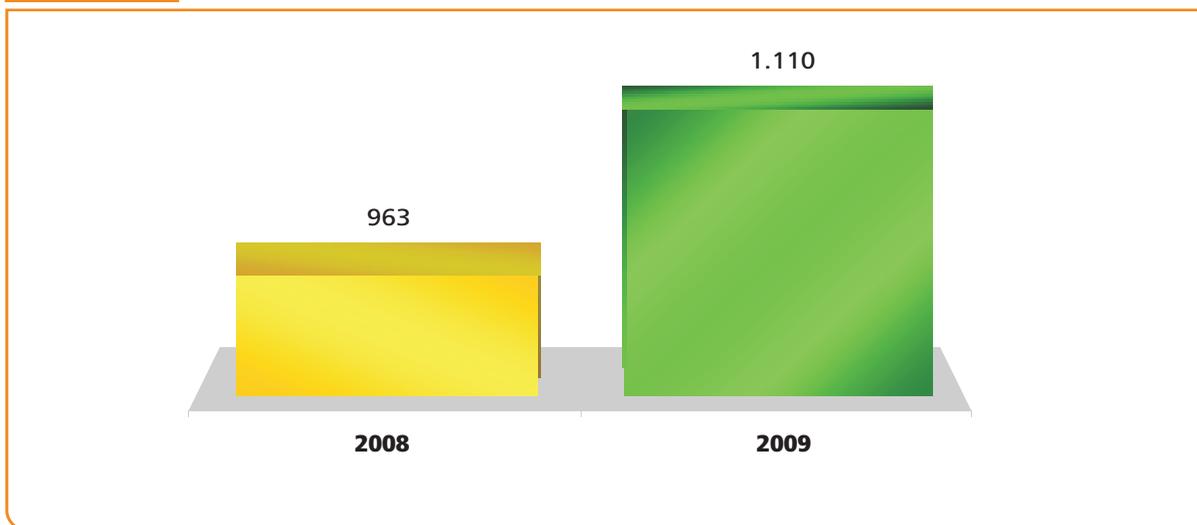
ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO

Em 2009, o número de prestadores de serviços do Planserv cresceu mais de 15%, passando de 963 para 1.110, como pode ser observado no Gráfico 48. No mesmo período, o quantitativo de contratos assinados por força de dez editais

de credenciamento chegou a 1.278, mostrando que este novo tipo de relação estabelecida com a rede de assistência médica do Plano se consolidou. Vale registrar que o quantitativo de contratos supera o de prestadores, em razão de que um prestador pode se habilitar para diferentes serviços.

GRÁFICO 48

QUANTITATIVO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO PLANSERV
BAHIA, 2008-2009



Fonte: SAEB

Com o objetivo de ampliar a área de cobertura da rede de atendimento, o Planserv enviou, em 2009, cartas personalizadas a mais de 500 prestadores de serviços estabelecidos no interior do Estado, convidando-os a participar do credenciamento.

Atualmente, quem preenche os requisitos técnicos, fiscais e financeiros é credenciado, sem qualquer tipo de avaliação subjetiva. Até 2006, não havia nenhum contrato assinado entre o Planserv e seus prestadores de serviços, enquanto, em 2009, 64% da rede já mantém vínculos dentro dos rigorosos padrões do credenciamento. Esse número deve chegar a 100% em 2010.

Em função da maior oferta de procedimentos e da melhoria na qualidade da assistência prestada pelo Planserv, houve, nos últimos anos, um aumento significativo na demanda dos beneficiários do Plano por consultas e exames.

Com mais facilidade de acesso aos serviços, o nível de satisfação dos beneficiários aumentou e isso se refletiu na diminuição do índice de reclamações. O

Gráfico 49, compara a média mensal do quantitativo de consultas e exames realizados pelos beneficiários por ano, podendo-se observar que, de 2006 para 2009, ocorreu um crescimento de 10% em consultas e, 34% em exames

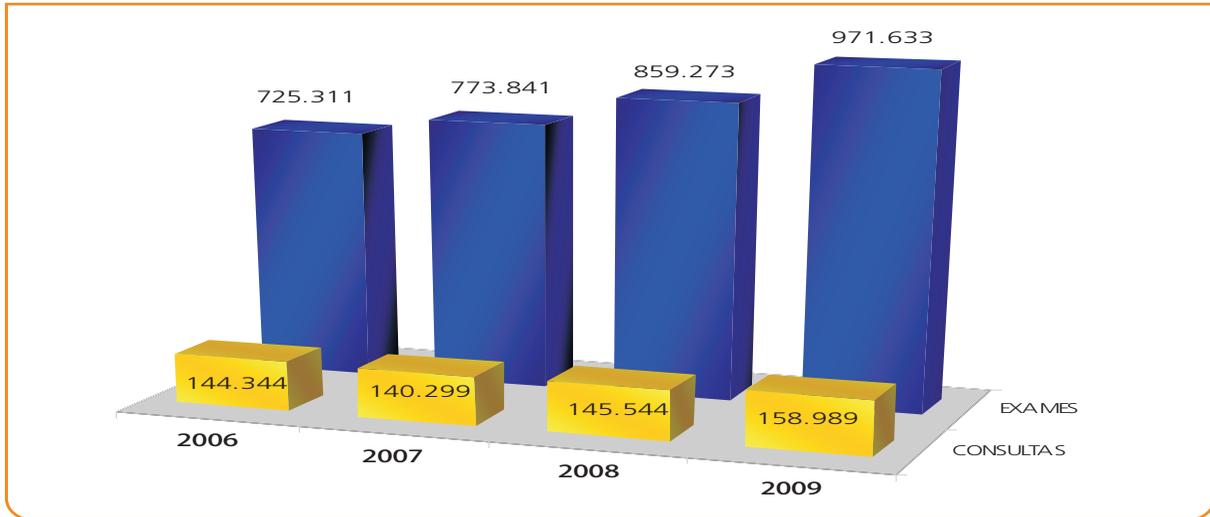
Alteração na Legislação

Atendendo a uma antiga reivindicação dos servidores públicos, o Governo do Estado promoveu uma alteração na legislação que organiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, de modo a permitir a inclusão, como beneficiários do Planserv: os netos dos titulares e os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive os inativos.

Com essa medida, foram beneficiadas mais de 20 mil pessoas, que passaram a dispor, a partir de 2009, da rede de atendimento médico do Planserv, consolidando o Plano como a maior instituição de saúde suplementar do Nordeste. A possibilidade de inclusão de netos, garantida pela nova lei, tende

GRÁFICO 49

PLANSERV - QUANTITATIVO DE CONSULTAS E EXAMES REALIZADOS POR ANO (MÉDIA MENSAL) BAHIA, 2006-2009



Fonte: SAEB

a diminuir a média de idade de beneficiários do sistema, tornando-o atualmente mais equilibrado. Trata-se, portanto, de medida positiva, tanto para os servidores públicos como para o Planserv.

Serviços Diferenciados

A fim de proporcionar um atendimento seletivo aos beneficiários que necessitam de cuidados especiais, em função do acometimento de doenças que degeneram física e psicologicamente o paciente, o Planserv desenvolveu uma série de iniciativas voltadas para acelerar o processo de tratamento e minimizar os efeitos dessas enfermidades. Desta forma, contribui sobremaneira para o restabelecimento do paciente, resgatando a sua auto estima e amainando o sofrimento da família e dos seus entes queridos.

Além de contar com agilidade no atendimento da rede e da orientação dos especialistas do Plano, o beneficiário dispõe de serviços criados especialmente para atendê-lo nos casos de síndrome metabólica, endocrinopatias, oncologia e saúde mental.

Controle da Síndrome Metabólica

Em 2009, foi ampliado o rol de serviços prestados aos beneficiários na unidade própria do Planserv, localizada no bairro da Pituba, em Salvador. Até o

mês de fevereiro, a unidade tinha como foco apenas os pacientes acometidos com diabetes, porém, a partir de março, passou a atender também pacientes com sobrepeso que não se enquadrem na hipótese de realização de cirurgia bariátrica. Esses pacientes estão sendo acompanhados por médicos e nutricionistas da equipe do Planserv, para fazer com que voltem ao peso normal e, assim, fazendo com que o quadro não se agrave. Nesta unidade, que já tem 692 pacientes cadastrados para acompanhamento, foram feitos, em 2009, cerca de 239 atendimentos por mês, inclusive com fornecimento de medicações de uso continuado.

Programa de Endocrinopatias

Na área de prevenção, o programa de gerenciamento de pacientes portadores de endocrinopatias, que já se constitui em modelo para outros planos, eliminou as queixas relativas à especialidade e garantiu, em média, 500 atendimentos por dia, em 24 unidades da rede do Planserv. O Programa contempla triagem com médico clínico e acompanhamento durante seis fases, com médico endocrinologista e, quando indicado, segundo critérios técnicos definidos em protocolo, acompanhamento com nutricionista. Voltado para o acompanhamento de pacientes crônicos, o programa reduziu a menos da metade o índice de internação verificado entre seus beneficiários.

Criação do Núcleo de Oncologia

Estruturado em 2009, o serviço prestado pelo Núcleo de Oncologia consiste no acompanhamento integral de pacientes portadores de câncer, além da elaboração de protocolos, planos terapêuticos, manuais, codificação de procedimentos e inclusão de autorizações prévias no sistema de gerenciamento do Planserv. Para viabilizá-lo, foi montada uma equipe multidisciplinar com farmacêutico, atendente e médico oncologista, que, em 2009, analisou mais de 1.500 solicitações de tratamento a fim de assegurar, caso a caso, a adoção da melhor alternativa terapêutica.

A criação deste Núcleo seguiu a premissa de concentrar esforços técnicos sobre situações que associem riscos e altos custos, assegurando que cada paciente receba o melhor tratamento possível, a preços justos. Tem-se assim uma combinação dos interesses do Plano e de seus beneficiários, na busca de eficácia terapêutica e no respeito aos recursos públicos.

Programa de Saúde Mental

O Programa de Saúde Mental do Planserv teve início em setembro e contempla, além das consultas e internações tradicionais, internações em hospital-dia através de valores referenciais. Seus objetivos, além do benefício direto aos pacientes, são:

- Racionalizar o uso de medicamentos neurolépticos atípicos, que são de alto custo e tem indicações terapêuticas muito específicas;
- remunerar melhor o prestador, passando a pagar também por procedimentos como psicoterapia e terapia ocupacional, dentro dos pacotes de valores referenciais;
- diminuir o tempo de duração das internações, utilizando a tecnologia de pacotes.

Futuramente, o Programa deve se ampliar para um terceiro nível de atenção básica primária e preventiva que atenda também os transtornos mentais menores (neuroses e fobias). Também utilizando a tecnologia de pacote, atrelar-se-á as consultas psiquiátricas ao acompanhamento psicoterapêutico ambulatorial semanal, por um período mínimo de três meses – suficiente para fornecer uma psicoterapia breve focal eficiente.



GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

Visando garantir a tranquilidade do servidor público e de sua família, assegurando os direitos dos atuais e futuros segurados, através da utilização eficiente dos recursos previdenciários, em janeiro de 2009, entrou em vigor a Lei Estadual nº 11.357/09, unificando toda a legislação de previdência do Estado. Antes, a legislação estava dispersa em inúmeras leis estaduais, sem a contemplação das alterações há muito introduzidas pela Reforma da Previdência empreendida pelo Governo Federal.



Crédito: SAEB/Ascom

No segundo semestre de 2009, foi publicado o Decreto nº 11.688, que delegou competência à Secretaria da Administração para a concessão e revisão dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, sendo os dois últimos em conjunto com a Polícia Militar. A partir de então, a SAEB finalizou a centralização dos benefícios previdenciários no âmbito do Poder Executivo, sendo responsável pela análise, implantação e processamento da folha de pagamento de todos os inativos e pensionistas do Estado.

Na gestão dos ativos do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev, destaca-se o comportamento da arrecadação decorrente da compensação previdenciária, que em função da implementação de uma nova sistemática de trabalho junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, no ano de 2009, apresentou um incremento de 230,1% em relação ao arrecadado no ano anterior. Ressalte-se a criação de um grupo de trabalho, constituído com o obje-

tivo de conferir celeridade na análise e tratamento dos processos passíveis de compensação.

Já com as ações de controle sobre os benefícios concedidos, a exemplo das campanhas de recadastramento, da auditoria na folha de pagamento e do cruzamento de dados com o Ministério da Previdência Social, foram economizados recursos do Funprev da ordem de R\$ 18,9 milhões.

No que se refere ao Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Baprev, as reservas acumuladas apresentaram, em 2009, um montante de R\$ 80 milhões, que estão integralmente aplicados.

A Previdência Estadual passou então, a dispor, em 2009, de três novas unidades do Centro de Atendimento Previdenciário – Ceprev nos Postos SAC de Pau da Lima e Pernambués, em Salvador, e Candeias, aumentando a capilaridade no Estado e proporcionando maior comodidade aos seus usuários. Foram concedidas 1.824 novas aposentadorias, além da interiorização do Programa “Prepare-se”, cujo objetivo é de preparar os servidores para a aposentadoria.

FUNDO DE CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA – FUNPREV

Em um esforço conjunto do Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e do Governo Federal, através do Ministério da Previdência Social, foi constituído, em agosto de 2009, um grupo de trabalho visando acelerar a análise de requerimentos passíveis de compensação previdenciária que, durante algum tempo, encontravam-se pendentes no Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS.

Esta ação já vem apresentando resultados altamente satisfatórios, culminando no ingresso de receita ao Funprev da ordem de R\$ 76,2 milhões, referentes ao trabalho efetuado no período de agosto a dezembro de 2009. O objetivo é zerar o estoque atualmente existente no INSS, mediante o reforço de sua equipe, com o deslocamento de servidores de outras gerências regionais.

Considerando o período 2007 - 2009, verifica-se que a compensação previdenciária foi responsável pela arrecadação de R\$ 162 milhões aos cofres da Previ-

dência Estadual, soma esta que representa um incremento de 145% em relação ao triênio 2004 - 2006.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA – BAPREV

Fruto da segregação da massa previdenciária, o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Baprev abriga os servidores públicos estatutários que ingressaram no serviço público estadual a partir de janeiro de 2008.

O Fundo é regido sob o regime de capitalização e já apresenta resultados financeiros e atuarias que demonstram a saúde financeira e o acerto da decisão do Governo no sentido de implementar uma nova lógica para esse grupo de servidores. A formação de reservas e a sua respectiva capitalização proporcionam a sustentabilidade do Fundo e a manutenção do seu fluxo de caixa sem a necessidade de aportes adicionais do Tesouro Estadual.

A primeira avaliação atuarial, em agosto de 2008, demonstrou um *superávit* técnico atuariais de R\$ 2,3 milhões; já na avaliação de 2009, o *superávit* apresentado é de R\$ 33,6 milhões. As reservas acumuladas no Baprev já somam R\$ 80 milhões e encontram-se integralmente aplicadas, no Banco do Brasil S.A., rigorosamente dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e, ainda, em consonância com a política de investimentos para o ano de 2009, aprovada pelo Conselho Previdenciário do Estado da Bahia.

APOSENTADORIA E FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Como resultado da centralização das aposentadorias do Poder Executivo na SAEB, em 2009, foram publicados 1.824 atos de aposentação. Com a finalidade de certificar o tempo de contribuição do segurado no Regime Geral da Previdência Social e possibilitar a compensação previdenciária entre os diversos regimes, foram homologadas 909 certidões recebidas dos órgãos de origem dos ex-servidores.

PENSÃO: REQUERIMENTO E REVISÃO

A pensão previdenciária é concedida aos dependentes do segurado em face da ocorrência de morte, prisão ou ausência. Em 2009, foram analisados

1.224 requerimentos de pensão previdenciária por morte, sendo 1.091 benefícios deferidos e 133 indeferidos, resultando na exclusão de 39 pensionistas do rol de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – RPPS, uma vez constatada a perda da qualidade de dependente.

Iniciado em 2005, em parceria com as unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidades de origem dos ex-servidores, o trabalho de levantamento das parcelas que compõem as pensões já concluiu, em 2009, 89,7% dos 13.702 processos existentes. Ao final dos trabalhos, será identificado o montante global da defasagem das pensões pagas, assim como o impacto financeiro que as atualizações trarão ao Funprev.

CONTROLE INTERNO

Uma das funções do Controle Interno é a avaliação da sua própria atividade, com o objetivo de verificar a exatidão dos dados e, em consequência, salvaguardar seus recursos. Em 2009, o Governo da Bahia empreendeu iniciativas de controle e acompanhamento permanente das informações cadastradas na previdência estadual, visando preservar os recursos, assegurar a tranquilidade do contribuinte, bem como de sua família em caso da perda da capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada ou morte.

Reavaliação de Pensão Previdenciária

Desenvolvido através da realização de novas perícias médicas e investigações sociais para verificação *in loco* da situação individual de cada beneficiário, o trabalho de reavaliação de pensões visa à exclusão dos benefícios comprovadamente indevidos. Em 2009, foram reavaliados os pensionistas que integram as categorias de maior risco, ou seja, aquelas mais susceptíveis de alteração das condições que ensejaram a concessão do benefício, a exemplo dos inválidos e das beneficiárias solteiras ou carentes de recursos.

Em 2009, foram excluídos 24 beneficiários, 14 deles decorrentes da negativa de invalidez por parte da Junta Médica Oficial do Estado, sete por receber pensão irregularmente como beneficiária solteira carente de recursos e dois como filho maior universitário e um cônjuge.

Dessas exclusões, 12 não implicaram em economia de valores, pois a cota-parte dos benefícios foi redistribuída para os demais dependentes dos respectivos ex-segurados falecidos, trazendo, contudo, repercussões positivas sob o aspecto do cálculo atuarial. As 12 exclusões restantes são relativas a pensões pagas a beneficiários únicos, o que gerou, em 2009, economia acumulada de R\$ 75,4 mil.

Recadastramento

A fim de construir uma cultura de eficiência e controle gerencial sobre os benefícios pagos, com vistas à preservação dos fundos de previdência – Funprev e Baprev – através da identificação de óbitos ou outras situações jurídicas que impeçam a continuidade do pagamento do benefício, foram realizadas ações de recadastramento dos beneficiários e pensionistas da Previdência Estadual.

Voltadas inicialmente para os aposentados do Poder Executivo e para os pensionistas do Estado, as campanhas se estenderam para os inativos oriundos dos Poderes Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas, bem como do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o objetivo de expurgar da folha de pagamento benefícios irregulares.

Com as ações de recadastramento e a rotina do Sistema de Óbitos – Sisob, forma automática de cruzamento de dados com o sistema estadual de gestão dos benefícios, permanecem, até dezembro de 2009, um total de 1.077 benefícios suspensos, resultando numa retenção de recursos da ordem de R\$ 17 milhões, em valores acumulados desde 2007.

Para aferição das pensões que permanecem suspensas por mais de três meses - seja pelo não comparecimento à convocação anual do recadastramento, ou em razão do cruzamento de dados com o Sisob, são realizadas visitas domiciliares para diagnosticar a situação do beneficiário. Foram excluídos, por óbitos efetivamente comprovados 132 benefícios, liberando ao Funprev a quantia de R\$ 1,2 milhão que permanecia retido em virtude da suspensão.

A partir da edição da Lei Estadual nº 11.357/09 de 2009, Art. 85, foram definitivamente excluídos do cadastro 1.099 pensionistas que estavam com o benefício suspenso por mais de cinco anos por falta de

recadastramento, liberando valores, que vinham sendo acumulados no sistema, da ordem de R\$ 63,8 milhões.

Comunicado de Óbito

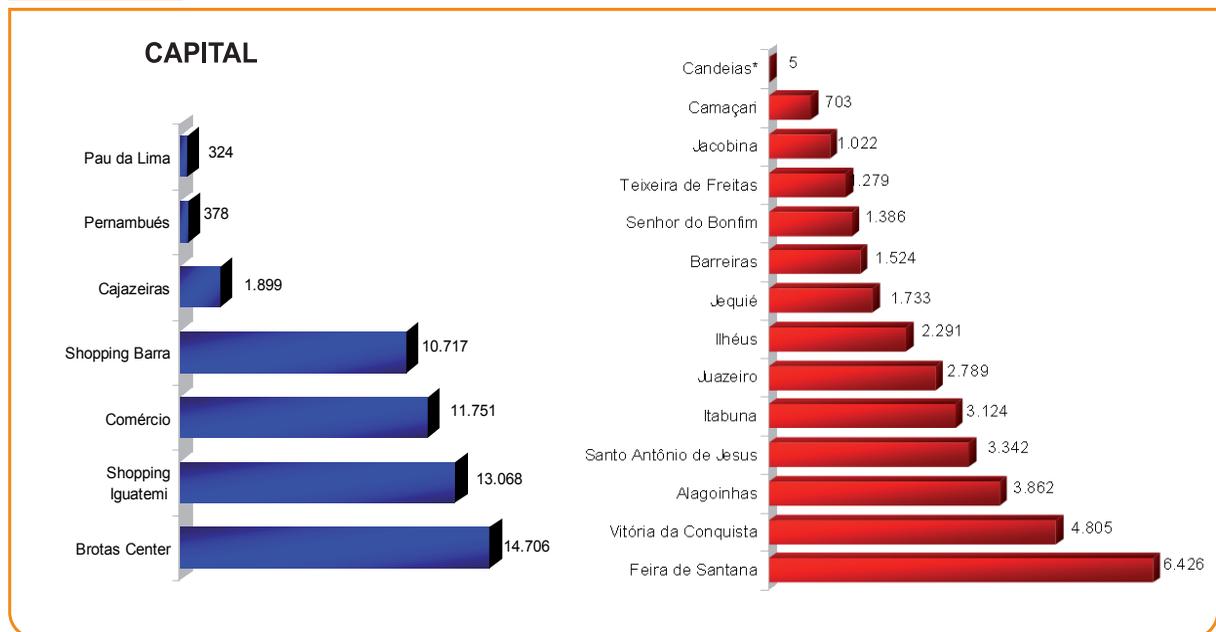
Valores creditados em conta após óbito de beneficiários, sem possibilidade de estorno, também são objeto de controle interno. No procedimento de cobrança, após tentativa de resgate junto à instituição bancária, familiares são convocados para ressarcimento, através de assinatura de Termo de Acordo e Compromisso. Em 2009, foi negociado um montante de R\$ 234 mil, correspondente à formalização de 159 acordos.

EXPANSÃO DO ATENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços prestados, foi dada continuidade à política de expansão e interiorização do atendimento previdenciário no Estado. Em 2009, foram disponibilizadas três novas unidades do Centro de Atendimento Previdenciário do Estado – Ceprev, nos Postos SAC Pernambucoés e Pau da Lima, em Salvador, e no posto da cidade de Candeias, perfazendo um total de 21 pontos de atendimento, que abrangem grande parte do território baiano, tendo realizado cerca de 86,1 mil atendimentos, como pode ser verificado no Gráfico 50.

GRÁFICO 50

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS NOS POSTOS CEPREV BAHIA, 2009



Fonte: SAEB

Nota: *Posto Candeias inaugurado em dezembro/2009

DIFUSÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

Em 2009, foi dada continuidade à série de encontros “O Dia-a-Dia da Previdência”, com a promoção de mais quatro edições. Voltados para os servidores que atuam nas unidades de gestão de pessoas dos Poderes do Estado, os encontros

têm o objetivo de disseminar a cultura previdenciária junto às setoriais, esclarecendo sobre as alterações e novos procedimentos implementados com vistas a propiciar uma comunicação ágil entre os agentes institucionais envolvidos e o público-alvo.

DIFUSÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

- Alteração na arrecadação das contribuições previdenciárias & Procedimentos em relação aos servidores à disposição de outras esferas de governo;
- Procedimentos para lançamento da ocorrência de aposentadoria no SIRH;
- A nova legislação previdenciária e o seu reflexo no atendimento aos usuários;
- Novas soluções de TI disponibilizadas pela Previdência Estadual: Simulador de aposentadoria e Sistema de controle e emissão de Certidões de Tempo de Contribuição – CTC.

PREPARE-SE

Como parte das diretrizes do Governo do Estado de valorizar o seu servidor, o Programa de Preparação do Servidor para a Aposentadoria Prepare-se foi implementado pela SAEB visando suprir uma lacuna detectada nesta etapa de transição na vida funcional do servidor.

O objetivo é criar um ambiente em que o servidor adquira conhecimentos sobre a aposentadoria, incluindo os aspectos positivos e negativos, seus direitos e deveres em relação à Previdência, as opções para construção de um novo projeto de vida, além

de informações e práticas que favoreçam o envelhecimento saudável e o não sedentarismo, minimizando o conflito intergeracional.

Desde sua implementação, foram realizadas três edições do programa, duas na capital, em 2008 e 2009, e outra no município de Ilhéus, em junho de 2009. Os eventos contaram com uma média de participação de 140 pré-aposentados e familiares.

A experiência baiana apresentada em eventos nacionais, a exemplo de congressos e seminários, tem despertado interesse por parte de outros entes federados.



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom



Crédito: SAEB/Ascom

Prepare-se - Ilhéus

PREPARE-SE
Programa de Preparação do Servidor para a Aposentadoria

Palestra

- "O desafio das mudanças demográficas e a importância do PPA"
- "Aspectos psicossociais da aposentadoria"
- "Empreendedorismo"
- "Qualidade de vida na maior idade"
- "Envelhecimento da Terceira Idade"
- "Saúde na maior idade"
- "Programa Bem viver"

Workshop

- "Envelhecimento Saudável"

Mesa Redonda

- Superintendência de Previdência
- Procuradoria de Pessoal
- Núcleo de Interatividade dos Veteranos da Polícia Militar
- Universidade Aberta da Terceira Idade

*PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM
DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA*